

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ruy Garcia Marques

Vice-Reitora

Profª. Maria Georgina Muniz Washington

Sub-Reitora de Graduação

Profª. Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Egberto Gaspar de Moura

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Profª. Elaine Ferreira Torres

Centro de Ciências Sociais

Prof. Domenico Mandarino

Instituto de Ciências Sociais Profª.

Maria Claudia Pereira Coelho Prof.

Ronaldo de Oliveira Castro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Profª. Helena Bomeny (Coordenação Geral)

Prof. Paulo D'Avila Filho (Coordenação Adjunta)

Profª. Cecília Loreto Mariz (Coordenação Acadêmica)

DOI: 10.12957/irei.2020.54490

ISSN 2317-1456

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 22 número 2
setembro de 2020

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções

Revista de Estudos Interdisciplinares

Interseções: revista de estudos interdisciplinares é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Maria Claudia Coelho, Paulo D'Ávila e Waleska Aureliano

Assistente Editorial

Thayz Guimarães

Estagiária

Bárbara Coelho

Revisão de Texto

Dayse Lúcia Mendes

Tradução

Marcelo Burgos

Diagramação

Sigaud Gestão e Capacitação Empresarial

Publicação Quadrimestral – 2020.2

Conselho Editorial

Anália Torres, Instituto Universitário de Lisboa
Antónia Pedroso de Lima, Instituto Universitário de Lisboa
Bernardo Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Cecília Loreto Mariz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Clara Araújo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Clara Cristina Jost Mafra (*in memoriam*)
Clarice Ehlers Peixoto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Claudia Barcellos Rezende, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Cristina Rocha, Western Sydney University, Sydney, Austrália
Cynthia Sarti, Universidade Federal de São Paulo
Guy Bellavance, Universidade de Quebec
Hector Leis, Universidade Federal de Santa Catarina
Helio R. S. Silva, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Ítalo Moriconi, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
João Trajano Sento-Sé, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
José Machado Pais, Universidade de Lisboa
José Reginaldo Gonçalves, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Josué Pereira da Silva, Universidade Estadual de Campinas
Jurandir Freire Costa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Leonardo Avritzer, Universidade Federal de Minas Gerais
Luiz Eduardo Soares, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Luiz Flavio Costa, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Maria Luiza Heilborn, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Marjo de Theije, Universidade Livre de Amsterdã
Mark Harris, University of St Andrews, Escócia
Maurício Tenório-Trillo, Universidade de Chicago
Myrian Sepúlveda dos Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Nélida Archenti, Universidad de Buenos Aires
Paul C. Freston, Wilfrid Laurier University, Waterloo, Ontário, Canadá
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque, Universidade Federal de Pernambuco
Ricardo Benzaquen de Araújo (*in memoriam*), Brasil
Roberto DaMatta, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sahra Gibbon, University College London
Sergio Costa, Universidade Livre de Berlim
Sidney Chalhoub, Universidade Estadual de Campinas
Susana Durão, Universidade de Lisboa
Susana Margulies, Universidad de Buenos Aires
Susana Narotzky, Universidade de Barcelona
Valter Sinder, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 22, n.2 (2020)–.
– Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999–

Anual (1999), Semestral (2000), Quadrimestral (2019)
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas – Periódicos. 2. Ciências Sociais – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;

CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;

LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;

EBSCO;

OPEN EDITION / Revues.org;

Cengage-Learning;

DOAJ – Directory of Open Access Journals

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

Dossiê Megaeventos e seus legados

Organizadora: Lia de Mattos Rocha

Megaeventos esportivos e seus legados para a vida nas cidades e a democracia
(Apresentação) 153

Lia de Mattos Rocha

DOI: 10.12957/irei.2020.54544

A tragédia que a Copa legou ao Brasil – as Jornadas de Junho e a efervescente anticorrupção 167

Arlei Sander Damo

DOI: 10.12957/irei.2020.54488

Rio, Cidade Inteligente? Mobilidade de polítics e políticas de mobilidade no contexto dos
megaeventos 201

Bianca Freire-Medeiros

João Freitas

DOI: 10.12957/irei.2020.54461

Entre Luzes e Sombras: o Rio de Janeiro dos Megaeventos e a militarização da vida na cidade 225

Lia de Mattos Rocha

Jonathan Willian Bazoni da Motta

DOI: 10.12957/irei.2020.54487

Urbanismo militar na "região olímpica": dinâmicas de produção do espaço para além dos
megaeventos 249

Frank Andrew Davies

DOI: 10.12957/irei.2020.54486

Artigos

“Eu segurei e ela nasceu!”: corpo e anestesia em narrativas de parto 264

Claudia Barcellos Rezende

DOI: 10.12957/irei.2020.54485

A construção das identidades das meninas de Kolda-Senegal: expectativas e representações sobre a escola e trajetórias de vida	284
---	-----

Silvana Bezerra de Castro Magalhães

DOI: 10.12957/irei.2020.54489

A seleção natural como narrativa sobre o grande divisor, a biossemiótica e as etnografias das pessoas humanas e não humanas	300
---	-----

Gláucia Silva

DOI: 10.12957/irei.2020.54483

Contents

Dossier Megaevents and their legacies

Editor: Lia de Mattos Rocha

Sports Megaevents and their legacies to urban life and democracy (Presentation)..... 153

Lia de Mattos Rocha

DOI: 10.12957/irei.2020.54544

The World Cup and its tragic legacy to Brazil - June's Protests and the effervescent anticorruption 167

Arlei Sander Damo

DOI: 10.12957/irei.2020.54488

Rio, Smart City? Political Mobilities and Mobility Policies in the Mega-Events Context 201

Bianca Freire-Medeiros

João Freitas

DOI: 10.12957/irei.2020.54461

Between Lights and Shadows: Megaevents in Rio de Janeiro and the militarization of life 225

Lia de Mattos Rocha

Jonathan Willian Bazoni da Motta

DOI: 10.12957/irei.2020.54487

Military Urbanism in the "Olympic Area": The Dynamics of Production of Space Beyond the Mega-Events 249

Frank Andrew Davies

DOI: 10.12957/irei.2020.54486

Articles

"I held back, and she was born!": Body and Anaesthesia in Childbirth Narratives..... 264

Claudia Barcellos Rezende

DOI: 10.12957/irei.2020.54485

The construction of Kolda-Senegal girls' identities: expectations and representations about school and life trajectories 284

Silvana Bezerra de Castro Magalhães

DOI: 10.12957/irei.2020.54489

Natural Selection as a Narrative of the Great Divide, the Biosemiotics and the Ethnographies of Human and Non-Human People 300

Gláucia Silva

DOI: 10.12957/irei.2020.54483

Dossiê

Megaeventos e seus legados

Megaeventos esportivos e seus legados para a vida nas cidades e a democracia (Apresentação)

Lia de Mattos Rocha¹

1. Megaeventos esportivos ainda?

Em 2016 encerrou-se no Brasil um ciclo de megaventos esportivos², com duração de quase dez anos. Entre os Jogos Pan-Americanos de 2007 e os Jogos Olímpicos de 2016 (ambos realizados na cidade do Rio de Janeiro), nós experimentamos momentos de otimismo, euforia e decepção, relacionados a panoramas econômicos e políticos dos mais diversos. No caso do Rio de Janeiro, sentimos ainda mais os efeitos desse ciclo. Fomos transportados em velocidade vertiginosa da promessa de desenvolvimento e paz apresentada na propaganda da "Cidade Olímpica"³ à crise do Rio de Janeiro, expressa na decretação do Estado de Calamidade no Estado às vésperas da abertura dos Jogos Olímpicos de 2016⁴. Se para alguns os megaeventos foram considerados exitosos – já que, sem grandes problemas, a festa foi boa e o esporte também (GAFFNEY, 2019: 277) –, para

¹ Professora do Departamento de Sociologia e Pós-Graduação em Ciências Sociais/UERJ. E-mail: lia.rocha@uerj.br.

² Neste dossiê entendemos megaeventos esportivos como aqueles que mobilizam em grande escala muitos investimentos, gastos, envolvem a participação de muitos agentes em sua organização (poder público e iniciativa privada, nacionais e internacionais) e têm como público milhares de pessoas presencialmente e milhões através dos meios de comunicação. No caso brasileiro, o “ciclo de megaeventos esportivos” iniciou-se com os Jogos Pan-Americanos de 2007 e incluiu os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, a Copa do Mundo FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão em 2016.

³ Sobre a produção do Rio como “Cidade Olímpica” ver Mascarenhas (2013) e, neste dossiê, Freire-Medeiros e Freitas.

⁴ No dia 17 de junho de 2016, o Governador do Estado do Rio de Janeiro interino, Francisco Dornelles, decretou Estado de Calamidade na área financeira do Estado do Rio de Janeiro, com o argumento que a “crise impediria o cumprimento de obrigações com Olimpíada” (Cf. Portal de Notícias G1, 17/06/2016. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/governo-do-rj-decreta-estado-de-calamidade-publica-devido-crise.html>>. Para maiores informações sobre o impactos sociais e econômicos da crise do Estado, ver Gonçalves & Costa, 2020.

outros o sentimento foi de decepção: “a festa acabou”⁵. Em ambos os casos, contudo, o ciclo dos megaeventos parece ser assunto superado.

Este dossiê, contudo, retorna ao assunto, por acreditarmos que os efeitos dos megaeventos (ou seu “legado”, como conceituado por diversos autores⁶) continuam, mesmo após seu fim: “megaeventos não terminam no apito final – em muitos sentidos, eles começam nesse momento”⁷ (GAFFNEY, 2019: 267). São ao todo quatro textos, que com suas diferenças debruçam-se sobre os impactos experimentados na cidade e na vida dos cidadãos. Ainda que pouco abrangente em termos territoriais – três artigos têm o Rio de Janeiro como caso de pesquisa e um tem Porto Alegre como foco principal –, os impactos tratados são de diversas ordens. As análises, a grosso modo, refletem sobre efeitos dos megaeventos cuja permanência é observada e experimentada até o momento presente – examinando, portanto, para além dos imediatamente observados no calor dos acontecimentos, e já debatidos em importante bibliografia⁸. Assim, contornando o debate a respeito do “sucesso” ou do “fracasso” dos megaeventos esportivos no Brasil, buscamos compreender que efeitos são esses e quais suas consequências. Neste texto busco não apenas apresentar os artigos, mas colocá-los em debate, ainda que inicial, a respeito dessas questões.

2. Megaeventos esportivos para quem?

No final de 2018, uma das três cidades que ainda estava no páreo para sediar os Jogos Olímpicos de Inverno de 2026 – Calgary, no Canadá – realizou um plebiscito entre seus habitantes para consultar o interesse geral em sediar esse megaevento. Sem surpresa, a maioria dos que participaram da votação (56% dos votantes) rejeitou a candidatura, sendo um dos principais motivos a incerteza em relação aos custos da empreitada – e quem iria pagar por ela. Segundo porta-voz

⁵ O debates sobre o sucesso ou fracasso do ciclo de megaeventos esportivos ocupou muitas páginas de jornal à época, como podemos ver rapidamente nas duas reportagens a seguir, ambos com o mote de “fim de festa”: “Acabou a festa: Brasil encerra ciclo de megaeventos” (Exame, 17/09/2016, Disponível em: <<https://exame.com/brasil/acabou-a-festa-brasil-encerra-ciclo-de-megaeventos/>>) e “Cedemos casa para festa, mas não fomos convidados”: quatro contrastes no Rio da Olimpíada”. BBC, 04/08/2016, Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36975679>>).

⁶ Cf. Magalhães, 2013; Menezes, 2018, bem como os textos encontrados neste dossiê.

⁷ Todas as citações em inglês foram traduzidas pela autora. O original estará em nota de rodapé, como aqui: “(...) mega-events do not end at the final whistle – in many senses they only then begin”, no original.

⁸ Cf. Damo, 2013; De Paula & Bartelt, 2014; Gaffney, 2010, 2013; Mascarenhas, Bienenstein & Sánchez, 2011; Zimbalist, 2015, entre muitos outros.

do Comitê Olímpico Internacional (COI), ainda que o resultado não tenha sido uma surpresa para a entidade, “É desapontador que os argumentos sobre os benefícios esportivos e sociais de longo prazo de sediar os Jogos Olímpicos não tenham arrebanhado os votos”⁹¹⁰.

É cada vez mais difícil encontrar cidades dispostas a sediar os Jogos: se em 2004, para os Jogos realizados em Atenas, o COI recebeu 11 candidaturas, em 2024 apenas duas cidades se lançaram ao pleito – Paris e Los Angeles. Por conta da falta de candidaturas, e em decisão casada e inédita do Comitê Olímpico Internacional, a primeira foi escolhida para sediar os Jogos em 2024 e a segunda, em 2028¹¹. Já quanto aos Jogos Olímpicos de Inverno de 2022, foi escolhido Pequim, ainda que a cidade tenha recebido os Jogos de Verão de 2008 e que as cidades-sede escolhidas em 2018 e 2020 estejam localizadas na Ásia (Pyeongchang na Coreia do Sul recebeu os Jogos de Inverno de 2018, e Tóquio em 2020¹²). A única cidade que concorreu até o final com Pequim foi Almati, no Cazaquistão, pois Oslo, na Noruega, e Saint Moritz, na Suíça, desistiram no meio do processo¹³.

As questões motivadoras do desinteresse, no entanto, não foram debatidas pela imprensa e/ou pelos agentes políticos à época das candidaturas do Brasil e do Rio de Janeiro à sede da Copa do Mundo de Futebol e aos Jogos Olímpicos, em 2007 e 2009, respectivamente. Ao contrário, o clima era de euforia, e as decisões da Federação Internacional de Futebol (Fifa) e do COI foram extremamente comemoradas e alardeadas como um sinal da importância do país no cenário mundial. Conforme Damo e Oliven (2013), as cerimônias de anúncio

⁹ “It is disappointing that the arguments about the sporting, social and long-term benefits of hosting the Olympic Games did not sway the vote”, no original.

¹⁰ Cf. ‘No surprise’ Calgary voted No to 2026 Games: International Olympic Committee. Calgary Herald, 14 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://calgaryherald.com/news/local-news/no-surprise-calgary-voted-no-to-2026-games-international-olympic-committee>> Acesso em: 09 abr. 2019.

¹¹ Cf. Olympic Games: Why cities are snubbing the ‘greatest show on Earth’. BBC News, 18 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-46236682>> Acesso em: 09 abr. 2019.

¹² Ainda que neste momento os Jogos estejam suspensos em função da pandemia de COVID 19. Cf. “A um ano da nova data das Olimpíadas, Tóquio tem nove perguntas sem resposta”. Portal Globo Esporte, 23 de Julho de 2020. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/vai-ter-olimpiada-a-um-ano-dos-jogos-toquio-tem-nove-perguntas-sem-resposta.ghml>>.

¹³ Cf. The Olympics have a host-city problem. IOC trying to rein in costs to make Games more attractive. CBC Sports. Olympic In Depth. 23 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.cbc.ca/sports/olympics/olympics-host-city-problem-1.4414207>>. Acesso em: 09 abr. 2019>.

das sedes da Copa e da Olimpíadas serviram de veículo para a apresentação performatizada do que se desejava, àquela época, publicizar como traços essenciais do “ser brasileiro”, além de apresentar nossos desejos de reconhecimento dentro do mapa geopolítico mundial (DAMO; OLIVEN, 2013: 22).

Pesquisa de opinião realizada em 2008 (um ano após o anúncio de que o Brasil sediaria a Copa de Futebol Masculino de 2014) indicava que 79% da população apoiava a realização do evento no país (DATAFOLHA, 2014). Combinava com o clima do país de otimismo, embasado, por exemplo, nas baixas taxas de desemprego e no aumento real do salário mínimo (DAMO; OLIVEN, 2013: 34). Contudo, em 2013, às vésperas da realização da Copa, as críticas sobre os gastos e a legitimidade de se realizar tais eventos em um país pobre como o Brasil tomaram conta das ruas, através de uma série de grandes manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho¹⁴.

Segundo Giulianotti e Klauser (2010), até os anos 1980, sediar um megaevento esportivo era visto como uma oportunidade de desenvolvimento para nações “em desenvolvimento”, especialmente para as localizadas no chamado Sul Global. Por exemplo, os Jogos Olímpicos foram realizados em cidades asiáticas (Tóquio, em 1964; Seul, em 1988) e uma vez na América Latina (Cidade do México, em 1968), e as Copas de Futebol Masculino em países latino-americanos (Uruguai, em 1930; Brasil, em 1950; Chile, em 1962; México, em 1968 e 1986, e Argentina, em 1978). Todavia, como destacam os autores, desde então o contexto mudou drasticamente. Por um lado, a forma como países da África, América Latina e Ásia se desenvolveram e passaram a se inserir nos mercados mundiais modificou-se consideravelmente. Por outro lado, os megaeventos se tornaram realmente espetáculos mundiais, com orçamentos muito altos – especialmente na área de segurança, como parte do fenômeno da “guerra ao terror”, iniciada a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos (GIULIANOTTI; KLAUSER, 2010: 3).

Em função dessas mudanças, atualmente é difícil encontrar uma cidade ou país que queira sediar um megaevento esportivo. Segundo o próprio COI, os elevados custos são uma “preocupação”¹⁵, e cada vez mais a população dos países e cidades candidatos, quando confrontados com os ônus, rejeitam a

¹⁴ A bibliografia específica sobre Junho é apresentada e debatida no artigo de Damo neste dossiê.

¹⁵ Cf. Olympic Games: Why cities are snubbing the 'greatest show on Earth'. BBC News, 18 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-46236682>>.

candidatura. Os moradores de Tóquio, por exemplo, debatem neste momento se vale a pena manter a realização do evento na cidade¹⁶.

Neste sentido, é notável que a rejeição popular aos megaeventos não seja tratada como um sinal para sua avaliação; pelo contrário, em entrevista no começo de 2019, Gian Franco Casper, até recentemente membro honorário do Comitê Olímpico Internacional, declarou que era mais fácil organizar os Jogos em países autoritários, pois “ditadores podem organizar eventos (...) sem pedir a permissão das pessoas”¹⁷. Ou seja, os eventos devem ser realizados, apesar da vontade contrária dos cidadãos que irão organizá-los. Frente a esse comentário, o questionamento dos movimentos sociais que protestavam contra a realização dos megaeventos esportivos no Brasil ganha ainda mais importância: “Copa para quem?” (DE PAULA; BARTELT, 2014).

A rejeição atual contra a realização de megaeventos esportivos parece reverberar o rastro de insatisfação que eles deixaram por onde passaram, sendo o Brasil um caso emblemático. É gritante que todos os três representantes dos governos (federal, estadual e municipal) presentes em 2009, no anúncio da escolha do Rio de Janeiro para sediar a Olimpíada de 2016, estejam denunciados na justiça por corrupção (um deles preso neste momento, o ex-Governador Sérgio Cabral) – como destacam Damo e Oliven (2013). Já Gaffney (2019) relata que, na cerimônia de encerramento do Rio 2016, o então presidente do COI, Thomas Bach, terminou seu discurso com um curto “Obrigado Rio, adeus” e saiu do palco de forma apressada, porque estava sendo procurado pela polícia local para responder sobre denúncias de desvio de ingressos (GAFFNEY, 2019: 275-276). O debate sobre corrupção assumiu, então, enorme centralidade nas avaliações sobre os “legados” dos megaeventos no Brasil, e sobre esse debate Arlei Damo se debruça neste dossiê.

Damo, por conseguinte, investiga as articulações entre os megaeventos esportivos, em particular a Copa das Confederações, realizada em 2013, e as manifestações conhecidas como Jornadas de Junho – que o autor designa como “megaprotestos”. Seu objetivo é identificar de que forma se deu o que conceitua

¹⁶ Em pesquisa de opinião realizada com moradores da cidade de Tóquio, 24% declarou que acredita que os Jogos serão realizados no ano que vem, como previsto; 36% declarou que eles deveriam ser adiados novamente para 2022 ou mesmo para 2024; e 34% acreditam que a competição deveria ser cancelada. Cf. Pesquisa aponta que apenas 23% da população japonesa acredita na realização das Olimpíadas. Portal Globo Esporte, 19 jul. 2020. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/pesquisa-aponta-que- apenas-23percent-da-populacao-japonesa-acredita-na-realizacao-das-olimpiadas.ghtml>>.

¹⁷ Cf. Ski president sorry for praising dictators and attacking 'so-called' climate change. *The Guardian*. 07 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/2019/feb/07/gian-franco-casper-international-ski-federation-climate-change-dictators>>.

como “torção ideológica” das pautas de reivindicações – inicialmente voltadas para a questão do custo de vida e posteriormente focadas na denúncia da corrupção. A partir da reconstrução da disputa política – expressa na complexa teia de narrativas dos movimentos sociais envolvidos (à esquerda e à direita do espectro político, ou “insurgentes” e “intransigentes” respectivamente, nos termos do autor), governos e órgãos de imprensa – Damo reconstitui o debate à época dos preparativos para a realização da Copa de Futebol da FIFA de 2014, a discussão em torno das obras de arenas que se sabia obsoletas após a realização dos jogos, os protestos realizados durante a Copa das Confederações de 2013 e o compartilhamento de repertórios entre os atos de protestar e de torcer. Outro aspecto importante na análise em tela é a discussão sobre o prefixo “mega”, e o que ele engendra: megaeventos esportivos pressupõem “megainvestimentos” (custos), “megaoportunities” de negócios, promessas de impactos positivos (“megalegados”) e (talvez, consequentemente) “megaprotestos” – ampliando a escala da análise.

A questão da escala reaparece, ainda que de outra forma, no artigo de Bianca Freire-Medeiro e João Freitas, que explora o modelo de gestão urbana nomeado “cidade inteligente”. Esta se consolida como política para a cidade do Rio de Janeiro no contexto do ciclo dos megaeventos esportivos na cidade – ainda que, como os autores argumentam, a correlação entre os dois seja tópico de disputa –, mas faz parte de um fluxo global de ideias, técnicas e práticas, bem como de “modelos” supostamente adaptáveis a diferentes contextos, produzindo assim “mobilidades de políticas”. O caso empírico analisado é do Centro de Operações Rio (COR) inaugurado em 2010, unidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que passou a concentrar diversos sistemas tecnológicos de controle e monitoramento dos fluxos através de uma extensa rede de câmeras, acompanhado até o final do segundo mandato do ex-prefeito Eduardo Paes (importante personagem desse momento) em 2016. O COR foi criado com amplo apoio de diversas empresas de tecnologia, como a IBM, e foi considerado elemento importante para convencer os avaliadores das candidaturas para cidades-sede dos Jogos Olímpicos da capacidade brasileira de receber um evento desse porte. A partir das ferramentas analíticas oferecidas pela “virada móvel”, o artigo explora a construção do COR como forma de dar visibilidade ao que normalmente fica invisível – no caso a infraestrutura da cidade, vigiada pelas câmeras e televisionada à exaustão pelos veículos de imprensa que trabalham colaborativamente com a Prefeitura. Os autores questionam, contudo, quem pode realmente usufruir da mobilidade produzida (ainda que potencialmente)

por tal sistema de vigilâncias, e quais desigualdades são produzidas a partir desse “legado” do projeto olímpico no Rio de Janeiro.

A ideia de que o contexto dos megaeventos esportivos produz dinâmicas de visibilidade e invisibilidade também está presente no meu artigo com Jonathan da Motta, no qual investigamos seus efeitos na produção urbana da cidade, caracterizada por uma metade posta sob os holofotes – a “Cidade Olímpica” – e outra colocada à sombra – a Zona Oeste. Desse “jogo de luz e sombra” produziram-se políticas públicas de segurança que, por um lado, privilegiaram a ocupação militar das favelas do chamado “cinturão olímpico” através do programa de “Pacificação” de favelas¹⁸; e, por outro, produziram no resto da cidade a expansão de grupos paramilitares – as hoje famosas milícias. Ambos os processos teriam como denominador comum a militarização da vida urbana, processo fortemente imbricado com a realização de megaeventos em outros países também. O artigo em tela está organizado em dois eixos. Inicialmente, exploramos uma série de eventos que acompanharam a construção do Rio como Cidade Olímpica e dela participaram ativamente, como as diversas ocupações militares em favelas das zonas Centro, Norte e Sul, as técnicas e práticas legais que permitiram tais ações (como a Garantia da Lei e da Ordem) e as mudanças na legislação para permitir maior discricionariedade na ação repressiva: a esse conjunto de elementos conceituamos “dispositivo¹⁹ da militarização”. Em um segundo momento, exploramos a possibilidade de alargar o conceito também para a atuação das milícias na Zona Oeste carioca, considerando que essas atuam como agentes de “governo” (como conceitua Foucault) da região, misturando elementos de disciplina, tutela e vigilância com repressão, violência e eliminação física. Tais agentes operam, assim, também como parte desse “dispositivo da militarização”.

Conforme dito anteriormente, a militarização está fortemente imbricada com a realização de megaeventos esportivos ao redor do mundo, porém, no caso brasileiro, observou-se a participação das Forças Armadas como atores políticos (e de mercado) na produção da cidade, como demonstrou a contribuição de

¹⁸ O Projeto de Pacificação de favelas do Rio de Janeiro durou de 2008 a 2018, sendo desmontado aos poucos a partir da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado em fevereiro de 2018. Ainda hoje algumas unidades continuam em operação, mas não se configura mais como uma política. A relação entre “pacificação” e Olimpíadas já foi explorada em diversos trabalhos, por exemplo, Ribeiro & Villarouca, 2018, e os artigos da coletânea organizada por Leite *et al.*, 2018, entre outros.

¹⁹ Entendemos dispositivo como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2000: 244).

Frank Davies a este dossiê. A partir de trabalho de campo realizado em bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde ficam as Vilas Militares da cidade, o autor investiga a construção do local como “região olímpica”, em que ficaram localizados equipamentos esportivos utilizados nos Jogos Olímpicos de 2016. O artigo explora a disputa entre moradores do bairro e o comando militar local em torno do destino de um terreno do Exército em desuso na região – que os primeiros queriam ver transformado em parque e os últimos em condomínio, a ser explorado por fundação e bancos privados ligados ao Exército e geridos por superiores da corporação. Tal arranjo, cujos termos não estavam claros para os envolvidos, legitimava-se numa “gambiarra jurídica”, possível por conta dos segredos que envolvem os negócios das Forças Armadas – disfarçados de assuntos de segurança nacional. Através dessa gambiarra, o Exército tem conseguido arrecadar altos valores em transações imobiliárias – transformando terrenos públicos em propriedade privada. Assim, a partir desse encontro entre civis e militares em torno de uma disputa, Davies analisa os efeitos dos megaeventos esportivos sobre o desenho urbano provocados pela valorização do local como “região olímpica” – jogando luz sobre a região descrita como à sombra no artigo anterior e complexificando os desdobramentos desse jogo de descobrimentos e encobrimentos que caracteriza o ciclo dos megaeventos esportivos no Brasil.

A partir deste panorama sobre o nosso dossiê, gostaria de sistematizar como os autores envolvidos nesta publicação caracterizam esse ciclo, e que “legados” (no sentido de efeitos, como discuto a seguir) eles trouxeram.

3. Megaeventos esportivos e seus legados

Os artigos aqui apresentados buscaram delinear, a partir de seus campos empíricos e questões analíticas particulares, como os megaeventos esportivos se desenrolaram no Brasil. A partir deles, busquei identificar traços comuns e produzir uma síntese sobre o que seriam seus “efeitos”, no sentido do que foi produzido para além das avaliações sobre o sucesso ou fracasso dos eventos. É preciso destacar primeiro que qualquer síntese sobre o ciclo dos megaeventos esportivos no Brasil aqui realizada é parcial, em função principalmente da falta de contribuições de outros estados do país. Porém, ainda que parcial, essa síntese pode ajudar a compreender o que os megaeventos esportivos no Brasil produziram e também o que explicitaram sobre a vida nas grandes cidades e as formas de governo da população urbana vigentes.

Inicialmente, cabe identificar que o retrato aqui apresentado indica o ciclo dos megaeventos como um processo ocorrido nas cidades brasileiras – e mais prolongadamente no Rio de Janeiro, que o experimentou até 2016. Caracterizar o fenômeno como urbano permite tornar visível sua correlação com a especulação imobiliária de áreas ainda não exploradas, a construção civil, os impactos do aumento da densidade populacional, o custo de vida expresso no preço das passagens – com a mercantilização da cidade, no geral. Contudo, exercitando a já citada metáfora do “jogo de luz e sombra”, a pergunta que se coloca é: e o que não se vê? O que aconteceu nas áreas não urbanizadas ou semiurbanizadas do país nesses mesmos dez anos?

Outro aspecto levantado é a questão da escala – que aparece mais claramente nos artigos de Damo e de Freire-Medeiros e Freitas. Os megaeventos esportivos aparecem como fenômenos em escala global, que mobilizam interesses (e também ideias, técnicas e práticas, como explicam Freire-Medeiros e Freitas) transnacionais, mas que assumem conformações nacionais ao se adaptarem às condições específicas de cada localidade/país em que se realizam. Assim, os autores exploram as diferentes escalas que o fenômeno oferece – seja operando em diferentes dimensões territoriais, como fez Damo; seja navegando entre as diferentes circulações possíveis, de gente, de mercadorias, ideias, imaginários, tecnologias, técnicas, políticas, modelos, etc., como fez Freire-Medeiros e Freitas.

Uma evidente condição de possibilidade para a realização dos megaeventos esportivos, debatida com destaque nos artigos de Davies, Freire-Medeiros e Freitas e Damo, é a opacidade com que os assuntos públicos são tratados, particularmente no que concerne à preparação de cidades e países para esse tipo de megaevento. Como já indicava Vainer (2011), a máxima que diz que “a excepcionalidade é regra” é a regra (e não exceção) no que tange aos megaeventos. Assim, os termos dos acordos firmados nunca são totalmente claros e nem acessíveis aos interessados, os custos nunca são aqueles informados pelas autoridades, os ônus e os bônus não são apresentados. Tal opacidade dificulta as condições de produção de resistências, como demonstrou Davies, e torna-se elemento conector entre as críticas dos “insurgentes” e dos “intransigentes”, quando traduzida (e despida de sua complexidade) como “corrupção”²⁰.

²⁰ Importante destacar que as denúncias de corrupção relacionadas à realização dos Jogos Olímpicos e da Copa de Futebol envolvem autoridades brasileiras e internacionais, e vão desde a compra de votos favoráveis à realização das Olimpíadas no Rio por Sérgio Cabral à prisão de sete dirigentes da Fifa por suspeita de corrupção em 2015 (Cf. “Cabral admite que comprou, por US\$ 2 milhões, votos para trazer a Olimpíada para o Rio”. G1. 04 jul. /2019. Disponível em : <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/04/sergio-cabral-depoe-sobre-compra-de-votos-para-o-rio-sediar-a->

A opacidade, contudo, é difícil de ser percebida, porque está camuflada pela exuberante presença de câmeras de vídeo, páginas de internet, aparição de governantes e dirigentes de entidades esportivas – inclusive com coro de vaia da plateia às autoridades presentes²¹ –, entre outras formas de exibição acionadas nesse contexto. Sem embargo, a opacidade é produzida de forma coordenada com muitas técnicas e tecnologias de vigilância – as câmeras de vídeo sendo aqui o exemplo mais evidente, como descreveram Freire-Medeiros e Freitas. De outra forma, a discussão sobre a opacidade como condição de possibilidade para a realização dos megaeventos remete ainda ao debate sobre a repressão às manifestações contrárias à sua realização. Até a repressão foi produzida de forma opaca, se considerarmos, por exemplo, o uso por alguns delegados envolvidos na repressão aos protestos de 2013 da Lei de Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013) para enquadrar manifestantes detidos pela polícia – o que foi considerado pelo presidente da Ordem Brasileira dos Advogados do Brasil à época “uma aberração”, além de inconstitucional²². Da mesma forma, em 2018, os “23 da Copa”²³ foram condenados à prisão em regime fechado, em função de um processo que não apresentou evidências claras que justificassem a medida. O enquadramento deles no crime de associação criminosa cumpriu a função de fornecer legitimidade ideológica suficiente para que a justiça considerasse desnecessária a apresentação de provas significativas (GONÇALVES; MACHADO, 2018), tornando ainda mais opaco o processo. A Anistia Internacional, por sua vez, criticou a Lei Antiterrorismo Brasileira (lei no 13.260/2016), “por sua linguagem vaga e pouco específica deixando margem para sua aplicação arbitrária em situações de protestos sociais e manifestações pacíficas” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2016: 23) - outro exemplo de como essa opacidade é funcional e legitimada por momentos “excepcionais”, como os em tela..

olimpiada-de-2016.shtml> e “Entenda o escândalo de corrupção na Fifa”. BBC Brasil. 27 maio 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150527_entenda_fifa_lab>.

²¹ A Presidente Dilma Rousseff e Joseph Blatter, presidente da FIFA, foram vaiados na abertura e no encerramento da Copa do Mundo de Futebol da Fifa de 2014. Cf. “Dilma é vaiada de novo na final da Copa do Mundo”. El País. 13 jul. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/14/deportes/1405291183_218188.html>.

²² Cf. “Uso da lei das organizações criminosas é ‘aberração’, diz OAB”. O Globo. 17 out. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/uso-da-lei-das-organizacoes-criminosas-aberracao-diz-oab-10414045>>.

²³ Os “23 da Copa” são manifestantes que foram presos de forma arbitrária às vésperas da final da Copa de 2014. Condenados em primeira instância, eles hoje aguardam o julgamento em segunda instância. Cf. “A ordem de prisão de 23 ativistas no Rio desata uma polêmica”. El País. 19 jul. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/20/politica/1405810378_758119.html>.

O aumento da repressão caminhou *pari passu* com o aumento de outras formas de violência, direta ou indireta. Foram denúncias de trabalho análogo à escravidão em canteiros de obras relacionados à Copa²⁴, morte de trabalhadores em acidentes relacionados às obras²⁵, além das 200 mil pessoas removidas de suas casas (COMITÊ POPULAR, 2013²⁶) para dar lugar a aparelhos esportivos tornados obsoletos no dia seguinte ao final do evento esportivo²⁷ – e essa curta lista nem de longe esgota o rol de violações de direitos cometidas nesse processo.

No escopo deste dossiê, contudo, cabe chamar especial atenção para o que identifico como um aumento da presença do "dispositivo da militarização" na gestão da vida nas cidades, bem como sua disseminação para áreas ainda pouco "controladas" – tanto pela administração pública, quanto pelo mercado. Esse aumento da militarização pode ser observado nas tecnologias utilizadas na repressão aos manifestantes, como os doze caminhões "antidistúrbios" distribuídos pelo Governo Federal às cidades-sede da Copa para serem utilizados na contenção de protestos²⁸, ou o blindado comprado pelo governo de São Paulo após o final da Copa, que possuía "jatos d'água, gás e até tinta" para a repressão de atos²⁹. Mas também se encontra na ocupação militar de favelas do Rio de Janeiro através do Programa de Pacificação de Favelas, já mencionado, e

²⁴ Cf. Fiscais flagram trabalho escravo em obra da OAS para ampliação do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP). Repórter Brasil. 25 set.2013. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2013/09/fiscais-flagram-trabalho-escravo-em-obra-da-oas-para-ampliacao-do-aeroporto-internacional-de-guarulhos-sp/>>.

²⁵ Obras nos estádios da Copa de 2014 já causaram morte de oito operários. Globoesporte. 30 mar. 2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/03/obras-nos-estadios-da-copa-de-2014-ja-causaram-morte-de-oito-operarios.html>>.

²⁶ Segundo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, mais de dez mil famílias foram removidas só no Rio de Janeiro, com diferentes justificativas: para passagem do BRT, construção do Parque Madureira, estacionamento para o Maracanã, Parque Olímpico, Engenho, Alargamento do Sambódromo, Porto Maravilha, Teleférico Providência, área de risco ou de interesse ambiental ou histórico (2013: 31).

²⁷ Após a realização dos megaeventos esportivos é comum artigos na imprensa sobre equipamentos abandonados ou tornados obsoletos. No Brasil não foi diferente. Cf. 30 serie pictures that show what happens to Olympic venues after the games end. Insider. 26 de out. 2018. Disponível em: <<https://www.insider.com/abandoned-olympic-venues-current-day-pictures-2016-5#the-bobsled-course-on-mount-trebevic-is-totally-overgrown-and-covered-in-graffiti-4>>

²⁸ Cf. Os Blindados da Copa. UOL Esporte. 2018. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/blindados-da-copa-custaram-r-15-milhoes-mas-so-metade-segue-em-operacao/#page1>>.

²⁹ Cf. PM terá blindados com jatos d'água, gás e até tinta em manifestações. Portal G1. 14 dez. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/pm-tera-blindados-com-jatos-dagua-gas-e-ate-tinta-em-manifestacoes.html>>.

na forma como as milícias operam em diversos bairros da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, de maneira articulada com o poder público e seus aparatos policiais – conforme exploramos, Da Motta e eu, neste dossiê. Argumentamos que os megaeventos esportivos realizados no país ofereceram um contexto que legitimou o aumento e a disseminação da militarização através de diversos elementos que a constituem como dispositivo, entre eles a “pacificação” de favelas como política de segurança e a milícia como forma de atuação estatal, ainda que formalmente ilegal. Argumentamos ainda que tal aumento e disseminação não retrocedem ao final do ciclo dos Megaeventos Esportivos – ao contrário, a militarização tem se sedimentado cada vez mais. Fortes indícios dessa sedimentação seriam a adesão cada vez maior a valores marciais, como a ordem, o controle e a punição – tendo em vista o imaginário acionado por candidatos vitoriosos nas últimas eleições, como o governador Wilson Witzel, no Rio de Janeiro, e o presidente Jair Bolsonaro. Outros exemplos seriam o aumento nos indicadores de violência letal, especialmente a policial, no Estado³⁰, e o crescimento das milícias – existindo evidentemente outros. Destarte, defendemos que a militarização é um “legado” dos Megaeventos Esportivos – ainda que estes não sejam a única condição para aquele, ambos estão fortemente imbricados em nossa história recente.

Esse esforço de sistematização buscou fomentar o interesse do leitor para o tema, cuja relevância permanece. Os megaeventos esportivos ainda estão entre nós, mobilizando narrativas sobre nosso passado recente que informam nosso futuro próximo, como as eleições de 2020. Em 2017, após denúncias de abandono de equipamentos esportivos logo após o final das competições, chamados de “elefantes brancos”, e pedidos de explicação por parte do Poder Judiciário, o ex-prefeito Eduardo Paes garantiu não ter cometido nenhuma infração. Na mesma matéria da imprensa estrangeira, o Comitê Olímpico Internacional defendeu o legado das Olimpíadas de 2016, pediu que não fossem feitos julgamentos apressados e declarou: “O que sabemos é que o Rio é um local melhor após os Jogos Olímpicos”³¹. Este dossiê é um convite para refletirmos e debatermos sobre os limites, os efeitos e as consequências de declarações como essas.

³⁰ “RJ tem alta de homicídios e queda de mortes por policiais em março”. 25 abr. 2020 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/rj-tem-alta-de-homicidios-e-queda-de-mortes-por-policiais-em-marco.shtml> e “Polícia do Rio mata, em média, 5 pessoas por dia em agosto”. *Portal de Notícias UOL*. 19 set.2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/09/19/policia-do-rio-de-janeiro-mata-5-pessoas-por-dia-em-agosto.htm>>.

³¹ “What we know is that Rio is a better place after the Olympic Games,” no original. Cf. “Rio Olympic planning assailed for ‘white elephant’ venues”. CBC Press. 23 maio 2017. Disponível em: <<https://www.cbc.ca/sports/olympics/rio-de-janeiro-white-elephants-1.4127305>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

Referências

ANISTIA INTERNACIONAL.

(2016) *A violência não faz parte desse jogo!* Rio de Janeiro: Anistia Internacional. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Briefing-PORT.pdf>>.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO.

(2013) Megaeventos e violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. *Dossiê*. Rio de Janeiro, maio.

DATAFOLHA.

(2014) 51% dos brasileiros aprovam realização da Copa no Brasil. *Opinião Pública*. 10 de junho. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/06/1467905-51-dos-brasileiros-aprovam-realizacao-da-copa-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George.

(2013) O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. *Horizontes Antropológicos*. 40. pp. 19-63.

DE PAULA, Marilene; BARTELT, Dawid Danilo.

(2014) *Copa para quem e para quê?* um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

FOUCAULT, Michel.

(2000). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

GAFFNEY, Christopher.

2010) Mega-events and socio-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. *Journal of Latin American Geograp*. pp. 7-29.

(2016) Segurança Pública e os megaeventos esportivos no Brasil. In SANTOS, O., GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. Q. (eds.) *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Letra Capital Editora: Rio de Janeiro, pp. 165-184.

(2019) Can We Blame it on Rio? *Bulletin of Latin American Research*, v. 38, n. 3, pp. 267-283

GIULIANOTTI, Richard; KLAUSER, Francisco.

(2010) Security Governance and Sport Mega-events: Toward an Interdisciplinary Research Agenda. *Journal of Sport and Social Issues* 34 (1) pp. 49-61.

GONÇALVES, Guilherme Leite; MACHADO, Marta Rodríguez de Assis.

(2018) Uma sentença contra Junho. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Outubro.

GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sérgio.

(2020) *Um porto no capitalismo global*: Desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Boitempo.

LEITE, Márcia Pereira *et al.*

(2018) *Militarização no Rio de Janeiro*: da “pacificação” à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula.

MAGALHÃES, Alexandre.

(2013) O “legado” dos megaeventos esportivos. a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, n. 40, pp. 89-118.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (Orgs.).

(2011) *O Jogo continua*: Megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EDUERJ.

MASCARENHAS, Gilmar.

(2013) Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016: conceito e realidade na produção da cidade olímpica. *Revistas Continentes*, v. 2, n. 3.

MENEZES, Palloma Valle.

(2018) Monitorar, negociar e confrontar: as (re) definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. *Tempo Social*, v. 30, n. 3, pp. 191-216.

RIBEIRO, Ludmila; VILAROUCA, Márcio Grijó.

(2018) “Ruim com ela, pior sem ela”: o desejo de continuidade das UPPs para além das Olimpíadas. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 6, p. 1155-1178.

VAINER, Carlos B.

(2011) Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro. *Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano* (ANPUR), vol. 14.

ZIMBALIST, Andrew.

(2015) *Circus Maximus: The Economic Gamble Behind Hosting the Olympics and the World Cup*. Washington D. C.: Brookings Institution Press.

A tragédia que a Copa legou ao Brasil – as Jornadas de Junho e a efervescente anticorrupção¹

Arlei Sander Damo²

Resumo

Este texto explora as conexões entre os megaeventos esportivos realizados no Brasil em 2014 e 2016, em particular a Copa das Confederações, de 2013, e os megaprotestos que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho. As publicações produzidas logo após essas manifestações enfatizaram a participação de coletivos de esquerda, aqui tratados como insurgentes, e a multiplicidade de pautas. Investigações a posteriori, com as quais procuro dialogar, tendem a enfatizar a emergência de pautas conservadoras e antidemocráticas, aqui tratadas como intransigentes. Acompanho aqueles textos que enfatizam o discurso anticorrupção como o principal destaque das Jornadas de Junho, em torno do qual se produziu uma espécie de consenso improvável, porque aproximou e confundiu insurgentes e intransigentes. O objetivo principal é mostrar como a preparação para os megaeventos e, particularmente, as alianças entre dirigentes esportivos, grandes empreiteiras e políticos de diferentes matizes, incluindo-se Lula e Dilma, mobilizaram críticas generalizadas em relação à gestão do Estado. Uso o conceito de escala para mostrar como principiaram as manifestações de 2013, antes das Jornadas de Junho, e de como elas adquiriram e perderam tração. Um dos eventos centrais nesse processo, tanto de mudança de escala como de torção ideológica, foi a aparição acompanhada de vaia à presidente Dilma ao lado do então presidente da FIFA, Joseph Blatter, quando da abertura da Copa das Confederações.

Palavras-chave

Jornadas de Junho. Megaeventos no Brasil. Corrupção.

Abstract

This text explores the connections between the sporting mega events held in Brazil, in particular the Confederations Cup (2013), and the mega-protests known as Jornadas de Junho (loosely translated as June Journeys). Publications immediately following such protests emphasized the participation of left-wing collectives, referred here as insurgents, and the multiplicity of agendas. Later investigations, with which I seek to dialogue, tend to emphasize the emergence of conservative and

¹ Este texto é uma versão modificada de palestra realizada no encerramento do Seminário CIDADES, nas dependências da UERJ, em 4 de julho de 2018. Sou especialmente grato a Lia de Mattos Rocha e Frank Davies pelo convite.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS. E-mail: arleidamo@gmail.com.

undemocratic guidelines, referred here as intransigent. I follow those texts that emphasize the anti-corruption discourse as the main highlight of the June Journeys because it brought together and mixed up insurgents and intransigents. The main objective is to show how the preparation for the 2014 World Cup - in particular the alliances between sports leaders, construction developers and politicians of different backgrounds, including Lula and Dilma - has mobilized widespread criticism regarding state management. I use the concept of scale to show how the 2013 protests, before the June Journeys, and how they gained and lost traction. One of the central events in this process, both of scale and ideological twists, was when President Dilma was booed while standing next Joseph Blatter, the FIFA President at the time, at the opening of the Confederations Cup.

Keywords

Journeys. Mega-Events in Brazil. Corruption.

Em sociedades democráticas, protestos no entorno da Copa ou dos Jogos Olímpicos³ são esperados, razão pela qual o projeto “Megaeventos esportivos no Brasil – uma perspectiva etnográfica”, desenvolvido a partir de 2010 – possuía um eixo voltado à temática das mobilizações políticas.⁴ Até 2013 nossa atenção esteve focada nas ações dos Comitês Populares da Copa, organizados para dar suporte às comunidades ameaçadas por remoções forçadas e na mobilização dos povos indígenas, mas sem descartar a possibilidade da entrada em cena de outros coletivos.⁵ A investigação não previa, obviamente, a escala das manifestações ocorridas ao longo de 2013, em particular aquelas que ficariam conhecidas como

³ Por economia de linguagem, “Copa” refere-se à “Copa do Mundo de Futebol Masculino”, competição organizada a cada 4 anos pela Federação Internacional de Futebol Association (FIFA); quando estiver me referindo à “Copa das Confederações”, organizada pela mesma entidade, farei por extenso. Se estiver me referindo a uma edição em particular desses eventos, declinarei o ano, a menos que isto esteja subentendido. Vale a mesma orientação para os “Jogos Olímpicos”, que se referem aos “Jogos Olímpicos de Verão”, evento organizado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI).

⁴ O projeto constava, pois, de quatro módulos principais, a saber: reforma e construção dos estádios; eventos satélites; construções narrativas; protestos e manifestações. O projeto contou com o financiamento do CNPq, entre 2012 e 2014, e com o suporte da UFRGS/CNPQ, entre 2012 e 2016, através da concessão de bolsas de Iniciação Científica. Participaram do projeto estudantes de diferentes níveis, da graduação ao doutorado. Farei referência a eles quando conveniente ao longo do texto, exceto nos casos de Moisés Kopper e Julia Cardoni, cuja participação não resultou em publicações.

⁵ Sobre a mobilização de resistência às desocupações, tendo como ponto de partida o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, conferir Araújo (2014), Mesomo (2015) e Mesomo e Damo (2016). Para o caso da mobilização indígena, ver Hermann e Damo (2014). Outras publicações derivadas do projeto “Megaeventos Esportivos...” a este respeito serão referidas no momento oportuno no decorrer do texto.

Jornadas de Junho (JsJ), emaranhadas à Copa das Confederações, evento preparatório à Copa 2014.

O caráter multifacetado das reivindicações que ganharam as ruas e a diversidade das pessoas e grupos tornaram as JsJ um desafio à síntese. Mais que isso, ensinaram uma disputa pelo sentido dos protestos, o que na maioria das vezes acabou por reduzi-los em termos de complexidade. Alguns intérpretes sugeriram tratar-se de uma crise de representação da democracia liberal, haja vista a tendência de rejeição às intermediações institucionais – partidos políticos, sindicatos, entidades de classe ou equivalentes. Outros preferiram destacar o foco voltado para a crítica à qualidade dos serviços públicos, especialmente os de saúde e educação, cujas menções foram frequentes em cartazes portados individualmente nas ruas ou nas *hashtags* mais curtidas e retuitadas. Diz-se que tudo principiou com a mobilização contra o aumento das passagens urbanas, até se propagar a ideia de que a revolta “não era apenas pelos 20 centavos”. Desse jargão tantas vezes repetido, poder-se-ia deduzir que os protestos foram contra o *establishment*, e a queda vertiginosa dos índices de aprovação dos políticos de todos os matizes ideológicos corrobora a suspeita. Ampliando-se a escala temporal dos eventos – antes e depois da JsJ –, é possível vislumbrar o recrudescimento e a perda de suporte dos grupos, aqui nomeados *insurgentes*, responsáveis por lançar as manifestações ainda nos primeiros meses de 2013. Posteriormente às JsJ nota-se a articulação e o protagonismo de outros grupos, de matiz contrária, aqui denominados *intransigentes*.⁶

O objetivo deste texto é apresentar algumas hipóteses sobre como teria ocorrido a torção das pautas no contexto mesmo em que se produziram as JsJ. A bibliografia em Ciências Sociais vinda à tona na esteira dos fatos tendeu a enfatizar o ponto de vista dos insurgentes, ao passo que em publicações mais recentes enfatiza-se a emergência do que seriam os intransigentes. Passados pelo menos um ciclo de Copa – em breve um ciclo Olímpico – e, sobretudo, duas

⁶ A categoria insurgente vem sendo usada pela bibliografia e carece de maiores justificações, uma vez que os próprios movimentos se reconhecem nela (BENTES, 2014). Quanto à categoria intransigentes, trata-se de uma escolha *ad hoc*, uma espécie de guarda-chuva para agrupar pessoas e grupos que se definem por posições “à direita” do espectro político, em que pese muitas tenham se manifestado contra a política e reivindicado pautas antidemocráticas e de ultradireita, lembrando, em muitos aspectos, o fascismo e o integralismo. Todavia, alguns desses movimentos orbitam num espectro mais liberal, com pautas de ocasião, caracterizando-se como “antipetistas”, “moristas” (em referência ao juiz de primeira instância responsável pela condenação do ex-presidente Lula em 2018) e “lava-jatistas” (em alusão à controversa operação do Ministério Público que culminou com a condenação de Lula e outros políticos e empresários destacados). Intransigentes me parece um termo mais englobante do que reacionários e evita que suas pautas sejam ridicularizadas, simplesmente, como frequentemente ocorre com as Ciências Sociais quando se voltam para públicos com os quais não têm simpatia.

eleições presidenciais, um *impeachment* e outros eventos de porte – inclusive na esfera política internacional – é possível inserir na narrativa sobre as JsJ um antes e um depois. Isto é essencial para se perceber a “torção ideológica” – alguns autores falam em virada – que contribuiu para promover uma assertiva com a qual está de acordo boa parte das investigações mais recentes: como foi possível essa torção e, fundamentalmente, em que medida os megaeventos esportivos teriam contribuído para tal?

Pretendo, pois, discutir algumas hipóteses acerca das conexões entre as JsJ e a Copa da Confederações. Se observada a cronologia, apenas, a conexão é óbvia, tanto que todos os textos sobre as JsJ se referem à simultaneidade dos eventos, mas, salvo exceções, poucos avançam em relação à qualidade dessa conexão. O argumento aqui desenvolvido é de que os megaeventos esportivos impactaram as JsJ de modo mais intenso do que a bibliografia supõe. Em que pese a multiplicidade de pautas levadas às ruas pelos insurgentes, poucas prosperaram. A contestação à qualidade do transporte público – incluindo-se o preço, que foi um disparador – produziu resultados pífios. Esta pauta, inclusive, tinha escassa relação com os megaeventos esportivos, à exceção de algumas cidades, como o Rio de Janeiro⁷. Já as críticas generalizadas aos serviços públicos, que acabariam minando a popularidade de quase todos os políticos que ocupavam cargos eletivos à época, em particular a da presidente Dilma Rousseff, possuem uma relação mais estreita com os megaeventos, em particular com as narrativas construídas sobre os aportes públicos visando às reformas e/ou construções dos estádios que sediarão a Copa.

A confrontação entre a exuberância das novas arenas e a precariedade de hospitais e escolas públicas era de fácil assimilação. Ainda que os investimentos nas áreas de saúde e de educação estivessem em alta ou que o total de recursos empenhados nos estádios, via financiamento, fosse menos de 5% da soma do orçamento anual dos ministérios da Saúde e da Educação, a narrativa contrastante tornou-se verossímil. Os insurgentes, em sua maioria, eram usuários efetivos dos serviços públicos e, portanto, poderiam reivindicar a legitimidade para contestar as novas arenas – “Da Copa eu abro mão, mais saúde e educação”. Além de suntuosas, elas estavam destinadas ao passatempo das elites, contrariamente aos velhos estádios, mais generosos com as classes populares. Os

⁷ Pelo fato de sediar jogos da Copa, incluindo-se a final, e os Jogos Olímpicos, a cidade do Rio de Janeiro certamente foi a mais impactada com a realização dos megaeventos no Brasil. Em termos de mobilidade urbana e remoções forçadas, foi a cidade que mais teve intervenções e as mais portentosas (GUTTERRES, 2014), em termos econômicos e estéticos, razão pela qual o Rio de Janeiro constitui, em boa medida, um caso à parte.

intransigentes não eram usuários de serviços públicos básicos, como saúde e educação, e seriam beneficiados com as novas arenas, mas as eschachavam sob o argumento de que seus impostos estavam sendo mal geridos, pois alguns estádios estavam condenados à obsolescência e outros eram suspeitos de superfaturamento. Ainda que por razões distintas, todos se voltaram contra as arenas, a Copa, os megaeventos e os seus promotores – a FIFA e o Governo Federal, sobretudo. Todos contra o Estado; eis uma das sínteses possível das JsJ.

Para identificar o ponto de torção ideológica, em que os discursos de uns e outros aparecem emaranhados, é importante observar as pautas que sobressaíram após as JsJ. Pelo que a bibliografia mais recente indica, foi o discurso anticorrupção (MELO; VAZ, 2018; MENDONÇA, 2018)⁸, que emergiu soberano das JsJ. Articulado pela grande mídia (OLIVEIRA, 2018), retornou às ruas intermediado por grupos tais como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua e o Revoltados on Line, “filhos diletos” das JsJ.⁹ Pretendo, em diálogo com os textos que vão nessa direção, apresentar argumentos pontuais que ajudem a entender como a corrupção se sobressaiu em relação a outras pautas, suscitando, inclusive, a criação de movimentos que até então não existiam e dando respaldo popular à megaoperação Java-Jato, desencadeada no início de 2014 e responsável indireta pelo *impeachment* da Presidente Dilma, em 2016, pelo encarceramento do ex-presidente Lula – o principal avalista dos megaeventos esportivos – e decisiva nas eleições de 2018. Em uma enquête realizada em 2012, 70% dos entrevistados se declaravam favoráveis à realização da Copa no Brasil – eram 79% em 2008, quando as obras sequer haviam sido iniciadas –, 76% acreditavam haver corrupção (DAMO; OLIVEN, 2014, p. 155-6). Independentemente de haver corrupção efetiva, havia a crença na sua existência, e isso é preciso ser levado em conta quando se analisa a torção no sentido dos protestos no decurso das JsJ.

O texto está subdividido em três partes. Na primeira, recupero alguns argumentos trabalhados com mais profundidade em textos anteriores, destacando, basicamente, o fato de que o prefixo mega acoplado a eventos como

⁸ “[D]iferentemente da tese de que a ampliação do movimento propiciou a abertura irrestrita da pauta, sustentamos um outro posicionamento: a entrada do tema específico ‘combate à corrupção’ foi que permitiu a massificação das manifestações. O fato de a corrupção ter sido o único tópico de reivindicação que permaneceu como bandeira de luta nas manifestações de 2015 e 2016 endossa essa linha de argumentação.” (MELO; VAZ, 2018, p. 31)

⁹ Para um apanhado dos movimentos ditos intransigentes que emergiram ou se consolidaram com as JsJ consultar Gohn (2017). Para uma discussão sobre novos movimentos liberais que atuam no formato de *think tanks*, sugiro os trabalhos de Rocha (2015) e de Barbieri (2018), este último em perspectiva etnográfica.

as copas e os jogos olímpicos demanda uma produção discursiva a cargo do marketing que serve às agências esportivas. Também destaco o conceito de escala, essencial tanto para a compreensão desta produção quanto para o entendimento da arquitetura dos eventos esportivos e seus nexos com outros eventos. Na segunda parte, realizo uma síntese dos arranjos institucionais – agências esportivas, grandes empreiteiras e Governo Federal – e de certas decisões concernentes à reforma e construção de arenas para a Copa 2014, processo no decurso do qual sobressaíram críticas de diferentes matizes políticas relativas à gestão de recursos públicos. A reforma e a construção das novas arenas produziram um discurso eloquente, verossímil e facilmente assimilável, de que tais empreendimentos eram moralmente injustificáveis. Na terceira parte procuro mostrar como essa narrativa contra o Estado, em sentido lato, seria uma espécie de decantação de tudo o que se dizia contra a Copa. Diálogo com parte da bibliografia sobre as JsJ, especialmente aquela que enfatiza o discurso anticorrupção como o grande destaque. Ao longo do texto alterno referências bibliográficas sobre as JsJ com informações etnográficas colhidas ao longo do projeto “Megaeventos Esportivos...”. No que concerne às manifestações que precederam e sucederam às JsJ – cuja escala foi nacional – me reportarei com frequência a Porto Alegre, em parte por razões etnográficas, de outra pela importância que tiveram as mobilizações nessa cidade antes que elas adquirissem escala nacional e se convertessem nas JsJ.

1. Metanarrativas para (mega)eventos

Eventos, como diria Sahlins (1990), são os acontecimentos e suas significações. Eu acrescentaria, para o caso dos eventos esportivos, a imaginação, pois parte expressiva das significações não apenas precedem senão que modulam os acontecimentos em si. Para dar uma ideia da força dessas narrativas que se antecipam aos fatos, criando sentidos, expectativas e justificativas, retomarei o relato sucinto de uma “descoberta” realizada em janeiro de 2014, ocasião em que preparava uma publicação (DAMO; OLIVEN, 2014). Em certa circunstância, julguei pertinente emoldurar com cifras o argumento sobre o impacto da Copa do Mundo; um número relacionado à audiência, como é usual em toda a sorte de publicações do gênero. Não lembro com precisão quais os termos utilizados na busca realizada no Google, mas entre os primeiros resultados dela constava uma matéria cujo título dizia: “Copa de 2014 deve injetar R\$ 142 bilhões na economia

brasileira”.¹⁰

Só poderia ser mais um desses prognósticos que a imprensa esportiva notícia como sendo de uma “consultoria internacional”, sem sequer informar a fonte. Havia realizado uma revisão bibliográfica a respeito da construção dessas estimativas, sendo convencido de que careciam de fundamento metodológico e, na maior parte das vezes, eram produzidas por encomenda (ANDREFF, 2010). O interesse, portanto, não deveria centrar-se na matéria, mas na fonte por ele indicada: um dossiê produzido pela agência de consultora Ernest & Yong (atualmente E&Y) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (E&Y/FGV, daqui por diante).

Confrontando-se as previsões sobre geração de empregos do dossiê “Brasil sustentável: impactos econômicos da Copa do Mundo 2014” com os dados do CAGED, a discrepância mostrou-se espetacular (DAMO, 2016, p. 29-30). Andreff estava coberto de razão, mas talvez eu não devesse ter ignorado outra faceta dos relatórios desse tipo – dispositivos sociotécnicos, em termos de Callon (2013, p. 368) – dado que eles poderiam ser convincentes mesmo quando equivocados. Em razão das lacunas metodológicas, as opiniões mais recomendáveis não recomendariam relatórios tais como o “Brasil Sustentável”, e submetido à prova ele não resistiu. Em que pese se defina como um dispositivo “técnico”, sua narrativa flerta com a ficção ao apresentar números que, dispostos em tabelas e gráficos, sugerem uma fábula de natureza performativa. Aquilo que é apresentado como projeção não passa de um cenário imaginativo, uma narrativa ilusória – em sentido empregado por Bourdieu (1995) à noção de *illusio*, equivale a interesse ou libido. Realizando uma pesquisa mais detalhada a respeito da trajetória do relatório da E&Y/FGV, foi possível identificar uma lista extensa de discursos políticos e de eventos nos quais a peça figurou como argumento – tipo lacração – para justificar os investimentos públicos demandados pelos megaeventos.

Outra finalidade de relatórios sociotécnicos, tais como o da E&Y/FGV, é a própria construção da ideia de megaevento. Dizendo de maneira direta, as agências promotoras necessitam acoplar o prefixo mega ao de evento, podendo isso ser realizado de múltiplas formas. Uma delas é a veiculação deliberada de estimativas alvissareiras, ainda que precariamente fundamentadas. Outra, igualmente recorrente, é conectar as *performances* esportivas com eventos de naturezas distintas – o turismo, a empregabilidade, as construções ecológicas, as obras de mobilidade urbana, e assim por diante – sendo tais conexões pensadas

¹⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/06/copa-deve-injetar-r-142-bilhoes-na-economia-brasileira.html>. Acesso em: 15 nov. 2019.

por agências de marketing que assessoram a FIFA e o COI, como de resto é usual no mundo corporativo.

Pode-se definir um megaevento, em termos genéricos, como um conjunto de eventos conectados, uma modalidade de *assemblage* (ONG; COLLIER, 2005). Mega não é um prefixo apenas; é uma questão de escala, a ser construída concreta e imaginariamente. A questão da escala é, por assim dizer, um problema clássico da antropologia, tanto no que se refere à própria produção do conhecimento – de como se passa do particular ao geral, do individual ao coletivo, e assim por diante – quanto das questões com as quais ela lida – o local e o global, por exemplo. No que concerne à produção contemporânea que aborda essa questão, gostaria de destacar ao menos três qualidades atinentes à noção de escala.¹¹

Primeiro, a ideia de que a escala é uma construção discursiva – o local e o global não existem como entidades per si, assim como não existe, necessariamente, oposição entre elas. A discussão adquiriu projeção – ou escala, com o perdão da redundância – com o debate sobre a globalização e os projetos de cooperação transnacional, encaixando-se perfeitamente aos megaeventos esportivos. A segunda questão tem a ver com o fato de que escala não implica somente uma noção de grandeza, antes de arranjos – conexões, articulações, enquadramentos, etc. Em muitos casos – ou na maioria deles – as coisas que se pretende encaixar são de naturezas diversas, podendo envolver práticas e discursos, pessoas e coisas, interesses públicos e privados, hegemonias e minorias, e assim por diante. O terceiro destaque diz respeito à produção das escalas, um processo jamais estanque, unilateral, desprovido de embates, conflitos, contradições, enfim, de acoplamentos que precisam ser ajustados, mas que por vezes resistem a essa tentativa. Podem-se dizer maravilhas sobre os megaeventos, como no relatório “Brasil Sustentável”, ou dizer o inverso, ao tratar das violações de direitos humanos (ROLNIK, 2011).

Em casos como as Copas do Mundo ou os Jogos Olímpicos, fica patente o fato de os jogos propriamente ditos articularem-se de maneira tal que constituam uma totalidade. Nas fases eliminatórias, organizadas pelas agências continentais, depuram-se os times que participarão da fase derradeira. Essas *assemblages* ampliadas conectam, desde o princípio, as disputas esportivas ao simbolismo nacional, e a razão não é outra senão agregar escala, para daí amearhar público,

¹¹Não há como tratar aqui do problema epistemológico, de se realizar etnografia de megaeventos, o qual tive que enfrentar inúmeras vezes ao longo desses anos à medida em que me propus a realização de um projeto de escala nacional com ferramentas artesanais. Para o uso da noção de escala, sugiro os textos clássicos de Tsing (2000) e Marston (2000), a discussão de Cesarino (2014) e, sobretudo, para o uso num contexto etnográfico no qual me inspiro aqui, Simoni (2009). A partir dessas referências, pode-se acessar uma série bem mais extensa de bibliografia sobre o tema.

publicidade e dividendos. Um time de futebol ou mesmo um competidor individual, de qualquer modalidade, torna-se outra coisa que não um simples atleta ao vestir-se com um uniforme que o aproxima dos símbolos nacionais, tornando-se então uma entidade coletiva extraesportiva. Em que pesem os conflitos, FIFA e COI possuem uma expertise nessa modalidade de acoplamento, algo naturalizado pelo público e tido como tradição dos megaeventos (GIGLIO, 2018).

De qualquer sorte, a Copa e as Olimpíadas são competições que precisam de um espaço físico real para acontecer; a realidade que elas produzem, ou o tipo de emoção, se preferirem, vem justamente desses confrontos reais, conquanto eles sejam experienciados como ficção e, do ponto de vista econômico, importe mais alcançar expectadores através de imagens do que deslocar pessoas aos locais dos eventos. Sendo assim, os jogos poderiam acontecer sempre em um mesmo país ou cidade – poder-se-ia criar uma cidade olímpica ou futebolística, como as cidades cinematográficas. Por tradição – razões econômicas e simbólicas inclusas – tanto a FIFA quanto o COI preferem alocar suas *assemblages* em países e cidades diferentes a cada nova edição. Estabelecer nexos outros que não a simples relação instrumental – do tipo: precisamos que construam a infraestrutura para nosso evento – é essencial para o sucesso do empreendimento. E para serem eficazes nesse processo, a ponto de haver disputas pelas sedes, é fundamental que se construam, desde o ponto de partida, narrativas em escala ampliada, cujo objetivo, primeiro, é a produção do evento como algo extraordinário, uma oportunidade única e imperdível.¹²

Ainda mais susceptível às questões de escala são as agências públicas consorciadas. No caso da Copa de 2014, já discuti em outras oportunidades (DAMO, 2016; DAMO; OLIVEN, 2014) a forma como o Governo Federal assimilou a frente discursiva proposta pela FIFA, nitidamente influenciada pelo marketing da entidade, justificando o empenho para a realização da Copa como uma oportunidade (depois transformada em obrigação) que demandava investimentos (um eufemismo para custos ou gastos), mas geraria legados (a mais etérea das três categorias, pois se alegava que parte deles seriam “intangíveis”) como compensação.

Para tornar verossímil a ideia de que a Copa seria um evento da nação – o “Brasil” enquanto uma totalidade – foi necessário disseminar sedes e levantar

¹² Outras modalidades de megaeventos ou megaempreendimentos demandam estratégias inversas, minimizando ou omitindo seus impactos ou parte deles. Penso, de maneira contrastiva, nos megaempreendimentos com implicações sociais ou ambientais de grande monta e, portanto, tendem a gerar tanto mais controvérsias quanto maior for a publicidade.

estádios economicamente insustentáveis, além de o Estado cumprir exigências contratuais com a FIFA, pois do contrário o país perderia as benesses do mantra marqueteiro veiculado sob o rótulo de *soft power* (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2018). Além de estádios popularmente chamados de “padrão FIFA”, Blatter e seus assistentes exigiam o mesmo em relação à mobilidade, hospedagem, segurança, alimentação e conectividade, entre outros. Tais conexões são pensadas para circunscrever o risco dos torcedores visitantes aos jogos e ainda assim a uma experiência mimética; tudo o resto deve ocorrer dentro de um registro de normalidade e de previsibilidade.¹³ Para atender às exigências da FIFA, o governo brasileiro conectou aos estádios obras outras que acarretaram mais dispêndio de recursos públicos, com remoções forçadas e até mudanças de legislação. O resultado foi a produção de um emaranhado que tornou possível a realização dos jogos de forma satisfatória – enquanto um evento esportivo a realização da Copa foi um sucesso – mas deixou inúmeros fios desconectados, que seriam explorados nas manifestações de 2013.

A Copa pode ser considerada um evento extraordinário pela magnitude e pela excepcionalidade, mas não seria um protótipo de evento crítico, no sentido de Das (1995). Não é algo inesperado, nem disruptivo – a única disrupção aceitável é em relação ao resultado dos jogos, mas nesse caso é algo próprio ao ritual e, portanto, previsível. Também é discutível o enquadramento de manifestações políticas nesse rótulo, pois isto seria supor que estas sejam disruptivas, quando o melhor seria pensá-las como atinentes às sociedades democráticas. Contudo, a escala das JsJ é que foi extraordinária e talvez por isso se possa aplicar a noção de evento crítico, tanto mais que não se previa o acoplamento das manifestações insurgentes à Copa das Confederações.

No entanto, foi justamente o encaixe temporal dos dois megaeventos – ou teriam se tornado um só? – o ponto de partida para uma série de questões concernentes às conexões mais sutis. Além da questão temporal, há outros nexos que fizeram com que a festa esperada resultasse nos protestos ocorridos, o que implicou uma dupla mudança de escala. De uma parte, as manifestações dos insurgentes, localizadas em algumas capitais, se nacionalizaram. Isto só foi possível devido à agregação de outros manifestantes, incluindo-se os intransigentes, que alteraram a escala ideológica das pautas. De outra parte, os intransigentes e suas pautas contribuíram decisivamente para acoplar os

¹³ É um tipo de deslocamento sem a expectativa de sobressaltos – aeroporto, hotel, ponto turístico, comida típica mesclada com cozinha internacional, algum ritual ou espetáculo exótico com o qual se terá um envolvimento distanciando e, claro, a ida aos jogos, razão pela qual os estádios devem estar conformes a esse padrão.

protestos políticos ao evento esportivo, e, ao fazê-lo, não apenas se alterou a escala das manifestações em termos de proporção, mas de sentido, agregando um matiz verde e amarelo até então inexistente.

2. A nebulosa trama envolvendo as arenas e a emergência da narrativa da corrupção

Entre uma dezena de rubricas, a remodelação dos estádios seria responsável por aproximadamente 1/3 dos 27 bilhões de reais empenhados pelo Governo Federal na preparação da Copa 2014, segundo levantamento do Tribunal de Contas divulgado em relatório sociotécnico – nos moldes do Brasil Sustentável, da E&Y/FGV, mas com o propósito de *accountability* (DAMO, 2016). Esses recursos foram destinados como financiamento – e não doação! – do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), sendo que parte deles foi acessado por entes públicos (governos estaduais) e outra por agentes privados (empreiteiras consorciadas com clubes). Mesmo que subsidiado, o dinheiro do BNDES não fugiu aos moldes de outros financiamentos concedidos pelo banco. Do ponto de vista estritamente econômico, não haveria motivos para controvérsias, mas do ponto de vista de uma outra economia, de ordem moral, aquilo que o governo tratava como investimentos, seguindo o discurso da FIFA, transformou-se em gastos no jargão das ruas. E o pior: em gastos injustificáveis.

Ocorre que os estádios constituem um espaço holográfico, pois condensam o “território do torcer”, o local de realização dos eventos, da fixação das memórias, das performances exuberantes, das experiências dramáticas, e assim por diante. Inicialmente, a “modernização” dos estádios foi aclamada na mídia esportiva, sendo apresentada como uma das razões que justificavam a realização da Copa no Brasil. Por modernização, no registroêmico, deve-se entender, basicamente, uma modalidade de “europeização”, uma vez que o Caderno de Encargos da FIFA, que se ocupava das especificações das arenas, propunha um modelo conhecido como *all seat*, implementado a partir da Inglaterra na década de 1990, cuja ênfase recai sobre os itens segurança e conforto (MASCARENHAS, 2009; CAMPOS, 2014). A bibliografia tem adotado o neologismo arenização para se referir a esse modelo, que contrasta com seus predecessores, e destacado, entre outros aspectos, seu caráter excludente, seja em relação à diversidade das formas de torcer, seja em relação ao público de baixa renda.¹⁴

¹⁴ Há extensa bibliografia a esse respeito, entre as quais Duke (1994), Curi (2012), Holanda (2014), Holanda e Medeiros (2019), Mascarenhas (2009), Campos (2016), Bochi (2016), Campos (2014),

Seguindo-se Ingold (2012), um estádio é algo mais do que uma montanha de concreto, tendo sua vida efetiva – e efervescente – à medida que recebe jogos e, sobretudo, público. Seguindo-se essa orientação, pode-se considerar como natimortas algumas das arenas edificadas para a Copa 2014. A obsolescência (mal)programada de estádios não é novidade no Brasil, pois a Ditadura Militar construiu vários desses exemplares. O mais bizarro deles, talvez, o Colosso da Lagoa, na cidade de Erechim, comportava à época de sua inauguração toda a população da cidade.¹⁵ Já os casos de obsolescência ocorridos com a Copa 2014 resultam, por um lado, de decisões políticas com fins eleitorais, por outro lado, se assemelham àqueles da Copa de 2006, realizada na África do Sul, e poderiam ser rotuladas como decisões políticas fundamentadas em ilusões econômicas – uma delas associada às possibilidades de multiuso, muito propalada à época das edificações, mas cuja gestão tem se revelado problemática.

O exemplo mais eloquente de obsolescência é o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, pelas dimensões colossais e pelos custos astronômicos. Embora menores e mais baratos, a Arena Pantanal, localizada em Cuiabá, e a Arena Amazônia, em Manaus, foram dois outros projetos difíceis de justificar. A Arena Pernambuco, localizada em São João da Mata, na Grande Recife, corre o risco de vir a ser contabilizada, no futuro, junto com os outros três estádios já referidos, mas aqui merece um destaque, porque talvez seja o protótipo que melhor ilustra a mistificação exercida pelo marketing da FIFA.

À diferença de Brasília, Cuiabá e Manaus, cujos clubes locais participam, quando muito, da série B do Campeonato Brasileiro, Recife têm três agremiações populares oscilando entre as Séries A e C, além de mobilizarem públicos extensos nos circuitos regionais – estadual e nordestino. Todas as três agremiações possuíam estádios próprios, com fortes vínculos territoriais e afetivos de parte dos seus torcedores. Esse “detalhe” foi ignorado pelo projeto da Arena Pernambuco, cujo governador à época, Eduardo Campos, era entusiasta e avalista. A arena foi edificada seguindo uma tendência europeia que tende a deslocar equipamentos destinados a megaeventos para a periferia das cidades. O projeto da Arena Pernambuco foi além, apostando todas as fichas no marketing da FIFA ao imaginar que o estádio serviria como âncora para outros empreendimentos: via de regra um *shopping*, um centro empresarial e um enorme

Oliveira (2017) e Santos (2017).

¹⁵ A construção de estádios era parte da estratégia política da Ditadura, que também havia se imiscuído na gestão do futebol profissional, razão pela qual surgiu o slogan: “onde a Arena vai mal, mais um clube no (campeonato) nacional”. Imaginava-se que tais aberrações tivessem ficado no passado, mas não foi o que aconteceu.

condomínio residencial (NASCIMENTO, 2013). Todavia, o “espírito da copa” não sensibilizou os torcedores do Náutico, o clube destacado para ser o principal usuário da nova arena. De um ponto de vista da economia financeira, o velho estádio dos Aflitos, localizado em bairro nobre de Recife, deveria dar lugar a um *shopping* de alto padrão, enquanto seus torcedores passariam a ver os jogos na periferia. A crônica esportiva, que em geral reverbera entusiasticamente esses modelos de negócio, envernizados pelo marketing, e o *staff* do então governador Eduardo Campos julgaram possível construir uma cidade do zero, mas acabaram demonstrando pouca apetência para compreender uma outra modalidade de economia, aquela de ordem afetiva. Passados pouco mais de 5 anos, a resistência em relação à Arena Pernambuco fez com que a direção do Náutico remodelasse o velho Aflitos e a conquista da Série C, em 2019, ganhou o noticiário esportivo nacional, pois os torcedores fizeram uma comemoração à moda antiga, adentrando o gramado depois do jogo para confraternizar com os jogadores, protagonizando uma festa efusiva, banida das novas arenas em versão *all seat*.

Originalmente, a FIFA sugeriu que fossem usadas entre 8 e 10 sedes, mas por uma decisão do governo brasileiro foram 12. Seguindo-se um critério de sustentabilidade econômica, a Copa ficaria concentrada nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, nesta ordem. Quatro cidades-sedes seriam escolhas óbvias – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre – e outras quatro dificilmente ficariam de fora – Salvador, Recife, Fortaleza e Curitiba. Uma das alegações para estender o número de sedes, ampliando os gastos, foi de que a Copa deveria ser “interiorizada”, mas esse argumento é facilmente contestado. Seguindo-se a lógica econômica, as regiões Norte e Centro-Oeste seriam contempladas e a interiorização assegurada, reformando-se o Serra Dourada, em Goiânia, e um dos estádios de Belém, no Pará, ao invés de construir estádios em Brasília, Manaus ou Cuiabá.

Na época da escolha das sedes, em 2009, o governador do Distrito Federal era o encrencado José Roberto Arruda, afastado do cargo por denúncias de corrupção antes do final do mandato. Em 2010, Agnelo Queiróz, então filiado ao PT, venceu as eleições e seguiu o projeto faraônico original, em que pese nas duas últimas décadas nenhum clube do Distrito Federal ter disputado sequer a Série B Nacional.¹⁶ Goiânia, cuja candidatura foi preterida em 2009, é a capital de um

¹⁶ Em 2018 o Ministério Público do Distrito Federal apresentou denúncia à Justiça Federal a partir das investigações da operação Panatenaico, fruto de delações da Andrade Gutiérrez, principal responsável pela execução do Mané Garrincha. Na denúncia estão citados os ex-governadores José Roberto Arruda (2006-10), Agnelo Queiroz (2011-14), e o ex-vice-governador Tadeu Filippelli (2011-14). Originalmente orçado em 600 milhões, o estádio custou mais de 1,8 bilhão ao governo do Distrito Federal. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/operacao-panatenaico-mpf-denuncia->

Estado que à época era governado por Marconi Perillo, então filiado ao PSDB, principal adversário do PT, e desafeto pessoal do Presidente Lula. Em contrapartida, Blairo Maggi, aliado de Lula desde 2002, governador de Mato Grosso por dois mandatos consecutivos (2002-09) e eleito senador em 2010, teria exercido forte influência na escolha de Cuiabá; assim como Eduardo Braga, outro aliado petista de primeira hora, teria sido decisivo para que Manaus, a capital do Amazonas, da qual era governador e seria mais tarde eleito senador, fosse escolhida como sede. A opção por Natal, em que pese haver dois clubes populares na cidade, também poderia ser agrupada ao bloco das escolhas políticas, como seria pelo menos um outro estádio, a Arena Corinthians, ainda que localizado em São Paulo, um dos principais centros futebolísticos do país.

Mesmo em sedes consideradas escolhas-certas, como Rio de Janeiro e São Paulo, seria contestada a necessidade de se fazer reformas radicais e dispendiosas, como foi o caso do Maracanã, ou de construir um novo estádio, como a Arena Corinthians. No Rio de Janeiro havia sido edificado um novo estádio para os Jogos Pan-americanos, em 2007, mas pesou o argumento de que a Copa tinha de ser no Maracanã, como em 1950. Os escândalos de corrupção, com a condenação do governador de então, Sérgio Cabral, a mais de 200 anos de prisão, parece ser uma pista mais promissora para se chegar às razões efetivas pelas quais o novíssimo estádio Nilton Santos foi preterido e a reforma do Maracanã uma das mais dispendiosas.¹⁷ Dos estádios cujas reformas partiram praticamente do zero, apenas a Fonte Nova, que havia sido interditada por problemas de segurança, parece se justificar tecnicamente.

Porto Alegre foi uma das poucas sedes em que os critérios técnicos preponderaram, pelo menos no ponto de partida. Tendo em vista o porte da cidade e, sobretudo, o fato de que nela estão sediados dois dos principais clubes nacionais, haveria de se esperar que fosse uma das sedes, como de fato aconteceu. Ademais, tanto o Grêmio como o Inter possuíam estádios privados e, portanto, os gastos com reformas teriam de ser bancados pelos clubes, razoável para um país em que prepondera a lógica capitalista. Numa primeira vistoria, realizada ainda em 2007, o Estádio Olímpico foi descartado, mas o Grêmio tratou de se

12-por-superfaturamento-do-mane-garrincha.ghtml

¹⁷ “[...] Além das altas exigências da FIFA para o estádio que sediou a final, a construção também sofreu com desvios e superfaturamentos, chegando a uma soma final de R\$ 1,2 bilhão - R\$ 495 milhões a mais do que o previsto inicialmente. Disso, o TCE (Tribunal de Contas do Estado do RJ) avalia que R\$ 211 milhões tenham sido superfaturados. A reforma do estádio seria suficiente para manter o Museu Nacional por 2.400 anos (...). Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/ultimas-noticias/redacao/2018/09/04/reforma-do-maracana-cobriria-24-mil-anos-de-orcamento-do-museu-nacional.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 30 out. 2019.

beneficiar do crédito junto ao BNDES, fazendo uma parceria com a empreiteira OAS, que participaria da construção de outros estádios, a Arena das Dunas (Natal) e a Fonte Nova (Salvador), esta última em parceria com Odebrecht. Beneficiando-se de benesses do poder público local – como agilização de licenças e mudanças pontuais de legislação, como foi a permuta do terreno onde seria construída a Arena – a OAS colocou o estádio à disposição do Grêmio no final de 2012, antes de todas as demais construções em curso.

Vale a pena referir a construção da Arena do Grêmio – em tempo recorde e com ônus privado, ainda que com financiamento público –, porque mostra como havia alternativas que não implicassem aportes diretos de recursos públicos, como ocorreu com a maioria dos estádios, em particular aqueles bancados por governos estaduais: todos à exceção do Beira-Rio (Internacional), da Arena da Baixada (Atlético Paranaense) e da Arena Corinthians. Isso não impediu que as referências aos gastos com os estádios fossem direcionadas contra o Governo Federal, quando deveriam ter visado aos governos estaduais, se considerar que seriam eles os responsáveis por saldar os empréstimos junto ao BNDES. Exigir coerência de protestos é complicado, mas deve-se destacar que nenhuma das tantas manifestações ocorridas em Porto Alegre ao longo de 2013 e 2014 rumou em direção aos estádios – vale o mesmo para Curitiba.

Todavia, mesmo nas obras privadas, houve a necessidade de intervenções políticas, como no caso do Beira-Rio, que por pouco não foi descredenciado pela FIFA, tendo a presidente Dilma intercedido para que a Andrades Gutierrez fornecesse as garantias necessárias à liberação do financiamento junto ao BNDES. Um impasse ocorreu quando a Andrade Gutierrez pretendeu que o Banrisul – um banco estatal – oferecesse tais garantias, um absurdo na medida em que o banco figurava apenas como um intermediário, no caso um repassador dos recursos. A empreiteira chegou a divulgar uma nota pública culpabilizando o Banrisul pelo atraso no cronograma das obras, mas acabou desmentida e criticada por má fé. O caso é emblemático, porque revela o *modus operandi* do capitalismo brasileiro, sedento por benesses do Estado e avesso ao risco. A reforma do Beira-Rio, entre todos os estádios, foi a que teve menor presença estatal e, no entanto, foi uma das mais morosas, e o estádio deixou de ser sede da Copa das Confederações. Quem credita os problemas de gestão ao Estado teve aí uma prova em contrário, pois, não fosse a interferência da presidente Dilma – que além de colorada é mineira, como a Andrade Gutierrez – os jogos da Copa teriam sido realizados na Arena.

Em se tratando de interferências pessoais de gestores públicos, nada se compara à Arena Corinthians, a mais rumorosa das obras, cujas controvérsias

entre o clube e a Caixa Econômica Federal persistem após sete anos desde a inauguração. Na origem, o Morumbi fora selecionado pela FIFA para sediar os jogos na capital paulista, incluindo-se a abertura. A certa altura surgiu a informação de que havia outro projeto em curso, tramado entre políticos – incluindo-se o então prefeito de São Paulo Gilberto Kassab e o presidente Lula, aliados na ocasião (DAMO; OLIVEN, 2014, p. 140-50). A notícia divulgada originalmente pelo jornalista Juca Kfoury só não se confirmou integralmente porque o local anunciado, no bairro de Pirituba, acabou sendo transferido para Itaquera, na zona Leste de São Paulo, reduto de torcedores corinthianos. Sendo Lula um torcedor fanático do Corinthians, era esperado que fosse objeto de críticas, tanto mais que as especulações davam conta da sua efetiva participação na trama. Contudo, houvesse a arena sido um presente de Lula ao Corinthians, como se espalhou pelas redes sociais, o clube não estaria empenhado com a Caixa Econômica até o presente. Ocorre que entre a trama complexa de bastidores, que jamais veio a público inteiramente, e a tese pronta segundo a qual todos os políticos são corruptos, não resta dúvidas quanto àquela que haveria de prevalecer.

Ainda em 2014, apresentamos um panorama com as arenas em reforma e/ou construção e as empreiteiras responsáveis, acrescentando, em nota, que boa parte delas figurava entre os principais agentes privados financiadores de campanhas eleitorais (DAMO; OLIVEN, 2014, p. 151-61). Essa rotina era seguida também por empresas de outros setores – notadamente o financeiro –, cuja estratégia consistia em “doações” a partidos de diferentes matizes, com preferência para os mais “liberais” e, notadamente, para os que se mostrassem mais competitivos. Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez, entre outras, destacavam-se tanto nas “doações eleitorais” quanto nas obras da Copa 2014, além de estarem se preparando para administrar as novas arenas que não tivessem sido alcançadas pela Operação Lava-Jato.¹⁸

Não obstante o fato de que alguns dirigentes de clubes e de federações tenham uma carreira política convencional, por vezes impulsionada pela gestão no futebol, de modo geral eles não desfrutavam de boa reputação. Seriam esses agentes que o poder público teria como parceiros na organização da Copa, incluindo-se aqueles do mais alto escalão. À época em que a Copa de 2014 foi destinada ao

¹⁸ Já são tantas as controvérsias em torno dessa operação do Ministério Público Federal que existe um verbete específico a respeito na Wikipédia, e elas seguem sendo publicizadas, com revelações que vão de encontro ao tom apologético que prevaleceu entre 2014 e 2018. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Controv%C3%A9rsias_envolvendo_a_Oper%C3%A7%C3%A3o_Lava_Jato. Acesso em: 15 nov. 2019.

Brasil, em 2007, Joseph Blatter ainda era o todo poderoso chefe da FIFA, organização que se locupletava de ter mais filiados do que a ONU. Os protestos de 2013 fizeram mal à reputação de Blatter e Jérôme Valck, seu escudeiro, mas antes disso ele já andava encrencado. Ainda em 2011 foi traduzido para o português o livro “Jogo Sujo – o mundo secreto da FIFA”, do jornalista inglês Andrew Jennings, no qual são discutidos vários casos envolvendo corrupção na FIFA.¹⁹ Ricardo Teixeira, que entre outras bravatas chegou a dizer que a Copa de 2014 ficaria conhecida como “a Copa da iniciativa privada”, já havia sido objeto de uma CPI, no final dos anos de 1990 (REBELO; TORRES, 2001). Ele renunciou, em 2012, à presidência da CBF, após 23 anos, e ao comando do Comitê Local da Copa, sob ameaças de investigação, e foi banido do futebol pela FIFA em 2019. José Maria Marins, herdeiro de Teixeira e presidente da CBF à época da realização da Copa 2014, foi preso em Zurique, em 2015.

Dirigentes de futebol de péssima reputação, empreiteiras suspeitas de enriquecimento com obras públicas e um governo de coalização heterodoxa haviam se tornado parceiros na consecução de obras de enorme repercussão midiática. Tivesse sido o chefe da coalisão um partido de centro ou de centro direita, provavelmente teria havido críticas mais contundentes antes mesmo do anúncio do Brasil como sede. As esquerdas em geral são avessas aos megaeventos esportivos, mas estando o PT na presidência, houve um certo silenciamento com relação a arranjos tão heterodoxos. Havia críticas contundentes, que partiam da oposição ao governo Lula, cujos expoentes pertenciam a partidos que tinham escassa credibilidade para exigir transparência. Ou eram veiculadas por movimentos sociais com pouca influência junto à opinião pública, em que pese fossem aguerridos.

À medida que os estádios foram sendo inaugurados, as críticas adquiriram tração e o que se viu não foi uma lenta escalada das contestações, antes uma explosão; um jorro abrupto que lembra as iradas manifestações de torcedores. As JsJ não principiaram no entorno dos estádios, nem foram capitaneadas pelos Comitês Populares da Copa. Havia múltiplas pautas nas ruas e nas redes sociais, sendo a contestação à Copa, aparentemente, mais uma delas – é assim que boa parte da bibliografia trata as JsJ. Todavia, existia uma narrativa sendo construída acerca do modo como a Copa estava sendo gestada, e ela envolvia mais do que a apologia aos estádios modernos, às oportunidades e legados imaginados; ela suscitava a hipótese da corrupção, quer fosse por conta dos discursos oportunistas da oposição – e aqui se poderia incluir uma parte da mídia

¹⁹ Blatter foi suspenso em 2015 por 8 anos (CHADE, 2015) e Valcke por 10 anos, em 2018.

convencional – quer por razões de quem não estava interessado em desgastar o Governo Federal, mas tampouco consentia com a heterodoxia das negociações. De outra parte, havia expectativas e ilusões de que as novas arenas contemplariam cidadãos de todas as classes sociais, como os velhos estádios, que tinham camarotes e cadeiras, mas também arquibancadas e gerais.

Houve um momento, e eu suponho que ele tenha coincido com a aproximação da Copa das Confederações, em que a população de baixa renda – incluindo-se a dita “nova classe média” – se deu conta de que veria a copa 2014 pela televisão, como sempre fizera, pois os estádios não tinham sido projetados para elas, antes para os turistas de ocasião e os brasileiros mais endinheirados. Essas pessoas que se sentiram excluídas não saíram às ruas para protestar, nem esse tipo pontual de desapontamento teve grande destaque nas JsJ. Todavia, a população de baixa renda empenhou seu apoio aos protestos, porque se sentiu aliada da festa. Os movimentos sociais acertaram no alvo com o slogan “Copa para quem?”, pois as novas arenas, cujos brasileiros sabiam da existência, ao menos pelo noticiário, foram como que trazidas da ficção à realidade, sendo os cidadãos suscitados a refletir sobre a exclusão dos estádios e de outros serviços públicos.

3. Misturados, mas não juntos

Tentarei fazer um bom uso da noção de escala para avaliar as diferentes intensidades das manifestações e captar suas diferenças em termos de horizontes discursivos. Tais distinções são fulcrais para compreender o *momentum* em que o discurso anticorrupção é encaixado nos protestos dos insurgentes, produzindo não apenas a torção ideológica sugerida no início do texto, senão a eclosão das próprias JsJ. Além das JsJ, portanto, há que se considerar os protestos que as antecederam; os que a sucederam, depois de junho e julho de 2013 e nos primórdios de 2014; e a série iniciada em fins de 2014, contestando o pleito que reelegeu Dilma Rousseff, que prosseguiu com a bandeira do *impeachment*, da Lava-Jato, da militarização, da Escola sem Partido, entre outras pautas – nem sempre conectadas – propostas por grupos de intransigentes. Há razões metodológicas implicadas nessas marcações de escalas e, embora não seja possível se ater a cada uma delas, uma breve referência é fundamental, especialmente em relação às que precederam e sucederam às JsJ, que correspondem à ascensão e ocaso dos insurgentes.

Para evitar um retorno *ad infinitum* no que seriam as origens da JsJ, seguidamente veiculadas à fundação do Movimento Passe Livre em 2005,

acompanho parte da bibliografia que aponta ao menos duas mobilizações massivas ocorridas em 2013 antes das JsJ, uma delas em Porto Alegre, à qual darei prioridade aqui, e outra em Goiânia.²⁰ Esses dois eventos são essenciais do ponto de vista metodológico, pois permitem visualizar os protestos dos grupos insurgentes, e de como eles já haviam extrapolado a pauta dos “vinte centavos”. Quando as manifestações emergiram em São Paulo, que para uma parte da bibliografia é o ponto zero das JsJ, as pautas já eram plurais, embora possuísem uma linha de coerência, porque atinentes aos grupos insurgentes, apenas.

Depois das JsJ houve vários eventos insurgentes dispersos, ainda que recorrentes, em diversas capitais das regiões Sul, Sudeste e no Distrito Federal, ainda ao longo de 2013, e uma tentativa malsucedida de retomá-los, em 2014. Já em fins de 2014, logo após a concorrida reeleição de Dilma Rousseff, iniciou-se um novo ciclo de protestos, cuja escala crescente culminou com o *impeachment* da presidente em maio de 2016. Disso não tratarei aqui, mas preciso indicar, como quase toda a bibliografia, que essa nova escala de protestos, organizados por grupos aqui chamados de intransigentes, tem relação com as JsJ. Por hora, a “greve dos caminhoneiros”, a meu ver a mais intransigente e indiscutivelmente a mais consequente de todas as manifestações, em que pese não tenha havido conflitos e tampouco repressão, encerra, por hora, a escalada desse ciclo de manifestações públicas.

Recuperar as manifestações de Porto Alegre não implica apenas o reestabelecimento de uma ordem cronológica, antes uma estratégia comparativa. É consensual entre a bibliografia que as JsJ principiaram na primeira semana de junho, em São Paulo, lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL), tendo como mote a contrariedade ao aumento de R\$ 0,20 anunciado pelo prefeito petista Fernando Haddad. Quando as JsJ são confrontadas com as Jornadas do Bloco de Lutas (JsBLs), percebe-se, entre outras diferenças, que estas possuíam uma orientação ideológica mais coesa em termos de pautas e de ações. As JsBLs foram articuladas por coletivos de esquerda; à “esquerda do PT”, por assim dizer, pois se destacavam militantes do PSOL, do PSTU, do PCO e ativistas sem vinculação partidária, com destaque para coletivos como o Defesa Pública da Alegria (artistas de rua/amadores) e o Massa Crítica (cicloativistas), entre outros. Havia também militantes do PT e do PCdoB, que acabaram expurgados do Bloco de Lutas no decorrer da JsJ, mas o destaque tanto na condução do Bloco quanto nas ações de rua deve ser dado aos anarquistas, que lograram imprimir suas marcas

²⁰ Para uma abordagem das “jornadas de maio”, ocorridas em Goiânia e orientadas pela Frente de Luta do Transporte Público (FLTP), incluindo-se uma crítica à interpretação “sudestecêntrica” das JsJ, conferir Tavares, Roriz e Oliveira (2016).

melhor do que qualquer outro segmento de militantes (MORAES; VIEIRA, 2017; GONÇALVES, 2019).

A repressão desproporcional de que foram vítimas os ativistas que tentaram esvaziar Fuleco, o mascote da Copa, instalado na área central de Porto Alegre em outubro de 2012, pareceu, em princípio, um evento isolado e despretencioso. O Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público e ao lado da Prefeitura, era um local de confraternização de ativistas dos mais variados matizes, cujas ações incluíam debates informais, performances teatrais, comercialização de cerveja artesanal e consumo de comida vegana. Havia um debate bem alinhado entre esses grupos no sentido de ocupação dos espaços públicos, mas a abordagem ao Fuleco não fora programada – ele simplesmente apareceu naquele espaço, com propaganda explícita da Cola-Cola, uma das patrocinadoras da Copa. Para vários militantes que seriam ouvidos mais tarde,²¹ a repressão desproporcional na ocasião teria sido decisiva para a formação do Bloco de Lutas, a coalisão responsável por dar tração e direção aos protestos protocolares de secundaristas que normalmente ocorrem quando do anúncio anual do aumento do transporte público. Ao longo dos meses de março e abril de 2013, o Bloco de Lutas orientou as manifestações pelas principais ruas do Centro Histórico e adjacências, mesmo depois que uma liminar suspendeu temporariamente o aumento de 20 centavos. Foi desse contexto que surgiu o slogan, amplamente disseminado nas JsJ, de que a luta não era apenas pelos 20 centavos.²²

Diversas pesquisas que acompanharam as manifestações de 2013 desde o período de gestação ou que se preocuparam em ouvir suas lideranças – mesmo que, oficialmente, houvesse um esforço para negar tal existência – dão conta de um ambiente de insurgência, especialmente entre os anarquistas, entre os quais se partilhava a sensação de que “algo estava por acontecer” (GONÇALVES, 2019; MENDONÇA, 2018). Esse “imaginário insurgente” era um compósito inspirado em eventos próximos no tempo, mas distante no espaço, como a Occupy Wall Street, Os Indignados e a Primavera Árabe, mas também por eventos distantes no tempo e no espaço, como Maio de 1968 e até a Queda da Bastilha – ao menos para os anarquistas esse é um evento histórico-mítico seguidamente atualizado –; ou ainda, por eventos deslocados do tempo e do espaço histórico, como o filme de James McTeigue, “V de Vingança”.

Não havia razões econômicas ou políticas pontuais que ensejassem um levante qualquer. A imaginação insurgente aflorada, combinada à repressão

²¹ Sobre o esvaziamento do Fuleco conferir Haubrich (2018, p. 32-3), Gonçalves (2019, p. 98) e DaSilva (2016, p. 57ss), esta última com imagens.

²² Coincidentemente, o valor do aumento contestado em São Paulo também era de 20 centavos.

policial – no caso de Porto Alegre, no episódio do Fuleco²³ –, suscitou a disposição para a rebelião; um cenário politicamente difuso, mas esteticamente excitante e envolvente. O Bloco de Lutas saiu da imaginação para a realidade, através de assembleias reunindo coletivos de matizes diversificadas, e, em seguida, adensou a mobilização contra o aumento das passagens, de forma que os estudantes secundaristas, que protestam regular e protocolarmente – quase que burocraticamente – contra tais aumentos, apresentaram-se às ruas em março de 2013 em maior número, mais bem articulados e mais sofisticados em termos de repertórios de ação. O Bloco orientou as manifestações em Porto Alegre que, exitosas, contribuíram não apenas para forçar uma liminar que suspendeu o aumento, mas para mostrar a outras cidades que os protestos poderiam ser efetivos, enquanto as redes sociais mostrariam o quão excitantes eles poderiam ser. As JsBLs transformaram a sensação de que alguma coisa grandiosa estava por acontecer em algo possível de fazer acontecer, razão pela qual os protestos permaneceram intensos mesmo depois de sustado o aumento, explicitando a disposição de lutar por algo além da redução da tarifa do transporte coletivo – “não são apenas pelos 20 centavos”, diziam os manifestantes.

A estratégia da presidência da República de demandar à prefeitura de São Paulo a protelação do reajuste das passagens, de março para junho, não surtiu o efeito esperado. Por um lado, a inflação continuou em alta, prenunciando uma crise fiscal que teria de ser enfrentada a partir de 2014, e cujo resultado foi catastrófico, pois criou uma tensão entre a presidência da República e sua base de apoio parlamentar. Por outro lado, realocou, por assim dizer, o calendário dos protestos, aproximando-os do início da Copa da Confederações. O governo Dilma supunha que o deslocamento do reajuste arrefecesse os ânimos dos ativistas, confiando nos seus altos índices de popularidade e nas diversas políticas públicas destinadas às classes trabalhadoras, incluindo-se as camadas juvenis, favorecidas pela expansão da oferta de vagas em universidades públicas – com programas de ações afirmativas – e privadas, além do programa Sem-Fronteiras, que possibilitava o intercâmbio internacional de estudantes de baixa renda. Ao que tudo indica, nem de longe o governo imaginou que a Copa das Confederações pudesse resultar em outra coisa que não uma festa.

Em Porto Alegre a mobilização de março e abril havia se dissipado, mas a sua memória ainda estava presente em junho. No Rio de Janeiro, onde havia uma mobilização mais bem articulada contra os megaeventos, com embates renitentes contra as desocupações (MAGALHÃES, 2013; 2019), incluindo-se uma

²³ Note-se que, tanto aqui quanto em São Paulo, a repressão policial desempenha um papel decisivo no sentido inverso do pretendido, aguçando a revolta, a resistência e a extensão dos protestos.

resistência performática junto ao Museu do Índio, também houve alteração no calendário do reajuste das passagens escolares, de março para julho. Brasília era outra cidade com potencial para protestos de rua, mas foi em São Paulo, sob o protagonismo do MPL, que os protestos adquiriram consistência, sobretudo depois da intensa repressão policial em 13 de junho (BEZERRA; GRILLO, 2014; D'ANDREA, 2014; ORTELLADO, 2013). Ao invés de a violência policial refrear a disposição dos militantes, ela a potencializou, pois entre os intransigentes havia muitos anarquistas e para estes a violenta reação estatal era tida como prova de que o sistema estava sendo atingido e a contestação deveria ser intensificada, pois se encontrava no caminho certo. Fazendo uso ostensivo e indiscriminado de balas de borracha e gás de pimenta, a polícia atingiu manifestantes de forma indiscriminada e até profissionais da mídia, aumentando a repercussão e suscitando contestações para além dos grupos que estavam diretamente implicados. Em todo o caso, até esse momento, tínhamos nas ruas apenas militantes e ativistas insurgentes.

Como nos advertem tantos experts no assunto, entre os quais Tambiah (1997), os rituais são essenciais para se compreender a política, tanto mais quando se trata de megaprotestos. Parafraseando Schechner (2011, p. 218), outro especialista em rituais e performances, se há um momento em que as JsJ decolam, ele está vinculado ao cenário de abertura da Copa das Confederações, no dia 15 de junho. Ao serem apresentados pelo locutor do Estádio Nacional de Brasília, Joseph Blatter e Dilma Rousseff foram ruidosamente vaiados.²⁴ Algo parecido, senão pior, já havia ocorrido a Blatter em Seul, em 2002 (JENNINGS, 2011, p. 193ss), assim como a Lula, quando da abertura dos Jogos Pan-Americanos, em 2007, no Rio de Janeiro. Na transmissão da TV Globo, o narrador Galvão Bueno tentou contornar o mal-estar, afirmando que “[...] na democracia em que vivemos é um direito absoluto do povo [apupar as autoridades] [...]”. Já Blatter, mantendo a postura arrogante de outras ocasiões, repreendeu o público no melhor estilo colonizador: “Amigos do futebol brasileiro, onde estão o respeito e o *fair-play*, por favor!?” O público, como seria de esperar, reagiu intensificando as vaias. Dilma, ainda mais sisuda do que o habitual, fez uma declaração peremptória, em meio ao ruído dos torcedores: “declaro oficialmente aberta a Copa das Confederações FIFA 2013”. E mais não disse, imaginado, talvez, que estivesse no lugar errado, acompanhada de um inconveniente²⁵ para cumprir um protocolo indesejado.

²⁴ Disponível em:

<http://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/2013/06/dilma-e-blatter-sao-vaiados-em-abertura-da-copa-das-confederacoes.html>. Acesso em: 10 nov. 2010.

²⁵ A duras penas Dilma havia se livrado da presença de José Maria Marins no cerimonial, o então

A cena de Dilma e Blatter sendo vaiados se tornaria icônica; ela selaria, antes mesmo do início da Copa, a impossibilidade de seu uso eleitoral, como comprovaria a campanha à reeleição no ano seguinte. O discurso dos legados, incluindo-se o intangível, desandara como um pudim tirado quente da forma. Do lado de fora dos estádios havia manifestações hostis de grupos insurgentes, representando a vontade dos excluídos e reivindicando “hospitais e escolas ‘padrão FIFA’”. No interior deles, uma multidão que usava escolas e hospitais privados e desejava estádios seguros e higienizados, mas paradoxalmente, agora que os tinha, mostrava-se ainda mais arredia, deselegante e até grosseira nas suas interpelações²⁶ Não sobrou uma viva alma para fazer a defesa da trilogia oportunidade-investimento-legado, quanto menos entre a oportunista crônica esportiva.

Na semana subsequente, entre os dias 17 e 22 – com um pico entre os dias 19 e 21 (MARENCO, 2014) – surgiram tantas pessoas nas ruas que suscitaram na crônica a lembrança das grandes rebeliões públicas: Primavera Árabe, Indignados, Caras Pintadas, Diretas Já, Maio de 98, entre outras. Jornalistas que até então tratavam os manifestantes como baderneiros passaram a exaltá-los, e a Rede Globo chegou a cancelar a programação em horário nobre no dia 20 de junho para transmitir ao vivo os protestos de rua.²⁷ Cidades de pequeno e médio portes, que normalmente assistem às manifestações pelo noticiário, tiveram a oportunidade de sair às ruas, convocadas pelas redes sociais – Twitter e Facebook – portando cartazes individuais com toda a sorte de reivindicações, mas as cores haviam mudado. Se até então predominavam o vermelho e o preto, a partir de 15 de junho as ruas se tornaram verdes e amarelas, como se fossem uma extensão dos estádios. Nas grandes cidades as performances *Black Bloc* encontraram o cenário perfeito à realização, com ataques ao patrimônio público e privado.²⁸ O

presidente da CBF, um coronel do exército simpático à Ditadura Militar pela qual a presidente fora torturada.

²⁶ Sobre as manifestações contra Dilma Rousseff na final da Copa publiquei um texto no site Ludopédio “A Tragédia de 2014”. Disponível em: https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/tragedia-de-2014/?doing_wp_cron=1576721299.9711709022521972656250

²⁷ Analisando algumas dezenas de textos contemporâneos em que a “torção ideológica” é mencionada – se não com este termo, com qualquer outro insinuando uma mudança de perspectiva – aparece com notável frequência duas crônicas antitéticas de Arnaldo Jabor, veiculadas pela Rede Globo. Em alguns desses textos as crônicas são indícios da mudança de postura da grande mídia, com o que eu concordo, mas outros tomam a segunda intervenção, estimulando as manifestações como responsáveis pela virada, do que eu discordo.

²⁸ A certa altura a abordagem saiu do controle, havendo depredações indiscriminadas – sinalizações de trânsito, lixeiras, bancas de revistas, quiosques, etc. – e surgiram até grupos de saqueadores oportunistas (GONÇALVES, 2019).

MPL tornara-se uma voz difusa, entre outras; até mesmo o Bloco de Lutas, hegemônico em Porto Alegre nos meses de março e abril, acabara ofuscado em junho, quando as manifestações retornaram. A orientação das ruas estava pulverizada, e os próprios significados dos protestos entraram em disputa, predominando entre as ciências sociais interpretações otimistas, que saudavam a renovação da democracia, a retomada das ruas e a voz do povo e da juventude a reorientar a política.

Poucos ousaram pensar noutros desdobramentos possíveis. Num texto para uma coletânea organizada às pressas, concluí minha participação em forma de pergunta – “Tanto barulho por nada?” –, desconfiado de que a agitação e a euforia tinham perdido fôlego rapidamente, corroborando a interpretação de que as JsJ tinham sido uma espécie de *communitas* – um movimento político com destacado componente estético; não no sentido de beleza, propriamente, mas de excitação, imaginação, aventura e celebração da democracia, embora ela fosse também uma vilã dos protestos.²⁹ Um tanto pressionado pelo entusiasmo do entorno, fechei a publicação de maneira cautelosa, afirmando que as manifestações haviam contribuído para a consolidação e o aprimoramento da democracia (DAMO, 2014).³⁰ Das dezenas de textos que li desse período, Marengo (2014) foi um dos que acertou no ponto, ao chamar a atenção para o fato de que pouco mais de um mês depois de Maio de 1968, quando ao menos na França a “imaginação chegou ao poder”, a direita obteve expressiva vitória nas urnas liderada pelo General De Gaulle.

Mal comparando-se as JsJ com Maio de 68, é preciso destacar que na França a reação veio *a posteriori*, tendo as manifestações de Maio mantido a hegemonia esquerdista, muito diferente do que se passou no Brasil, em que a torção ideológica ocorreu no decurso mesmo das manifestações. Analisando notícias e editoriais da “grande imprensa”, publicadas antes, durante e depois do pico dos protestos, Melo e Vaz (2018) identificam nesse período a “mudança” – que aqui chamo de torção, pois há disputas de narrativas e de espaços, *on-line* e nas ruas – e apontam dois eixos principais que norteavam as críticas ao Estado no material analisado: a violência policial e o discurso anticorrupção.

A questão da violência não pode ser aqui debatida, dada a complexidade que

²⁹ Em 2014 fui convidado a fazer uma publicação destinada ao público ampliado no Boletim da ABA, e na ocasião me senti tentado, em que pese o risco de ser acusado de reacionário, de apontar certos pontos de encontro entre extremos que haviam estado nas ruas em 2013, anarquistas e anarcocapitalistas. Duvido que o texto tenha despertado interesse, mas ele para em pé 5 anos depois.

³⁰ Uma colega que lera o texto original havia dito que eu estava dando demasiada ênfase aos aspectos estéticos e desdenhando os componentes políticos; uma interpretação a seus olhos conservadora, senão reacionária.

ela suscita.³¹ Na medida em que os episódios de repressão se concentraram, basicamente, nas grandes capitais, e considerando-se que as JsJ aconteceram em centenas de cidades, tudo leva a crer que foi o discurso anticorrupção que alimentou o crescimento exponencial dos protestos. Por essa razão, faz todo o sentido a questão formulada por Melo e Vaz (2018): “como a corrupção coube numa mobilização que lutava contra o aumento de passagem?” A propósito, este é um dos raros textos de fora do campo dos “estudos esportivos”, que leva efetivamente a sério o impacto da Copa ou, preferindo-se, de como a participação do Estado na sua organização possibilitou a construção de um discurso midiático que permitiria, ao mesmo tempo, ser facilmente assimilado pelo espectro mais amplo da população e, simultaneamente, conectá-lo ao governo do PT. Os heterodoxos critérios que orientaram o governo no decurso da reforma e a construção de estádios – desde a concepção dos projetos à consecução dos mesmos, passando pelas alianças políticas – exerceram um efeito holográfico, contaminando a participação do governo na organização dos megaeventos em sua totalidade. Não foram suficientes as vaías a Dilma e Blatter; desejava-se mais, sobretudo de parte dos intransigentes, que havia tempos ameaçavam sem sucesso protestos de rua. As portentosas arenas financiadas e/ou edificadas com recursos públicos serviram de pretexto para a exorcização de uma série extensa de críticas ao petismo, na época há mais de uma década à frente da coalisão governista. Em que pese a diversidade sempre destacada das JsJ, é a crítica ao Estado e sua gestão que acopla as pautas insurgentes e intransigentes, com notável e talvez inesperado êxito para estes últimos.

A escala das manifestações decresceu lentamente depois do dia 21 de junho e quando da final da Copa das Confederações, no dia 30, restavam praticamente apenas insurgentes nas ruas – os intransigentes estavam curtindo os jogos nos estádios ou em suas casas. Em julho ainda houve algumas chamadas para protestos e até a velha guarda, composta por sindicalistas, chegou a esboçar uma greve à sua maneira, em meados de julho. Mesmo nas capitais das regiões Sul, Sudeste e Brasília, onde seguiram ocorrendo manifestações e enfrentamentos com a polícia, estas se tornaram menos frequentes. A ocupação da Câmara de

³¹ Há que se analisar, inclusive, o tanto que a violência policial contribuiu para justificar a performance Black Bloc. Além da truculência policial criticada em quase todos os textos, incluindo-se todas as modalidades de excessos, há que se considerar o fato de que a ação policial também, dependendo da gradação, pode contribuir para incrementar os protestos, tornando-os mais intensos, espetaculares e excitantes, pelo menos para uma parte dos manifestantes. Há, portanto, que se observar criteriosamente essa questão, considerando-se, entre outros aspectos, que ao menos nas grandes cidades as JsJ ocorreram no período noturno, imiscuindo ainda mais a estética (associada à sociabilidade e à confraternização) e a política.

vereadores de Porto Alegre pelo Bloco de Lutas (SEGARRA, 2015) e a Ocupa Cabral (BORGES, 2017), no Rio de Janeiro, seguiram alimentando o imaginário insurgente, mas ao menos no caso porto-alegrense, à ousada ocupação também correspondeu, paradoxalmente, o ocaso do Bloco de Lutas, corroído por tensões internas e pelo ímpeto purificador a que são sujeitas também as seitas religiosas (MUHALE, 2014).

Algumas estratégias contribuíram para que em 2014 não se repetissem as JsJ. Seguindo orientações do Palácio do Planalto, PT e PCdoB trataram de acalmar seus quadros, até onde fosse possível, fazendo-os perceber que a reedição dos protestos durante a Copa arruinaria de vez as pretensões de reeleição de Dilma Rousseff. Movimentos liberais, de direita ou antipetistas, aqui tratados como intransigentes, que haviam debutado nas JsJ ou sido criados no decurso dela, mantiveram-se afastados das ruas, embora ativos nas redes sociais, onde de fato se moviam com mais facilidade. PSOL, PSTU e anarquistas das mais diversas filiações, além de movimentos locais, por vezes com a participação de alguma categoria profissional em greve, mantiveram-se nas ruas, mas o fluxo minguate de ativistas e a repressão constante da polícia nas ruas e da opinião pública conservadora nos grandes veículos de comunicação impediram que o ímpeto do ano anterior fosse retomado. A morte de um cinegrafista no Rio de Janeiro, atingido por um rojão durante uma manifestação, contribuiu para afastar ainda mais as pessoas das ruas, aumentar a repressão – agora justificada frente à opinião pública – e reativar o rótulo de baderneiros aos insurgentes.

Um dos slogans de ótima repercussão em 2013: “Copa para quem?”, foi reelaborado e radicalizado: “Sem direitos, não vai ter Copa” ou, na versão mais frequente, “não vai ter Copa”. Acompanhando desde o início do ano os protestos, podia-se notar a dificuldade de fazê-los adquirir tração e escala nacional. Além dos fatores já referidos, pelo menos em Porto Alegre havia dois outros indicativos de que não teríamos durante a Copa propriamente dita nada próximo do que fora a Copa das Confederações. Um deles eram as tensões internas ao Bloco de Lutas, que haviam começado a desgastá-lo ainda durante as JsJ. O outro era a impopularidade dos protestos frente aos cidadãos comuns, um sinal de que a demonização dos movimentos sociais havia sido eficaz ou de que a reedição interminável de atos sem um foco objetivo, quanto menos resultados palpáveis, só contemplava o gosto de uma fração restrita de militantes. Como registrado na etnografia de Barbieri (2015), em dada ocasião em que a marcha seguiu pelas ruas centrais de Porto Alegre, os manifestantes tiveram de se proteger debaixo das marquises devido ao arremesso de objetos por parte da população civil, além de ouvirem xingamentos e impropérios de toda a ordem.

Era um indicativo, ainda tênue, de que o refluxo ou os desdobramentos das JsJ seriam de matiz conservadora.

No dia da abertura da Copa, acompanhei em Porto Alegre a chamada de um grupo de coletivos para uma manifestação que partiria do Centro Histórico em direção à FanFest, onde se concentrava a programação oficial do evento. Havia em torno de 3 mil manifestantes, se tanto, identificados com coletivos de partidos como o PSTU e o PSOL, anarquistas de diferentes coletivos, do Comitê Popular da Copa, entre outros. A menos de um terço do deslocamento programado, ativistas sem qualquer identificação tomaram a dianteira da marcha e passaram a depredar placas de rua, de trânsito e lixeiras. Tão logo foi possível tomar uma rua alternativa, os manifestantes identificados com partidos simplesmente abandonaram a marcha, seguindo em direção à Cidade Baixa. A intenção não era alcançar o bairro caracterizado pela boemia, mas expressar a discordância em relação à performance mais agressiva dos Black Blocs – na ocasião, as performances se pareciam mesmo com vandalismo. Desprotegidos pela massa, esse grupo de Black Blocs – ou de vândalos – acabou se deparando com a polícia, cujo contingente aguardava manifestações da envergadura do ano anterior. Não houve confronto naquele dia e tampouco nos subsequentes, mesmo quando houve jogo em Porto Alegre. As ocorrências policiais durante a Copa em Porto Alegre foram rotineiras, e no restante do país não foi muito além disso. A final foi entre Argentina e Alemanha e a destacar, aqui, apenas os xingamentos obscenos dirigidos à presidente Dilma no Maracanã, um desfecho trágico para um megaevento tão celebrado e o prenúncio de que algo realmente grandioso estava por acontecer.

Conclusões

Péssima era a memória da última celebração nacional idealizada pelo Estado brasileiro, a malsucedida comemoração dos 500 anos da chegada dos colonizadores, um evento orquestrado pela lógica da publicidade, encompassada por uma narrativa ultrapassada sobre a identidade nacional e indiferente quanto ao impacto da colonização para os povos autóctones e para os imigrantes forçados. Em paralelo à celebração oficial, movimentos sociais ligados aos povos indígenas e quilombolas organizaram um protesto, para disseminar a sua visão a respeito do “descobrimento”, sendo reprimidos pela polícia, no que poderia ser considerada uma performance bem mais coerente daquela montada pelas autoridades, por reeditar de forma compacta e espetacularizada a violência da qual esses grupos foram vítimas ao longo dos séculos.

Há muito que o time da CBF é chamado de “seleção brasileira”, “Brasil” ou “seleção”, tendo-se tornado um dos mais potentes símbolos nacionais, e as Copas se constituíram como um tempo ritual de celebração laica da nação. Dada a participação destacada de negros na seleção desde a Copa de 1938, pode-se de fato considerá-la um símbolo dos mais representativos – excluindo-se as questões de gênero, evidentemente –, tendo-se tornado as copas um evento de interesse generalizado e interseccional. Em 2014 imaginava-se que a Copa poderia ser diferente, pois o Estado brasileiro era um ente consorciado da FIFA na organização do evento. Os discursos oficiais sugeriam uma apoteose: pelo fato de o Brasil ser anfitrião, potencializaria a celebração da nação, agregaria *soft power* e até promoveria vantagens econômicas. A escolha do país como país-sede não demandou uma disputa aberta, como no caso dos Jogos Olímpicos, e o Estado não precisou promover naquela ocasião uma narrativa acerca da nação, como faria em 2010, para defender a candidatura do Rio de Janeiro. No caso da Copa, preponderaram as tratativas de bastidores, e só por isso não houve na ocasião um equivalente ao filme produzido por Fernando Meirelles, apresentando o Brasil – e no caso o Rio de Janeiro – como um país multiétnico, harmonioso e hospitaleiro (DAMO; OLIVEN, 2013, p. 83-98). O discurso oficial do Estado brasileiro, com destaque para o do presidente Lula, seguia na mesma direção, apostando na unidade, na integração, na miscigenação e no protagonismo internacional.

Representações de brasilidade como essa fazem parte de uma narrativa desatualizada, sobretudo aos olhos de coletivos ligados a minorias – indígenas, negros, LGBT+, entre outros. Não seria surpresa, pois, se algum movimento social tentasse, estrategicamente, chamar a atenção da mídia internacional durante a Copa, mas as JsJ tornaram-se um emaranhado de reivindicações difusas. Não vivíamos no paraíso, mas alguns dos principais indicadores econômicos estavam no ápice – emprego formal, salário mínimo e distribuição de renda. Ensaçou-se uma hipótese de que a população teria se tornado mais exigente e ciosa de seus direitos, razão pela qual estaria desejando mais qualidade dos serviços públicos. Do ponto de vista político, muito se falou em crise de representação, mas também a esse respeito é difícil de conjugar a tese aos fatos se consideradas as alternativas escolhidas pela população posteriormente – houve apoio popular ao Golpe Parlamentar e ao obscuro grupo de políticos sufragados em 2018. Os protestos que principiaram com coletivos que pretendiam, supostamente, aprofundar as transformações – aqui agrupados sob o rótulo de insurgentes – acabaram cooptados, senão inteiramente, ao menos no essencial, por segmentos descontentes com a gestão petista, seja pelos avanços

sociais promovidos, seja pelos tantos lapsos ou equívocos acumulados ao longo de mais de uma década de um dos períodos mais democráticos da história brasileira, em que se estenderam direitos no campo político, econômico e cultural.

Seguindo o argumento irônico de Fucks (2014), pode-se dizer que a ousadia e a imaginação pagaram um alto preço por se voltaram “contra tudo isso que está aí”. “Tudo” virou “quase-nada” e “isso”, um significante flutuante, virou sinônimo de “corrupção”. Foram os intransigentes que lograram interpor o discurso da corrupção onde havia um vácuo, beneficiando-se, sobremaneira, de um evento futebolístico que mobiliza os sentimentos nacionalistas. Houve disputas durante as JsJ, mas a partir delas quem impôs as pautas foram grupos que se apropriaram, inclusive, de repertórios de ação coletiva aprendidos ao longo daquelas tardes e noites de junho de 2013 (BARBIERI, 2015). O fato é que as publicações mais recentes, no rescaldo das JsJ, estão avançando em perspectivas à época não vislumbradas, como é o fato, agora nítido, de que ocorreu, no decurso das próprias manifestações, uma torção ideológica e o mote da corrupção, uma narrativa facilmente assimilável pelo grande público, tornou-se, efetivamente, o “isso” das JsJ.

Simone Guedes (2013), destacada antropóloga no campo dos estudos sobre futebol e identidade nacional, em manifestação oral durante a Reunião de Antropologia do Mercosul realizada em Córdoba, ainda em julho de 2013, foi taxativa quanto às influências futebolísticas sobre as JsJ. Havia a sobreposição das cronologias, o predomínio do verde e amarelo, a excitação juvenil, performances e pautas diversas que, em boa medida, lembravam muito a efervescência dos protestos futebolísticos, notórios pela intensidade e, simultaneamente, pela efemeridade. Um dos argumentos fortes de Simoni era de que não se poderia entender as JsJ deslocando-as do contexto dos rituais, e a prova cabal seria a cessão dos protestos assim que a Copa das Confederações fosse concluída, sem que as difusas reivindicações das ruas tivessem sido atendidas. De fato, não havia existido um evento determinando o desfecho das manifestações; a popularidade dos políticos havia sido arranhada – de todos, sem distinção ideológica – mas nenhum havia sido deposto; a repressão policial não havia atingido um pico, a que se pudesse atribuir a evacuação das ruas. Enfim, o país voltara à vida normal, como ocorre depois do Carnaval, de São João, do Réveillon ou das copas. Chamou a atenção, nas JsJ, o viés estético e performático; a excitação com que jovens e depois adultos se aventuraram nas ruas. Isso não elimina, em hipótese alguma, o viés político das manifestações, mas daquele cenário efervescente, polifônico e criativo, prosperou o seu oposto.

As JsJ principiaram com protestos insurgentes e evoluíram rapidamente para um princípio de rebelião generalizada cujas consequências não foram maiores em razão da estabilidade econômica e política do período e, sobretudo, porque faltava um discurso coeso e uma liderança para orientá-la. O evento futebolístico contribuiu, sobremaneira, para fabricar a ideia de que os protestos não tinham uma orientação precisa – além da multiplicidade de pautas, havia se disseminado uma concepção horizontalista, identificada com um anarquismo pop. Se faltou, à época, um discurso de coesão à rebelião, pode-se, no entanto, aventar a hipótese que ela o suscitou. A narrativa de suspeição constituída no entorno da organização da Copa 2014, em particular das novas arenas, não apenas fez coincidir senão que acoplou, num tempo ritual, o discurso anti-*establishment* dos insurgentes com o antipetismo dos intransigentes. Os primeiros recuaram – ou foram forçados a tal, inclusive com o uso de violência – enquanto os últimos seguiram, agregando o legado aprendido nas ruas ao repertório *on-line*, com o qual tinham certa familiaridade. Fundiram a discurso anti-*establishment* com o antipetismo para produzir uma narrativa antipolítica emoldurada com a anticorrupção; uma trama sedutora, menos pela sofisticação e mais pela apelação e simplificação, em todo o caso capaz de promover a totalização da rebelião, e dela vicejaram, até o presente, traços abjetos de totalitarismo.

Referências

- ALMEIDA, Marco Bettine; GUTIERREZ, Diego.
(2018). O soft power do Brasil e a cobertura da mídia internacional da Copa do Mundo da Fifa 2014. *Licere*, Belo Horizonte, v.21, n.2, p. 225-57.
- ANDREFF, Wladimir
(2010). *Économie internationale du sport*. Grenoble: PUG.
- ARAÚJO, Gabrielle Oliveira de Araujo.
(2014). Conflitos urbanos e a Copa 2014: a luta do Comitê da Copa de Porto Alegre pelo direito à moradia. *Enfoques*, v. 13, n. 1.
- AVRITZER, Leonardo.
(2016). *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BARBIERI, Alexia.
(2015). Do “FIFA go home” ao “fora Dilma”: uma etnografia dos protestos de rua em Porto Alegre (2013-2015). TCC em Ciência Sociais/UFRGS.
- BARBIERI, Alexia.
(2018). *A nova onda liberal: uma análise antropológica do protagonismo e engajamento pró-liberalismo no Brasil contemporâneo*. Dissertação de Mestrado, PPG Antropologia Social/UFRGS.
- BENTES, Ivana.
(2014). Estéticas Insurgentes e Mídia-Multidão. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.330-343.
- BEZERRA, Arthur Coelho; GRILLO, Carolina Christoph.
(2014). Batalhas nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em

- manifestações. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.195-210.
- BOCCHI, Gabriel Moreira Monteiro
(2016). *Do estádio Pacaembu para a Arena Corinthians*: etnografia de um processo de “atualização”. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/ Universidade de São Paulo.
- BORGES, Helena.
(2017). “No fim das contas, o “Ocupa Cabral” tinha razão. In: The Intercept_Brasil. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/09/22/no-fim-das-contas-o-ocupa-cabral-tinha-razao>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- BOURDIEU, Pierre.
(1995). *Razões Práticas*. Campinas, Papirus.
- CALLON, Michel.
(2013). Qu’est-ce qu’un agencement marchand?. In: CALLON, Michel *et al.* *Sociologie des agencements marchands* – Textes choisis. Paris: Presses des Mines, p. 325-440.
- CAMPOS, Flávio.
(2014). Arquitetura da exclusão: apontamentos para a inquietação com o conforto. In: CAMPOS, Flávio; ALFONSI, Daniela (Orgs.). *Futebol, objeto das ciências humanas*. São Paulo: LeYa.
- CAMPOS, Priscila Augusta Ferreira.
(2016). As formas de uso e a apropriação do estádio do Mineirão após a reforma. Campinas: Tese de Doutorado em Educação Física/UNICAMP.
- CESARINO, Letícia.
(2014). Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 41, p. 19-50.
- CURI, Martin.
(2012). *Espaços da emoção*: arquitetura futebolística, torcida e segurança pública. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DA SILVA, Camila F.
(2016). *Inovações nos Repertórios de Contestação*: O Confronto em Torno do Transporte Público em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Sociologia UFRGS.
- DAMO, Arlei; OLIVEN, Ruben.
(2013). O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. *Horizontes Antropológicos*, v. 19, n. 40, p. 19-63.
- (2014). *Megaeventos esportivos no Brasil*. Autores Associados:Campinas.
- DAMO, Arlei
(2016). Dinheiro público em megaeventos esportivos: a eficácia de uma justificativa inconsistente. *Ciência e Cultura*, vol. 68, n.2, p. 27-31.
- DRULA, Andréia Juliane.
(2015). *O processo de transformação de um estádio para arena*: o caso da Arena da Baixada. Curitiba: Dissertação de Mestrado em Educação Física/UFRP.
- DUKE, Vic.
(1994). The drive to modernization and the supermarket imperative: who needs a new football stadium?. In: GIULIANOTTI, R; WILLIAMS, J.(orgs.) 1994. *Game without frontiers*: football, identity and modernity. Adershot: Arena, Brookfield: Ashgate, p. 129-152.
- D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito.
(2014). Editando a violência: os vídeos “amadores” de quatro webTVs jornalísticas sobre as Jornadas de Junho. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.285-300.
- DAS, Veena.
(1995). *Critical Events*: An Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University Press.
- DAVIES, Frank Andrew.
(2017). *Deodora*: formas de governo para uma “região olímpica”. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- FREIRE, Leticia de Luna.
(2013). Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, ano XVI, n. 29.
- FRUGOLI JR., Heitor.
(2018). Ativismos Urbanos em São Paulo. *Cad. CRH*, Salvador, v. 31, n. 82, p. 75-86, abr
- FUKS, Julián.
(2014). *As vozes das ruas dizem tudo e nada*. Ide (São Paulo), São Paulo, v. 36, n. 57, p. 17-23, jun.
- GIGLIO, Sérgio Settani.
(2018). *A história política do futebol olímpico (1894-1988)*. São Paulo: Intermeios/FAPESP.
- GOHN, Maria da Glória.
(2017). *Manifestações e protestos no Brasil*: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez.
- GONÇALVES, Murilo Gelain.
(2019). *Bandeiras, pedras e tambores*: atuação dos anarquistas nas Jornadas de Junho a partir do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UFRGS.
- GONDIM, Linda M. P.
(2016). *Social movements in contemporary Brazil*: the invisible face of the June 2013 protests. *Polis*, Santiago, v. 15, n. 44, p. 357-379.
- GUEDES, Simoni.
(2013). El Brasil reinventado. Notas sobre las manifestaciones durante la Copa de las Confederaciones. *Nueva Sociedad*, n. 248, p. 89-100.
- GUTTERRES, Anelise dos Santos.
(2014). *A resiliência enquanto experiência de dignidade*: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014. Tese de Doutorado em Antropologia Social/UFRGS.
- HAUBRICH, Alexandre.
(2018). *Nada Será Como Antes* – 2013, o ano que não acabou, na cidade onde tudo começou. Porto Alegre: Libretos.
- HERMANN, Herbert; DAMO, Arlei.
(2014). *Mobilização Kaingang para a Copa 2014 ?* notas etnográficas a partir de Porto Alegre. Ponto. Urbe (USP), v. 15, p. 1-21.
- HOLLANDA, B.; MEDEIROS, J.
(2019). De “país do futebol” a “país dos megaeventos”: um balanço da modernização dos estádios brasileiros sob a ótica das torcidas organizadas da cidade de São Paulo. *Recorde: Revista de História do Esporte*, vol. 12, n.1.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de.
(2014). O fim do estádio-nação? Notas sobre a construção e remodelagem do Maracanã para a Copa de 2014. In: CAMPOS, Flávio; ALFONSI, Daniela. (Org.). *Futebol objeto*. São Paulo: Leya, p. 321-348.
- INGOLD, Tim
(2012). *Trazendo as coisas de volta à vida*: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44.
- JENNINGS, Andrew.
(2011). *Jogo Sujo*: o mundo secreto da FIFA. São Paulo: Panda Books.
- JURIS, Jeffrey S.
(2005). Violence Performed and Imagined – Militant Action, the Black Bloc and the Mass Media in Genoa. *Critique of Anthropology*, vol. 25, n. 4, p. 413-432.
- MAGALHAES, Alexandre
(2013). O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, v. 19, n. 40, p. 89-118.
- MAGALHAES, Alexandre.
(2019). A “lógica da intervenção” e a questão da circulação: As remoções de favelas como forma de gerir o espaço urbano no Rio de Janeiro dos Jogos Olímpicos. *Tempo Social*, v. 31, n. 2, p. 221-242.
- MARENCO, André
(2014). As duas caudas de Gauss: minorias, protesto e representação política. In: CATTANI, Antônio David (org.) *#protestos* – análise das

- ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 31-41.
- MARICATO, E.
(2013). “É a questão urbana, estúpido!”. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo/Carta Maior
- MARSTON, Sallie A.
(2000). The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, p. 219-242.
- MASCARENHAS, Gilmar.
(2009). “Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos”. In: Del PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de. (Orgs.). *História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: Unesp, p. 505-533.
- MELO, Cristina Teixeira Vieira de; VAZ, Paulo Roberto Givaldi.
(2018). *E a corrupção coube em 20 centavos*. Galaxia (São Paulo, online), n. 39, p. 23-38.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino.
(2017). Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 66, p. 130-159.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino.
(2018). “Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, n. 98, p. 1-23.
- MESOMO, Juliana.
(2014). *Cotidiano em Suspensão: remoção de populações e mobilização coletiva no contexto de duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre-RS*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UFRGS.
- MESOMO, Juliana; DAMO, Arlei.
(2016). Remoção de populações em meio urbano: princípios, tecnologias e a mediação dos impactos a partir de Porto Alegre. In: URIARTE, Urpi Montoya; MACIEL, Maria Eunice. (Org.). *Patrimônio, Cidades e Memória Social*. Salvador: EDUFBA, p. 73-94.
- MORAES, Isaías Albertin; VIEIRA, Fernando Antônio da Costa.
(2017). As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil: anarquismo e tática Black Blocs. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v.7, no 2, p.165-198.
- MUHALE, Miguel J. J.
(2014). *Lutar, construir poder popular: Uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UFRGS.
- NASCIMENTO, Cristiano Felipe Borba
(2013). *O edifício Gadget*. Da relação entre função, espaço e forma em tipos arquitetônicos contemporâneos globais – o caso dos estádios de futebol. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Urbano/UFPF.
- OLIVEIRA Jr, Ricardo César Gadelha de.
(2017). *“A reviravolta dos “fanáticos”*: arenização, agenciamentos mercadológicos e novos movimentos políticos a partir do Sport Club Internacional. Tese de Doutorado. PPG Antropologia Social/UFRGS, Porto Alegre, 2017.
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez Oliveira.
(2018). O significado do conceito “corrupção” na semântica política da crise brasileira (2013-2016). Anos 90, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 379-408.
- ONG, A.; COLLIER, S. (Org.).
(2005). *Global assemblages: technology, politics and ethics as anthropological problems*. Malden: Blackwell.
- ORTELLADO, Pablo.
(2013). *Em 20 centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.
- PARIS, Jeffrey.
(2003). The Black Bloc’s Ungovernable Protest. *Peace Review*, v. 15, n. 3, p. 317-322.
- REBELO, Aldo; TORRES, Silvio.
(2001). *CBF-NIKE*. São Paulo:Casa Amarela.
- ROCHA, Camila.
(2015). Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ, S.; KAYSEL, A. e KODAS, G. (Org.). *Direita, volver: o retorno da direita e o*

- ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação.
- ROLNIK, Raquel.
(2011). *Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro*: Dossiê do comitê popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aamegaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- SAHLINS, Marshall.
(1990). *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- SANTOS, Irlan S.
(2017). *Clientes versus Rebeldes* – Novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno. Rio de Janeiro: Multifoco.
- SARAIVA, Adriana C.
(2014). Movimento Passe Livre e Black Blocs: quem são os novos atores que emergiram dos protestos de 2013. CATTANI, Antonio D. (org.). *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- SCALON, Celi.
(2013). Juventude, igualdade e protestos. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 2, p. 178-204.
- SCHECHNER, Richard.
(2011). “Pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral”. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 20, p. 213-36.
- SCHERER-WARREN, Ilse.
(2014). Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Cadernos CRH*, v. 27, n. 71, p. 417-429.
- SCOTT, Parry; MOURA, Alice Bezerra de Mello.
(2014). Desapropriações, Resistências e o Megaevento da Copa do Mundo: tempo, poder e projetos de desenvolvimento. *Revista Antropológicas*, v. 25, n. 2, p. 94-132.
- SEGARRA, Josep J.
(2015). *“Paz entre nós, guerra aos senhores!”*: Uma etnografia sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público e a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. 2015. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UFRGS.
- SILVA, Regina Helena Alves da; ZIVIANI, Paula.
(2018). “Temporalidades emaranhadas”: desafios metodológicos da dinâmica dos protestos em rede de 2013 no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 117, p. 27-46.
- SINGER, André.
(2013). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 97, p. 22-40.
- SOLANO, Esther; MANSO, Bruno P. Mascarados.
(2014). A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial.
- TAMBIAH, Stanley.
(1997). Conflito Etnonacionalista e Violência Coletiva no Sul da Ásia. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, p. 5-37.
- TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de.
(2013). As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. *Opin. Pública*, vol.22, n.1, p.140-166.
- TSING, Anna.
(2000). “The global situation”, *Cultural Anthropology*, v. 15, n. 3, p 327-360.

Recebido em
janeiro de 2020

Aprovado em
junho de 2020

Rio, Cidade Inteligente?

Mobilidade de políticas e políticas de mobilidade no contexto dos megaeventos

Bianca Freire-Medeiros⁶³João Freitas⁶⁴

Resumo

Em paralelo ao urbanismo olímpico, um outro qualificativo de circulação global, igualmente complexo, porém menos discutido pelas ciências sociais brasileiras, emprestou legitimidade ao modelo de gestão urbana que se consolidou no Rio de Janeiro durante o ciclo dos megaeventos. O qualificativo a que nos referimos é o de “cidade inteligente” – tradução não literal de *smart city*. Nosso objetivo é examinar: a) sua inserção no fenômeno de “mobilidades de políticas”, que pressupõe tanto o fluxo global de ideias, técnicas e práticas encarnadas por políticos, lobistas, empresários etc., quanto a circulação de modelos supostamente eficientes a serem não apenas replicados, mas adaptados e ressignificados em cada localidade; b) suas premissas discursivas e orientações práticas que, apresentadas como politicamente neutras, legitimaram o emprego de sistemas tecnológicos de controle e monitoramento capazes de alterar as “políticas de mobilidade”, acirrando a desigualdade entre regimes de circulação em disputa na metrópole do Rio de Janeiro.

Palavras-chave

Mobilidades. Fluxos. Rio de Janeiro. Cidade inteligente.

Abstract

Parallel to the “Olympic urbanism”, another equally complex phrase – but less discussed by the Brazilian social sciences – gave legitimacy to the urban management model that was consolidated in Rio de Janeiro during the mega-events cycle. The phrase we refer to is “smart city”. We aim to examine: a) its insertion in the phenomenon of “policy mobilities”, which presupposes both the global flow of ideas, techniques and practices embodied by politicians, lobbyists, entrepreneurs, etc., as well as the circulation of supposedly efficient models that will not only be replicated but locally adapted and reframed; b) its discursive assumptions and practical orientations which,

⁶³ Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: bfreiremedeiros@gmail.com.

⁶⁴ Doutor e Mestre em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). E-mail: joaofreitas@id.uff.br

presented as politically neutral, legitimized the use of technological control and monitoring systems capable of altering the "mobility policies", intensifying the inequality among competing regimes of circulation in the metropolis of Rio de Janeiro.

Keywords

Mobilities. Flows. Rio de Janeiro. Smart City.

1. Introdução: a sede por ser cidade-sede

A saga do Rio de Janeiro como cidade olímpica começou em 1995. A candidatura, visando à edição de 2004, previa concentrar as competições na Ilha do Fundão e a construção de um estádio, de uma Vila Olímpica e de um parque ecológico. Segundo Sérgio Rangel (2007), os delegados do Comitê Olímpico Internacional (COI), em visita de inspeção, teriam se espantado com o esgoto *in natura* sendo despejado na Baía de Guanabara. A questão da segurança era, por certo, um ponto ainda mais crítico. A boa impressão causada pela organização de outro megaevento – a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), que reunira com razoável sucesso centenas de chefes de Estado, lideranças de movimentos sociais e jornalistas – havia sido borrada, no ano seguinte, pelas manchas de sangue da Chacina da Candelária, em que oito menores de idade foram assassinados. Essa primeira candidatura, como sabemos, não obteve êxito.

Uma nova candidatura foi lançada em 2003, visando aos Jogos Olímpicos de 2012. O então prefeito César Maia, eufórico por ter vencido a disputa local contra São Paulo, parafraseou a sentença – machista, que se frise – do poeta Vinicius de Moraes para exaltar o feito: “As feias que me perdoem, mas beleza é fundamental”. Fundamental ou não, fato é que nem sua notória beleza bastou para que a Cidade Maravilhosa chegasse à fase final da disputa.

Foi, portanto, apenas na terceira candidatura que a capital fluminense logrou o resultado pretendido: em outubro de 2009, representantes dos três níveis de governo e uma população efusiva celebraram a vitória do projeto “Rio, Cidade Olímpica e Paralímpica 2016” – ápice de uma longa lista de megaeventos iniciada com os Jogos Pan-Americanos de 2007 e que incluía a Copa do Mundo FIFA 2014, além da Jornada Mundial da Juventude (2013), da Rio+20 (2012) e dos Jogos Mundiais Militares (2011). Como amplamente discutido (ver LIRA, 2010; MASCARENHAS *et al.*, 2012; DAVIES, 2017), foram inúmeras as iniciativas legais (esforços diplomáticos em muitas instâncias de negociação) e ilegais (fraudes,

subornos e lavagem de dinheiro⁶⁵) que, em alinhamentos complexos, garantiram o convencimento a respeito da viabilidade do Rio como cidade-sede.

Muitos dos problemas urbanísticos que emperraram as candidaturas anteriores estavam – como hoje ainda estão – longe de ser resolvidos. Resta, portanto, examinar que inflexões práticas e discursivas operaram em diferentes escalas e permitiram o protagonismo do Rio de Janeiro no chamado ciclo dos megaeventos (ROCHA, 2017). Com essa lacuna em mente e atentos à proposta deste dossiê de situar os megaeventos na chave interpretativa dos modos de gestão do urbano, nosso objetivo é analisar o papel determinante, e ainda pouco examinado, que as premiadas ações de “urbanismo inteligente”⁶⁶, acomodadas sob a alcunha de *Rio Smart City*, cumpriram na adaptação à realidade brasileira do modelo de urbanismo olímpico. O que ficou conhecido como *Rio Smart City* diz respeito, portanto, ao conjunto de esforços políticos e empresariais que fizeram com que a cidade fosse reconhecida como “cidade inteligente”⁶⁷. Nossa análise toma como referência o período entre 2010 – quando o Centro de Operações Rio (COR) começa a ser gestado – e 2016, quando se encerra o segundo mandato do ex-prefeito Eduardo Paes. Se essa narrativa de “cidade inteligente”, que foi concatenada em solo carioca, não chegou a vingar como se pretendia, fato é que deixou como legado – e esse é ponto principal que buscamos demonstrar – uma nova maneira de gerir a vida urbana largamente baseada tanto na fetichização de algoritmos e codificações, quanto na reificação do próprio imaginário da inteligência artificial apresentada como tecnicamente confiável e politicamente neutra.

Ainda que os limites deste artigo não comportem uma genealogia do projeto de “cidade inteligente”, na próxima seção recuperamos, de forma breve e a partir do uso da noção de *mobilidade de políticas*, os caminhos percorridos por essa política de caráter transnacional até aportar no Rio de Janeiro. Fazendo uso do material empírico coletado com vistas à escrita da tese de doutorado intitulada “A invenção da cidade inteligente Rio: uma análise do Centro de Operações Rio

⁶⁵ Ver ALVES, R. *et al.* Cabral admite que comprou, por US\$ 2 milhões, votos para trazer a Olimpíada para o Rio. *G1 Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/04/sergio-cabral-depoe-sobre-compra-de-votos-para-o-rio-sediar-a-olimpiada-de-2016.ghtml> Acesso em: 08 out. 2019.

⁶⁶ Entre os títulos que diferentes instituições internacionais conferiram ao Rio de Janeiro, cabe destacar o prêmio *World Smart City* conquistado pela gestão Eduardo Paes, em 2013, na cidade de Barcelona.

⁶⁷ Entre esses esforços, está elencado um projeto pontual que carrega o título *Rio Smart City*. Ele consistia na fixação de adesivos com QR Code em cinco mil pontos de ônibus com informações em português, inglês e espanhol sobre as linhas de transporte. Ainda que esse projeto específico seja parte do que aqui tratamos, nossas atenções não se detêm nele.

pela lente das mobilidades (2010-2016)” (FREITAS, 2018), a seção 3 fecha o foco no COR para compreender como o emprego de seus sistemas tecnológicos de controle e monitoramento foram capazes de alterar as *políticas de mobilidade* (CRESSWELL, 2006; ADEY, 2010) na metrópole do Rio de Janeiro. Além das observações realizadas no COR e da análise de documentos oficiais, fazemos uso das entrevistas cedidas a um de nós pelo ex-prefeito Eduardo Paes em outubro de 2017, nos Estados Unidos, assim como por funcionários e ex-funcionários do COR, com os quais mantivemos o compromisso de anonimato. Nas considerações finais, trazemos algumas ponderações sobre as potencialidades e limites da proposta de urbanismo inteligente em termos mais gerais.

Vale dizer que a bússola analítica que utilizamos ao longo deste artigo é aquela forjada no contexto da chamada virada móvel que, nas últimas duas décadas, tem interpelado o sedentarismo epistêmico e metodológico característico da teoria social⁶⁸. Estamos alinhados, sobretudo, com a chamada Escola de Lancaster em sua proposta de entendimento do mundo social como um entrelaçamento de movimento, representações e práticas socioespaciais, dependente tanto de infraestruturas materiais cada vez mais conectadas quanto da regulação de saberes, normas e protocolos cujas lógicas, não raro, escapam aos sujeitos leigos (cf. CRESSWELL, 2006; SELLER; URRY, 2006, 2016; URRY 2000, 2007). Abordar as mobilidades não significa, portanto, ater-se somente ao fluxo de pessoas, objetos, ideias e informações, mas considerar também o movimento potencial, o movimento impedido e a imobilidade (BÜSCHER; URRY, 2009). Manderscheid (2009) reitera esse ponto:

As mobilidades e as desigualdades sociais estão entrelaçadas de modo complexo. Nem a mobilidade nem a desigualdade social são pré-definidas, estáticas ou categorias determinadas, mas ambos os conceitos são infundidos com significado, poder e compreensão contestada, ligados a práticas específicas e arranjos sociais e espaciais, continuamente reiterados e reproduzidos. (MANDERSCHIED, 2009, p.27. Tradução dos autores).

Trata-se, assim, de uma compreensão das mobilidades como um sistema complexo, ou variados sistemas interligados, sempre atravessados por jogos de poder: é nesse sentido que podemos falar em regimes de mobilidade que, amparados em dispositivos sociotécnicos de vigilância, definem o que e quem

⁶⁸ Para um panorama introdutório sobre o giro das mobilidades, ver Freire-Medeiros, Telles e Allis (2018).

pode ou não circular (ADEY, 2010; SHELLER, 2018) — aqui incluídas as políticas urbanas. É o que veremos a seguir.

2. A política de *Smart City* e sua mobilidade transnacional

Como atestam inúmeros autores (MAHIZHNAN, 1999; HOLLANDS, 2008; GREENFIELD, 2013; DAMARI, 2013, entre outros), as *smart cities* despontaram em fins do século XX, simultaneamente à popularização da informática. Desde o início, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na gestão da cidade tem sido uma constante nos projetos e tentativas de definição do que é uma “cidade inteligente” (CARAGLIU; DEL BO; NUKAMP, 2009; DAMERI, 2013).

Hollands (2008) e Nam e Pardo (2011) registram a dificuldade de se encontrar algum conceito ou definição de cidade inteligente que seja amplamente reconhecido. Tal dificuldade é consequência das várias áreas que as iniciativas de *smart cities* podem compreender, por exemplo: E-Gov, construções sustentáveis/inteligentes, racionalização do uso da água e da energia elétrica, mobilidades urbanas digitalmente organizadas, educação e formação profissional com base em plataformas digitais, segurança pública baseada em monitoramento de câmeras operadas por inteligência artificial, entre outras.

Muitos dos projetos demonstram o que Kaika e Swyngedouw (2000) chamam de “fetichização da tecnologia”, tratando tudo o que é “tecnológico” como a materialização do ideal de progresso. As TICs são apresentadas como soluções técnicas inequívocas, despolitizadas, utópicas e racionalistas, o que é reiterado pelo marketing congratulatório produzido pelas empresas envolvidas, reificando-se a visão da cidade inteligente como o único caminho possível para promover transformações urbanas.

O debate sobre *smart cities* não pode, obviamente, restringir-se à tecnologia. Novas implementações tecnológicas escalonam mudanças em outras dimensões da sociedade: para que tais tecnologias saiam dos laboratórios e dos *key-notes* dos executivos de grandes corporações e possam ser aplicadas ao mundo real, é necessária uma série de adaptações e comprometimentos sociais, institucionais e políticos. É fundamental considerar as práticas socioculturais das comunidades envolvidas e a adequação aos padrões legais e aos requisitos do planejamento local.

Não basta apenas desenvolver e empurrar as tecnologias para os usuários, as mudanças propostas pelos projetos de *smart city* têm uma natureza sociológica clara e desafiadora (CARVALHO, 2015). A sua rápida difusão tem se constituído

como um fenômeno global e bastante heterogêneo, sendo possível observar projetos de cidades inteligentes de naturezas bastante distintas em desenvolvimento nos dois hemisférios. Nesse contexto, é importante mencionar a atuação extensiva das empresas de tecnologia como IBM, Cisco, Siemens, Microsoft, Huawei, Hitachi, Samsung, entre outras, que buscam proeminência em um mercado cujo valor cumulativo foi estimado em 1,565 trilhão de dólares para 2020 (VIDYASEKAR, 2013). São parcerias, consultorias, serviços de interpretação de metadados, planejamentos estratégicos, muitas vezes oferecidos às cidades sem custos explícitos: as empresas buscam espaços para testar suas tecnologias no tecido urbano e, aos poucos, constroem um portfólio de cidades que foram “salvas” por seus pacotes de soluções inteligentes. Hollands alerta sobre a participação das grandes corporações nesse mercado:

A sugestão de consórcios gigantes de TI de que precisamos agora tornarmos tecnologicamente mais inteligentes para salvar nossas cidades e considerar as consequências sociais mais tarde é altamente preventiva, para não mencionar, ideológica. Devemos ter cuidado com cenários inteligentes corporativamente inspirados, em que os problemas urbanos foram todos resolvidos pela tecnologia e todos os seus habitantes são felizes e prósperos; por mais tentadora que esta visão seja. Subjacente a esta ideia está uma noção mais manipuladora de que as cidades são apenas "máquinas para ganhar dinheiro" ou que a competitividade global entre as cidades irá torná-las automaticamente melhores lugares para viver (HOLLANDS, 2015, p. 73. Tradução dos autores).

Desta forma, é importante questionar quais mecanismos permitiram — ou melhor dito: ativamente promoveram — esse movimento das políticas de *smart cities* pelo mundo.

A *mobilidade de políticas* é regulada por aquilo que Urry (2000) e Cresswell (2006) chamam de “regimes de mobilidade”, i.e. regimes regulatórios — configurações complexas de poder, normas e regras —, que governam a maneira como indivíduos, coletivos e estados-nação gerenciam relações sociais não só em copresença, mas também à distância. Assentados em estruturas e redes sociomateriais, os regimes de mobilidade são responsáveis por restringir ou potencializar fluxos de pessoas, mercadorias, matérias-primas, capital, sinais, informações e, o que nos interessa em particular aqui, políticas de gestão de cidades que fazem parte de sistemas urbanos altamente interconectados.

A noção de *mobilidade de políticas*, por um lado, não nos deixa esquecer de que as políticas não se movem sozinhas, elas dependem de que pessoas e instituições as “movam”: por canais virtuais, com reuniões por videochamada ou

transferência de documentos e relatórios; ou por meio do deslocamento físico de governantes, *policymakers*, arquitetos, urbanistas, pesquisadores, empresários, lobistas, entre outros. Esse variado grupo de pessoas viaja para ‘ver uma política *in loco*’: conversas com dirigentes locais, visitas a lugares influenciados pela política em questão, desenvolvimento de acordos e parcerias, ou até mesmo a mera oportunidade de conhecer lugares com os quais se pode aprender novas soluções — é o que González (2011) chama de *turismo de política urbana*. No caso do Rio de Janeiro, documentos localizados por Freitas (2018) permitem estimar que mais de 10.000 pessoas (políticos, funcionários públicos, empresários, *policy makers*, pesquisadores, lobistas, etc.) visitaram o COR entre 2010 e 2016. Considerando que se trata de uma repartição pública, esse número é bastante expressivo.

As políticas transformam-se enquanto se movem e, quando aportam em um determinado espaço-tempo, já não são as mesmas. A *mobilidade das políticas* a que nos referimos aqui não conota apenas uma mudança de localidade, uma política viajando do ponto A para o ponto B. Dizer que as políticas são móveis não significa que elas estejam simplesmente viajando através de uma paisagem, é bem mais do que isso: elas estão refazendo as paisagens, material e simbolicamente (PECK; THEODORE, 2010). Dito de outro modo: as políticas em si são concebidas como uma rede que assume diferentes formas ao longo das linhas que elas constituem no momento mesmo em que as percorrem. A *mobilidade de políticas* segue, portanto, o modelo de espaço relacional, produzindo uma imagem de lugares interconectados enquanto depende dessa conexão para existir como tal (MASSEY, 2005). Como adverte Prince (2012), não se trata apenas de documentos viajando autonomamente por redes virtuais ou de diretrizes sendo aplicadas em contextos variados. Trata-se da reconstituição de campos de poder: ao se moverem, as políticas refazem as relações entre as localidades, reduzindo — para o bem ou para o mal — as fronteiras entre elas, costurando redes simbióticas e sistemas circulatórios, construindo comunidades supostamente cosmopolitas de “boas práticas” e validando conhecimentos de especialistas.

No caso específico da *mobilidade de políticas* de gestão urbana, vale recuperar o que diz Crivello: “os canais de circulação e reprodução de ideias urbanas aparentam ser múltiplos e hibridizados, incluindo, por exemplo, diferentes tipos de redes formais e informais, envolvendo prefeitos, gerentes urbanos e burocratas” (2015, p. 911. Tradução dos autores). Com sua análise sobre as ações de “regeneração urbana” de Puerto Madero, em Buenos Aires, Jajamovich (2016) nos ajuda a refletir sobre os papéis desempenhados por esses diferentes

stakeholders ao diferenciá-los entre “ofertantes” e “demandantes” dessas políticas. As políticas circulam, pois há agentes interessados e que se beneficiam – em diferentes escalas – dessa circulação.

De que maneira o Rio de Janeiro passou a fazer parte dessa rede transnacional de “cidades inteligentes”? Como foi possível passar da figura de demandante dessas políticas tidas como bem-sucedidas alhures para a figura de ofertante de políticas? É dessas indagações que trata a próxima seção.

3. *Rio Smart City*

Em função da alta visibilidade dada à cidade do Rio de Janeiro no ciclo dos megaeventos, muitas empresas transnacionais passaram a pleitear parcerias com a Prefeitura do Rio. Uma dessas empresas foi a IBM, que, antes de direcionar seus esforços para o programa Watson⁶⁹, liderou o mercado das *smart cities*. O flerte entre a gestão do prefeito Eduardo Paes e a IBM se intensificou em 2009, quando o Rio foi convidado a participar do *Smarter Cities Challenge*. Segundo documento institucional, a empresa fornece

às cidades de todo o mundo concessões de conhecimento e tecnologia IBM para enfrentar seus principais desafios estratégicos. As cidades vencedoras recebem uma equipe de especialistas da IBM em período integral por três semanas, com todos os custos assumidos pelo *IBM Citizenship*. As equipes aproveitam a computação cognitiva da IBM, a plataforma em nuvem, a análise móvel e social e os amplos recursos de dados climáticos para fornecer informações profundas e orientadas por dados que ajudam a melhorar o desenvolvimento de políticas e a tomada de decisões nas cidades.⁷⁰

A iniciativa ajudou a ampliar a capilaridade da IBM nessa rede transnacional e possibilitou que a empresa difundisse sua visão de *smart city*, fazendo circular uma *narrativa corporativa* bastante peculiar no mundo do planejamento urbano (SÖDERSTRÖM; PAASCHE; KLAUSER, 2014). Wiig (2015a) explora com rigor essas peculiaridades e sugere que, já no primeiro ano, a diretoria da IBM buscou

⁶⁹ Na década de 2000, a IBM buscou – e conseguiu por anos consecutivos – a liderança no mercado global das tecnologias para as *smart cities*. Na segunda metade da década de 2010, ela reajusta seus objetivos e passa a focar no Watson, uma plataforma de serviços cognitivos para negócios. Na nossa avaliação, não significa que a IBM tenha abandonado o mercado de *smart cities*, só que este não é mais o carro-chefe da empresa.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.smartercitieschallenge.org/> Acesso em: 05 set. 2020.

os governantes de algumas cidades com as quais tinha bom relacionamento institucional para dar início ao programa. Por sua vez, os agentes públicos das cidades participantes estavam interessados não somente nas estratégias de gerenciamento “inteligente” e no seu potencial para melhorar as questões urbanas, como estabelecido pelo desafio. Mais que tudo, eles buscavam aprender como poderiam aproveitar essa “inteligência” para vender suas cidades como cidades globais. As que participaram do desafio puderam sustentar perante investidores internacionais uma imagem de “competitivas”, “criativas” e de “governança estratégica eficiente”. Nesse sentido, pôr em prática as estratégias propostas pela IBM para solucionar os problemas identificados por ela pareciam não estar necessariamente no topo da lista de prioridades dos governantes (WIIG, 2015a).

Nesse sentido, Wiig (2015b) sugere que a ideia de cidade inteligente funciona como uma máscara para as estratégias de governança empresarial. Em vez de melhorias especificamente voltadas para a cidade, as políticas propunham a mudança urbana por meio da ampliação do uso de ferramentas digitais. Supõe-se que o interesse das cidades em participar do desafio resida majoritariamente na exposição que ele proporciona, sinalizando aos investidores que a cidade está atendida com as ferramentas de governança inteligente. Em muitos casos, ser “inteligente” pode ser entendido como estar aberto ao capital estrangeiro. Com o *Smarter Cities Challenge*, a IBM emprestava seu prestígio às cidades, uma marca distintiva crucial para que as cidades sobressaíssem neste mundo de economia globalizada.

O prêmio do “desafio” oferecido pela IBM consistia, em linhas gerais, em um trabalho de consultoria. No caso do Rio de Janeiro, foi sugerida aos gestores a criação do cargo de Diretor de Assuntos Digitais e da “Rio Negócios”, agência de promoção de investimentos. Além disso, a participação no desafio contribuiu para o estreitamento dos laços entre a IBM e a prefeitura, o que foi crucial para a criação do Centro de Operações Rio. Paes, em entrevista concedida a Freitas (2018), dá alguns detalhes sobre essa negociação:

Nessa época, não me lembro exatamente o mês, o Rio tinha ganhado as Olimpíadas seis meses antes e você tinha uma coisa de grandes empresas indo ao Rio para começar a botar um pezinho lá. Aí foi o Sam Palmisano da IBM, pica das galáxias, tal. E eu estava de super mau humor no dia. O Sam Palmisano chegou lá no Palácio da Cidade para uma reunião comigo e começou a falar assim: “Eu quero doar uns computadores para as escolas do município”. Eu estava no dia meio grosseiro, aí falei: “Desculpa, mas acho que o senhor errou de continente. Isso aqui não é África. A gente tem

1700 escolas. Se o senhor for doar computadores para todas as escolas, eu até aceito, mas se for pra doar para vinte e depois você botar no seu livro de marketing social no fim do ano que você salvou as criancinhas pobres do Rio de Janeiro". Aqui pra você! Não preciso. Se você quer ajudar mesmo, eu estou pensando em fazer um negócio assim, assado..." aí contei um pouco do que eu imaginava para o Centro de Operações. Aí falei: "Bota seu time pra pensar isso comigo". Ele topou o desafio. (EDUARDO PAES, entrevista gravada por Freitas em 02 de outubro de 2017)

O relato do ex-prefeito corrobora o interesse bilateral na parceria: a Prefeitura queria utilizar a *expertise* da empresa estado-unidense para "aprimorar a gestão", enquanto a IBM poderia utilizar como vitrine para seus serviços uma cidade cuja imagem há muito circula em escala global e que estaria mais ainda em evidência por conta dos megaeventos. Durante a entrevista, o ex-prefeito foi questionado sobre o peso das Olimpíadas para o desenvolvimento do COR.

Eu diria que foi pequeno [o peso das Olimpíadas para a inauguração rápida do COR]. Eu inaugurei... Os olímpicos estavam aqui. Vamos dizer que já inauguramos alguma coisa das Olimpíadas? Sim, vamos lá. Nas Olimpíadas se previa que se teria um centro de controle olímpico. Mas não tinha previsão nenhuma de COR. Era um centro de operações que você faz em qualquer Olimpíada. Aproveitei, embalei aquilo ali e chamei Jaque Rogge pra inaugurar, mas não era uma coisa... No final, teve um momento ali no Rio que tudo que você fazia, mesmo que não fosse para a Olimpíada, diziam que você estava fazendo para as Olimpíadas. Explodia bueiro e diziam: "como que vai fazer a Olimpíada? E a Copa com esses bueiros explodindo?" Teve uma hora que eu percebi isso: aqui, agora tudo é Olimpíada, quer queira ou não. Você tinha uma mensagem muito forte e tudo virou Olimpíada. Mas não teve influência nenhuma de Olimpíada, não. A influência ali foi a lambança, a tragédia que aconteceu em 2010 (EDUARDO PAES, entrevista gravada por Freitas em 02 de outubro de 2017).

Como Paes afirma no trecho reproduzido, uma das exigências do COI foi que o Rio tivesse um centro de controle para a Olimpíada. Ainda que o COR possa não ter sido pensado com esse intuito, sua inauguração ficou marcada como a entrega da primeira obra do Rio Olímpico⁷¹. E, de certa maneira, os megaeventos

⁷¹ No dia 31 de dezembro, houve uma cerimônia especial para a inauguração do COR, que contou com a presença de Gilbert Felli, diretor de Jogos Olímpicos do COI; Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Rio 2016 e ex-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB); Nawal El Moutawakel, presidente da Comissão de Coordenação dos Jogos Olímpicos Rio 2016; Jacques Rogge, presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), e Eduardo Paes, ex-prefeito do Rio de Janeiro.

que ocorreram entre a inauguração e os Jogos Olímpicos serviram como oportunidades de teste e experimentação. Foi o caso do 5º Jogos Mundiais Militares: mesmo sendo ainda muito recente, o COR teve participação importante no monitoramento do evento, ocasião em que a sala de controle carioca contou com a presença de três militares por turno, acompanhando as 450 câmeras de que o centro então dispunha.

Vale lembrar que, em paralelo ao COR, foi criado o Centro Integrado de Comando Controle (CICC-RJ), ao qual caberia exclusivamente o monitoramento e a gestão da segurança pública e do conflito urbano⁷². A simbiose entre o COR (gestão urbana) e o CICC (gestão da segurança) representa a consolidação de um novo modelo de controle de fixos e fluxos baseado tanto na integração e coordenação centralizada de atores heterogêneos quanto na capacidade de monitoramento e controle remoto de informações dispersas (HIRATA; CARDOSO, 2016; FIRMINO, 2017). Em ambos os casos, há um jogo complexo entre visibilidades e invisibilidades que, com base na observação participante realizada no COR por um de nós (FREITAS, 2018), abordamos a seguir.

3.1. O Centro de Operações Rio: (In)visibilidades e controle

Inaugurado em 31 de dezembro de 2010, o Centro de Operações Rio consiste, principalmente, em uma grande sala de controle com amplo acesso a informações, providas por um complexo e moderno – para a época, pelo menos – sistema que integra centenas de câmeras espalhadas pela cidade. Em um único espaço, o COR centraliza os fluxos de dados de 30 agências públicas, incluindo tráfego e transporte público, serviços municipais e de utilidade pública, serviços de emergência, registros climáticos e informações enviadas pelos funcionários e pela população, por telefone, internet e rádio, possibilitando que a prefeitura consiga, em tese, dar uma resposta rápida e eficiente às situações de emergência (KITCHIN, 2014). Além da IBM, outras grandes empresas, como Cisco, Motorola e Samsung, também participaram de sua elaboração em algum nível.

Os “olímpicos”, como Paes se referiu em entrevista, puderam acompanhar o funcionamento do COR na gestão da cidade durante a festa de Reveillon. Mais informações em: PREFEITURA do Rio de Janeiro. Prefeito e presidente do COI inauguram o Centro de Operações Rio. 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=1423000> Acesso em: 08 jul. 2020.

⁷² Nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, foram construídos centros de operações similares, tendo CICC do Rio como polo de coordenação regional, cabendo ao de Brasília a coordenação nacional.

O uso de salas de controle para auxiliar a gestão urbana não constitui novidade: elas surgem com o processo de computadorização das indústrias na década de 1960 (IVERGÅRD; HUNT, 2009). Com um olhar menos rigoroso, poderíamos, inclusive, mencionar as salas de controle utilizadas para a coordenação do tráfego nas linhas férreas no início do século XX. O que chama a atenção no contexto contemporâneo é a concatenação das ferramentas de comunicação, vigilância e controle no desenvolvimento de políticas de *smart cities*.

No mezanino, voltado para a Sala de Controle, está localizada a Sala de Imprensa do COR. Profissionais dos principais veículos de comunicação têm um espaço de trabalho e conseguem transmitir em tempo real informações sobre o trânsito, meteorologia, ou qualquer outro acontecimento que se julga relevante para o dia a dia do cidadão carioca. Os profissionais da imprensa têm reservado um espaço que comporta 16 jornalistas trabalhando ao mesmo tempo, dispondo de computadores e telefones, além de um *link* – até então, usado majoritariamente pela Rede Globo – que possibilita que o repórter faça comunicados ao vivo para as edições do jornal local e, em casos extraordinários, para os telejornais de alcance nacional. Além disso, eles têm visão e audição plena de tudo o que está acontecendo na Sala de Controle. Uma das coisas que mais impressiona os visitantes é justamente o fato de a sala de imprensa poder acompanhar todo o funcionamento do Centro (cf. FREITAS, 2018, cap. 3).

Além da forte presença nas redes sociais, muito da projeção do COR se deve a esse trabalho colaborativo com a imprensa. Ter um jornalista à disposição dentro do COR possibilita que o veículo leve a seu espectador, ouvinte ou leitor, a informação em tempo recorde, além de ter a credibilidade de que tal informação vem de um órgão da Prefeitura do Rio. Em contrapartida, as informações que saem do COR para a mídia são, de certa forma, mediadas pela própria prefeitura. Em algumas situações mais críticas, logo após a veiculação de determinada notícia, um representante oficial concede uma entrevista ou emite um comunicado oficial sobre a ocorrência, as medidas tomadas e recomendações para a população. Em muitas ocasiões, quando os veículos de comunicação recebem mensagens sobre qualquer problema, eles repassam a um funcionário do Centro para que a informação seja apurada. Nessa configuração, a prefeitura consegue se posicionar imediatamente em relação às notícias. Paes reconhece o papel estratégico dessa parceria com a imprensa:

Talvez a jogada mais inteligente que eu tenha feito foi ali, na origem, também perceber a importância da imprensa para o COR. Porque era um pouco da minha experiência aqui, garoto novo, e minha experiência em

2010 que eu não tinha um walkie-talkie, um radinho para falar com o povo. Eu fui para a Rádio Tupi, Rádio Globo, CBN, para as [rádios] FM para dizer: “olha, fica em casa”. Então, na origem, eu liguei pra Band, pra Record, pra Globo, para o SBT, para dizer: “ó, estou montando isso e tal, entra aqui, faz isso – [inaudível]. A Globo foi a única que topou, chegou ao absurdo de ter uma câmera fixa ali. Você pode chegar ali e só ligar a câmera. Eu montei aquela sala de imprensa porque eu queria os caras ali. A imprensa é fundamental naquilo. Qual o custo da informação? A Globo vai e copia a gente. Você vê o Radar RJ, é uma cópia do COR. O Radar RJ reproduz o que o COR faz. Totalmente! Em um momento, nem davam o crédito devido: “Estamos aqui, o nosso radar está mostrando que o índice pluviométrico...” Tudo bem. Mas só todo dia de manhã ter uma imagem da prefeitura do Rio na TV... Eu usei muito a imprensa nisso, especialmente a Globo. Porque a Globo comprou a ideia (EDUARDO PAES, entrevista gravada por Freitas em 02 de outubro de 2017).

É preciso refletir também sobre como essas informações chegam até o espectador, ouvinte, leitor. Receber notícias de dentro de um órgão da prefeitura e ter um posicionamento oficial nos acontecimentos mais críticos da cidade transmite a ideia de onisciência da prefeitura. O COR estende a lógica da sala de controle para toda a cidade e, com sua superexposição, incorpora a população como um elemento funcional na gestão da cidade (LUQUE-AYALA; MARVIN, 2016).

Presente na televisão, rádios, redes sociais e aplicativos, o COR pretende ser, portanto, uma referência próxima e confiável no cotidiano dos cidadãos. Ao mesmo tempo que transmite a ideia de ampla transparência da gestão da cidade, o uso dessas tecnologias reforça a ilusão de total controle (LUQUE-AYALA; MARVIN, 2016). Nesse sentido, a criação do Centro de Operações Rio marca um ponto de inflexão na governança municipal do Rio de Janeiro em que a gestão tecnológica das redes de infraestrutura é valorizada e tornada visível. Se as redes de infraestrutura de uma cidade, por definição, costumam ser invisíveis – quanto mais complexo e corriqueiro seu uso, mais difícil de se enxergá-lo (LUQUE-AYALA; MARVIN, 2016) – o COR utiliza sua visibilidade como uma ferramenta a seu favor. Os veículos de comunicação ajudam a construir o COR, no imaginário coletivo da cidade, como a principal ferramenta para a gestão de suas infraestruturas. Ao invés de ser invisível, o COR funciona não só como um centro de controle e monitoramento, mas também como um canal simbólico – e poderoso – de comunicação entre a prefeitura e a população.

3.2. Políticas de Mobilidade: Mobilidades urbanas e o cotidiano da cidade

Mobilidade urbana compreende todas as mobilidades que se sucedem no espaço urbano, sejam elas corpóreas, de objetos materiais, comunicativas, virtuais e/ou imaginativas – para nos apropriarmos das categorias propostas por Urry (2007). As formas como as pessoas performam suas mobilidades diariamente dizem muito sobre a sociedade da qual fazem parte, revelando de maneira muito concreta dimensões das desigualdades sociais nem sempre perceptíveis em outros contextos de interação (JIRÓN; GOMEZ, 2018). “A mobilidade urbana é muito mais do que o transporte. (...) Uma grande parte do nosso dia a dia na cidade contemporânea ocorre em rotores e entre nós”, resume Jensen (2009, p. 149. Tradução dos autores). Se as pesquisas que informam as políticas públicas tendem a ignorar o transporte como um ambiente de interação social, “como um novo domínio público que cria culturas de movimento” (ibid), não é de se estranhar que as intervenções limitem-se, não raro, à correção de aspectos técnicos, como o incremento da velocidade do trajeto, por exemplo.

A preparação da cidade do Rio de Janeiro para os megaeventos envolvia obras infraestruturais de mobilidade terrestre, como a expansão da linha 4 do Metrô, a construção das linhas dos BRTs Transolímpica, Transcarioca e Transoeste e o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) no Centro. Os gastos com a infraestrutura de transporte ultrapassaram R\$ 13 bilhões (SANTOS JUNIOR; NOVAES, 2015) e tinham como objetivo desenvolver um sistema que conectasse as áreas onde iriam acontecer as competições, sobretudo na região do bairro de Deodoro⁷³.

Pereira *et al.* (2017) mediram a quantas escolas e oportunidades de trabalho as pessoas tinham acesso a partir de suas residências utilizando transporte público ou caminhando, em percursos de 60 minutos. Comparando dados de 2014 e 2017, seria possível avaliar o impacto das reformas em infraestrutura de transporte realizadas para as Olimpíadas. Ainda que o recorte temporal seja relativamente curto, a pesquisa revela como os investimentos trouxeram poucos benefícios para os mais pobres. Tomando como base dados do Censo, a pesquisa demonstra algo que, de certa forma, já era sabido: os grupos mais pobres estão localizados ao norte e nordeste da cidade, enquanto os mais ricos estão localizados ao sul, ao longo da costa, e no centro, onde ainda se concentra boa parte da atividade econômica. A criação da Linha 4 do metrô, que liga a Zona Sul à Barra da Tijuca,

⁷³ A escolha de Deodoro para ser um dos locais de competição – e as obras infraestruturais no sistema de trânsito – teria como objetivo beneficiar populações economicamente vulneráveis, que moram em regiões mais distantes do centro da cidade e que, geralmente, gastam mais tempo em seus deslocamentos (ver DAVIES, 2017).

foi a obra de maior investimento e beneficiou, principalmente, os moradores dessas regiões.

Além de ser a cidade mais populosa do Estado, com cerca de 6,7 milhões de habitantes (IBGE, 2020), o Rio de Janeiro recebe, como se sabe, pessoas vindas de sua região metropolitana (RMRJ). Segundo Ferreira (2017), a partir de análise dos números do censo de 2010, mais de meio milhão de pessoas que residem em outros municípios trabalham na cidade do Rio, realizando esses deslocamentos pendulares diariamente. Segundo a Firjan, mais de 60% dos fluxos na RMRJ têm como origem ou destino (ou ambos) a capital (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014).

Encurralada pelo oceano e configurada por variados acidentes geográficos, como maciços, lagoas, serras, baías, a malha rodoviária do Rio de Janeiro tem uma série de gargalos e afunilamentos que limitam significativamente as opções de trajeto. Segundo dados do Sistema de Navegação TomTom (2019), em percursos de 30 minutos, foram gastos em média 172,2 horas a mais no trânsito ao longo de um ano. Assumindo que a jornada de trabalho é de oito horas, o número de horas gastas no trânsito equivaleria a 21,5 dias de trabalho. A Firjan (2014) chegou a uma estimativa do “custo da (i)mobilidade” na RMRJ e na Região Metropolitana de São Paulo. Em 2013, o custo dos congestionamentos chegou a R\$ 29 bilhões. Estimava-se que, com a conclusão das obras, esse custo cairia para R\$ 25 bilhões em 2014 e 2015; se não houvesse novos investimentos nos próximos anos, esses valores subiriam proporcionalmente ao aumento dos congestionamentos. As consequências dos congestionamentos não têm, obviamente, apenas caráter econômico, gerando também rebatimentos na qualidade de vida da população.

“O COR é considerado”, destaca Rodrigo Firmino (2017, p. 25), “o estado-da-arte em termos de centro de controle e gerenciamento de cidades, monitorando fixos e fluxos urbanos”. De fato, além de servir como um quartel general para a gestão dos eventos extraordinários – como o caso dos megaeventos –, o COR teve e ainda tem um papel fundamental na gestão diária da mobilidade urbana no Rio de Janeiro.

Figura 1 – Sala de Situação – Centro de Operações Rio



Fonte: Acervo de Freitas (2018).

É nesse contexto que o COR assume papel importante no cotidiano da cidade, aplicando as ditas tecnologias inteligentes na gestão das mobilidades urbanas. As mais de mil câmeras, das quais agora o COR dispõe, monitoram as principais vias da cidade. Em questão de segundos, é possível visualizar na Sala de Situação qualquer incidente que, eventualmente, esteja atrapalhando as mobilidades urbanas e, a partir disso, acionar os órgãos que poderão ajudar na solução, seja a Guarda Municipal, a Polícia Militar, a Defesa Civil, ou qualquer outro que tenha representantes na sala de controle da Prefeitura do Rio.

No Rio de Janeiro, as rádios locais costumam transmitir detalhes sobre a situação do trânsito, principalmente pela manhã, quando a maioria das pessoas está indo para o trabalho, e no final da tarde, quando costumam retornar para suas casas. Antes a forma mais eficiente para cobrir as principais vias da cidade era o chamado “repórter aéreo”: sobrevoando a cidade em um helicóptero, o repórter informa aos espectadores as condições do trânsito. Em uma das visitas ao COR, Freitas (2018) presenciou a repórter de uma rádio passar informações sobre o trânsito, diretamente do mezanino.

Desde 2013, o sistema do COR é alimentado também pelos dados do aplicativo de navegação do Waze e pelas informações do aplicativo para usuários de transporte público Moovit. Esses dados agregados possibilitam que os operadores tenham *feedback* em tempo real sobre tempos de deslocamento, problemas operacionais nos meios de transporte público, além de intempéries

nas vias, como buracos e alagamentos. Em troca de compartilhar dados do seu sistema com a prefeitura, o Google – atual dono do Waze – também recebe informações enviadas pelo COR, em relação a interdições, obras planejadas e radares de trânsito, por exemplo.

A primeira parceria do Waze foi com o Centro de Operações do Rio, com o COR. Eu lembro que na época o pessoal dizia: "Vamos desenvolver aqui uma tecnologia..." Que desenvolver tecnologia, caramba? Tem um aplicativo aqui que você baixa de graça". Você bota aí no telão, malandro. A população está te informando. A verdade é essa. No começo não era assim. A tecnologia avançou muito se comparada a sete anos atrás. Hoje, com esses aplicativos todos é uma loucura. O Waze foi até uma ideia minha mesmo, cheguei assim para o Pedro e falei: "Pedro, pelo amor de Deus!" O pessoal estava querendo desenvolver um aplicativo. "Vai na porcaria do Waze, vamos fazer contato". (EDUARDO PAES, entrevista gravada por Freitas em 02 de outubro de 2017)

Tão importante quanto ter as informações do trânsito é fazê-las chegar ao cidadão. A ideia do Rio de Janeiro como cidade inteligente passa diretamente por esse sistema de transmissão de dados. A máxima de que uma cidade inteligente é aquela em que os seus cidadãos são inteligentes ganha contornos interessantes se confrontada com caso em tela, sobretudo se considerarmos inteligência a habilidade de se adquirir, entender e usar a informação. As pessoas que vivem – não só as que moram, mas também as que trabalham, estudam ou circulam – no Rio utilizam as informações que o COR divulga para tomar decisões, seja em relação ao trânsito, às condições climáticas ou até mesmo ao risco que moradores de algumas áreas correm durante fortes chuvas.

As redes sociais têm papel fundamental nessa comunicação direta com o cidadão, e o COR mantém vários perfis. Por conta das características diferentes das próprias redes, as postagens seguem padrões diferentes: no Instagram, geralmente, trazem paisagens da cidade, imagens das câmeras a que o Centro tem acesso e imagens com algum aviso. Os *tweets* (postagens no Twitter) são muito mais frequentes, em torno de quatro ou cinco a cada hora, e em situações críticas o número de postagens aumenta exponencialmente. As postagens do Facebook repetem muitas das imagens utilizadas no Instagram, além de divulgar os três boletins diários (6h, 11h e 18h) em texto e em vídeo. Além disso, desde 2017, um *bot* (*software* que simula ações humanas) envia mensagens diretas a todos os usuários que interagiram com o perfil do COR no Facebook.

Além disso, os painéis e relógios espalhados pela cidade – que mesmo antes da existência do COR já exibiam informativos – são agora alimentados com as

informações sobre o tempo de percurso das vias, possibilitando que os motoristas saibam qual o melhor trajeto a ser percorrido.

Gestão de cidade, gestão de coletividade, com componentes de risco, de emergência e com as novas formas de você ver uma cidade resiliente, sem comunicação não existe. Porque se você considerar resiliência sua capacidade de suportar o choque, você até tomba, mas você levanta de volta. Se você considerar a resiliência da cidade como uma capacidade de uma cidade viver problemas, sofrer pressões de ameaças naturais, sociais, econômicas, e se reestabelecer. Uma parte importante dessa condição é que você se comunique, porque em alguns momentos seu recurso é muito inferior à pressão que você está tomando. Então quando começa uma chuva forte, por exemplo, não tem trator, ou bomba d'água ou o caramba que vá fazer parar de chover ou impedir de uma rua alagar. Em certos momentos, é uma questão física mesmo, então a gente não vai conseguir ir contra isso. Então, nesses momentos, o principal recurso é a comunicação, porque você compartilha, você empodera quem está te ouvindo, com quem você está falando, né? Tem a comunicação operacional e tem a comunicação de alerta, podem ser as duas, mas a gente está falando mais daquela de entrevista mesmo, que é mais mão-única. Nesse momento, eu estou empoderando a população da cidade a decidir melhor e se cuidarem. (EX-CHEFE EXECUTIVO DO COR, entrevista para Freitas)

Outros entrevistados também concordavam que a informação gerada ali precisa sim ser divulgada pelos veículos de comunicação, e a transparência deve ser um dos principais valores a reger o Centro. No que diz respeito à mobilidade urbana, sobretudo, as informações do COR só passam a ser relevantes à medida que são reverberadas e impactam as decisões e ações da população, por exemplo, optando por um trajeto em detrimento de um outro mais congestionado.

A visibilidade do Centro e a divulgação pela mídia dos seus dados fizeram com que o COR assumisse um papel diante da população que descolou o caráter funcional de sua imagem simbólica: o COR deixa de ser um instrumento de “governança inteligente” e passa a ser também encarado como o representante tecnológico do controle da Prefeitura sobre a cidade e sobre a experiência urbana de sua população. Essa ampliação tanto técnica quanto simbólica das funções do Centro de Operações Rio demonstra o transbordamento da tecnologia para novas atividades e a criação de lógicas próprias de atuação que constituem as novas formas de mobilidades em disputa no Rio de Janeiro, nas quais o COR é instrumento fundamental.

Na década de 1990, quando a internet estava deixando de ser utilizada apenas para fins acadêmicos e se tornando comercial, Mitchell (1996) já destacava as

grandes transformações por que passariam as cidades a partir do desenvolvimento de tecnologias que intersectavam o físico, o virtual e o portátil. A partir dos anos 2000, a internet de alta velocidade se popularizou e as chamadas “mobilidades miniaturizadas” (ELLIOTT; URRY, 2010) – tais como os celulares e outros dispositivos móveis – passaram a exercer papel fundamental na maneira como as pessoas performam suas vidas em trânsito.

O sistema do COR tem uma interface de integração com Waze, Moovit e Google Maps. Esses aplicativos obtêm informações de satélites e GPS para avaliar em tempo real a situação do trânsito na cidade. Adey e Bevan (2006) trabalham com o conceito de *cybermobilities* para explicar como, com o uso ostensivo da tecnologia, as mobilidades físicas e virtuais estão cada vez mais imbricadas. A mobilidade física do carro e seu motorista é facilitada pela mobilidade virtual da informação. O componente virtual da cibermobilidade, neste mesmo exemplo, é gerado a partir do movimento físico (ou da inércia) dos outros carros. O conceito reforça como essas duas dimensões da mobilidade são mutuamente dependentes e necessárias: “As cibermobilidades são a combinação de movimentos virtuais e físicos, que são produzidos simbioticamente e mediados um pelo outro” (ADEY; BEVAN, 2006. p. 48. Tradução dos autores). A “coreografia no tempo-espaço” não está mais limitada aos espaços urbanos necessariamente físicos, mas também engloba o uso de uma multiplicidade de redes e espaços eletrônicos e digitais, à medida que os dispositivos móveis são usados como mediadores do cotidiano, e os próprios meios de comunicação começam a assumir a forma de redes eletrônicas globais. (GRAHAM; MARVIN, 2002).

Porém, mais uma vez, é importante trazer à luz que a mobilidade é um capital – por definição, distribuído de maneira desigual – em que não só a velocidade importa, mas também a praticidade e flexibilidade de que o sujeito dispõe para escolher rotas e gerenciar mobilidades de acordo com sua agenda (KAUFMANN; BERGMAN; JOYE, 2004). Ao tratar de cibermobilidades, a analogia com o capital se reforça, já que as dimensões física, virtual e comunicativa da mobilidade também não se distribuem de maneira equilibrada. Há décadas, o Rio de Janeiro enfrenta graves problemas de congestionamento e, mesmo com todos os investimentos feitos em infraestrutura por conta da Copa do Mundo e das Olimpíadas, a mobilidade urbana continua sendo um problema (BIENENSTEIN; MASCARENHAS, 2017; MACHADO; ARAGÃO PEDROSO; NASCIMENTO, 2018)

Considerações Finais

Menos do que responder – afirmativa ou negativamente – à indagação que intitula este artigo, cabe pensar a quem interessa o Rio de Janeiro circular em nível global como uma “cidade inteligente” e que mecanismos de poder garantem a mobilidade dessa política de gestão urbana.

Mesmo que, convencidos pelo discurso institucional e empresarial, assumíssemos que a implementação das novas TICs na gestão do Rio de Janeiro a transformam numa cidade inteligente, seria preciso questionar se os conclamados benefícios dessa inteligência se distribuem de forma equânime por todo tecido urbano. Excetuando algumas cidades inteligentes *built from scratch* (GREENFIELD, 2013; KUECKER, 2015), como a coreana Songdo, os demais projetos de *smart city* dizem respeito somente a uma determinada região das cidades. Fala-se em cidade inteligente, no mais das vezes, metonimicamente, tomando uma parte como um todo. No caso do Rio de Janeiro, cujo projeto é centrado em uma sala de controle, como vimos aqui, a maior parte das câmeras monitoradas estão localizadas na Zona Sul e no Centro. Se há mais “olhos” voltados para determinada região, fica explícito que essa inteligência tem CEP.

Ao atuar fortemente na fronteira entre as mobilidades físicas, virtuais e comunicacionais, o Centro de Operação do Rio de Janeiro, como buscamos demonstrar, é um exemplo de como essas mobilidades se imbricam e, ao fazê-lo, não apenas reforçam assimetrias históricas, como criam novas desigualdades. A própria configuração do sistema de mobilidade urbana faz com que as informações repassadas pelo COR tendam a privilegiar os indivíduos que utilizam transporte particular – se estes podem utilizar rotas alternativas para chegar aos seus destinos, aos usuários do sistema de transporte público restam poucas opções, ficando, em geral, mais vulneráveis aos congestionamentos.

Ainda que o COR não tenha sido criado em função das Olimpíadas, como um dos trechos da entrevista de Paes atesta, parece-nos pertinente afirmar, por tudo o que foi discutido, que as ações e narrativas voltadas para o que aqui chamamos de projeto *Rio Smart City* colaboraram para dar credibilidade global àquela que se pretendia cidade-sede dos megaeventos. O apelido de *Rio Olímpico*, que a gestão de Paes e seus colaboradores do mundo corporativo tanto se esforçaram para emplacar, tomou emprestado da narrativa de cidade inteligente predicados como “racional”, “preparada”, “monitorada” e “previsível”.

O Centro de Operações Rio ter recebido, no período entre 2011 e 2016, cerca de 10.000 visitantes é um indicativo de que o modelo de *smart city* instalado na capital fluminense servirá ou serviu, em diferentes escalas, de inspiração para

projetos em outras cidades. Pela lente de Jajamovich (2016), identificamos, portanto, uma mudança de papel da cidade do Rio de Janeiro nessa rede transnacional de circulação de políticas de cidades inteligentes. Em um primeiro momento, a cidade era uma “demandante”: implementando pacotes de tecnologia da IBM, buscando legitimação junto a investidores, pleiteando premiações internacionais, alardeando os predicados associados ao dito urbanismo inteligente. Em um segundo momento, a cidade passa a ser uma “ofertante”. Os megaeventos, como já se esperava, atraíram atenção internacional, e o próprio COR passou a servir como um *lounge high-tech* para receber as autoridades de outras cidades e países, como registrado por Freitas (2018). Se o *Rio Olímpico* se beneficiou da *Cidade Inteligente Rio*, como argumentamos, é também o relativo sucesso na organização dos megaeventos que legitimam a política de cidade inteligente como um modelo bem-sucedido, tornando-o apto a circular e assumir novas formas.

É possível especular que as políticas de cidades inteligentes seguirão *se movendo*, reposicionando-se muitas vezes de forma errática, ao sabor dos ventos políticos, dos humores e do *implicit bias* dos envolvidos – como a fala de Eduardo Paes demarca de maneira tão evidente. Se as políticas se transformam no processo de difusão, acompanhar os caminhos que elas percorrem exige um esforço de pesquisa contínuo e sensibilidade para capturar os aspectos efêmero e experimental de seus fluxos. À medida que mais agentes públicos e privados almejam que suas cidades sejam inteligentes – ou pelo menos não pareçam “burras” –, precisamos afiar a crítica para que a ideia de *smart city*, que já se presta a um sem-número de definições conflitantes (WIIG, 2015b), não seja celebrada como solução para problemas estruturais que demandam transformações pouco sensíveis a novos algoritmos e codificações digitais.

Referências

- ADEY, Peter.
(2010). *Aerial Life: Spaces, Mobilities, Affects*.
Oxford, Wiley-Blackwell.
- ADEY, Peter; BEVAN, Paul.
(2006). Between the physical and the virtual:
Connected mobilities. In: SELLER, Mimi; URRY,
John (eds.). *Mobile Technologies of the City*.
London, Routledge, p. 44-60.
- BIENENSTEIN, Glauco; MASCARENHAS, Gilmar.
(2017). Depois do Espetáculo: percepções e
avaliações dos megaeventos esportivos no Rio de
Janeiro. *Anais ENANPUR*. v. 17, n. 1, 2017.
- BÜSCHER, Monika; URRY, John.
(2009). Mobile Methods and the Empirical.
European Journal of Social Theory. vol. 12, n. 1,
p. 99-116.

- CARAGLIU, Andrea; DEL BO, Chiara; NIJKAMP, Peter.
(2009). *Smart cities in Europe*. Serie Research Memoranda (VU University Amsterdam, Faculty of Economics, Business Administration and Econometrics).
- CARVALHO, Luís.
(2015). Smart cities from scratch? A socio-technical perspective. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*. vol. 8, n.1, p. 43-60.
- CRESSWELL, Tim.
(2006). *On the move: mobility in the modern Western World*. New York, Routledge.
- CRIVELLO, Silvia.
(2015). Urban policy mobilities: the case of Turin as a smart city. *European Planning Studies*. vol. 23, n. 5, p. 909-921.
- DAMERI, Renata Paola.
(2013). Searching for smart city definition: a comprehensive proposal. *International Journal of Computers & Technology*. vol. 11, n. 5, p. 2544-2551.
- DAVIES, Frank.
(2017). *Deodoro: formas de governo para uma "região olímpica"*. 199f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ELLIOTT, Anthony; URRY, John.
(2010). *Mobile Lives*. Oxford, Routledge.
- FERREIRA, Ulisses.
(2017). Movimento Pendular, principais destinos e tempo de deslocamento para o trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *XVII Enanpur*. São Paulo.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
(2014) Os custos da (i) mobilidade nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo. Nota técnica n. 3. Rio de Janeiro.
- FIRMINO, Rodrigo José.
(2017). Securitização, Vigilância e Territorialização em Espaços Públicos na Cidade Neoliberal. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo(on line)*. n.15, p. 23-35.
- FREITAS, João.
(2018). *A invenção da Cidade Inteligente Rio: uma análise do Centro de Operações Rio pela lente das mobilidades (2010-2016)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.
- GONZÁLEZ, Sara.
(2011). Bilbao and Barcelona 'in motion'. How urban regeneration 'models' travel and mutate in the global flows of policy tourism. *Urban Studies*. vol. 48, n. 7, p. 1397-1418.
- GRAHAM, Stephen; MARVIN, Simon.
(2002). *Telecommunications and the city: Electronic spaces, urban places*. London e New York, Routledge.
- GREENFIELD, Adam.
(2013). *Against the Smart City* (The City is Here for You to Use). New York, Do Projects.
- HIRATA, Daniel; CARDOSO, Bruno.
(2016). Coordenação como tecnologia de governo. *Horizontes antropológicos*. vol. 46, p. 97-130.
- HOLLANDS, Robert.
(2008). Will the real smart city please stand up? *City*. vol.12, p. 303-320.
- HOLLANDS, Robert.
(2015). Critical interventions into the corporate smart city. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*. vol. 8, n. 1, p. 61-77.
- IBGE,
(2020). *Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020*. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.
- IVERGÅRD, Toni; Hunt, Brian.
(2009). Work in Control Room. In IVERGÅRD, T.; HUNT, B. *Handbook of Control Room Design and Ergonomics: A Perspective for the future*. 2ª ed. Boca Raton, CRC Press – Taylor & Francis Group. p. 3-9.

- JAJAMOVICH, Guillermo Paz
(2016). Miradas relacionales sobre la circulación de políticas urbanas: la Corporación Antiguo Puerto Madero y el proyecto 'Mendoza – Madero' (2003-2009), *Journal of Latin American Geography*. vol. 15, n. 3, p. 67-85.
- JENSEN, Ole B.
(2009). Flows of Meaning, Cultures of Movements – Urban Mobility as Meaningful Everyday Life Practice. *Mobilities*. vol.4, n. 1, p. 139-158.
- JIRÓN, Paola; GÓMEZ, Javiera.
(2018). Interdependência, cuidado e gênero: estratégias de mobilidade na cidade de Santiago. *Tempo Social*. vol. 30, n. 2, p. 55-72. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.142245>
- KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik.
(2000). Fetishizing the modern city: the phantasmagoria of urban technological networks. *International Journal of Urban and Regional Research*. vol. 24, n. 1, p. 120-138.
- KAUFMANN, Vincent; BERGMAN, Manfred; JOYE, Dominique.
(2004). Motility: mobility as capital. *International Journal of Urban and Regional Research*, 28, p. 745-756.
- KITCHIN, Rob.
(2014). *The data revolution: Big data, open data, data infrastructures and their consequences*. London: Sage.
- KUECKER, Glen David.
(2015). New Songdo City: a case study in complexity thinking and ubiquitous urban design. *Conference Proceedings of the 13th AESOP Planning and Complexity Thematic Group Meeting*. Tampere, Finland: Ed. Jenni Partanen.
- LIRA, Thiago E.
(2010). A paixão nos une? A identidade brasileira e a estratégia da candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2016. *Revista de Estudos Internacionais*. vol. 1, n. 1, p. 112-127.
- LUQUE-AYALA, Andres; MARVIN, Simon
(2016). The maintenance of urban circulation: An operational logic of infrastructural control. *Environment and Planning D: Society and Space*. vol. 34, n. 2, p. 191-208.
- MACHADO, Marília; ARAGÃO PEDROSO, Luiz; NASCIMENTO, Denise
(2018). Os Jogos Olímpicos de 2016 e seu legado de mobilidade urbana para a cidade do Rio de Janeiro. *Linkscienceplace-Interdisciplinary Scientific Journal*. vol. 5, n. 2.
- MAHIZHMAN, Arun.
(1999). Smart cities: The singapore case. *Cities*. vol. 16, n. 1, p. 13-18.
- MANDERSCHIED, Katharina.
(2009). Unequal mobilities. In OHNMACHT, Timo; MAKSIM, Hanja; BERGMAN, Manfred. *Mobilities and inequality*. Ashgate Publishing, p. 27-50.
- MASCARENHAS, Fernando; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; SANTOS, Mariângela Ribeiro dos; MIRANDA, Natália Nascimento.
(2012). O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)*. vol. 2, n. 2.
- MASCARENHAS, Gilmar.
(2014) Natureza e tensões do urbanismo olímpico contemporâneo. In: OLIVEIRA, F. *et al.* (Org.). *Geografia urbana: ciência e ação política*. Rio de Janeiro: Consequência.
- MASSEY, Doreen.
(2005). *For Space*. London: Sage.
- MITCHELL, William.
(1996). *City of Bits: Space, Place and Infobahn*. Boston, MA: MIT Press.
- NAM, Taewoo; PARDO, Theresa. A.
(2011). Conceptualizing smart city with dimensions of technology, people, and institutions. Proceedings of the 12th annual international digital government research conference: digital government innovation in challenging times. ACM, p. 282-291.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik.
(2010). Mobilizing policy: Models, methods, and mutations. *Geoforum*. vol. 41, n. 2, p. 169-174.

- PEREIRA, Rafael H.; BANISTER, D.; SCHWANEN, T.; WESSEL, N.
(2017. Versão Preliminar). Distributional Effects Of Transport Policies On Inequalities In Access to Opportunities In Rio de Janeiro. *SocArXiv*.
- PRINCE, Russell.
(2012). Metaphors of policy mobility: fluid spaces of "creativity" policy. *Geografiska annaler: series B, human geography*. vol. 94, n. 4, p. 317-331.
- RANGEL, S.
(2007, junho 23). *Eterna candidata. Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2306200707.htm> Acesso em: 26/06/2020
- RAEDER, Savio.
(2010). Rio 2016 e o urbanismo olímpico. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 895 (15).
- ROCHA, Lia de Mattos.
(2018) Democracia e militarização no Rio de Janeiro: "pacificação", intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. In: Márcia Leite; Lia Rocha; Juliana Farias; Monique Carvalho. (Org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. 1ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. v. 1, p. 223-239.
- SÖDERSTRÖM, Ola; PAASCHE, Till; KLAUSER, Francisco.
(2014). Smart cities as corporate storytelling. *City*. vol. 18, n. 3, p. 307-320.
- SANTOS JUNIOR, Orlando; NOVAES, Pedro.
(2015). O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro: investimentos públicos e participação do setor privado. In CASTRO, D. G.; GAFFNEY, C.; NOVAES P. R. ; RODRIGUES, J.; SANTOS, C. P; Santos Junior, O. A. *Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- SHELLER, Mimi.
(2018). *Mobility justice: The politics of movement in an age of extremes*. Londres/Nova Iorque: Verso Books.
- SHELLER, Mimi; URRY, John.
(2006). The new mobilities paradigm. *Environment and planning A*. vol. 38, n. 2, p. 207-226.
- SHELLER, Mimi; URRY, John.
(2016). Mobilizing the new mobilities paradigm. *Applied Mobilities*. vol. 1, n. 1, p.10-25.
- URRY, John.
(2000). *Sociology beyond societies*. Londres/Nova York: Routledge.
- URRY, John.
(2007). *Mobilities*. London: Polity.
- VIDYASEKAR, A. D.
(2013). Disponível em: <http://www.frost.com/sublib/display-report.do?id=M920-01-00-00-00>). Strategic opportunity analysis of the global smart city market: Smart city market is likely to be worth a cumulative \$1.565 trillion by 2020. USA: Frost & Sullivan.
- WIIG, Allan.
(2015a). IBM's smart city as techno-utopian policy mobility. *City*. vol. 19, n. 2-3, p. 258-273.
- WIIG, Allan.
(2015b). The empty rhetoric of the smart city: from digital inclusion to economic promotion in Philadelphia. *Urban Geography*, p. 1-19.

Recebido em

novembro de 2019

Aprovado em

julho de 2020

Entre Luzes e Sombras: o Rio de Janeiro dos Megaeventos e a militarização da vida na cidade

Lia de Mattos Rocha¹

Jonathan Willian Bazoni da Motta²

Resumo

Neste artigo analisamos – tendo o Rio de Janeiro sob o “ciclo dos megaeventos” como cenário – a produção da Cidade Olímpica como um “jogo de luz e sombra”. Por um lado, uma parte da cidade esteve sob os holofotes, recebendo atenção da academia, da imprensa, dos atores políticos institucionais etc. – representada pela Cidade Olímpica. Por aqui, observamos os efeitos da transformação do Rio em uma “cidade de negócios” (marketing city) e, assim, analisamos as imbricações entre esse processo e a expansão do que chamamos de “militarização da vida”, especialmente nas favelas “pacificadas”. Por outro lado, uma importante parte da cidade foi colocada à “sombra” nesse processo: a Zona Oeste. Geralmente descrita sob o signo da ausência (de urbanização, de modernidade), nesta parte da cidade moram quatro entre cada dez cariocas. Apesar disso, ela esteve “apagada” de praticamente todas as representações do Rio no contexto olímpico. Utilizando pesquisa de campo realizada em localidades dessa região, bem como a análise de material da imprensa e da bibliografia pertinente, argumentamos que tal apagamento não significa que nada aconteceu na Zona Oeste durante os dez anos que durou o “ciclo dos megaeventos”. Por ali, observou-se, sobretudo, a expansão das milícias, grupos armados majoritariamente compostos por ex-militares. Investigamos, nesse sentido, as variadas formas adotadas pelas milícias na região, bem como os efeitos dessa presença para os moradores. Como conclusão, argumentamos que “luz” e “sombra” se produzem mutuamente no Rio de Janeiro atual, pois representam diferentes regimes territoriais que compõem a cidade. Argumentamos ainda que é fundamental para compreender o “jogo de luz e sombra” a conexão entre megaeventos e militarização, ambos fenômenos mundiais com expressões locais específicas, sendo as milícias uma expressão local da militarização experimentada em escala global.

Palavras-chave

Rio de Janeiro. Megaeventos. Militarização.

¹ Professora do Departamento de Sociologia e Pós-Graduação em Ciências Sociais/UERJ. E-mail: lia.rocha@uerj.br.

² Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ. E-mail: jonathan.jntn@gmail.com.

Abstract

We analyze in this article the crafting of Rio de Janeiro as the Olympic City, during the "mega-events cycle", interpreting this process as a "game of light and shadows". On one hand, a part of the city was under the spotlight, receiving attention from the academy, the press, the institutional political actors etc. – represented by the Olympic City. Here, we observe the effects of Rio's transformation into a "marketing city", and so we analyze the implications between this process and the expansion of what we call the "militarization of life", especially in "pacified" favelas. On the other hand, an important part of the city was put into the "shadows" during this process: The West Zone. Generally described as an area of absence (lack of urbanization, modernization), four out of ten Rio's dwellers live there. Despite that, it has been "erased" from almost every representation of the city in the Olympic context. Using field research conducted in this area, as well as the analysis of press material and relevant bibliography, we argue that such effacing does not mean that nothing happened in the West Zone during the ten years of the "mega-events cycle". In that area, we mostly observed the expansion of the militias, armed groups mainly composed of former militaries. Thus, we investigated the various forms adopted by the militias in the region, as well as the effects of its presence on residents. In conclusion, we argue that "light" and "shadow" mutually coproduce each other in Rio de Janeiro currently, as they represent different territorial regimes that compose the city. Furthermore, we argue that, to understand this "game of light and shadow", the connection between mega-events and militarization is crucial. Both are a worldwide phenomena with specific local expressions, the militias being a local expression of militarization.

Keywords

Rio de Janeiro. Mega-events. Militarization.

1. Introdução

Em 2007, o Brasil foi escolhido país-sede da Copa do Mundo de Futebol da Federação Internacional de Futebol (Fifa), que seria realizada em 2014, e o Rio de Janeiro foi anfitrião dos Jogos Pan-Americanos. Dois anos depois, a cidade foi escolhida para ser sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016. Entre esses dois anúncios, bastante comemorados à época no Brasil e no Rio, foi inaugurado, na favela Santa Marta, localizada em bairro nobre da cidade, um projeto de ocupação militar apresentado como polícia de proximidade, chamado Unidade de Polícia Pacificadora³. Assim, em apenas dois anos, conformou-se parte

³ Concomitantemente com o projeto da "pacificação", outras medidas na área da segurança pública foram tomadas posteriormente, como operações de Garantia da Lei e da Ordem, ocupações militares

importante do cenário que modificou a cidade e o país, e cujos efeitos ainda estão sendo experimentados – e também estudados. Em tal cenário, atravessado por dinâmicas sociais, econômicas e políticas, em nível local e nacional, militarização e megaeventos configuram-se mutuamente como condição de possibilidade um do outro, contribuindo para conformar o Rio de Janeiro e o Brasil em que vivemos hoje.

A Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos são os mais importantes acontecimentos desse “ciclo de megaeventos” (LEITE et. al, 2018, p. 11), mas não são os únicos: a partir de 2007, aconteceram na cidade também os Jogos Pan-Americanos (2007); os Jogos Mundiais Militares (2011); e a Jornada Mundial da Juventude (2013) (ROCHA, 2018, p. 237). A realização de tantos eventos em um período tão curto, tendo a cidade do Rio de Janeiro como palco, modificou seu tecido urbano⁴ e produziu um contexto político em que a imagem da Cidade Olímpica expressou um projeto local e nacional caracterizado pelo progresso, desenvolvimento econômico e integração social⁵. Assim, os diferentes atores políticos e econômicos colocaram seus holofotes sobre o Rio Olímpico, transformando esse discurso numa narrativa sobre o nosso “sucesso”. No campo da pesquisa social, também orientamos muitos de nossos interesses investigativos – e da nossa capacidade crítica – para pesquisar os efeitos desse processo: remoções, “pacificação” e ordenamentos urbanos *sui generis* (como no caso das Operações Consorciadas que caracterizaram a região do Porto Maravilha), que foram temas de importantes trabalhos produzidos pela sociologia e antropologia urbanas no período⁶.

Contudo, a mesma dinâmica que jogou luz sobre uma parte dos processos sociais em curso na cidade produziu sombra sobre outros processos, cuja territorialização é bastante marcada: enquanto boa parte de nossas atenções estava voltada para as zonas centrais da cidade, processos sociais profundos se

de favelas, legislação antiterror etc. Na próxima seção essas iniciativas serão apresentadas.

⁴ Aqui fazemos menção não apenas aos equipamentos turísticos e esportivos construídos (e alguns já abandonados), como também às novas vias de circulação abertas, à expansão da ocupação e da mercantilização de terras (especialmente na Região Central e Portuária), bem como ao enorme contingente populacional removido. Segundo o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2013, p. 31), mais de dez mil famílias foram removidas só na cidade. Sobre esses múltiplos efeitos, ver: Magalhães (2013); Fernandes (2014); Pio (2014); Gutterres (2016); Davies (2017).

⁵ Para compreender a construção do discurso sobre os megaeventos como progresso e desenvolvimento, ver Damo e Oliven (2013).

⁶ Além dos trabalhos já citados na nota 2, destacamos: Carvalho (2014); Menezes (2015); Barros (2016), entre outros.

desenvolviam na Zona Oeste (e na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro⁷).

Agora, com o fim do ciclo dos megaeventos e do projeto do Rio Olímpico, o debate sobre as perdas e ganhos que o período possa ter proporcionado foi atropelado pelo tsunami de crises que têm aterrado a sociedade brasileira. No Rio de Janeiro, especificamente, os Jogos Olímpicos já foram realizados sob um “estado de calamidade”, decretado pelo governo um mês antes da abertura, alegando grave crise financeira que “imped(ia) o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016”⁸. E, desde então, a crise econômica e política só se aprofunda.

Um dos temas que tem ocupado as manchetes dos jornais fluminenses, e que entendemos que compõe o cenário de crise rapidamente descrito, é o crescimento da atuação de grupos paramilitares conhecidos como milícias. Segundo o Ministério Público Federal, entre 2010 e 2017, as milícias duplicaram sua área de atuação⁹. Esses grupos armados despertaram maiores atenções da opinião pública em 2007, quando eclodiu o famoso caso do sequestro e tortura dos jornalistas do Jornal Extra na favela do Batan, Zona Oeste, mas seu surgimento é anterior: alguns pesquisadores indentificam as milícias como continuidade dos grupos de extermínio atuantes na Baixada Fluminense nos anos 1960 e 1970 (ALVES, 2008), enquanto outros associam seu início à organização local de moradores da Zona Oeste para o patrulhamento de suas ruas (BURGOS, 2002).

Alguns dos primeiros estudos sobre o tema, particularmente aqueles realizados pela equipe do Laboratório de Análise da Violência da Uerj (CANO; IOOT, 2008; CANO; DUARTE, 2012), foram fundamentais para conceituar o que seriam as milícias, o que permitiu sua tipificação como atividade criminosa e sua penalização, especialmente a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias, instaurada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2008. A partir dessas pesquisas definiu-se o que seriam as principais características das milícias: i) domínio territorial; ii) coação de moradores e comerciantes locais para

⁷ No escopo deste artigo não conseguiremos abordar os impactos e efeitos dos contextos dos megaeventos sobre a Baixada Fluminense, região que engloba treze municípios e quase quatro milhões de habitantes (IBGE, 2010). Sobre o tema, ver Miagusko (2016).

⁸ Cf. Decreto publicado no Diário Oficial em 17/06/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/governo-do-rj-decreta-estado-de-calamidade-publica-devido- crise.html>>. Acesso em: 17 dez. 2019. Essa medida administrativa permitiu que o governo “racionalizasse” os serviços públicos prestados à população; ou seja, foram cortados serviços para garantir a realização dos Jogos.

⁹ Cf. Jornal O Globo, 10 de Abril de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/em-oito-anos-numero-de-areas-controladas-por-grupos-paramilitares-dobrou-22574503>>. Acesso em: 1º fev. 2019.

exploração econômica (seja através da cobrança direta ou através da intermediação de serviços como venda de terrenos, venda de bujão de gás, fornecimento de água, serviço de TV a cabo, entre outros); iii) legitimação social através do discurso de “combater o tráfico de drogas”; iv) participação de agentes estatais armados. As duas últimas características, ainda segundo esse conjunto de pesquisas, seriam os principais traços de diferenciação das milícias em relação às quadrilhas de tráfico de drogas (CANO; DUARTE, 2012). Os autores identificaram ainda que, após a divulgação dos resultados da CPI¹⁰, as milícias passaram a atuar de forma mais discreta, “no sapatinho”, já que sua atuação teria ficado deslegitimada.

Todavia, desde então as milícias modificaram sua atuação e estrutura, embaralhando as definições até então estabelecidas. Atualmente, grupos milicianos têm feito alianças com facções que comercializam drogas ilícitas no varejo, têm entrado em confronto com outros grupos armados para controlar territórios na cidade e têm novamente estampado as páginas dos jornais¹¹.

Para os objetivos deste artigo, interessa-nos compreender o crescimento da atuação das milícias dentro do contexto de modificações nas dinâmicas sociais e urbanas propiciadas pelo “ciclo dos megaeventos”. Conforme apresentado, enquanto se “jogava luz” sobre uma parte da cidade, sobre outra jogavam-se sombras – e foi exatamente aí que as milícias se expandiram¹². Assim, buscaremos aqui explorar as conexões entre megaeventos, militarização e expansão das milícias nas áreas de “sombra”, destacando, contudo, que essas áreas representam uma considerável parcela do território da cidade. Observando o mapa seguinte, é possível identificar a Zona Oeste como **as áreas nomeadas como AP4 e AP5 à esquerda**¹³ – e é possível observar que essa ocupa um território equivalente a mais do que a metade do mapa da cidade.

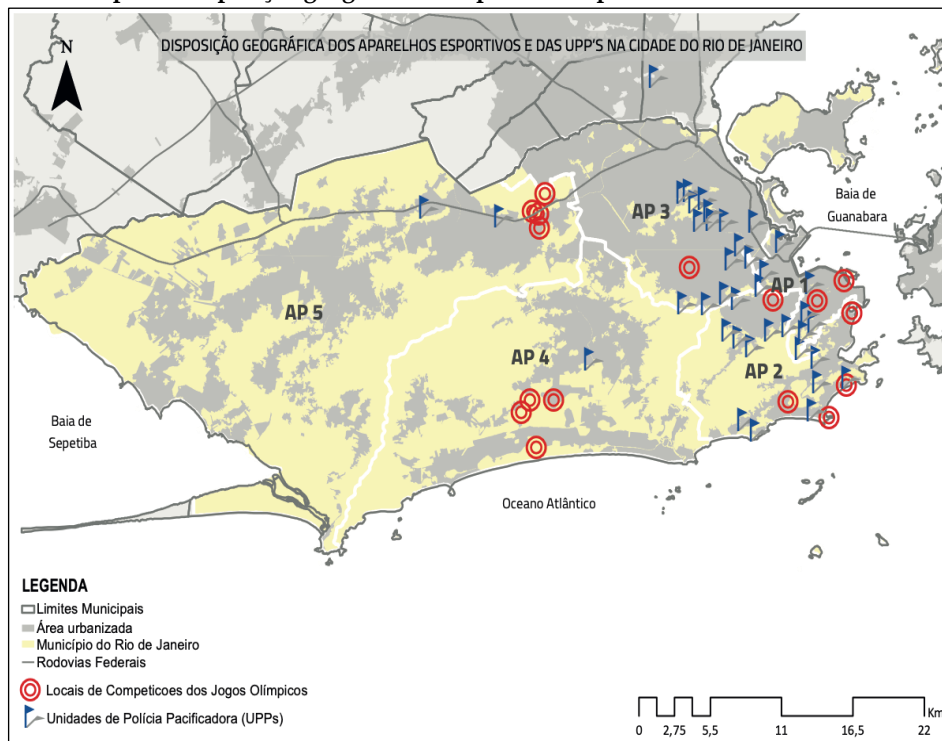
¹⁰ O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito encontra-se disponível *on-line*, no site do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro: < http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf >. Acesso em: 20 dez. 2019.

¹¹ Cf. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/01/milicia-do-rio-se-une-ao-trafico-para-enfraquecer-o-comando-vermelho.htm>>. Cf. Acesso em: 20 dez. 2019. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/04/5633807-praca-seca--policia-investiga-uniao--5-3.html#foto=1>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

¹² Cabe ressaltar que as milícias não são exclusividade da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, sendo identificadas em 15 outros Estados brasileiros, segundo dado de 2018 do Ministério dos Direitos Humanos (Cf. Não é só no Rio. Milícias estão em 15 Estados de norte a sul do Brasil. Metrôpole Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/nao-e-so-no-rio-milicias-estao-em-15-estados-de-norte-a-sul-do-brasil>>. Acesso em: <17 dez. 2019>). Contudo, é nesta região que sua atuação é mais frequente e reconhecida.

¹³ A Zona Oeste, administrativamente, é composta pelas Áreas de Planejamento 4 e 5. Contudo, os indicadores socioeconômicos das duas regiões indicam grande disparidade entre elas, o que nos

Mapa 1 – Disposição geográfica dos aparelhos esportivos e das UPP's na cidade



Fonte: Elaboração de Luciana Xavier (Ippur-UFRJ).

Dessa forma, neste artigo exploramos dados de campo e secundários visando identificar como se articulam militarização e megaeventos – dentro do recorte temporal dos últimos doze anos e do recorte territorial da cidade do Rio de Janeiro¹⁴. Para tanto, organizamos o artigo em três partes. Na primeira, discutimos, a partir do caso do Rio de Janeiro e dialogando com parte da bibliografia pertinente, como tem se construído a militarização da vida a partir

permite concentrar nossos interesses de pesquisa na AP 5, mais pobre e mais vitimizada pelas milícias. Cf. Instituto Pereira Passos. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162028/analise_idhm_rio_v4_compur.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019>.

¹⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (Processo 301637/2018-0) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Edital Jovem Cientista do Nosso Estado). O trabalho de campo foi realizado entre 2016 e 2018 especificamente nas localidades do Jardim Batan e da Vila Vintém, ambos na Zona Oeste da cidade. **Aproveitamos para agradecer aos colegas do Cidades pela interlocução e a Luciana Ximenes (IPPUR-UFRJ) pelos lindos mapas.**

do desenvolvimento do projeto da Cidade Olímpica. Na segunda parte, descrevemos etnograficamente a diversidade de ordenamentos territoriais¹⁵ (LEITE, 2014, 2015) vigentes na Zona Oeste, visando demonstrar o que foi destinado ao “reverso” da Cidade Olímpica. Por fim, na conclusão, discutimos como “luz” e “sombra” se articulam dentro de um mesmo projeto de militarização da vida, que está hoje colocado para o governo dos pobres no Rio de Janeiro e no Brasil.

2. O Projeto da Cidade Olímpica e a militarização da vida

Para discutir as conexões entre expansão das milícias, megaeventos e militarização, necessitamos, inicialmente, conceituar o que entendemos como militarização. Ainda que o debate sobre violência urbana e o papel desempenhado pelo estado e suas instituições militares não seja novo¹⁶, na última década diversas políticas, programas e iniciativas estatais indicam uma mudança qualitativa nessa atuação. Além do Programa de Pacificação de Favelas, analisado em outras oportunidades (ROCHA, 2018; DA MOTTA, 2017), é possível destacar: a ocupação das favelas do Alemão e da Maré pelo Exército Brasileiro, em 2010 e 2014, respectivamente; a realização de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs)¹⁷ durante os megaeventos, mas também em outras situações políticas específicas, como votações de medidas de austeridade na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2017; a aprovação da Lei Antiterrorismo em março de 2016; e, por fim, a Intervenção Federal na área da segurança do Estado do Rio de Janeiro em 2018, sob gestão de militares do Exército Brasileiro.

¹⁵ Segundo Leite (2017, p. 16-7), inspirada pela conceituação foucaultiana, a partir do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora, a administração de territórios e populações pobres tem se dado de forma territorializada e articulando diferentes “poderes” – soberano, disciplinar e biopoder – operados por agentes estatais e não estatais. Recombinados, esses elementos compõem diferentes “regimes territoriais”, que se inscrevem de forma heterogênea nos territórios – dependendo de ajustes, negociações, resistências e confrontos determinados pela conjuntura. Seu foco de interesse são as favelas “pacificadas”, mas aqui buscamos operar o conceito da autora para identificar a variedade de regimes territoriais em favelas “não pacificadas” também.

¹⁶ Cf. Soares (1996); Misse (2006); Machado da Silva (2004), entre outros.

¹⁷ O dispositivo constitucional “Garantia da Lei e da Ordem” concede provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até que sejam superadas as condições que levaram ao seu acionamento. Esses seriam os “casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem”, segundo o site do Ministério da Defesa. Ainda segundo o Ministério, nessas ações as Forças Armadas agem de forma “episódica, em área restrita e por tempo limitado, com o objetivo de preservar a ordem pública, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

O que conecta todos esses eventos é o aumento da aplicação de medidas consideradas tipicamente de guerra para a repressão do chamado crime comum e/ou repressão a manifestações políticas. Assim, dentro dessa “metáfora da guerra” (LEITE, 2000; 2015; 2017) atualizada, a ocupação militar do Complexo de favelas da Maré foi classificada pelo Exército como uma “guerra irregular”¹⁸. Da mesma forma, durante a Intervenção de 2018, os militares “registraram” moradores de favelas fazendo fotos de seus rostos e carteiras de identidade, ação legitimada pelo Gabinete da Intervenção como “procedimento feito regularmente, legal, cuja finalidade é agilizar a checagem de dados junto aos bancos de dados da Secretaria de Segurança”¹⁹. Para as favelas ocupadas pelas forças de “pacificação”, inaugurou-se o uso de drones e de câmeras de vigilância, fazendo da atividade de “monitorar”, junto com “negociar” e “confrontar”, as formas de governar a vida nas favelas “pacificadas”, como conceitua Menezes (2018).

Assim, a partir do que estamos descrevendo aqui, compreendemos militarização como um dispositivo²⁰ que combina atuações do tipo militar (podendo ser realizadas por agentes militares ou não) com a disseminação de uma doutrina securitária que reordena a vida social, transformando todos os espaços em potenciais “campos de batalha” e todo tipo de insurgência em ameaça à segurança. Dessa forma, essa abordagem tenta ampliar o conceito de militarização para além da atuação estrita das Forças Armadas na conformação da vida social (ou do “mundo não militar”), ainda que reconhecendo a importância desses atores no processo, como destaca Lutz (2018). Mas, nos tempos atuais, a militarização se caracteriza por ser operada por diversos atores e estar presente em diversas dimensões, como na reorganização do espaço urbano a partir da lógica da vigilância e repressão (GRAHAM, 2017), no modelo

¹⁸ Segundo o comandante da Força de Pacificação, General Antônio Carlos de Souza, a ocupação da Maré (entre abril de 2014 e junho de 2015) “[é] um conflito moderno. Uma guerra irregular, sem fronteiras, com inimigo difuso. E o mais difícil é atuar no meio do povo, com as ruas cheias de gente” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015).

¹⁹ Cf. Folha de São Paulo: “Militares do Exército tiram foto e 'ficham' morador de favela no Rio”. 23 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/moradores-deixam-comunidades-aposserem-fotografados-em-acao-do-exercito.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

²⁰ Inspiramo-nos no conceito foucaultiano de dispositivo (conforme apresentado em sua obra *História da Sexualidade*, vol. 1, 2017), com todas as suas indefinições. Sobretudo, na definição apresentada pelo autor em uma entrevista, na qual ele afirma que o dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre esses elementos” (FOUCAULT, 2000, p. 244).

de ajuda humanitária para comunidades após desastres naturais (SHELLER, 2013), na organização de megaeventos (GAFFNEY, 2019), na indústria cultural e na arte (LEANDER, 2017)²¹, para destacar alguns.

No contexto do que chamamos de “ciclo dos megaeventos”, o acionamento do dispositivo da militarização é fundamental: ele está presente desde a menção a um programa de “pacificação” das favelas na candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos²², passando pela ideia do “cinturão olímpico” assumida pelo discurso oficial²³ até a certeza cortante de parte dos moradores de favelas atingidos pelo programa de que, com o fim dos megaeventos, o programa também acabaria²⁴ (RIBEIRO; VILLAROUCA, 2018, p. 1163). O projeto das UPPs foi essencial para a inserção do Rio de Janeiro no mercado das cidades sede dos megaeventos (VAINER, 2011), e por isso o planejamento de ocupação das favelas seguiu o desenho do circuito turístico, primeiro atingindo as favelas do “cinturão olímpico” (DAVIES, 2017) – fundamentalmente o entorno do estádio do Maracanã e a Zona Sul²⁵. A preocupação em garantir segurança para os espectadores da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos nunca foi um objetivo disfarçado (PALERMO, 2013, p. 320), e provavelmente essa explícita correlação entre “pacificação” e megaeventos contribui para explicar por que o projeto foi recebido com desconfiança por parte dos moradores de favelas, “pacificadas” ou não (RIBEIRO; VILLAROUCA, 2018).

A bibliografia internacional sobre megaeventos também já identificava sua imbricação com os temas de segurança e militarização. Segundo Zimbalist (2015), desde os atentados de 11 de setembro de 2001, os gastos com segurança nos grandes eventos esportivos têm crescido de forma escalonada. Os Jogos

²¹ O debate sobre a militarização como categoria não nos impede de ponderar que, da perspectiva de quem experimenta a militarização a partir das margens, dos espaços periféricos e sob influência das dinâmicas orquestradas pelos países centrais, para nós está colocada uma questão anterior: em uma sociedade violenta, racista e desigual como a nossa, em que o Estado sempre governou através de seus braços armados (legal e ilegalmente), que novidade traz a categoria militarização? Todavia, propomos utilizar a categoria ainda que saibamos de suas limitações, inclusive buscando contribuir para atualizá-la.

²² Para um estudo mais aprofundado sobre o tema, ver artigo de Palermo (2013).

²³ Sobre o assunto, ver Davies (2017).

²⁴ Em *survey* realizado entre 2014 e 2016 em diversas favelas “pacificadas”, Ribeiro e Villarouca (2018) constataram que 43,4% dos entrevistados acreditavam que a UPP iria acabar após as Olimpíadas (p. 1163).

²⁵ A região da Zona Sul concentra a maior parte dos hotéis da cidade, ainda que tenha sido na Barra da Tijuca a maioria dos novos hotéis construídos (Cf. Revista Exame. Rio: hotel demais, hóspede de menos. 28 de Novembro de 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/rio-hotel-de-mais-hospede-de-menos/>>. Acesso em: 06 dez. 2019).

Olímpicos de Verão de Atenas (2004), que foi o primeiro grande evento após os atentados, tinha uma previsão de gastos com segurança de U\$ 400 milhões, mas teve como gasto real U\$ 1,5 bilhão. Os gastos hoje variam entre U\$ 1 bilhão e U\$ 2 bilhões (2015: 100-1). Também para Giulianotti e Klausner (2010), o crescimento da participação da segurança no orçamento dos megaeventos é parte do fenômeno da “guerra ao terror”, iniciada a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos (2010: 3).

Analisando o caso brasileiro, Zimbalist (2015) argumenta que os protestos realizados durante a Copa das Confederações, em 2013, levaram o governo brasileiro a tomar medidas drásticas para impedir novos protestos durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014, como o aumento do pessoal contratado para fazer a segurança e o investimento em tecnologia de vigilância (ZIMBALIST, 2015, p. 245). No mesmo sentido, Gaffney (2013) também identifica os protestos realizados durante a Copa das Confederações de 2013 como um momento de inflexão para o governo brasileiro no sentido de aumentar o contingente de pessoas e tecnologias envolvido nos megaeventos. O autor chama ainda atenção para como não foi observada durante os Jogos Pan-Americanos de 2007 a mesma preocupação que houve com as manifestações políticas. Nessa ocasião, as atenções teriam se voltado para o controle ostensivo do espaço público, a ocupação de favelas e a circulação de pessoas ligadas ao evento. Ao comentar como os orçamentos para segurança dos megaeventos sempre “estouram”, Gaffney (2013) ainda afirma que outra característica importante desse tipo de evento é que nunca há prestação de contas sobre os gastos, e que, ainda que não tenha havido ameaças à realização do evento, a necessidade do aumento no orçamento não costuma ser questionada. Observamos, assim, mais um papel a ser cumprido pela repressão às manifestações políticas.

Assim, ainda que seja compreensível que esse tipo de evento demande um aparato de segurança elevado pelo contingente de pessoas que recebe, é notável que no Rio de Janeiro, especificamente, esse aparato tenha sido acionado para garantir remoções nas favelas e outras áreas populares (MAGALHÃES, 2013), para reprimir protestos contra o aumento no custo de vida nas cidades (MAIA; ROCHA, 2014), para ocupar territórios e permitir a reconfiguração da cidade, modificação necessária para que esta se tornasse apta a participar do circuito internacional de “cidades-mercadorias” (VAINER, 2011). Mas, como queremos demonstrar aqui, o processo de militarização identificado e analisado pelas pesquisas já mencionadas possui um reverso, que ocorreu e ocorre na “região-sombra” da Zona Oeste. Na próxima seção nos propomos a jogar luz sobre esse contexto.

3. A sombra da Cidade Olímpica: a Zona Oeste

A população da Zona Oeste, segundo o Censo de 2010, representa 41,36% (2.614.728 pessoas) de toda a capital fluminense (6.320.446 habitantes). Como podemos observar no Mapa 2, a seguir, a região representa mais de 1/3 do território da cidade. Ainda assim, a Zona Oeste está cristalizada no imaginário popular como um local distante, pouco desenvolvido, rural, afastada de tudo (FERNANDES, 2011; SIQUEIRA, 2013; DAVIES, 2017; DE OLIVEIRA, 2017). Da mesma forma, ela é representada de forma homogênea, desconsiderando suas diferenças internas²⁶. Essa representação, estigmatizada e redutora, está apartada da imagem divulgada e comercializada do Rio de Janeiro, restrita às praias e aos pontos turísticos localizados nas áreas nobres (FREIRE-MEDEIROS, 2005). Da mesma forma, nas imagens publicizadas do Rio Olímpico, “(...) são potencializadas imagens-síntese da cidade [enquanto] outras leituras e imagens da cidade se encontram veladas, sem nenhuma menção” (SANCHÉZ; GOMEZ; GUTERMAN, 2013, p. 4). Nessa conformação, a Zona Oeste é a área apagada, velada, à sombra.

Assim, nesta seção, realizamos um mergulho etnográfico na região, tendo como referência o trajeto do trem que parte da região central da cidade e segue para a Zona Oeste, meio de transporte preferencial (às vezes único) de centenas de milhares de trabalhadores²⁷ que diariamente vão à região central. Seguindo o percurso do trem, afastamo-nos paulatinamente da região mais rica da cidade,

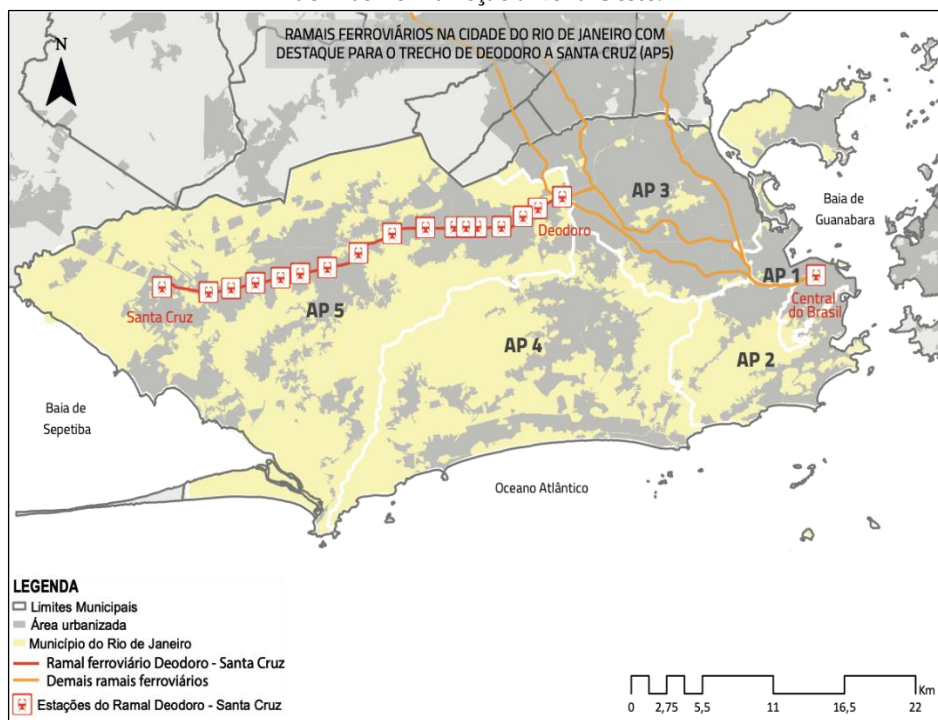
²⁶ Como já mencionado, a Zona Oeste é formalmente subdividida em duas áreas, nomeadas pela prefeitura como Área de Planejamento 4 e 5. Porém, esse trabalho opta por referenciar como ‘Zona Oeste’ somente a Área de Planejamento 5, pois essa classificação, mais do que uma categoria geopolítica, é uma categoria sociocultural expressa pelo lugar de classe de seus moradores. Como aponta Maria de Oliveira (2017): “Localizada no extremo oeste do Município do Rio de Janeiro, a AP5 possui uma extensão territorial de 592,33 km², correspondente a quase metade do território da Cidade (48,4%). Habitualmente chamada de Zona Oeste, apesar de, a rigor, geograficamente, a Zona Oeste também incluir as regiões da AP4, a denominação passou, pelo uso popular, a identificar somente a AP5 e alguns bairros da AP4, com características sócio-econômicas parecidas a da AP5. Esta imprecisão na nomenclatura é resultado da estreita relação entre a localização espacial e nível social, uma característica da Cidade do Rio de Janeiro, onde descrições geográficas são generalizadas e confundidas com caracterização social. Neste amplo espaço de planícies e morros, os núcleos urbanos se adensaram em torno de estações ferroviárias, alguns tão distantes do Centro da Cidade, como Campo Grande e Santa Cruz, que chegam a 70 km de distância, que se apresentam como se fossem ‘outras cidades’ ou cidades satélites” (DE OLIVEIRA, 2017, p. 325).

²⁷ Cf. Jornal O Globo. “Central do Brasil: a estação que busca um novo destino para sair da crise”, 29 de Julho de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/central-do-brasil-estacao-que-busca-um-novo-destino-para-sair-da-crise-22929594#:~:targetText=A%20Central%20%C3%A9%20um%20mundo,cruzam%20diariamente%20sua%20plataformas%20centen%C3%A1rias.>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

de suas praias e de seus moradores – do Rio de Janeiro que se quer apresentar e vender. Da estação central do Brasil à última estação da linha que serve à Zona Oeste, o trajeto costuma ser percorrido em 80 minutos.

Nossa viagem começa pelo centro da cidade. Localizada no coração da cidade do Rio de Janeiro, a centenária estação de trem chamada Central do Brasil é uma das mais antigas do país. Das diferentes linhas que saem da Central do Brasil destacam-se Japeri, Santa Cruz, Saracurana e Belford Roxo. O ramal Santa Cruz é o que serve à Zona Oeste, e é ele que vamos percorrer

Mapa 2 - Trajeto do trem que percorre o Ramal Santa Cruz, saindo da Estação Central do Brasil em direção à Zona Oeste.



Fonte: Elaboração de Luciana Xavier (Ippur-UFRJ).

Partimos da Central do Brasil. No horário de pico, um amontoado de pessoas se aglutinam junto às portas do trem que para lentamente na plataforma. Em questão de segundos, um empurra-empurra generalizado toma conta, os mais corajosos se lançando à frente na disputa por um lugar. Ao abrir das portas, as pessoas literalmente se jogam para conseguir um lugar, imagem que lembra um vulcão em erupção. Os vencedores dessa disputa ganham o direito de viajarem

sentados depois de um dia inteiro de trabalho. Os que não conseguem lugar para sentar deslocam-se para as partes mais vazias do trem, normalmente as extremidades dos vagões.

A primeira estação dessa linha, quando o trem chega à Zona Oeste, é Deodoro, linha de transferência para outras áreas da cidade, como a Baixada Fluminense. A combinação entre o cinza metalizado da estação – revitalizada em 2016 para os Jogos Olímpicos –, o verde das árvores dos quartéis no entorno e o profundo silêncio desse pacato bairro saltam aos olhos. Também é possível observar na paisagem muitos quartéis e poucas casas. A presença dos militares também é sentida no controle das principais ruas do bairro, onde eles fazem patrulhamento. Nos últimos anos, o bairro teve relativa notoriedade midiática por ser um dos locais que abrigaram equipamentos esportivos para os Jogos Olímpicos de 2016, configurando-se assim como uma “região olímpica” (DAVIES, 2017).

A Vila Militar é a próxima estação na qual o trem faz parada obrigatória. Como o próprio nome elucida, esse bairro também carrega uma grande herança histórica militar. Se Deodoro é um bairro que abriga muitos quartéis, Vila Militar é um bairro que abriga as habitações desses militares. Assim como seu vizinho, essa estação também foi revitalizada para os Jogos Olímpicos, ganhando uma área coberta metalizada que não existia anteriormente. A estação combina um certo ar moderno (a partir da revitalização) e um lado tradicional com a construção arquitetônica de um pequeno castelo que existe dentro da estação, de cor bege com detalhes em vermelho. O bairro também é pacato, apesar das diversas casas que existem em volta e o verde das árvores e dos morros próximos que configuram essa paisagem.

A estação de Magalhães Bastos é a primeira a romper com a calmaria dos bairros anteriores. Ela foi a última a ser reformada, segue os mesmos padrões das outras, e a partir dela é possível ver as marcas urbanas dos Jogos Olímpicos contrastando com os símbolos da gestão local do tráfico de drogas a varejo. Ao olhar para o lado esquerdo, é possível ver a estação do BRT²⁸ que tem o mesmo nome do bairro. Em frente, é possível avistar a via expressa TransOlímpica²⁹. O bairro, a partir das obras de mobilidade urbana, configurou-se como ponto de encontro entre os moradores da Zona Oeste (Deodoro – Santa Cruz) e a região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá – região essa que ganhou importante centralidade na cidade. Essa via expressa facilita o deslocamento, encurtando a distância entre

²⁸ O Bus Rapid Transit (BRT) é um modelo de transporte urbano iniciado em 2012 no Rio de Janeiro em preparação para os Jogos Olímpicos de 2016.

²⁹ TransOlímpica é uma via expressa inaugurada em 2016 com o objetivo de ligar as duas partes da Zona Oeste à Barra da Tijuca com a região olímpica de Deodoro.

essas duas regiões, promovendo uma diminuição no tempo de percurso de cerca de 30 minutos. No deslocamento do trem é possível ver, às margens do trilho, a paisagem trocar de cor, abandonando o verde das áreas arborizadas e assumindo o laranja do tijolo das casas sem embolso. Ainda nas linhas do trem é possível perceber um espaço aterrado, sem vegetação, com muros pintados de branco, com bancos espalhados, luzes ao redor, fendas abertas para passagem de pedestre por dentro da estação (mesmo havendo passarela próxima); muitas dessas passagens são vigiadas por menores de idade que portam armas de fogo e rádio transmissor. Esse espaço da linha férrea se tornou um lugar de sociabilidade de usuários e não usuário de drogas. Entre os muros dessa estação e da seguinte cresce uma favela, território de atuação de uma quadrilha de traficantes de drogas.

Realengo é um dos bairros mais densos e complexos da cidade. Sua estação, ao contrário das anteriores, não foi reformada. Ela tem um aspecto antigo, com pintura envelhecida e poucos espaços cobertos. A paisagem ao redor destaca o contraste entre dois mundos. Do lado esquerdo é possível ver a Praça do Canhão, herança militar do bairro que já abrigou a fábrica de cartucho e abriga a Escola de Instrução Especializada do Exército. Do lado direito, vê-se a favela Vila Vintém, cuja paisagem é marcada por casas pequenas e médias, a maioria ainda no tijolo, sem pintura. No deslocamento do trem para a próxima estação esse contraste vai ficando mais evidente: de um lado, a “ordem” do mundo militar; do outro, o “caos” representado pela favela. Lado a lado, tendo apenas os trilhos do trem para separá-los. O bairro é marcado por disputas territoriais entre diferentes grupos armados, de facções de traficantes de drogas às milícias. Ainda em Realengo encontra-se a favela do Batan, conhecida em função da tortura dos jornalistas do Jornal O Dia por milicianos da região. Essa favela exemplifica a fluidez dos diferentes regimes de cerceamento a que estão submetidos os moradores de favelas: em menos de dez anos, o Batan foi dominado por traficantes de drogas, em seguida, por um grupo de milicianos, depois foi ocupado pela Polícia Militar de Pacificação, de novo foi ocupado por traficantes de drogas e, no momento, está dominada por um grupo de milicianos em aliança com outra facção de traficantes.

A estação seguinte, Padre Miguel, é sede da escola de samba Mocidade Independente, uma das mais importantes do carnaval carioca – e por isso a paisagem das construções é dominada pelo verde, cor da escola. Da própria estação é possível ver a quadra antiga, assim como a comunidade onde ela nasce, a Vila Vintém – que se divide entre dois bairros, Realengo e Padre Miguel. Nessa localidade, atua há muitos anos uma facção do tráfico de drogas, e ela é

considerada o local onde essa facção nasceu e também seu quartel-general. Porém, nos últimos meses os moradores do bairro vivem sob grande apreensão, em função da possível ocupação do local por grupos paramilitares de milicianos com o apoio de uma facção rival. No deslocamento do trem entre as estações de Padre Miguel e Guilherme da Silveira é possível avistar, na linha férrea, locais onde pessoas se reúnem para fazer uso de drogas ilícitas, particularmente o *crack*, e também um local para venda de bebidas.

Bangu é conhecido popularmente pelo calor intenso e por ter duas estações de trem: Guilherme da Silveira e Bangu. A principal e mais populosa é a estação de Bangu, cujo aspecto envelhecido contrasta com o entorno do bairro e seu dinamismo econômico. Da estação é possível avistar o *shopping* construído na antiga fábrica de tecido que deu nome ao bairro e fez com que a área fosse ocupada no início do século XX. Além disso, na estação também é possível avistar o famoso “calçadão de Bangu” – uma rua de passagem de pedestre aglutinada por um comércio vigoroso e diversificado –, quase sempre cheio de transeuntes e ambulantes vendendo os mais variados produtos. Por ser um importante centro local, com vasto comércio formal e informal, a região foi palco recente de diversos confrontos entre comerciantes ambulantes e o poder público, que vem realizando por toda a cidade operações chamadas de “Choque de Ordem”.

Bangu, assim como Realengo, concentra diferentes tipos de ordenamentos territoriais. Vila Kennedy, Vila Aliança, Jardim Bangu e Catiri são conjuntos habitacionais construídos na região durante a década de 1960, momento marcado pelas políticas de remoção de favelas realizadas pelos governos militares. Vila Kennedy é um território controlado por uma facção de traficantes de drogas, e ali foi instalada a última Unidade de Polícia Pacificadora, em 2014. Em 2017, foi cenário para diversas operações policiais realizadas no âmbito da Intervenção Federal na Segurança do Rio de Janeiro, e mais recentemente tem sofrido com ataques de grupos de milicianos. A localidade de Vila Aliança, vizinha da Vila Kennedy, é controlada por uma facção de traficantes que tem se aliado em diversos locais a grupos de milicianos. Já os outros dois conjuntos são controlados por grupos de milicianos locais.

Senador Camará e Santíssimo, apesar de serem bairros distintos, compartilham de algumas características. Suas estações de trem são parecidas tanto do ponto de vista arquitetônico quanto da ausência de conservação. Esses dois bairros podem ser considerados o último reduto do tráfico de drogas a varejo na Zona Oeste, e são majoritariamente dominados pela mesma facção de traficantes de drogas, que tem se aliados aos grupos paramilitares. Assim, a região tem desfrutado de certa “tranquilidade” nos últimos anos, em função da

ausência de conflitos característicos das disputas territoriais entre grupos armados.

Campo Grande, o bairro mais populoso da Zona Oeste, tem a maior quantidade de estações de trem por bairro: Augusto Vasconcelos, Campo Grande e Benjamim do Monte. Sua estação principal é uma das maiores estações de trem da região e, nitidamente, mais bem conservada que as anteriores. O entorno é sempre muito movimentado pelo fato de ser um centro comercial, disputando com Bangu o título de maior comércio da Zona Oeste. O bairro também tem uma estação do BRT que o conecta à região da Barra da Tijuca, “legado” dos Jogos Olímpicos de 2016. Porém, menos de dois anos depois do fim dos Jogos, os trechos que serviam à população de Campo Grande foram fechados, com a justificativa – dada pela empresa que geria o serviço público em forma de consórcio – de que faltaria segurança no local para operar as linhas³⁰.

O bairro é um dos maiores territórios de operação da milícia, que nos últimos anos conseguiu tomar essas localidades dos traficantes de drogas que antes operavam na região. Ali se evidencia como milícia e forças militares oficiais atuam de forma articulada. No caso, o 30º Batalhão da Polícia Militar (que atua no local) realizou frequentes operações policiais de confronto com os traficantes de drogas, ações que antecederam a ocupação pelas milícias. Entre os moradores, é sabido que muitos policiais militares lotados nesse batalhão atuam também nos grupos milicianos³¹.

Inhoaíba, Cosmos e Paciência são bairros pequenos, menos populosos que seus vizinhos. Seus moradores normalmente precisam se deslocar até Campo Grande ou Santa Cruz para terem acesso a certos serviços como hospitais, cartório, comércio etc. As três localidades também são consideradas o berço da milícia na Zona Oeste, já que dali vem o maior grupo paramilitar do Estado. Este grupo, chamado Liga da Justiça, é caracterizado pela imprensa especializada como formado por ex-traficantes que foram “cooptados” pelos milicianos e chegaram a posições de chefia dentro da organização³². Provavelmente por

³⁰ Cf. G1 Site de Notícias. “Fechamento de Estações do BRT na Zona Oeste aumenta superlotação”. 25 de Junho de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/fechamento-de-estacoes-do-brt-na-zona-oeste-aumenta-superlotacao-e-passageiros-tem-que-pegar-mais-onibus.ghtml>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

³¹ Cf. Notícias Uol. RJ investiga policiais suspeitos de atuar como agentes duplos para as milícias. 27 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/27/rj-investiga-policiais-suspeitos-de-atuar-como-agentes-duplos-para-milicias.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

³² Cf. O Globo. “Narcomilícias: traficantes e milicianos se unem em 180 áreas do Rio, segundo investigação”. 10 de Outubro de 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/narcomilicias-traficantes-milicianos-se-unem-em-180-areas-do-rio->

influência dessas lideranças, esse grupo especificamente tem apostado na venda de drogas ilícitas nas localidades que controla – por isso tem sido caracterizado pela imprensa como uma “narcomilícia”. Se antes a interdição ao comércio de drogas ilícitas era uma das principais características das milícias, hoje muitos desses grupos exploram essa vantajosa atividade comercial, assim como exploram todas as outras atividades econômicas encontradas nessas localidades. Da mesma forma, esse mesmo grupo de milicianos protagoniza a aliança com uma facção de traficantes de drogas. Juntos, iniciaram uma grande disputa armada por territórios com a maior e mais antiga facção do estado, o Comando Vermelho.

Finalmente, chegamos à última parada do ramal da Zona Oeste, o bairro de Santa Cruz, que também tem duas estações em seu perímetro: Tancredo Neves e Santa Cruz. Do ponto de vista estético e arquitetônico elas são semelhantes, mas possuem histórias e paisagens sociais bastante distintas. Enquanto a estação de Santa Cruz localiza-se em território de atuação já antiga de grupos de milicianos, a estação de Tancredo Neves é localizada ao lado da favela do Antares, onde há muito tempo atuam quadrilhas de traficantes de drogas. Vizinhas à favela do Antares temos outras duas favelas que são área de atuação das quadrilhas de traficantes, mas que mais recentemente têm sido alvo de operações policiais. Como a experiência de outras localidades indica, o efeito dessas ações costuma ser o enfraquecimento das quadrilhas de traficantes locais e, posteriormente, a invasão das localidades por grupos de milicianos. Contudo, com o surgimento das “narcomilícias”, mencionadas anteriormente, tornou-se mais comum que membros de quadrilhas de traficantes de drogas sejam incorporados aos grupos de milicianos – o que foi nomeado pelos moradores da região entrevistados pela pesquisa “pula-pula”.

Como efeito dessas movimentações mais recentes nas dinâmicas sociais dos grupos armados na cidade, observa-se o aumento dos confrontos entre grupos e facções (HIRATA; GRILLO, 2019). Cotidianamente registram-se confrontos e contam-se vítimas, o que até recentemente não era comum acontecer em áreas controladas pelas milícias. Pelo contrário, a forma de gestão territorial característica das milícias é (ou era) a ausência de confronto (CANO; DUARTE, 2012) – especialmente porque nos locais onde atua a milícia são quase inexistentes as operações policiais³³. Possivelmente a maior evidência dessa

segundo-investigacao-24007664>. Acesso em: 20 dez. 2019.

³³ Levantamentos sobre confrontos armados com mortos indicaram que, se tem aumentado o número de mortos pela polícia, não foram identificados confrontos em áreas de atuação das milícias. Cf. Polícias mataram 881 pessoas em 6 meses no RJ, nenhuma em área de milícia. Disponível em:

mudança é o aumento no número de mortes na cidade a partir de 2013³⁴, com destaque para o aumento na letalidade em ações policiais (que aumentou 56% em relação a 2018, segundo RAMOS, 2019)³⁵.

Tendo como fio conector o percurso feito pelo trem urbano pela Zona Oeste, tentamos nessa seção descrever parte dos fenômenos expressos nesses números. Buscamos, de forma panorâmica, apresentar a variedade de composições entre poder público, crime, quadrilhas de traficantes de drogas no varejo, grupos paramilitares e outros poderes locais. Em termos cotidianos, para além das variações locais, morar em uma área “de milícia” significa, de forma imediata, que as possibilidades de acesso a serviços que deveriam ser públicos – do transporte, habitação, segurança até gás, internet e televisão à cabo – serão necessariamente mediados por agentes privados, sob risco de coação e represálias severas para quem se recusar. Da mesma forma, a função de fiscalização da prestação desses serviços que o poder público deveria realizar também será impedida pela coação dos grupos armados, como no caso das construções na região do Muzema que desabaram em 2019³⁶.

Assim, as milícias operam uma forma de controle social de alta intensidade sobre a vida cotidiana das pessoas que moram nessas áreas, inclusive com repercussões para a vida política e associativa local, abafando qualquer resistência coletiva. Recuperando o conceito de regime territorial tal qual proposto por Leite (2017 e Cf. nota de rodapé 13), compreendemos que as milícias oferecem, elas também, um modelo de governo dos pobres que atua de forma territorializada e combina elementos de disciplina, tutela e vigilância com

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/08/20/policias-mataram-881-pessoas-em-6-meses-no-rj-nenhuma-em-area-de-milicia.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

³⁴ Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, se em 2012 alcançou-se a menor taxa de homicídios desde o começo da série histórica (28,7 homicídios por 100 mil habitantes, e a série começa em 1991 com 60,3 homicídios/100 mil habitantes), em 2018 tivemos 39,4 homicídios/100 mil habitantes. Cf. ISP (2019).

³⁵ Está na agenda de pesquisa investigar o impacto dos confrontos em áreas de milícias sobre a legitimação social que esses grupos costumavam desfrutar entre os moradores das áreas onde atuavam (CANO; DUARTE, 2012), considerando que a fonte dessa legitimação viria, substancialmente, do principal “serviço” comercializado pelas milícias, que é a segurança – ou a “tranquilidade”, em linguagem nativa (ARAUJO SILVA, 2017).

³⁶ No caso do Muzema, chamou a atenção da opinião pública que prédios de vários andares tenham sido construídos sem qualquer autorização da prefeitura. Os fiscais da prefeitura, no entanto, declararam ter medo de fiscalizar obras em “áreas de milícias”. Cf. <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-diz-que-fiscais-temem-reacao-da-milicia-na-muzema-operacoes-terao-apoio-da-policia-militar-23599526>. Os fiscais denunciaram ainda que, mesmo quando emitem parecer para embargar as obras, esses não são cumpridos por “pressão política” dos milicianos. Cf. <https://oglobo.globo.com/rio/nao-aguento-mais-embargar-nao-acontecer-nada-diz-funcionario-da-prefeitura-sobre-fiscalizacao-na-muzema-23596048>. Acesso em: 02 dez. 2019.

repressão, violência e eliminação física. Assim, pensadas em conjunto com outras modalidades de controle social armado, as milícias participam do mosaico de regimes territoriais que compõem a cidade (vale a pena destacar que mesmo dentro da Zona Oeste encontramos diferentes regimes territoriais, considerando a contiguidade entre áreas dominadas por milícias e por quadrilhas de traficantes de drogas).

Na próxima e última seção, discutimos como regimes territoriais articulam-se com militarização e com megaeventos.

4. Considerações finais: qual o legado dos megaeventos para o Rio de Janeiro?

Giulianotti e Klauser (2010) elencam seis itens do que chamam de legado securitário (*"security legacy"*) dos megaeventos esportivos: novas tecnologias de segurança; novas práticas securitárias; políticas públicas e nova legislação de segurança; transformações sociais impostas externamente (por exemplo, a remoção de populações consideradas indesejadas de locais disputados); mudanças generalizadas nas relações sociais e transsocietais (como alterações nas relações entre moradores de uma localidade e a polícia); e reconfiguração (*redevelopment*) urbana (GIULIANOTTI; KLAUSER, 2010, p. 5-6). Considerando o caso do Rio de Janeiro, observamos a repetição de padrões em outros casos pelo mundo, que reforçam a conexão entre a inserção dessas cidades no circuito das cidades-mercadoria e do fluxo internacional de acumulação urbana (RIBEIRO; SANTOS Jr., 2013) e o aumento da militarização. Buscamos demonstrar aqui que esse aumento da militarização se deu nos territórios de pobreza, através do Programa de Pacificação de Favelas³⁷, mas não apenas, ocorrendo também de forma pulverizada no resto da cidade, no contexto de vigilância e repressão ocasionados pelos megaeventos. E é nesse contexto que incluímos, também, a expansão das milícias.

³⁷ O fato de hoje o Programa de Pacificação de Favelas estar em extinção não aparenta modificar o cenário. A "crise das UPPs" como tema de debate público começa a emergir já em 2013, no contexto da denúncia do desaparecimento do pedreiro e morador de uma favela "pacificada" Amarildo (ROCHA, 2016; FRANCO, 2018). Ainda assim, Leite (2017) argumenta que as UPPs foram "bem-sucedidas" no sentido de produzir três importantes efeitos: generalizar e nacionalizar o projeto de ocupação militar de áreas pobres para outras áreas do Brasil e do mundo; envolver diretamente empresas na execução de programas públicas; e, por fim, estimular uma tecnologia de poder considerada eficaz para o governo dos territórios pobres. Tais efeitos, articulados, permitiram a expansão de interesses econômicos de empresas privadas nessas localidades. Para além de debates sobre o sucesso ou fracasso do programa, interessa-nos pensar como este contribuiu para expandir o controle militarizado de territórios e populações (LEITE, 2017; MENEZES, 2018; ROCHA, 2018).

A alegoria do bumerangue, acionada por Foucault em “Em defesa da Sociedade” (FOUCAULT, 2003 [1997], p. 103), é utilizada por diversos autores (JENSEN, 2016; GRAHAM, 2012; WALL, 2013) para ilustrar como técnicas, tecnologias e práticas securitárias circulam entre (ex) colônias e (ex) metrópoles, fazendo das primeiras um campo de experimentação e teste para o que será posteriormente – e com variações – aplicado nas segundas. Desde helicópteros utilizados no Vietnã e depois no patrulhamento das ruas de Los Angeles a veículos do tipo SUV que se assemelham a tanques, passando pelos drones, os autores chamam atenção para o fato de que tais formas de controle são primeiro experimentadas nos países colonizados para depois serem devolvidas (daí a óbvia analogia com o bumerangue) aos países centrais, para serem utilizadas contra as populações nacionais (WALL, 2013, p. 34). Assim, ainda que considerando tal circulação com apenas uma direção, os autores partem da constatação de que tais tecnologias de controle e vigilância assumem formas diferentes em cada uma de suas versões nacionais, com adaptações e atualizações feitas em cada contexto.

Neste sentido, é fundamental compreender quais adaptações e atualizações são feitas no contexto brasileiro e do Rio de Janeiro, e como se configura, portanto, nossa versão nacional da militarização. Por aqui, analisar os fenômenos mais recentes a partir da chave da militarização precisa considerar que há quase vinte anos utiliza-se no patrulhamento das favelas cariocas um carro blindado adaptado para uso militar apelidado de Caveirão³⁸, bem como helicópteros, fuzis e outros armamentos considerados de uso em situações de guerra. Precisa considerar ainda que os policiais que patrulham nossas ruas e bairros são policiais militares, formados na lógica da guerra – e são esses mesmos policiais militares que formam as hostes que compõem os grupos de milicianos. Compreender como militarização e “milicialização” estão articuladas – como em um “jogo de luz e sombras” – é hoje tema incontornável para identificar as formas de controle, disciplinamento e repressão colocadas à disposição para o governo dos pobres em uma cidade (e um país) cada vez mais desigual, empobrecido e violento.

³⁸ Cf. Anistia Internacional, 2006. Vale ressaltar ainda que há quase quinze anos diversas organizações de defesa dos direitos humanos denunciam violações causadas pelo uso deste tanque, inclusive para intimidação da população local. Ver também Magalhães (2007).

Referências

- ALVES, José Carlos Silva.
(2008). Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro". In: Justiça Global (comp.). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Heinrich Böll, pp. 33-36.
- ANISTIA INTERNACIONAL.
(2006). *"Vim buscar sua alma": o caveirão e o policiamento no Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_ai_caveirao.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- ARAUJO SILVA, Marcella.
(2017). Houses, tranquility and progress in an "área de milícia". *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n. 3, pp. 1-17.
- ASSOCIATED PRESS.
(2017). *Rio Olympic planning assailed for 'white elephant' venues*. CBC News 23 de Maio de 2017. Disponível em: <<https://www.cbc.ca/sports/olympics/rio-de-janeiro-white-elephants-1.4127305>>. Acesso em: 09 abr. 2019.
- BARROS, Rachel.
(2016). *Urbanização e "pacificação" em Manginhos: Um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos.
- BURGOS, Marcelo Baumann.
(2002). *A utopia da comunidade*: Rio das Pedras, uma favela carioca. Edicoes Loyola.
- CANO, Ignacio; IOTT, Caroline.
(2008). Seis por meia dúzia. In: Justiça Global (Comp). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Heinrich Böll, pp. 51-74.
- CANO, Ignacio; DUARTE, Tais.
(2012). *No sapatinho*: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro, Brasil: Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ).
- CARVALHO, Monique Batista.
(2014). *Os dilemas da "pacificação"*: práticas de controle e disciplinarização na "gestão da paz" em uma favela no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO.
(2013). *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Dossiê, Rio de Janeiro, Maio, 2013. Disponível em: <<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George.
(2013). O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016. sua cara, seus sócios e seus negócios. *Horizontes antropológicos*, n. 40, pp. 19-63.
- DA MOTTA, Jonathan.
(2017). *"Luz e Sombra"*: Projeto de Cidade e Regimes Territoriais em Favelas da Zona Oeste do Rio de Janeiro. 70f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- DAVIES, Frank.
(2017). *Deodoro*: formas de governo para uma "região olímpica". Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DE OLIVEIRA, Maria Amália.
(2017). Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: Entre o rural e o urbano. *Iluminuras*, v. 18, n. 45, pp. 325-349, ago/dez.
- FERNANDES, Adriana dos Santos.
(2014). *Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Uerj.

- FERNANDES, Nelson.
(2011). *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro, 1858-1945*. Apicuri.
- FOUCAULT, Michel.
(2000). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- (2003 [1997]). *Society Must Be Defended*. Lectures at the Collège de France, 1975-1976. New York: Picador.
- (2017). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra.
- FRANCO, Marielle.
(2018). *UPP–A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. São Paulo, N-1 Editora.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca.
(2005). *O Rio de Janeiro que Hollywood inventou*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GAFFNEY, Christopher.
(2013) "Segurança Pública e os megaeventos esportivos no Brasil". In: SANTOS, O.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. Q. (eds.). *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Letra Capital Editora: Rio de Janeiro, pp. 165–184.
- (2019). "Can We Blame it on Rio"? *Bulletin of Latin American Research* 38.3, pp. 267-283.
- GIULIANOTTI, Richard; KLAUSER, Francisco.
(2010). Security Governance and Sport Mega-events: Toward an Interdisciplinary Research Agenda. *Journal of Sport and Social Issues* vol. 34, n. 1, pp. 49-61.
- GRAHAM, Stephen.
(2012). Foucault's boomerang: the new military urbanism. *Development Dialogue*, v. 58, n. April, pp. 37-48.
- (2017). *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. Boitempo Editorial.
- GRILLO, Carolina Christoph; HIRATA, Daniel Veloso.
(2018) A intervenção de interesses privados na segurança pública no Rio de Janeiro. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Edição 130. 2 de maio.
- Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-intervencao-de-interesses-privados-na-seguranca-publica-no-rio-de-janeiro/>>.
- GUTTERRES, Anelise dos Santos.
(2016). O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. *Mana*, v. 22, n. 1, pp. 179-209.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
(2010). *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>.
- INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA.
(2019). *Séries históricas anuais de taxa de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro e grandes regiões*. Disponível em: <<http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019.
- JENSEN, Ole B.
(2016) "New 'Foucauldian Boomerangs': Drones and Urban Surveillance". *Surveillance & society* vol. 14, n. 1, p. 20-33.
- LEANDER, Anna.
(2017). "Digital/commercial (in) visibility: The politics of DAESH recruitment videos". *European Journal of Social Theory* vol. 20, n.3, pp. 348-372.
- LEITE, Márcia Pereira.
(2000). Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online], vol.15, n.44, pp. 43-90.
- (2014) Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social*, v. 7, pp. 625-642.
- (2015) De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de pacificação. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Marcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá. (Org.). *Dispositivos Urbanos e Trama dos*

- Viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV Editora, v. 1, pp. 377-401.
- (2017). State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro. In: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n.3. Brasília, ABA. September to December.
- LEITE, Márcia Pereira *et al.*
(2018). *Militarização no Rio de Janeiro: da “pacificação” à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula.
- LUTZ, Catherine.
(2018). Militarization. In: *The International Encyclopedia of Anthropology*, pp. 1-4.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio.
(2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e estado*, v. 19, n. 1, pp. 53-84.
- MAGALHÃES, Alexandre.
(2007). A campanha contra o “caveirão” no Rio de Janeiro. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 7, n. 2, pp. 342-349.
- (2013). O “legado” dos megaeventos esportivos. a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, (40), pp. 89-118.
- MAIA, João Marcelo Ehlert; ROCHA, Lia de Mattos.
(2014). *Protests, protests, everywhere*. Will the “June Journeys” Spoil Brazil’s bid for Glory, *Cairo Review*. n. 12, pp. 79-85.
- MENDES, Thiago.
(2017). Rio, cidade sede de um modelo global de militarização. In: *Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Militarização do cotidiano: um legado olímpico*. Rio de Janeiro, pp. 8-11.
- MENEZES, Palloma Valle.
(2015). *Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos.
- (2018). Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. *Tempo Social*, v. 30, n. 3, pp. 191-216.
- MIAGUSKO, Edson.
(2016). Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91.
- MINISTÉRIO DA DEFESA.
(2015). *Complexo da Maré: Força de Pacificação já realizou mais de 65 mil ações*. Brasília: Notícias, 2015. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/15254-complexo-da-mare-forcas-de-pacificacao-ja-realizaram-mais-de-65-mil-acoes>>. Acesso em: 07 fev. 2019.
- (2019). *Garantia da Lei e da Ordem*. Brasília: Exercícios e Operações, Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>. Acesso em: 06 fev. 2019.
- MISSE, Michel.
(2006). *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Editora Lumen Juris.
- PALERMO, Luis Claudio.
(2013). Megaeventos e Unidades de Polícia Pacificadora: representações sobre o lugar das favelas no tecido urbano. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 15, n. 1, 2, pp. 311-330.
- PIO, Leopoldo Guilherme.
(2014). *Preservando o presente: Novos usos e sentidos do patrimônio no projeto Porto Maravilha*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- RAMOS, Sílvia (coord.).
(2019). *Retratos da Violência – Cinco meses de monitoramento, análises e descobertas*. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, novembro.
- RIBEIRO, Ludmila; VILAROUCA, Marcio Grijó.
(2018). “Ruim com ela, pior sem ela”: o desejo de continuidade das UPPs para além das Olimpíadas. *Revista de Administração Pública*, 52(6), pp. 1155-1178.

RIBEIRO, Luiz Cesar; SANTOS JR, Orlando Alves. (2013). "Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira". *O social em questão*, ano XVI, n. 29, pp. 23-42.

ROCHA, Lia de Mattos.

(2016). "*10 anos de Beltrame: segurança pública no Rio de Janeiro*". Blog Junho, publicado em 14 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/10-anos-de-beltrame-seguranca-publica-no-rio-de-janeiro/>>.

(2018). Democracia e militarização no Rio de Janeiro: "pacificação", intervenção e seus efeitos no espaço público. In: LEITE, M. P. *et al.* (org), *Militarização no Rio de Janeiro: da "pacificação" à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, pp. 223-239.

SÁNCHEZ, Fernanda *et al.*

(2013). Cidade-Marca e disputas simbólicas no projeto Rio 2016. In: XV Enanpur, Recife. *Anais do XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano*.

SHELLER, Mimi.

(2013). "The islanding effect: post-disaster mobility systems and humanitarian logistics in Haiti". *Cultural Geographies* vol. 20, n.2, p. 185-204.

SIQUEIRA, Raíza.

(2013). *A Política no Loteamento: Um estudo sobre mediação na Zona Oeste carioca*. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos-IESP/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SOARES, Luiz Eduardo.

(1996). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

VAINER, Carlos.

(2011). Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. *Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano* (ANPUR), vol. 14, n.1, pp. 231-248.

WALL, Tyler.

(2013). Unmanning the police manhunt: Vertical security as pacification. *Socialist Studies/Études Socialistes*, v. 9, n. 2.

ZIMBALIST, Andrew.

(2015). *Circus maximus: The economic gamble behind hosting the Olympics and the World Cup*. Brookings Institution Press.

Recebido em

janeiro de 2020

Aprovado em

julho de 2020

Urbanismo militar na "região olímpica": dinâmicas de produção do espaço para além dos megaeventos

Frank Andrew Davies¹

Resumo

Este artigo explora parte dos resultados da investigação de doutorado realizada pelo autor dedicada às formas de governo e situações de disputa na preparação de Deodoro como uma das "regiões olímpicas" para os Jogos de 2016 sediados no Rio de Janeiro. Entre outras características, a localidade é marcada por intensa e dispersa presença das organizações do Exército Brasileiro, condensando ali o maior aquartelamento da América Latina. Em anos que antecederam o torneio, a proposta de criação de um "parque verde" em Realengo sob iniciativa de moradores organizados foi inviabilizada pelo comando militar responsável pela área pretendida, que, ao invés disso, apresentou um projeto de condomínio residencial a ser construído e vendido por fundação e bancos privados ligados ao Exército e geridos por superiores da corporação. De general para general, mudanças e disputas em torno do terreno revelaram dinâmicas possíveis de produção do espaço no contexto dos megaeventos, e que para além dele constituem parte da vida política brasileira contemporânea, marcada pela participação cada vez maior de agentes militares em posições de liderança na administração estatal.

Palavras-chave

Urbanismo militar. Produção do espaço. Conflitos urbanos.

Abstract

This article explores part of the results of the doctoral research conducted by the author, dedicated to the forms of government and situations of dispute in preparing Deodoro as one of the "Olympic Areas" for the Rio de Janeiro 2016 Olympic Games. Among other features, the locality is marked by the intense and dispersed presence of the Brazilian Army organizations, condensing there the largest military complex in Latin America. In the years leading up to the tournament, the proposed creation of a "green park" in Realengo under the initiative of organized residents was deemed unfeasible by the military command responsible for the intended area, which instead submitted a residential condominium project to be built and sold by private foundations and banks linked to the Army, run by corporation superiors. From general to general, changes and disputes around the terrain reveal possible dynamics of production of space in the context of mega-events and beyond it, constituting

¹ Professor da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: daviesfr@gmail.com.

part of contemporary Brazilian political life, marked by the increasing participation of military agents in leadership positions in state administration.

Keywords

Military urbanism. Production of space. Urban conflicts.

Introdução

Este artigo explora resultados da investigação de doutorado realizada pelo autor a respeito das formas de governo e situações de disputa na preparação de Deodoro como uma das "regiões olímpicas" para os Jogos de 2016, sediados no Rio de Janeiro (DAVIES, 2017). Considerando megaevento como "ocasião-chave" para produção de imagens e discursos sobre a cidade e o país-sede, amplificada pela proeminência internacional, o apelo dramático e o significado da ocasião para uma "cultura pública" (ROCHE, 2000), acompanhei dinâmicas que envolveram agentes da Prefeitura, comandos do Exército, empresas construtoras e moradores organizados na realização dessa localidade como um dos espaços de torneios e competições esportivas na cidade.

Para compreender as dinâmicas que produzem essa "região olímpica", é importante levar em conta a presença intensa de organizações do Exército Brasileiro nesse bairro e em áreas vizinhas, condensando ali o maior aquartelamento da América Latina. Quartéis, batalhões, regimentos, vilas residenciais, muros, arames e guaritas são marcas do urbanismo² de tipo militar, que nessa região da cidade se faz contígua a casarios simples representados no imaginário da cidade como "subúrbio carioca". (Cf. GUIMARÃES; DAVIES, 2018).

Nessa região também se localiza Realengo, quarto bairro mais populoso da cidade e onde próximo à estação de trem e à maior oferta de comércios e serviços há um grande lote administrado pelo Exército, cercado por muros e sem qualquer uso há mais de quatro décadas. Antes disso funcionou no terreno por 80 anos uma Fábrica de Cartuchos, e desde 2012 um grupo de moradores tem se organizado a favor da criação de um "parque verde", aproveitando o lote. Nos anos seguintes, ao expressar sua reivindicação através de estratégias de publicização e sensibilização, o "movimento" de moradores – tal como se

² Ainda que tenha diferentes sentidos conceituais na literatura especializada, neste artigo o termo urbanismo recebe o significado usual de apanhado de questões que envolvem formas, organizações e evoluções das cidades e seus espaços.

identificavam – logrou por parte das autoridades que administravam o terreno àquele momento, o comando da 1ª Região Militar³, apenas silêncios e respostas negativas a pedidos por encontros e negociações.

Em contraposição à proposta do grupo local, em 2015 o comando militar apresentou um projeto de repasse da área para investimento privado: a construção de um condomínio residencial por um banco ligado ao Exército foi a solução dada ao lote há anos abandonado. Por meio da assinatura de generais, um terreno em Realengo desliza de bem público a mais um produto do catálogo financeiro-imobiliário da cidade⁴.

Jogar luz à disputa em torno de uma área militar no Rio de Janeiro é parte de um esforço coletivo para compreensão das dinâmicas políticas no bojo da preparação para os megaeventos⁵, visto que, nesse contexto, decisões e contestações em relação aos espaços da cidade revelam as linhas de força que operaram na produção de "legados" urbanos⁶. Contudo, tomar esse conflito como parte da preparação da "região olímpica de Deodoro" só faz sentido ao se levar em conta o recorte realizado: na investigação para o doutorado explorei situações em Deodoro e bairros vizinhos que foram articuladas à realização dos Jogos por meio de estratégias de mobilização e ação coletiva que tomaram o evento como "ocasião-chave" para a realização das práticas às quais suas condutas eram direcionadas. Na situação envolvendo o terreno em Realengo, ações de moradores envolveram o projeto do condomínio aos Jogos de 2016 sob

³ Segundo o Exército Brasileiro, as regiões militares têm funções administrativas e logísticas e desempenham pouca ou nenhuma responsabilidade operacional. São 12 regiões militares no país com um comando próprio e sediadas em capitais estaduais que circunscrevem as organizações militares da região. A 1ª Região Militar engloba instalações situadas no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

⁴ O contexto de preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos é também o de crescimento econômico e aquecimento imobiliário no país, quando o mercado imobiliário se integrou em grande parte às instituições financeiras. A "reestruturação imobiliária" concentrou a produção de imóveis na mão de poucas empresas e ampliou o alcance desses lançamentos para outras partes do Rio de Janeiro, como a região conhecida por subúrbio e a zona oeste. (Cf. SILVA, 2019).

⁵ Pesquisas nas quais tenho me inserido e feito parte contribuíram para um entendimento mais amplo sobre a cidade e o momento dos megaeventos, entre as iniciativas menciono "Militarização e mercantilização da vida nas grandes cidades" (2018 - atual), coordenada pela Dra. Lia de Mattos Rocha e financiada pela FAPERJ, e "O Rio dos Megaeventos: Políticas Públicas e Efeitos Sociais" (2013-2017), coordenada pela Dra. Sandra de Sá Carneiro e financiada pela mesma instituição. Em diálogo com essas investigações, desenvolvi minha investigação de doutorado em Ciências Sociais, congraçada com Menção Honrosa do Prêmio de Melhor Tese 2018 da área de Sociologia (DAVIES, 2017).

⁶ Em convergência a outros trabalhos produzidos no período, tomo o "legado" como discurso e prática na preparação do Rio de Janeiro para os Jogos de 2016 e que, em anos anteriores, criou condições para a articulação entre agências e a reconfiguração de fronteiras da ação política. (Cf. MAGALHÃES, 2018).

argumento de que aquele era um momento ótimo para negociações no mercado de terras e imóveis urbanos, e que, portanto, o interesse pela venda do lote e a construção de apartamentos eram propícios a esse cenário.

Envolvendo os comandos militares à especulação fundiária e incorporação imobiliária da cidade, o "movimento" inscreveu o conflito sobre o terreno às dinâmicas de produção da "região olímpica", e esse cruzamento entre tempos e espaços é o tema deste artigo. Tal recorte se inspira na perspectiva analítica que a socióloga Vera Telles (2010, 2013, 2015) tem desenvolvido a respeito das "cartografias políticas das cidades" e suas dinâmicas por "linhas de força" que operam em processos de negociação e disputas situadas. Como o terreno de Realengo nos revela, comandos do Exército têm sido agentes de produção do espaço urbano, e o Rio de Janeiro dos megaeventos e Deodoro como "região olímpica" são *casos bons pra pensar* tal agenciamento. Nas próximas páginas são detalhados os alcances e possibilidades que autoridades das Forças Armadas têm encontrado para gestão de bens e imóveis públicos, recorrendo a brechas jurídicas que têm permitido a doação, a permuta e a venda de terrenos. Também exploro dados da pesquisa de campo que realizei entre 2013 e 2017 em Realengo, acompanhando e fazendo parte de um grupo de moradores mobilizados pela criação de um "parque verde" na antiga área militar. Delineando dinâmicas que envolveram diferentes agentes na condução desse projeto, coloco em discussão os sentidos de "público" atribuídos aos projetos de moradores organizados e autoridades do Exército.

Áreas militares ou terrenos públicos: as "gambiaras" da cidade

A situação de disputa envolvendo a área militar em Realengo se assemelha à de outros terrenos negociados pelos comandos do Exército com a Fundação Habitacional do Exército (FHE) e sua entidade mantenedora, a Associação de Poupança e Empréstimo (POUPEX). Essas entidades do sistema financeiro independentes do Exército estão vinculadas à Força pela atribuição legal à oferta de imóveis e financiamentos à moradia para integrantes da corporação; além disso, ambas são dirigidas por generais da reserva, expressando vínculos de continuidade entre essas instituições a despeito da autonomia administrativa e as diferenças de natureza jurídica que estabelecem com a corporação militar.

Entre as modalidades de oferta habitacional, além de crédito financeiro, a FHE dispõe de um catálogo imobiliário próprio, construído sob iniciativa do grupo. Esses condomínios e residenciais têm sido edificadas em áreas militares cedidas ou permutadas com a instituição. Para tanto, a Fundação Habitacional e o

respectivo banco têm recorrido à vigência de uma lei especial (n. 5.651) de 1970, por meio da qual o comando do Exército havia sido autorizado a realizar o repasse de imóveis "(...) cuja utilização ou exploração não atenda mais as necessidades" da corporação. No ano seguinte à promulgação dessa licença ao Exército, outra lei federal (n. 5.658) ampliou essa competência aos Ministérios da Marinha e Aeronáutica⁷.

A despeito de décadas passadas e da mudança de regime político e jurídico do país, decisões judiciais recentes a favor da validade dessas leis, como no caso de disputa em Realengo, expressam a reatualização das práticas autoritárias da ditadura civil-militar. No apagar de luzes desse período que se prolongou por mais de duas décadas (1964-1985), a FHE foi criada e subsidiada pela POUPEX, e dois anos depois de criação dessas entidades, outra lei (n. 7059) autorizou o comando do Exército "a doar, à Fundação Habitacional do Exército - FHE, bens imóveis da União, sob sua Jurisdição, cuja utilização ou exploração não atenda mais às necessidades do Exército", acrescentando que "os imóveis, quando postos à venda e permuta poderão ser oferecidos, antes de qualquer procedimento licitatório, a aquisição pela Fundação Habitacional do Exército".

Dessa forma, o aparato legal tem garantido não só a venda, mas também a dispensa de licitação à venda e permuta e até mesmo a doação de terrenos públicos para a entidade. Assim, a FHE/POUPEX eram contempladas como negociantes privilegiadas em situações de "desincorporação" de bens imóveis pelo Exército, com aval até mesmo à doação e dispensa de licitação para venda e permuta de imóveis públicos.

Por meio dessas transações entre Exército e FHE, autoridades militares têm conseguido vender terrenos públicos e também participar diretamente do investimento imobiliário realizado. A vigência legal dessas autorizações até os dias de hoje conforma esses gerais como atores do capital urbano, desempenhando o papel de incorporadores fundiários nas cidades brasileiras. Na definição do cientista político Eduardo Marques, esse tipo de ator logra seus ganhos "(...) da sobrevalorização da terra pela mudança de uso, visto que a terra urbana não tem preço de produção e é um bem irreprodutível" (MARQUES, 2015, p. 18). Nesse sentido, incorporadores atuam orientados pela garantia de novos usos à terra, valorizando a localização e incrementando o lucro a partir das

⁷ A validade dessas orientações legais persiste em sentenças judiciais, apesar da extinção dos Ministérios que usufruíam dessas autorizações. Juízes que têm decidido a favor dessas medidas, segundo Gomes (2011), tem levado em conta os comandos superiores das corporações como os atores substitutos desses Ministérios, e não o Ministério da Defesa, que de fato substituiu esses ministérios militares desde 1999, quando foi criado. Para compreender o papel do Ministério e os desafios ao controle civil sobre as Forças Armadas no contexto de reabertura democrática, ver Zaverucha (2005).

possibilidades de realização de novos projetos.

Na prática, a licença especial dada às corporações militares para a gestão de bens públicos é mantida a despeito da democratização política das últimas três décadas e do surgimento de novas regras para a administração do Patrimônio da União⁸. No caso desse terreno em Realengo, tal disputa vem ocorrendo há anos entre moradores e o comando da 1ª Região Militar, mas no período de preparação ao megaevento as estratégias de reivindicação foram sobressaltadas sob o boato de que o condomínio, enfim, “sairia do papel”, aproveitando a valorização imobiliária e os investimentos em transporte e urbanização na região. Neste sentido, a intensificação da disputa se deu a partir de rumores a respeito de uma suposta decisão do comando militar naquele contexto. Em 2013, essa mobilização de moradores passou a vocalizar mais sua “causa”, convocando a população e agregando novos integrantes, promovendo encontros regulares e divulgando eventos públicos.

A construção do primeiro residencial para correntistas da POUPEX⁹ no país aconteceu no bairro e também gerou reivindicações por parte dos moradores. Ocupando outro lote da antiga Fábrica de Cartuchos, o Parque Real foi inaugurado em 1983 e motivou a formação de um grupo de moradores chamado Movimento Pró-Escola Técnica Federal da Zona Oeste. Naquele momento já se disputava o destino de áreas militares na vizinhança, neste caso sob a defesa de escolas públicas “de qualidade” na região. A contestação local persistiu no curso do tempo e gerou resultados: utilizando antigas áreas militares, em 2004 o Colégio Pedro II foi inaugurado no bairro e, em 2009, foi a vez do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) em 2009.

Apesar do sucesso desse movimento de moradores, o que tem prevalecido nas situações de disputa sobre áreas militares em desuso são as decisões dos comandos da corporação. Ao analisar casos julgados pelo Supremo Tribunal da Justiça, Gomes (2011) observou que a posição favorável à negociação dessas áreas era apoiada na “(...) necessidade de estas corporações terem uma autonomia que lhes proporcione os meios para o cumprimento de suas missões constitucionais em obediência ao interesse público – que poderá ser aferido a cada

⁸ Apesar da licença aos comandos militares para controle imobiliário, a Constituição de 1988 concentra a gestão desses bens na Secretaria de Patrimônio da União (SPU), não havendo outra instância ou autarquia governamental em nível federal licenciada à venda e outra negociação com o patrimônio público.

⁹ Das três Forças Armadas, o sistema de financiamento habitacional do Exército é o único mediado por um banco privado e que contempla correntistas para além de militares da corporação. Este aspecto leva a considerar a finalidade pública e/ou estatal da realização desses projetos e deve ser contemplada e problematizada por esta pesquisa ao longo do seu desenvolvimento.

remanejamento patrimonial que se possa ocorrer" (GOMES, 2011, p. 164). A "autonomia", neste caso, estaria "no espírito da Carta Magna" e por isso não seria divergente de outros princípios explícitos no documento.

Mais do que uma reatualização de práticas, a manutenção de leis de ordenamentos jurídicos ultrapassados opera como "gambiarra jurídica", arquitetando formas de governo através de "minúcias institucionais" instauradas como dispositivos de exceção – e de exceções que se tornam regras – desativando leis, garantias e direitos (TELLES, 2013). As "gambiarras", portanto, acionam dispositivos jurídicos *sui generis* e tomam por efeito o enfraquecimento dos preceitos constitucionais em voga, que no caso arbitriariam por outras instâncias deliberativas e por maior controle institucional sobre os processos de venda de terrenos públicos.

Ainda que não haja um levantamento das transações fundiárias operadas pelo Exército no Rio de Janeiro, é possível dizer que a cidade que concentra mais organizações militares no Brasil tem sentido o impacto do manejo fundiário pelos comandos da corporação especialmente no contexto de preparação para os megaeventos. Entre negociações recentes, foi feita em 2005 a transferência de propriedade de uma antiga área militar no Campinho, onde antes funcionava um regimento e um laboratório do Exército, para dar lugar a um hipermercado e um conjunto residencial. Ao longo de décadas, pequenos lotes em Realengo e Deodoro foram negociados com empresários locais (alguns legalmente, outros não), e em 2012 a Ilha de Bom Jesus foi vendida à multinacional General Electric, ao passo que outros terrenos foram permutados com a Prefeitura na preparação para os torneios esportivos: a hípica do Maracanã, o Parque de Deodoro e a área prevista para o autódromo são alguns exemplos, sendo que pouca ou nenhuma informação é divulgada quanto às condições dessas transferências e aos custos das operações. Entre todos os casos, a situação do projeto de autódromo em Deodoro talvez seja a que chama mais atenção: de acordo com o blog Olhar Olímpico, o Ministério dos Esportes teria pago 104 milhões de reais pela aquisição de um terreno de 2 milhões de metros quadrados administrado pelo Exército¹⁰ (VECHIOLLI, 2019), ou seja, a movimentação de propriedade do bem público, ainda que estabelecida entre entidades da União, angariou receita considerável à corporação.

Mais do que "autonomia", as práticas de negociação fundiária têm se revelado um *modus operandi* dos comandos militares, que, a fins de exemplo, levou o Exército a arrecadar R\$ 115 milhões com a venda e a permuta de terrenos entre

¹⁰ Em reportagem citada, o jornalista comenta que "o conteúdo exato do Termo de Compromisso [firmado entre o Ministério dos Esportes e o Comando da 1a RM] não é de conhecimento público".

2007 e 2011¹¹. A permissão para transferência de terrenos públicos, outorgada com exclusividade a comandos da corporação e validada em recorrentes decisões judiciais, é prática reveladora da importância que essas autoridades ocupam na gestão das cidades brasileiras, indo além das situações típicas de acionamento da "garantia da lei e da ordem", como se enfatiza nas análises sobre o tema. Casos de disputa sobre o espaço revelam que essas autoridades das Forças Armadas desempenham protagonismo como atores das políticas do urbano, no papel de incorporadores e vendedores do mercado fundiário-financeiro-imobiliário. Fora dos enquadramentos teóricos usuais sobre a mercantilização das cidades, contudo, esses personagens e suas práticas desafiam as investigações sobre o assunto.

Através de negociações envolvendo comandos do Exército, a fundação e o banco privado, permissividades jurídicas têm conduzido movimentações fundiárias nas cidades brasileiras. Em comum, essas organizações públicas e privadas têm sido dirigidas por oficiais superiores do Exército, o que permite afirmar que essas transferências de propriedade são um verdadeiro negócio entre esses senhores, um *negócio de família* e da "família militar". Disputando o terreno e o próprio sentido de "público", moradores têm contestado essas práticas e, ao mesmo tempo, explicitado e reivindicado outras alternativas em relação a esses agentes e projetos.

Realengo Verde, parque ou condomínio?

Estive pela primeira vez em uma das reuniões organizadas por moradores de Realengo em março de 2013. Na ocasião, eu e outras trinta pessoas soubemos que a reivindicação pelo uso da antiga área militar se desdobrava do Movimento Pró-Escola Técnica Federal da Zona Oeste e da iniciativa de alguns de seus integrantes: ainda em 2001, um ex-vereador e morador do bairro impetrou uma ação civil pública impedindo a derrubada de árvores no terreno; outra lei municipal de 2008, de sua autoria, definiu que a antiga área e suas dependências ficariam "garantidas para utilização de atividades públicas". De acordo com o ex-vereador, tal decisão legal ficaria vinculada à documentação do imóvel, e uma eventual tentativa de venda ou permuta da área seria inviabilizada por essa medida.

¹¹ FOLHA DE SÃO PAULO. "Venda de terras rende R\$ 114,4 mi a militares" (31/07/2011). Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po3107201104.htm. Acesso em: 1º out. 2015.

Apesar dos recursos a instrumentos jurídicos, naquela reunião os rumores alertavam sobre a necessidade de garantir efetivamente o uso da área para “atividades públicas”, tais como previstas na lei municipal. Nos meses seguintes, a “vontade popular” foi alimentada ao mesmo tempo em que definida em seus termos, em um movimento de adesão e convencimento entre moradores do bairro e da vizinhança. Nos próximos meses daquele ano foram realizados vários eventos de rua, preenchidas dezenas de folhas de abaixo-assinado e divulgadas as reivindicações em meios de comunicação, como redes sociais, rádios comunitários e até mesmo veículos de imprensa. O grupo formado também insistiu de modo contínuo na busca por informações a respeito da situação legal do terreno e solicitou algumas vezes encontro com os generais responsáveis pela administração do lote; em contrapartida, jamais obtiveram respostas. Também não foram autorizadas visitas formais do grupo à área, nem obtido acesso a informações ou encontro com os oficiais. Se as mobilizações a partir de estratégias de publicização e sensibilização marcaram a conduta de moradores organizados, por outra parte os silêncios expressavam o modo como as autoridades militares lidavam com os moradores.

Apenas em julho de 2015 uma resposta concreta foi apresentada pelos generais, sinalizando o andamento do projeto do condomínio. Naquele momento, os muros altos da antiga área mais uma vez foram pintados de branco e receberam nova mensagem, grafada em preto em substituição ao tradicional aviso de “área militar”. Em seu lugar estava por todo o lote: “Fundação Habitacional do Exército – FHE / Empreendimento Habitacional para integrantes das Forças Armadas”.

Placas também sinalizavam o início da construção do residencial e trataram de caracterizar o condomínio; estava escrito: “o complexo habitacional contará com áreas públicas para a edificação de escolas, creche, comércio e parque urbano com espaço de lazer”, ou seja, a divulgação do projeto era enfim realizada e, para espanto do movimento de moradores, a iniciativa da FHE absorvia em parte as vontades expressas na reivindicação por um “parque verde” com serviços públicos, tal como elaborado por eles.

No mês seguinte à divulgação do empreendimento, já constava na página virtual da Fundação Habitacional na seção de apresentação dos residenciais “em projeto”. Para surpresa de todos, o condomínio também era chamado de “Realengo Verde”, assim como o parque imaginado e divulgado pelo movimento de moradores em suas estratégias de publicização. A curta descrição no *website* confirmava essa aproximação, ou confusão, entre o projeto dos moradores e a iniciativa da FHE: este seria um complexo habitacional que, além de escolas e

parque, também “irá gerar empregos e mais qualidade de vida para a comunidade da região de Realengo, no Rio de Janeiro/RJ”.

O nome dado, tal qual o desejado pelos moradores, mimetizava o parque no próprio projeto de condomínio da FHE. Entre integrantes do movimento, a reação foi de espanto, surpresa e também de revolta. Para eles o projeto da Fundação pretendia intencionalmente borrar – de verde – as diferenças entre as propostas de parque e residencial, dando a impressão de que a disputa havia sido perdida ou vencida, a depender de quem observasse o anúncio.

Repetindo o nome do parque, a FHE contribuiu para anular as reivindicações do movimento de moradores. Em encontros realizados à época, outro ofício do movimento solicitou dessa vez um encontro com os representantes da Fundação, mas o silêncio prosseguia, e tal reunião só foi realizada em dezembro daquele ano, a partir da mediação feita por um vereador ligado à Igreja Católica e do qual um dos moradores era também assessor parlamentar.

Na ocasião, um general da 1ª Região Militar e um oficial engenheiro ligado à obra da FHE compareceram ao encontro com moradores. Representantes do empreendimento enfatizaram o plano de uso misto do espaço, servindo à função pública como parque com duas escolas e uma creche. O plano do condomínio planejava a abertura de duas ruas no lote em formato de cruz, dividindo o terreno em quatro partes e permitindo o uso do eixo mais central com esse fim público. Detalhes da construção ainda não estavam certos, mas naquele encontro integrantes do movimento souberam que a estimativa era entre 1.200 e 1.300 unidades residenciais, divididas em dez edifícios.

Naquela reunião foi sabido que, por meio de uma portaria do comando da 1ª Região Militar expedida no dia 31 de dezembro de 2014, a propriedade da área havia sido transferida à FHE. Apesar da notícia, naquele momento moradores integrados ao movimento desacreditavam do valor legal dessa transferência, e por isso persistiram e ainda seguem persistindo na tentativa de encontrar novos embargos possíveis.

Ainda na reunião, o representante do comando militar lembrou que a região concentra o maior número de organizações militares da América Latina e que a FHE tem a função de prover casas aos militares. Nesse sentido, entendia haver uma “dívida” da corporação na oferta de moradias na região, pois muitos que trabalham/servem ali precisam alugar casas fora das áreas militares.

O oficial também tentou explicar como a Fundação “funciona”, comprando terras que os comandos do Exército não têm interesse de usar e destinando seus usos a projetos de habitação financiados pelo banco. Afirmou que a área foi oferecida e paga por R\$ 5 milhões, o que foi considerado irrisório por moradores,

por ser um terreno de 142 mil metros quadrados, e que vai dar destino a mais de mil imóveis residenciais, como apresentado.

Diante dessas informações, novas ao movimento de moradores, as falas dos presentes recomendavam, de forma respeitosa, que as organizações do Exército buscassem outras áreas ao projeto, alegando que o contingente populacional do bairro já era muito alto e que ali não seria o melhor lugar para a iniciativa. Outros mesclavam esse pedido de mudança de endereço com elogios à presença dos representantes militares, ressaltando o respeito que nutriam pelos oficiais da corporação.

Nesse clima de cordialidade entre moradores e convidados, o oficial militar e o engenheiro da FHE ouviram todos sem responder a nenhum questionamento, tampouco se comprometendo com sugestões e pedidos. Ouvindo, mas ainda sem responder, o debate se estendeu até tarde, quando o vereador fez um encerramento inconcluso em que realçou o papel do parlamento na democracia. Para ele o parque poderia ser a solução para muitos problemas urbanos, mas é preciso "respeitar o Exército e a sua importância na sociedade". Na opinião do vereador, havíamos naquela reunião vivenciado "um encontro de fato democrático entre civis e militares".

Apesar do destino ainda hoje incerto, a situação de disputa em torno dessa área nos revela que os processos políticos que atravessam as cidades encontram em cada caso e contexto seus modos próprios de realização. No cotidiano urbano, experiências e condições locais tecem possibilidades de arranjos de poder e condução de condutas que, portanto, são situacionais e por tal motivo configuram tipos particulares daquilo que Marcia Leite (2015) tem chamado de "regimes territoriais".

Assim, o ordenamento jurídico vigente e as instituições formais da política não limitam as experiências de gestão das cidades nem a expressam em sua complexidade. Ao invés disso, a insuficiência dos pressupostos teóricos e conceituais nos impele a levar a sério os sentidos empíricos de "Estado" e "bem público", e parte deste artigo reflete esta questão. Analisar dinâmicas situadas de produção do espaço das cidades permite jogar luz sobre experiências práticas que explicitam as relações de poder escondidas sobre as formas urbanas (JACOBS, 2000). Tratar do tema do urbanismo militar pela perspectiva da disputa sobre terrenos públicos é, portanto, uma escolha teórica e metodológica que privilegia a compreensão sobre o papel desses agentes, seus modos de realização e os eventuais limites e alcances que encontram na disposição com os governados. Dessa maneira, tomar a produção do espaço sob esse prisma permite confrontar posições teóricas e alimentar novas referências conceituais e

metodológicas para a discussão sobre as cidades e suas dinâmicas políticas.

Considerações finais: para além dos megaeventos

Um estudo sobre militares pode parecer estranho à discussão acadêmica sobre as cidades e a vida urbana em geral. Longe de ser um dado aleatório, essa estranheza reflete o próprio percurso das ciências sociais, em que o tema passou ao largo da nossa literatura clássica. Como indica Giddens (1991), apesar de a industrialização ter tido importante peso na produção de armas e de outros produtos militares, esse universo de questões não foi contemplada na obra de autores como Marx e Durkheim. Comprometida com uma leitura otimista sobre a modernidade, a Sociologia se firmou sob escolhas temáticas e também silêncios, motivos dos nossos estranhamentos quando tais discussões são trazidas à tona.

Tais silêncios operam na comunidade acadêmica até hoje, em particular nos países latinoamericanos. Segundo Carvalho (2005), pesquisadores têm reagido à presença de militares na cena política com omissão ou conivência, isso porque "(...) o tema não tem legitimidade acadêmica ou teórica, e é considerado suspeito do ponto de vista político" (op. cit., p. 140). Tal veto encontraria diferentes razões intelectuais: sob a vertente liberal, militares deveriam cumprir o papel de agentes sujeitos ao governo civil, e sob a vertente da esquerda tem sido enquadrados como força repressiva a serviço da classe dominante. Além disso, militares não se encaixam em esquemas tradicionais da Ciência Política, contribuindo para seu obscurecimento nas análises teóricas e empíricas sobre a política e sua realização nas democracias.

A despeito dos silêncios teóricos e investigativos, o momento atual parece crucial para se debater a participação militar na democracia brasileira. A partir da gestão Bolsonaro, iniciada em janeiro de 2019, presidente, vice-presidente, vários ministros, senadores, deputados federais e tantos ocupantes de cargos de chefia e confiança do governo federal são ou foram militares de carreira.

Representados como braço da violência legítima estatal, as forças de segurança e defesa têm se revelado mais do que isso. Em várias cidades brasileiras há intensa e dispersa presença territorial das Forças Armadas, implicando a coexistência e proximidade para ocupação e configuração dessas localidades. Também chamadas de "vilas militares", essas áreas que concentram instalações militares possuem modos de ordenamento e urbanização próprios (BONATES, 2016), que nos limites das instituições totalizantes (CASTRO, 2007) refletem conexões e conflitos com a vida civil e urbana.

No Rio de Janeiro pude acompanhar a preparação da "região olímpica de

Deodoro" para a realização da minha pesquisa de doutorado (DAVIES, 2017, 2018), e nesse conjunto de bairros os comandos do Exército se revelaram atores importantes, e até mesmo protagonistas das dinâmicas associadas ao megaevento por conta do controle que realizam sobre organizações militares e áreas urbanas. Apesar disso, estudos acadêmicos dedicados à preparação e realização dos Jogos na cidade, ainda que tomados sob o ângulo do ciclo dos megaeventos, não consideraram em suas discussões os processos em curso na "região de Deodoro", optando por concentrar análises em *pontos quentes*, como a zona portuária renovada, a Barra da Tijuca sob forte aquecimento imobiliário, e as favelas sob jugo de projetos de "pacificação" e "integração" com a cidade. Reproduzindo silêncios teóricos, investigações atuais optaram por repetir enquadramentos conceituais e analíticos enquanto deixam escapar questões relevantes à compreensão das dinâmicas políticas da cidade, escondendo linhas de força da nossa cartografia política.

No caso da "região olímpica", a importância dessas autoridades não se ateu às infraestruturas dos Jogos, mas também aos efeitos associados ao evento como "legado". O parque verde, no caso do movimento de Realengo, foi a enunciação da vontade dos moradores para a antiga área militar, ao passo que o seu uso como condomínio privado era interpretado como oportunidade de negócio para os militares, motivados pela onda de especulação imobiliária daqueles anos. Por outro lado, os comandantes apresentaram seu projeto de moradia incorporando aspectos da vontade dos moradores, mantendo, entretanto, a transferência da área para a Fundação Habitacional.

Na negociação de terrenos públicos, o urbanismo militar conduzido por comandos da corporação tem se realizado com "autonomia" nas últimas décadas, a partir de preceitos jurídicos *sui generis* que sobrevivem na sobreposição às normas do novo ordenamento jurídico. Para tanto, além das "gambiarras jurídicas", os comandos militares têm lidado com essas práticas através da ausência ou insuficiência de divulgação de informações a respeito dos terrenos e das transações que realizam, quando as realizam. Entraves às interações com o movimento local de Realengo são reveladores das condutas unilaterais desses generais e dos modos autoritários com que escolhem lidar com os moradores civis, seus concidadãos.

Aproveitando privilégios legais e a falta de controle sobre suas ações, comandos militares têm decidido parte das dinâmicas espaciais das cidades brasileiras, além disso aproveitando as vendas diretas de investimentos imobiliários. O projeto de "região olímpica" na Vila Militar de Deodoro redimensionou as configurações do espaço do Exército a partir das decisões dos

seus comandos, concentrando investimentos em terras centrais já ocupadas por outras organizações militares, próximas às vias de acesso, enquanto outros lotes, afastados desse eixo e vizinhos a bairros civis, eram negociados e repassados a organizações estatais e privadas. Os Jogos, portanto, se revelaram "ocasião-chave" para redefinir os modos de ocupação e uso das áreas militares em Deodoro e bairros vizinhos, seguindo com exclusividade os interesses do comando da corporação e, ao mesmo tempo, negando o diálogo com outros agentes, no limite, assimilando algumas reivindicações como forma de mitigar o conflito.

A forma de urbanismo militar, tal como seu agente, é desse modo autoritária ao desprezar formas de controle institucional e se fazer por medidas excepcionais vertida ao benefício de seus próprios realizadores. No limite com a vida civil das cidades, a produção do espaço sob essa lógica produz tensionamentos que colocam em risco a própria possibilidade de disputa política, abrindo nenhuma margem para outras intervenções e alternativas de realização. As razões e os impactos do urbanismo militar são muitos, e este artigo buscou tracejar aspectos desse debate a partir de uma situação-problema em um bairro do Rio de Janeiro, mas que transcende o caso ao marcar de forma perene as condições da democracia brasileira.

Referências

BONATES, Mariana Fialho.

(2016). *Militares no Home Front: projetos urbanos e arquitetônicos das áreas residenciais militares brasileiras no segundo pós-guerra*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.

CARVALHO, José Murilo de.

(2005). *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CASTRO, Celso.

(2007) *Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total*. 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/19936225/Goffman_e_os_militares_sobre_o_conceito_de_instituicao_total. Acesso em: mar. 2011.

DAVIES, Frank Andrew.

(2017). *Deodoro: formas de governo para uma região olímpica*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

(2018). Formas de governo e conflitos com o Exército na produção da 'região olímpica de Deodoro'. In: LEITE, Marcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique. (Org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018, v. 1, p. 39-59.

GOMES, Agnaldo Nogueira.

(2011). *A competência do comando do Exército para alienar imóveis administrados pela força terrestre: a vigência da lei n. 5.651/1970 sob o ponto de vista da teoria da adequabilidade normativa*. Monografia de especialização em

- Direito Administrativo apresentada ao Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília.
- GIDDENS, Anthony.
(1991). As consequências da modernidade. São Paulo, UNESP.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio & DAVIES, Frank Andrew.
(2018). Alegorias e deslocamentos da categoria subúrbio carioca nos estudos das Ciências Sociais (1970-2010). *Revista Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.08, n. 02, p. 457-482.
- JACOBS, Jane.
(2000). *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- LEITE, Marcia Pereira.
(2015). De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas em contexto de 'pacificação' in: BIRMAN, Patricia *et al.* *Dispositivos urbanos e trama dos viventes – ordens e resistências*. Rio de Janeiro, FGV/FAPERJ, p. 377-401.
- MAGALHÃES, Alexandre.
(2018). *Remoções de favelas no Rio Janeiro: entre formas de controle e resistências*. Curitiba, Appris.
- MARQUES, Eduardo.
(2015). Estado, atores políticos e governança. In: FERNANDES, A. C *et al.* (orgs.). *Desenvolvimento, planejamento e governança: expressões do debate contemporâneo*. Recife, Ed. UFPE/IPEA/ANPUR, p. 181-201.
- ROCHE, Maurice.
(2000). *Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*. London: Routledge.
- SILVA, Rafael Alves da.
(2019). *Subúrbio S/A: reestruturação imobiliária e reconfiguração do espaço urbano carioca sob domínio do capital financeiro no século XXI*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- TELLES, Vera da Silva.
(2010). A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Argumentvm.
- (2013). *A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista*. Projeto temático. Fapesp [2014-2018].
- (2015). Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. *Revista de Ciências Sociais*, n. 46, p. 15-42.
- VECHIOLLI, Demetrio.
(2019). *Área de autódromo do Rio tem imbróglgio entre Exército, Esporte e Prefeitura*. Disponível em: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2019/05/22/esporte-gastou-r-120-milhoes-para-ter-terreno-de-futuro-autodromo-limpo/?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 maio 2020.
- ZAVERUCHA, Jorge.
(2005). A fragilidade do Ministério da Defesa brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, p. 107-121.

Recebido em
dezembro de 2019

Aprovado em
agosto de 2020

Artigos

“Eu segurei e ela nasceu!”: corpo e anestesia em narrativas de parto

Claudia Barcellos Rezende¹

Resumo

Analiso neste artigo como a experiência do corpo no parto é narrada por mulheres de camadas médias no Rio de Janeiro, tendo como eixo central de análise o modo como falam da anestesia no parto. Nos relatos dos dois grupos etários estudados, cada parto traz uma constelação de elementos distintos, como o momento de vida da mulher, a equipe médica e o contexto hospitalar, que produzem uma experiência corporal particular. As referências ao corpo vão além da questão da dor, colocando em foco como ele se torna conhecido e manejado durante o parto. O modo de falar sobre a anestesia destaca, portanto, o tema do controle e sensação do corpo. Assim, busco examinar aqui a articulação entre corpo e subjetividade no modo de narrar o parto. Argumento que a vivência do corpo é mediada não apenas por ontologias sobre a relação entre corpo e subjetividade, como também pelas interações com as pessoas presentes no momento do parto, atravessadas por valores morais.

Palavras-chave

Corpo. Parto. Anestesia. Subjetividade. Mulheres. Camadas médias.

Abstract

In this article, I analyse how the experience of the body during childbirth is narrated by middle class women in Rio de Janeiro, having the central axis of analysis the way they talk about anaesthesia in childbirth. In the stories of the two age groups studied, each delivery brought into focus a constellation of different elements, such as women's stage in life, the medical team, and the hospital context, which create particular bodily experiences. References to the body go beyond the issue of pain, focusing on how the body becomes known and managed during childbirth. The way they talked about anaesthesia highlights, therefore, the theme of body control and feeling. In this sense, I seek to examine the articulation between body and subjectivity in the way childbirth is narrated. I argue that the experience of the body is mediated not only by the ontologies available regarding the relationship between body and subjectivity, but also by the interactions with people present at the moment of delivery, which are embedded in moral values.

¹ Professora titular do Departamento de Antropologia da UERJ. E-mail: cbrezende@bigghost.com.br.

Keywords

Body. Childbirth. Anaesthesia. Subjectivity. Women. Middle classes.

Em seu estudo sobre a linguagem médica em livros-textos de medicina do século XX, Emily Martin (2006) argumenta que o corpo no parto é visto como uma máquina. O útero é tratado como músculo involuntário, e a mulher ora seria sua hospedeira passiva ora uma trabalhadora ativa. Caberia ao médico, portanto, o papel de supervisionar e conduzir o trabalho de parto para que seja eficaz, visão também encontrada nos livros de obstetrícia brasileiros examinados por Silva *et al.* (2019).

Essa concepção de corpo se contrapõe àquela defendida pelo movimento da humanização do parto na década de 1990. Em que pesem os vários sentidos do termo “humanização” (DINIZ, 2005), profissionais de saúde e ativistas feministas adeptos a esse ideário defendem a visão de que o corpo da mulher é naturalmente apto a parir e que é preciso, paradoxalmente, recuperar “instintos supostamente perdidos através de técnicas e exercícios específicos” (TORNQUIST, 2002, p. 489). Criticam assim o uso rotineiro de uma série de procedimentos médicos, como a indução de contrações com ocitocina e a realização do corte do períneo no momento expulsivo (episiotomia), e redimensiona-se o papel do médico na cena do parto, dando protagonismo à mulher. Em contraste com um evento marcado pela assepsia e controle médico do corpo feminino, valoriza-se uma outra estética, com sons, secreções, toques (DINIZ, 2005) e saberes femininos (TORNQUIST, 2002).

Em que medida essas ideias de um corpo a ser controlado, ou não, se apresentam para as mulheres no parto? Analiso neste artigo como a experiência do corpo no parto é narrada por mulheres de camadas médias no Rio de Janeiro. Em especial, analiso através do modo de falar da anestesia no parto as articulações entre corpo, subjetividade e moral. Argumento que a vivência do corpo é mediada não apenas por ontologias como também pelas interações com as pessoas presentes no momento do parto, atravessadas por valores morais. Nos relatos, cada parto traz uma constelação de elementos distintos, como o momento de vida da mulher, a equipe médica e o contexto hospitalar, que produzem uma experiência corporal particular. As referências ao corpo vão além da questão da dor, foco importante de muitos estudos sobre o parto (CARNEIRO, 2015b; PULHEZ, 2013; RUSSO *et al*, 2019; SALEM, 2007) e já explorado em outro artigo (REZENDE, 2019).

Entrevistei dezesseis mulheres de camadas médias no Rio de Janeiro, de dois

grupos etários: sete mulheres com 60 a 69 anos e nove com 37 a 46 anos². São todas brancas, heterossexuais, têm formação universitária e profissões como médica, psicóloga, arquiteta, musicista, professora universitária. Quando ouvi seus relatos em 2016, as mais jovens haviam tido partos nos três anos anteriores, em um contexto social no qual se discutia a humanização do parto. A geração mais velha teve seus filhos na década de 1980, quando começavam a aparecer grupos de preparação para o parto, frequentado por duas delas. As mulheres mais jovens estavam casadas e, entre as mais velhas, havia duas divorciadas. Sendo todas usuárias da saúde suplementar, as experiências de parto hospitalar foram variadas: algumas tiveram partos vaginais com intervenções, outras sem nada, algumas entraram em trabalho de parto e acabaram fazendo cesáreas, outras tiveram cesáreas agendadas na primeira gestação e tentaram parto vaginal na segunda. As mais velhas tiveram em média três filhos e as mais novas, dois.

Entendo as narrativas como distintas do evento do parto tal como ele aconteceu. Como enfatiza Bruner, “cada narração é uma imposição arbitrária de sentido no fluxo da memória” (1986, p. 07; minha tradução). O ato de rememorar apresenta não apenas o que é relevante para cada grupo social, mas também o que importa lembrar em um presente específico (HALBWACHS, 1990). Nesse sentido, a narrativa permite a afirmação da agência do narrador, que escolhe como e o que contar (RIESSMAN, 1993). Os relatos de parto que ouvi foram contados para uma pesquisadora mulher, também mãe, após assinatura de um termo de consentimento livre que apresentava os contornos gerais do meu estudo. Todos esses elementos atravessam, portanto, as histórias que analiso neste artigo.

Corpo, dor e parto

Em seu livro sobre a história da dor, Joanna Bourke afirma que “o corpo nunca é soma pura: ele é configurado em mundos sociais, cognitivos e metafóricos” (2014, p. 17). Sua abordagem se aproxima de antropólogos recentes que buscam estudar o corpo como uma realidade fenomenológica, como base da existência no mundo (CSORDAS, 2008; LE BRETON; 2013; RABELO *et al.*, 1999). A vivência corporal abarca tanto uma atitude reflexiva quanto outra pré-objetiva, na qual “o mundo

² Os dados analisados aqui resultam dos projetos de pesquisa “Histórias de parto: pessoa e parentesco” e “O parto narrado: corpo, subjetividade e relacionalidade”, apoiados pelo Programa Pro-Ciência da UERJ e pelo CNPq através de Bolsa de Produtividade, e “Gestão do corpo e subjetividades contemporâneas”, apoio pelo CNPq através do Edital MCTI 01/2016 Universal. Agradeço a Jane Russo pelos comentários feitos em versão anterior deste artigo.

se apresenta para nós, em primeiro lugar, como esfera de ação ou prática, antes de se apresentar como objeto de conhecimento” (RABELO *et al.*, 1999, p. 12). Essas ações corporais estão inseridas na cultura, uma vez que toda experiência surge de interações sociais e é enquadrada através de esquemas simbólicos particulares.

Neste sentido, Bourke prefere tratar a dor como um evento, que é parte da história de vida de um indivíduo (2014, p.5). Mais do que um acontecimento fisiológico em si, a dor como evento fala de um modo específico de avaliar e experimentar uma sensação. “Sentir dor exige que um indivíduo dê significado a esta forma particular de sentir” (2014, p.5, minha tradução). Desta forma, essa experiência envolve uma nomeação que é pública, com sentidos dados culturalmente e historicamente. Porque é um ato de avaliação, a dor como evento requer ver a pessoa como construindo-a ativamente, “incluindo suas sensações fisiológicas, estados emocionais, crenças cognitivas e situações relacionais em várias comunidades” (BURKE, 2014, p.13, minha tradução). Na medida em que é um evento público, é também uma prática política, constituída através de discursos, instituições e estruturas de conhecimento.

Dor e corpo integram ontologias como formas de enquadramento da experiência que se constituem, são sustentadas ou enfraquecidas através de práticas cotidianas (MOL, 2002, p.6-7). Destaco aqui alguns elementos das ontologias presentes nas sociedades ocidentais modernas, relevantes para as narrativas que analiso a seguir. A dualidade corpo e mente atravessa uma ontologia constitutiva dos discursos médicos, que, por sua vez, penetram outras vivências. Por isso, a dor pode aparecer como um objeto a ser tratado (BOURKE, 2014), e o corpo ser experimentado como realidade separada de um eu desencarnado, alvo de controle e monitoramento no parto. Um corpo cujo controle é instável torna-se ademais um corpo com riscos, potencializados na gestação, exigindo da mulher uma série de escolhas e cuidados (LUPTON, 1999).

Nos relatos de parto de mulheres americanas (CARTER, 2010), australianas (LUPTON; SCHMIED, 2013) e sul-africanas (CHADWICK; FOSTER, 2014), a perda de controle sobre o corpo e sobre si é ressaltada, revelando a visão de que as mulheres deveriam ser capazes de se controlar. Entre as australianas, há a sensação de um corpo que se divide em dois e a estranheza de ver sair delas um outro ser. Produz-se um corpo em trabalho de parto (*body-in-labour*) e um corpo que está nascendo (*body-being-born*). Já para as americanas que buscam modelos de parto alternativos, com a presença de parteiras, modula-se um pouco essa percepção, com a visão de um corpo colaborativo. Nas narrativas de parto hospitalar, as mulheres destacam a sensação de não ter controle do corpo no

trabalho de parto, em especial quando não houve uso de analgesia. Em ambos os grupos, está em questão a dualidade entre corpo e eu (*self*). No estudo sobre as sul-africanas, há a percepção de vulnerabilidade não apenas em termos de uma percepção biomédica de riscos para o bebê e para a parturiente, como também da perda da integridade corporal em um corpo que vaza fluidos e se rasga no parto vaginal. Por um lado, como afirmam Chadwick e Foster (2014), a escolha pela cesárea para algumas permite manter esse controle do corpo. Por outro, aquelas que optam pelo parto domiciliar evitam a exposição da intimidade corporal em contexto hospitalar. Em ambos os grupos estudados existe a preocupação com a manutenção da privacidade e do controle corporal.

Akrich e Pasveer (2004) argumentam que, nas narrativas de parto examinadas, o que está em questão não é uma separação fixa entre corpo e mente, mas sim um movimento dinâmico entre um corpo em trabalho de parto (*the body-in-labour*) e o eu encarnado (*the embodied self*). Os relatos destacam como um corpo até então pouco percebido toma a iniciativa no trabalho de parto. O útero como elemento ativo desafia o controle voluntário da mulher. Mas esta não se vê como pessoa desencarnada, cujo corpo é alienado de si. Se, em alguns momentos, emerge apenas um corpo em trabalho de parto, através da mediação de companheiros, profissionais, objetos e tecnologias, recompõe-se o eu encarnado.

A separação entre corpo e mente se associa à visão de que a dimensão corpórea humana tem sua própria lógica, eixo do fisicalismo como teoria da pessoa segundo Duarte (1999). Essa corporalidade deve ser explorada e tem implicações sobre a condição humana, em particular para a perfectibilidade, a capacidade dos seres humanos de se aperfeiçoarem indefinidamente. A sensibilidade fisiológica se articula a uma aceção mais sentimental e é através dos sentidos, de forma ampla, que se tem experiência do mundo exterior aos sujeitos. Duarte destaca aqui a dupla injunção da sensibilidade – ao mesmo tempo implicando sensatez e uso da razão e sensorialidade física e emotiva. Esses temas constituem então o que o autor chama de dispositivo da sensibilidade, presente nas sociedades ocidentais modernas.

A tensão entre um corpo a ser controlado e um corpo a ser experimentado figura nos debates em torno das diferentes formas de parto, como apontei no início deste artigo. Por um lado, o modelo tecnocrático de assistência ao parto, como apontam Davis-Floyd (1993) e Chazan (2007), se baseia em uma visão do corpo feminino como necessitando um monitoramento estreito através de tecnologias e profissionais médicos. O parto é pensado em termos de eficiência e de relações custo-benefício, o que tem levado a altas taxas de cesárea no Brasil, via de nascimento entendida pelos médicos como mais segura e que permite

melhor gestão de riscos (NAKANO, BONAN; TEIXEIRA, 2017).

Com ênfase distinta, os discursos de humanização do parto acentuam a vivência sensorial do corpo ao proporem formas mais “naturais” de parir (CARNEIRO, 2015a, DINIZ, 2005). O ritmo do trabalho de parto não deve ser alterado com o uso de ocitocina para acelerar as contrações, e a laceração do períneo deve acontecer sem interferências. A dor no parto é parte integrante dessa experiência e, para alguns sites de parto natural, pode ser vista como ponte de contato da mulher com seu corpo, como mostram Russo *et al.* (2019). Ao mesmo tempo, a preparação para o parto, seja através de exercícios, seja pelo acompanhamento de doulas ou enfermeiras obstétricas, introduz o aprendizado e treino de técnicas corporais vistas como desaprendidas (TORNQUIST, 2002, p. 489). Há assim uma dimensão do controle do corpo presente também nesse ideário.

Se no ideário do parto humanizado o corpo feminino é capaz de parir, especialmente se for treinado, a opção por essa via de nascimento por muitas mulheres revela um desejo por esse tipo de experiência corporal (CARNEIRO, 2015a; PULHEZ, 2013; RUSSO *et al.*, 2019). Chadwick e Foster (2014), em seu estudo com mulheres sul-africanas, argumentam que aquelas que buscam um parto domiciliar desejam vivenciar todo o processo de nascimento dos filhos, em contraste com as que desejam uma cesárea. Conforme venho analisando em minhas pesquisas (REZENDE, 2011, 2020), a gravidez tem sido percebida como uma etapa inicial da maternidade, mudando o sentido do parto. Antes visto como um rito de passagem (ALMEIDA, 1987; SALEM, 2007), o parto, em especial o vaginal, torna-se valorizado como experiência física e emocional da mulher.

Parto como projeto e experiência

A maternidade foi desejada por todas as mulheres entrevistadas, mas aconteceu de formas distintas nos dois grupos etários. As narrativas de parto foram também distintas, mais curtas e menos detalhadas entre as mais velhas se comparadas ao foco dado às sensações físicas e emoções das mulheres mais jovens. Se os elementos do tempo e da memória contribuem para explicar essa diferença, há também sentidos distintos da maternidade para cada geração.

Entre as entrevistadas mais velhas, a primeira gravidez veio antes dos trinta anos, para muitas como surpresa, quando ainda faziam seus cursos universitários. Das sete mulheres, apenas duas contaram ter se preparado para o parto, através de livros e grupos de gestante que começavam a surgir no Rio de Janeiro. A mudança de médico ginecologista na primeira gestação não foi objeto

de referência, acontecendo apenas em alguns casos depois de um primeiro parto visto como difícil. Elas tiveram entre dois e três filhos e nem sempre o segundo parto foi melhor do que o primeiro.

Nesse grupo, todas desejaram um parto normal e entraram em trabalho de parto, mas duas delas acabaram fazendo cesárea. O primeiro parto foi em geral alvo de várias intervenções médicas, como o uso de ocitocina para acelerar as contrações, que não foram negociadas; simplesmente aconteceram, como mostra o relato de Teresa, mais adiante. Com isso, muitas mudaram de obstetra na segunda gravidez. Seus maridos estiveram presentes no hospital, mas poucos assistiram ao parto – não era uma prática comum e alguns ficavam “nervosos”.

Para a maioria delas, o parto era o momento de conhecer o bebê, uma vez que naquela época os exames de ultrassonografia obstétrica ainda não eram feitos como parte do pré-natal. Talvez por isso, seus relatos enfatizavam com frequência o banho tomado antes de sair para o hospital, sugerindo assim uma preparação corporal e uma limpeza simbólica para o parto vivido como rito de passagem para a maternidade.

Entre as mulheres mais jovens, todas as gestações foram planejadas, acontecendo depois dos trinta anos, quando já tinham empregos e carreiras estabelecidas. Das nove entrevistadas, seis tiveram dois filhos, uma teve três e duas tiveram só um. Na primeira gestação, nem todas desejaram parto normal – duas quiseram ter cesárea e depois, na segunda gestação, resolveram ter um parto vaginal. O desejo por esse tipo de parto orientou a busca por obstetras com reputação de não fazer cesáreas “desnecessárias”. A maioria delas se preparou para o parto, através da leitura de livros e site e da frequência a grupos de gestante, ioga ou acompanhamento por doulas.

Seus relatos revelam esse preparo maior, mostrando que conheciam todas as etapas do parto, o que era esperado acontecer e o que podiam negociar. Neste sentido, já haviam conversado com a equipe médica sobre os procedimentos que desejavam ou não, o que nem sempre garantiu o parto como desejado. Muitas tiveram a presença de doulas ou enfermeiras obstétricas no hospital, como fonte de apoio emocional e físico durante o trabalho de parto. Seus maridos participaram de todo o processo do parto, e nas narrativas as mulheres com frequência usavam a primeira pessoa do plural para falar das decisões e escolhas na gestação e parto. O banho nessas narrativas não aparece como limpeza ritual e sim forma de lidar com as dores no trabalho de parto. Os bebês, já nomeados e tratados como filhos, também figuram nos relatos, muitas vezes como pessoas com as quais as mulheres dialogavam durante o trabalho de parto.

Ao comparar as narrativas dos dois grupos etários, a forma como relatam a

experiência da anestesia é significativa. Como usuárias de planos particulares de saúde, a possibilidade de receberem anestesia foi comum a todas, o que nem sempre acontece em hospitais públicos (MCCALLUM; REIS, 2008). Há também uma diferença geracional importante nesse aspecto, uma vez que as mulheres mais jovens pariram em um contexto de muita discussão sobre parto natural e informações sobre anestesia. Enquanto todas as mais jovens negociaram com seus médicos o uso ou não de analgesia, o uso de anestesia geral no fim do trabalho de parto ou em cesariana foi relatado por quatro das sete mulheres mais velhas. Martina e Rosa foram as únicas a ter um de seus partos sem nenhuma anestesia, não por escolha suas, mas porque foram muito rápidos. Nas narrativas deste grupo, ter recebido anestesia é mencionado de modo objetivo, sem qualificações, a não ser pelo fato, no caso da anestesia geral, de impedi-las de ver seus filhos nascerem.

Entre as mulheres mais jovens, os relatos das experiências com anestesia são mais variados. Carla, Julia e Gabriela contaram como, em seus primeiros partos, foram até certo ponto sem analgesia, mas a “dor intensa” foi sentida como produzindo uma exaustão física e mental. O uso de alguma forma de analgesia trouxe então alívio e condições de se concentrar melhor na força expulsiva que deveriam fazer. Gabriela teve a experiência de um segundo parto sem nenhuma anestesia. Ao contrário do primeiro parto, durante o qual se desentendeu com a equipe médica justamente porque ela quis anestesia, a orientação calma da nova obstetra ajudou-a a ter seu segundo filho sem analgesia. Como ela, Milena e Camila também tiveram seus segundos partos sem nenhuma intervenção, sendo a interação com os profissionais considerada decisiva para sentirem uma dor que conseguiram suportar.

A seguir, analiso de forma mais detida os relatos resumidos dos partos de quatro mulheres, Martina e Teresa, que tiveram filhos na década de 1980, e Camila e Tatiana, que tiveram filhos depois de 2010. Em alguns momentos, faço referência também a trechos de narrativas de outras entrevistadas.

Martina e o parto sofrido

Martina teve seu primeiro filho no Uruguai, em 1980. Conta que suas contrações evoluíram muito depressa e que, quando chegou no hospital, teve que fazer força para o neném não nascer na recepção, sem a presença do médico. Foi “como que, sabe, um cavalo que se lança a toda”. A viagem de carro para o hospital “foi fatal assim, eu não conseguia relaxar e ainda sentada, né, num carro, no banco do carona, mas cheguei mas foi brabo. E depois a outra dificuldade que eu tive foi, estando internada, no dia seguinte, primeiro

desceu o colostro, eu dei de mamar e tal, mas durante a madrugada porque fiquei... meu marido ficou no quarto comigo e o neném... é... empedrou, empedrou. Eu chamei as moças de lá pra ver se alguém me ajudava e tal e, como era de madrugada e tal, ninguém apareceu. Então eu tive que me virar que significa nada". Sua segunda filha nasceu no Rio, aos cuidados de um médico que Martina considerou bastante atencioso. A bebê estava encaixada, mas "ela tava com volta de pescoço, o cordão... aí eu queria que não fosse cesárea, sempre queria que fosse natural e tal... "bom, você vai aguentar e eu vou tentar tirar o cordão...". Ele botou a mão dele... e foi terrível!! Terrível!! Depois ele me deu anestesia mas para tirar o negócio, não tinha dado ainda!.. Botou a mão dentro e conseguiu tirar e foi parto natural. Aí depois me deu a... peridural, mas quer dizer... de qualquer maneira foi muito mais sofrido que o primeiro parto, porque o primeiro parto não senti! Quer dizer, imagino que é... essa viagem eu senti porque eram contrações muito muito rápidas, muito aceleradas mas quer dizer, já tava na iminência de... não foi tão rápido porque o médico não tinha chegado porque se fosse, se o médico tivesse lá, se a parteira assumisse toda essa parte, teria chegado e saído. E aí a da Laura já foi com aparelhos que estavam monitorando o sofrimento do nenê, não sei o que, já tem uma maior sofisticação inclusive de aparelhagem, coisas assim, mas bom, foi super tranquilo, acabou sendo tranquilo, e com ela não teve dificuldade nenhuma de amamentar".

Martina é fonoaudióloga, com 60 anos, e teve seus dois partos em dois países diferentes, com algumas diferenças no atendimento médico ao parto. Ainda que ambos tenham ocorrido em hospitais particulares com a presença de seu marido, considerou que no pré-natal o médico brasileiro foi mais atencioso e o monitoramento do bebê no hospital maior e mais sofisticado. Os profissionais em cada hospital também tiveram presenças distintas: as enfermeiras no Uruguai deram menos apoio à amamentação, que foi difícil com o primeiro filho.

Em cada parto, as sensações corporais destacadas foram particulares. Sua primeira gestação foi muito curtida, e ela manteve suas atividades de ginástica mesmo com a barriga. No relato do primeiro parto, o foco esteve no trabalho de parto e nas contrações que evoluíram como um galope de cavalo. Martina não falou dessas contrações como dolorosas, mas da intensidade e do intervalo curto que a fizeram temer que o bebê nasceria fora da sala de parto. Não recebeu anestesia alguma – não houve tempo – e, mesmo assim, disse não ter sentido o parto, se comparado ao segundo. Repetiu algumas vezes a dificuldade de amamentar, com o leite “empedrando” logo após o parto.

Na segunda gravidez, houve uma ameaça de parto prematuro, o que a levou a fazer repouso no sétimo mês. Ao contar o segundo parto, ela não mencionou as contrações e sim a manobra do obstetra para retirar o cordão umbilical do

pescoço do bebê, intervenção que evitou uma cesárea, mas que foi extremamente dolorosa. Após isso, Martina recebeu anestesia peridural, e o restante do parto acabou sendo tranquilo.

Em outros momentos de seu relato, Martina qualificou seu primeiro parto como maravilhoso. O momento em si do parto – deu dois puxos e o bebê nasceu – foi mágico e tudo foi tão rápido que não foi difícil. Em comparação, o segundo parto foi caracterizado várias vezes como sofrido. A anestesia – ausente no primeiro e presente no segundo – não alterou essas avaliações. O contraponto esteve na amamentação, que na segunda vez foi fácil e bem-sucedida, sem os problemas do primeiro parto.

Teresa e o corpo por conhecer

Teresa teve três filhos de parto normal em dois casamentos diferentes. Engravidou pouco após o primeiro casamento, quando ainda estava cursando serviço social. “Aí eu fui ao médico pra uma visita de rotina e aí... ele ia viajar em seguida, e aí ele me falou que eu já estava em trabalho de parto. E na realidade eu acho que eu tava mesmo porque aquele tampão, quando eu voltei da consulta, aquele tampão saiu inteirinho. Foi o único filho que eu soube o que que era o tampão de parto mesmo... quando eu cheguei na maternidade que eu tinha muito pouca dilatação, aí foi induzido. Aí foi um parto... não sei se o primeiro ou o que, foi muito doloroso porque eram contrações muito seguidas, muito intensas e rápidas. A consulta foi às 3 da tarde e ela nasceu às duas da manhã, e eu cheguei na casa de saúde por volta de dez horas da noite. Foi rápido!” Ao final da entrevista, Teresa contou que recebeu uma anestesia geral para fazer a episiotomia e com isso só viu seu filho depois que acordou. Seu primeiro marido não esteve presente na hora do parto porque ficava muito nervoso com sangue. A segunda gestação veio já no segundo casamento e acompanhado por outro obstetra. No oitavo mês, o bebê que estava sentado se virou e ela acha que, por conta disso, a bolsa d’água se rompeu. “Só que eu não sei se foi um rompimento... porque foi muito pouca água que saiu, e assim ficou todo o tempo, e aí também eu fui pro hospital e também teve que induzir toda a noite, e... aí foi, esse foi brabo! Porque começou seis, sete horas, né, foi a noite toda, e até... foi nascer meio dia no dia seguinte, então... eu até hoje tenho uma questão se tava mesmo na hora, se foi que na hora...gozado que a gente não sabe”. Desta vez, seu marido esteve presente, Teresa recebeu anestesia peridural e seu médico lhe deu sua filha para segurar assim que ela nasceu. Dois anos depois, engravidou pela terceira vez. No final da terceira gravidez, “acordei e tchum, a bolsa rompeu e aí eu vi o que que era romper uma bolsa porque a outra não... aí falei com meu marido “vamo lá”, pegou a bolsa e tal e “ah tá”, e foi fumar um charuto... eu fui tomar um banho, quando eu acabo... eu acho que ele pensando no anterior que passou a

noite inteira... eu falei “vai nascer!” bom, eu fui pra casa de saúde e fiquei traumatizada no anterior e não queria deitar, fiquei andando, e sentada e conversando... porque o difícil da outra gravidez tinha sido deitar e não conseguir levantar mais... então eu não queria deitar, eu queria ficar sentada conversando. Mas aí o médico “não, mas eu tenho que te examinar”, “não, não, pode deixar”, aí pediu, eu fui, ele examinou e já tava nascendo literalmente. Aí fui pra sala de parto e foi meio imediato, foi um parto muito fácil”. Ela recebeu um pouco de anestesia, mas desta vez não houve nenhuma indução.

Na narrativa de Teresa, que tinha 62 anos quando a conheci, sobressai-se uma percepção retrospectiva dos sinais do trabalho de parto, bem como certa incerteza sobre o corpo nas primeiras experiências. No parto do filho mais velho, ela não “sabia” que estava em trabalho de parto, informação que veio do exame médico. Nesse ela percebeu a saída do tampão mucoso, o que não aconteceu de forma clara nos seguintes. No segundo, sentiu uma perda de líquido sem que ela soubesse naquele momento se havia de fato ruptura de bolsa. No terceiro, sua bolsa se rompeu claramente, o que a faz justificar suas dúvidas no parto anterior. Nesse último, ela já sabia também que ficar deitada era uma posição mais desconfortável para ela durante as contrações.

No relato de Teresa, sua experiência com a anestesia não é referida a dor, que só aparece como resultado da indução do parto nas duas primeiras vezes, não tendo sido necessária no terceiro. O que ela destaca é ter sido apagada no primeiro parto e não ter podido segurar o bebê ao nascer, em contraste com os partos seguintes nos quais recebeu anestesia peridural e segurou os bebês logo após seus nascimentos. Como Teresa, outras três mulheres deste grupo etário contaram ter recebido anestesia geral em seus primeiros partos e não terem visto seus filhos nascerem.

Foi seu segundo parto aquele que ela classificou como “brabo” e que a “traumatizou”. Embora o primeiro tenha recebido indução para aumentar a dilatação e tenha sido doloroso, foi mais rápido do que o segundo, também induzido, porém por mais tempo e em posição deitada. A diferença nas anestésias recebidas não surge como fator atenuante na dor. A presença de seu segundo marido, que acompanhou os partos dos filhos, não afetou a percepção do que foi um parto difícil ou fácil, qualificação do último. Cada um dos partos foi realizado por obstetras e equipes distintos, cujas atuações também não foram comentadas. O que parece contribuir para tornar o terceiro parto mais fácil é um conhecimento maior do seu corpo em trabalho de parto, desenvolvido a partir de suas experiências anteriores.

Camila e o saber fazer força

Camila é a única das entrevistadas mais jovens com três filhos, e resolveu realizar seu trabalho como designer em casa, depois que eles nasceram. Teve seu primeiro parto na Espanha, em um hospital público, mas com obstetra particular. Foi um parto normal com anestesia por escolha sua, que ela qualificou como tranquilo. O enfermeiro que a examinou inicialmente questionou se ela estava em trabalho de parto e ela respondeu que o que sentia era sim dor de parto. Foi um parto “controlado”, porque recebeu indução e anestesia. Seu marido esteve presente, mas a falta de sua mãe transformou o pós-parto em uma experiência difícil. Ao engravidar após voltar ao Rio, buscou uma médica conhecida por fazer de fato parto normal e acabou sendo acompanhada por uma obstetra adepta do parto humanizado natural. Sua bolsa “estourou”, mas não foi de imediato para o hospital. Reclamou de seu marido estar pouco atento até ela ter um sangramento ainda em casa, o que o fez “entrar total no parto”. Camila contou que “foi mais intenso assim o parto humanizado”. Não tomou anestesia, como no primeiro parto. “No parto normal eu tive... eu levei dois pontinhos porque como você não sente força, você não sente dor, você não sente nada, acho que eu fazia mais força do que o corpo tava preparado. Com o Gabriel, não, com o Gabriel, eu fazia força, voltava, fazia força, voltava, naquele processo e foi e não teve corte nenhum. Eu não sei se meu corpo já tava mais... já sabia um pouco mais quando eu tava sentindo dor, eu segurava um pouco o corpo [...] E o terceiro foi muito rápido! O terceiro se eu quisesse nascia em casa! Acho que eu segurei, quando chegou no hospital... foi tão rápido! Eu esperei a médica chegar e aí quando ela chegou, “bum” nasceu! (risos) Acho que ela deu entrada e em 15 minutos nasceu!

A narrativa da Camila, 38 anos, distingue-se das demais do grupo mais jovem não apenas pelo número de partos como também por ser uma das mais econômicas nos detalhes do parto. Ao falar de cada parto, deu menos atenção às suas sensações corporais do que ao estado das relações no seu entorno – a presença oscilante do marido, a ausência da mãe no primeiro, a relação mais íntima com a obstetra nos dois últimos partos e o apoio importante de uma doula no terceiro parto, que entra em cena de forma improvisada. Talvez por isso, os partos em si tenham sido todos qualificados como “tranquilos”.

Contudo, Camila compara seus dois primeiros partos em termos de “controle”. No primeiro parto, a equipe médica interveio com indução, anestesia e episiotomia, o que o tornou “mais controlado”. O segundo parto foi mais “intenso”. Embora ela não tenha ido logo para o hospital quando sua bolsa rompeu, houve o estresse com o sangramento durante o trabalho de parto, e ela não tomou anestesia. Por outro lado, como ela já sabia um pouco mais como fazer

força, conseguiu evitar o corte do períneo. Curiosamente então o segundo parto foi aquele em que ela melhor controlou o seu corpo, em contraste com o primeiro no qual coube à equipe médica essa condução. O terceiro parto figura quase como um aperfeiçoamento do segundo – rápido, no qual ela consegue segurar o bebê até a médica chegar ao hospital.

É interessante apontar que a experiência de Camila com a anestesia não foi discutida em termos de alívio da dor. No primeiro parto, ter sido anestesiada afetou o modo como fazia força para o bebê sair – por “não sentir nada”, fazia força além do que o corpo aguentava. Sem anestesia no segundo parto, conseguiu controlar melhor a intensidade e o ritmo dos movimentos de força. Camila também enfatiza como nessa vez conhecia melhor seu corpo – sabia quando sentia dor, conhecia o quanto de força seu corpo estava preparado para receber.

De forma semelhante à Camila, outras mulheres também comentaram como a anestesia impactou o modo de fazer força no momento expulsivo do parto. Gabriela, que no primeiro parto pediu a anestesia porque não aguentava mais a dor, disse que não conseguia fazer força direito: “eu sei que eu tava muito cansada e eu não sei se foi a analgesia mas eu tive muita dificuldade pra fazer força. Eu não sabia como fazer”. Teve um segundo parto sem anestesia, de cócoras. Carla, por sua vez, teve uma analgesia leve no primeiro parto, elogiada e explicada por ela assim: “no fim, quase em dilatação total, que é assim você já tá exausta, você não tem mais força, energia e ao mesmo tempo é a hora que você tem que fazer força, quando chega na dilatação total (...) só que você não tem mais força que a dor tá te tirando toda a concentração”. No seu segundo parto, recebeu uma anestesia mais forte – por isso a percepção da primeira como leve – que inicialmente dificultou sua movimentação, mas permitiu depois que conseguisse fazer a força necessária para o bebê nascer.

Tatiana e o medo de ficar parálitica

Tatiana foi a única entrevistada que teve duas cesáreas sem trabalho de parto, justificadas por diabetes gestacional e pouco líquido amniótico. Na segunda gestação, ainda tentou esperar entrar em trabalho de parto, mas seu obstetra e seus pais médicos acharam que os riscos eram altos. Em ambos os partos, teve muito medo de “ficar parálitica” por causa da anestesia e preferiu não receber explicações do anestesista sobre o procedimento. Seu pai e o seu marido acompanharam suas cesáreas. “Aí fui pro primeiro, tava calma, não tava com medo [enfática], com nada disso, aí tomei primeiro a anestesia, puseram a sonda que é... pra mim, mais humilhante que isso não existe, né, e aí teve a cirurgia, pra mim o parto foi supertranquilo, o do Pedro eu não senti nada, eu não senti doer, eu não senti

nada disso. Já da Ana, não. Eu fui já tendo mais uma noção do que que era e pensando assim “ah, eu tirei de letra o primeiro, porque eu vou ter problema no segundo?”, e não foi. Eu acho que teve alguma medicação diferenciada na anestesia, eu não sei, eu lembro que no parto do Pedro eu senti muito um gosto metálico na boca que ficou um tempo depois do parto. Da Ana eu não senti isso. Em compensação, eu senti o parto inteiro – puxar, tirar – e aí depois eu fiquei sentindo muita dor do lado esquerdo, muito tempo, eu reagi um pouco no ponto e a minha cicatrização, tanto que do lado esquerdo a cicatriz ficou horrorosa! Teve a diferença dos dois... [Quando] a Ana nasceu, eu subi pro quarto e eu ficava o tempo inteiro assim “meu Deus, eu tenho que mexer meu pé porque eu não posso ficar parálitica, eu não posso” (risos), quando eu cheguei no quarto, eu tinha acabado de chegar no quarto ...aí eu comecei a mexer meus pés e pensei “Graças a Deus não fiquei parálitica!” (risos)

Na narrativa de Tatiana, 38 anos, administradora em uma empresa estatal, suas duas cesáreas são diferenciadas pela experiência com a anestesia. Na primeira vez, ela não sentiu nenhum movimento do obstetra ao retirar o bebê. Ficou apenas um “gosto metálico na boca” e a “humilhação” de ter que por uma sonda urinária. Na segunda vez, já sabia como era e não esperava sentir nada, mas foi o contrário – sentiu puxar, tirar e ficou com dor depois. Tatiana atribuiu a diferença ao uso de medicações distintas, daí o gosto estranho na primeira cesárea, que não sentiu na segunda.

No seu relato, há uma ênfase na gestação e parto como situações de risco (LUPTON, 1999). Se, por um lado, a cesárea era vista pela obstetra e pelos pais como mais segura por conta de suas condições gestacionais, para ela a cirurgia trazia o medo da anestesia. Contudo, seu temor foi maior no segundo parto do que no primeiro. Já sentia medo de hospital desde pequena, mesmo tendo pais médicos. Sua segunda gestação foi tumultuada não apenas pela diabetes gestacional como também pelo adoecimento dos sogros. Assim, quando foi ter sua filha, comentou ter ficado muito preocupada de se separar do seu filho mais velho e ter alguma complicação com a anestesia que lhe impedisse de cuidar dele.

O temor de “ficar parálitica” ecoou a experiência de Carla, que no segundo parto ficou com uma das pernas paralisada por conta de uma anestesia forte. Aqui aparece outra dimensão da anestesia – afetar não apenas a sensibilidade à dor, mas a mobilidade do corpo. Se esse é um efeito temporário da anestesia, Tatiana temia ter algum problema sério durante a cesárea e ter suas pernas paralisadas para sempre. Havia o medo de uma perda geral de controle do seu corpo e de sua vida, dificultando seu exercício da maternidade. Sua narrativa, ao contrário de outras, destaca assim a passividade do seu corpo, termo que ela

mesma usa, dada tanto pela ação dos médicos no seu corpo anestesiado quanto pelo uso da sonda urinária e pelo temor de uma paralisia permanente. O contraponto é o humor presente em muitos momentos da sua narrativa, que relativiza o medo relatado, afirmando sua agência como narradora que escolhe como quer contar sua história (RIESSMAN, 1993), diminuindo nesses momentos humorosos o significado de sua passividade corporal.

Considerações finais

Quero destacar, nesta seção final, algumas recorrências entre as narrativas de parto através de dois eixos de análise que se articulam. O primeiro é o modo como o corpo é percebido através de várias sensações, além da dor no trabalho de parto. O segundo é a forma como falam da anestesia, presente em muitos partos, mas não todos, pondo em cena uma vivência corporal associada à subjetividade. Em ambos os recortes, valores sociais e morais e as interações sociais no momento do parto atravessam a experiência do corpo.

Todas as mulheres lidam, em seus primeiros partos, com sensações desconhecidas até então. As contrações de Martina evoluíram com mais rapidez do que ela imaginava. Teresa não sentiu o início do trabalho de parto nem, em seu segundo parto, se havia ocorrido mesmo ruptura de bolsa. Camila teve que negociar com o enfermeiro espanhol se estava ou não em trabalho de parto. Tatiana encarou com medo a anestesia de suas cesarianas, achando que podia ficar paralisada. Entre as mais jovens, em contraste com as mais velhas, havia mais presentes noções claras do que era esperado, ainda que não soubessem como sentiriam o trabalho de parto ou a cesárea. Aparece assim uma corporalidade que parece estar sendo descoberta, como sugere Duarte (1999).

Nas narrativas de ambos os grupos, as mulheres se alternam entre descrever o que aconteceu (a bolsa rompeu, a contração acelerou) em termos fisiológicos e apontar o que e como sentiram. Muitas sensações descritas giram em torno da dor, mas não apenas, exemplo de Tatiana que sentiu o gosto metálico da anestesia. Em várias dessas experiências, a percepção sensorial do corpo foi mediada por outras pessoas – maridos e especialmente médicos, enfermeiros e doulas. Martina destaca o papel das enfermeiras na amamentação, seja pela falta de orientação no primeiro parto, seja pela ajuda importante no segundo. Teresa ouviu do obstetra que ela estava em trabalho de parto, quando não sentia nada ainda. A negociação de Camila no primeiro parto consistia em rebater a informação da pouca dilatação dada pelo enfermeiro com as dores que ela sentia. O sangramento no segundo parto é percebido como sério quando seu marido

passa a participar do trabalho de parto. Curiosamente é Tatiana que, em seu relato da passividade na cesárea, fala das suas sensações com a anestesia sem mediação alguma. Embora comente sobre a presença de seu pai na cesárea, ela não interfere no modo como sente seu corpo.

Essa mediação implica dois aspectos. O primeiro diz respeito à nomeação das sensações corporais, especialmente por profissionais da saúde, que organizam a experiência, como Bourke (2014) aponta em relação à dor. Contudo, esses enquadramentos nem sempre são aceitos passivamente pelas mulheres. Destaco em particular os relatos de negociação mais comuns entre as mulheres mais jovens, em contraste com as mais velhas, que mais frequentemente recebiam afirmações categóricas e procedimentos impostos pelos médicos.

Assim, se todas as narrativas discutem sensações desconhecidas, a tônica delas não parece ser sempre a perda de controle de si ou do corpo, como nos estudos de Carter (2010) e Lupton e Schmied (2013). Martina, que no primeiro parto achou que o bebê nasceria na recepção do hospital, contou como conseguiu “segurar” e esperar seu obstetra chegar. Camila, por sua vez, conta como no segundo e terceiro partos fazia força junto com as contrações e evitou a necessidade da episiotomia feita no primeiro parto. Tatiana afirma sim a estranheza da passividade do corpo na cesárea, mas chama atenção sobre o quanto sentiu o corpo nos dois partos – o gosto na boca do primeiro, os movimentos do obstetra no segundo. Assim, o quanto controlam e sentem o corpo é mais tematizado do que a perda do controle corporal.

A vergonha com a exposição do corpo e a perda da intimidade no parto, preocupação das mulheres sul-africanas estudadas por Chadwick e Foster (2014), tampouco figuram como questão nas narrativas dessas quatro mulheres e nas demais. A humilhação comentada por Tatiana sobre o uso da sonda urinária parece falar mais da sensação de perda de controle de si infligida por outros, um sentimento de rebaixamento (KATZ, 2013).

Também não vejo nos relatos a dualidade “corpo em trabalho de parto” e “eu encarnado”, como sugerem Akrich e Pasveer (2004). Mesmo quando falam das sensações desconhecidas, que poderiam pôr em foco um corpo separado do eu, o que predomina é um eu encarnado, cujas sensações são experiências não apenas físicas como também subjetivas. Por isso, como desenvolvo em outro trabalho (REZENDE, 2019), as menções a dor no parto não se referem somente a uma dimensão fisiológica. As narrativas trazem a dor como evento (BOURKE, 2014), pondo em questão a dimensão da agência das mulheres em um parto medicalizado, ao mesmo tempo marcado por sentidos culturais de maternidade. Entre as mais velhas, ela aparecia relacionada a episódios ou procedimentos

médicos não esperados e vivenciados. Entre as mais jovens, era o fio condutor da experiência de perceber até onde resistiam sem anestesia. A referência à dor era então uma reação afetiva a situações imprevistas ou novas, pondo em questão sua possibilidade de agência diante da equipe médica e em sua relação consigo mesma.

Há nesses relatos tensões em torno da anestesia, que são discutidas por Bourke (2014). Por um lado, a anestesia traz o alívio da dor, ainda que com possíveis efeitos colaterais. Por outro, seu uso produz “ansiedades morais”, tais como a possibilidade de adição e a perda da dor como sistema de alerta. Igualmente relevante, a passividade e perda de sensibilidade do corpo e consciência não apenas afetam a agência, mas eliminam a demonstração de coragem e autocontrole, valores especialmente presentes em alguns segmentos sociais. Não à toa então, Bourke pondera que, embora o éter e o clorofórmio datem de meados do século XIX, a anestesia nem sempre é utilizada, e muitos pacientes ainda sofrem com a dor (2014, p. 272).

Essas questões estão presentes em certos sites mais radicais de parto humanizado, como apontam Russo *et al.* (2019). Neles, a dor é vista como importante para organizar a experiência do parto. A dor poria a mulher em contato com seu corpo, tornando-se uma voz interna a guia-la durante o parto. Os hormônios liberados no momento do parto também contribuiriam para produzir uma sensação de êxtase, dando “garra” à mulher para ir até o fim. Neste sentido, o parto sem anestesia permitiria uma vivência intensa, transformadora e empoderadora para a mulher.

Nas narrativas que analiso aqui, ainda que de forma variada, a experiência com a anestesia tem uma dimensão não só corpórea como também subjetiva, relacionada ao controle de si, que, por sua vez é afetado pelas interações durante o parto. Em alguns depoimentos, ela diminui a dor e permite retomar a concentração da força que precisam fazer no momento final do parto. Em outros, é a anestesia que perturbaria o controle do corpo, como contou Camila, que conseguiu fazer força melhor sem analgesia. Por fim, mesmo na cesárea de Tatiana, a anestesia não elimina completamente a sensibilidade corporal. Portanto, retomando a referência ao dispositivo da sensibilidade proposto por Duarte (1999), está em questão aqui um sentido de si que é ao mesmo tempo fisiológico, emocional e cognitivo.

Além dessas dimensões, a vivência da anestesia é atravessada pela interação com os profissionais de saúde, não apenas os obstetras como também anestesistas e enfermeiras. A ausência de consulta sobre o seu uso entre as mais velhas pode sugerir uma visão dos médicos de que elas são “fracas” e não aguentam a dor,

como disse Ana, outra entrevistada. Os relatos detalhados das mais jovens mostram como em vários momentos tiveram que lidar com a opinião crítica dos profissionais sobre sua relação com a dor. A passividade sentida por Tatiana só se torna humilhante na medida em que o controle de si e do corpo são valorizados, exemplarmente demonstrados na narrativa de Camila. Há, portanto, nessas experiências a relação com julgamentos morais referidos às mulheres, vistas como mais emotivas (LUTZ, 1990) e com um corpo mais “natural”, menos controlável (MARTIN, 2006; ROHDEN, 2008).

Assim, as narrativas de parto variam não apenas entre as mulheres, como também entre suas gestações. Em comum, temos o relato de um eu cujo conhecimento corporal foi cumulativo e retrospectivo, partindo de sensações desconhecidas no primeiro parto. Está presente aqui a visão do corpo que contém uma lógica própria, particular a cada mulher e descoberta através de vivências ao longo do tempo. Ainda que esta corporalidade na gestação e parto não se apresente como dimensão aberta às interferências de outras pessoas ou seres, caso dos Munduruku estudados por Dias-Scopel (2015), a relação com o corpo é atravessada não apenas pelas interações com a equipe médica, pela presença ou ausência do marido e de doulas, como também por julgamentos morais. Assim, a experiência corporal e subjetiva do parto em um cenário medicalizado é múltipla e mediada pelas relações sociais e valores morais nos quais estão inseridas as mulheres estudadas.

Referências

- AKRICH, Madeleine; PASVEER, Bernice.
(2004). Embodiment and Disembodiment in Childbirth Narratives. *Body & Society*, v. 10, n.2-3, p. 63-84.
<https://doi.org/10.1177/1357034X04042935>.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de.
(1987). *Maternidade: um destino inevitável?* Rio de Janeiro: Editora Campus.
- BOURKE, Joanna.
(2014). *A Story of pain: from prayer to painkillers*. Oxford, Oxford University Press.
- BRUNER, Edward.
(1986). Experience and its Expressions. In: TURNER, Victor W.; BRUNER, Edward M. (orgs.). *The Anthropology of Experience*. Chicago, University of Chicago Press, p. 3-30.
- CARNEIRO, Rosamaria Giatti.
(2015a). *Cenas de parto e políticas do corpo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- (2015b). “Para chegar ao Bojador, é preciso ir além da dor”: sofrimento no parto e suas potencialidades. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v.20, p. 91-112.
<http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2015.20.08.a>.
- CARTER, Shannon K.
(2010). Beyond control: body and self in women’s childbearing narratives. *Sociology of Health & Illness*, v. 32, n. 7, p.993-1009. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9566.2010.01261.x>

- CHADWICK, Rachele Joy; FOSTER, Don.
(2014). Negotiating risky bodies: childbirth and constructions of risk. *Health, Risk & Society*, v. 16, n.1, p. 68-83.
<https://doi.org/10.1080/13698575.2013.863852>.
- CHAZAN, Lilian K.
(2007). “Meio quilo de gente”: um estudo antropológico sobre ultrassom obstétrico. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- CSORDAS, Thomas.
(2008). *Corpo/significado/cura*. Porto Alegre, Editora UFRGS.
- DAVIS-FLOYD, Robbie.
(1993). The Technocratic Model of Birth. In: HOLLIS, Susan Tower; PERSHING, Linda; YOUNG, Jane M. (orgs). *Feminist Theory in the Study of Folklore*. Urbana, University of Illinois Press, p. 297-326.
- DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva.
(2015). *A Cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto*: práticas de autoatenção e processo de medicalização entre os índios Munduruku. Brasília, Paralelo 15.
- DINIZ, Simone.
(2005). Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.10, n. 3, p. 627-637.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000300019>.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias.
(1999). O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 21-30.
- HALBWACHS, Maurice.
(1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- KATZ, Jack.
(2013). Massacre Justo. In: COELHO, Maria Claudia (org.). *Estudos sobre Interação*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- LE BRETON, David.
(2013). *Antropologia da Dor*. São Paulo: Ed. UNIFESP.
- LUPTON, Deborah.
(1999). Risk and the Ontology of Pregnant Embodiment. In: LUPTON, Deborah (org.). *Risk and Social Cultural Theory: New Directions and Perspectives*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 59-85.
- LUPTON, Deborah; SCHMIED, Virginia.
(2013). Splitting bodies/selves: women’s concepts of embodiment at the moment of birth. *Sociology of Health & Illness*, v. 35, n. 6, p. 828-841.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9566.2012.01532.x>.
- LUTZ, Catherine.
(1990). Engendered emotion: gender, power, and the rhetoric of emotional control in American discourse. In: LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (orgs.) *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 69-91.
- MARTIN, Emily.
(2006). *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond.
- MCCALLUM, Cecilia; REIS, Ana Paula dos.
(2008). ‘Users’ and providers’ perspectives on technological procedures for ‘normal’ childbirth in a public maternity hospital in Salvador, Brazil. *Salud Pública de Mexico*, v. 50, n.1, p. 40-48.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0036-36342008000100010>,
- MOL, Annemarie.
(2002). *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham e Londres, Duke University Press.
- NAKANO, Andreza Rodrigues; BONAN, Claudia; TEIXEIRA, Luiz Antônio.
(2017). O trabalho de parto do obstetra: estilo de pensamento e normalização do “parto cesáreo” entre obstetras. *Physis*, v. 27, n. 3, p. 415-432. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000300415&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 abr. 2020.

PULHEZ, Mariana Marques.

(2013). "Parem a violência obstétrica": a construção das noções de 'violência' e 'vítima' nas experiências de parto. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 35, p. 544-564. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/PulhezArt%20Cupy.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2019.

RABELO, Miriam *et al.*

(1999). *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

REZENDE, Claudia Barcellos.

(2011). The experience of pregnancy: subjectivity and social relations. *Vibrant*, v.8, n.2, p.529 - 549, <https://doi.org/10.1590/S1809-43412011000200026>.

REZENDE, Claudia Barcellos.

(2019). A dor do parto: emoção, corpo e maternidade no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico* [Online], II/2019: 261-280. Disponível em <http://journals.openedition.org/aa/4019>; DOI: 10.4000/aa.4019. Acesso em: 12 fev. 2020.

REZENDE, Claudia Barcellos.

(2020). Sentidos da maternidade em narrativas de parto no Rio de Janeiro. *Sociologia & Antropologia*, v. 10, n. 1, p. 201-220. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752020000100201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2020.

RIESSMAN, Catherine Kohler.

(1993). *Narrative Analysis*. Londres: Sage Publications.

ROHDEN, Fabíola.

(2008). O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.15, supl., p.133-152. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500007>.

RUSSO, Jane *et al.*

(2019). Escalando vulcões: a releitura da dor no parto humanizado. *Mana*, v. 25, n. 2, p. 519-550. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132019000200519&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2019.

SALEM, Tania.

(2007). *O Casal Grávido: Disposições e Dilemas da Parceria Igualitária*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

SILVA, Fernanda *et al.*

(2019). "Parto ideal": medicalização e construção de uma roteirização da assistência ao parto hospitalar no Brasil em meados do século XX. *Saúde e sociedade*, v. 28, n. 3, p. 171-184. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000300171&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 abr. 2020.

TORNQUIST, Carmem Susana.

(2002). Armadilhas da Nova Era: Natureza e Maternidade no Ideário da Humanização do Parto. *Revista Estudos Feministas*, v.10, n.2, p.483-492. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200016>.

Recebido em

maio de 2020

Aprovado em

julho de 2020

A construção das identidades das meninas de Kolda- Senegal: expectativas e representações sobre a escola e trajetórias de vida

Silvana Bezerra de Castro Magalhães ¹

Resumo

O presente trabalho foi construído a partir da experiência em viagens de ações humanitárias à região de Kolda, sul do Senegal. Em janeiro de 2019, foi realizada uma abordagem de pesquisa qualitativa sobre como as meninas de uma das aldeias locais representavam e percebiam a escolarização formal na construção das suas identidades. Foram entrevistadas onze meninas da etnia peul. A etnia foi escolhida por compor grande parte da população da região e por apresentar questões controversas com relação às crianças: altos índices de mutilação genital feminina e casamento precoce. Partiu-se do referencial da Sociologia da Infância, articulando a reflexão da infância como construção social. Concluiu-se, a partir das construções das narrativas das meninas, que percebiam com clareza sua própria condição social e feminina, possuíam expectativas de futuro diferentes das impostas e não aceitavam de forma passiva o seu entorno cultural.

Palavras-chave

Educação de meninas. Sociologia da Infância. Senegal.

Abstract

The present paper was built from humanitarian mission experiences in the Kolda region of Senegal. In January 2019, a qualitative research approach was conducted on how girls from one of the villages in the region represented and understood formal schooling in the construction of their identities. Eleven girls from the Peul ethnic group were interviewed. This ethnicity was chosen for composing a big part of the region's population and for showing controversial issues regarding children: high rates of female genital mutilation and early marriage. The starting point was the Sociology of Childhood (Sarmiento, 2003, 2005; Montandon, 2005; Sirota, 2001), which collaborated in the constitution of the reflection of childhood as a social construction. Other references to think about the theme as Freire (1997, 2001, 2010) and Mbembe (2018) were also used. It can be concluded, from the construction of narrative of girls, the clearness in which that they perceive their own social and feminine conditions, they had different expectations of the future from the ones imposed and didn't passively accept their cultural traditions.

¹ Mestre e doutora em Educação e professora da Licenciatura em Física no CEFET/RJ. E-mail: silvanaped@hotmail.com.

Keywords

Education of girls. Sociology of Childhood. Senegal.

Introdução: quando a pesquisa e a vida se encontram

Dezembro de 2015. A longa viagem entre Dacar e Kolda, no extremo sul do Senegal, não foi apenas uma viagem de carro qualquer. A chegada ao país africano do Sahel trouxe consigo uma mistura de experiências e emoções que não podem ser descritas apenas em linguagem acadêmica. A poeira das estradas esburacadas, os inúmeros baobás centenários e as casas de sapê foram o cenário de um processo interno de experiências com um mundo novo, com cheiros, cores e impressões. E de todas elas, as experiências vistas e vividas com as meninas e mulheres foram as mais viscerais e marcantes. O olhar profundo das meninas e mulheres de Kolda, com os rostos sérios, a postura altiva, as tantas histórias de vida de uma alteridade-semelhante...

A primeira linguagem pela qual trabalhei essas vivências, ao voltar para o Brasil, foi pela arte. Pinteí muitas telas com os rostos das meninas e mulheres que me povoavam. Mais de cinquenta, que resultaram numa exposição artística em 2016 denominada “Cores da África” - Silvana Bezerra Magalhães- Nova Friburgo- RJ.

As duas primeiras viagens à região de Kolda (2015 e 2017) foram momentos em que todo o entorno da cultura, paisagem, histórias das pessoas e tradições daquele local me tocavam, afetavam e me ameaçavam. Ameaçavam minhas zonas de conforto e meu pretenso conhecimento sobre o mundo, na vivência de um mundo que eu só havia ouvido falar. Como sujeito da experiência, na perspectiva descrita por Bondía (2002), me permiti ser alcançada e, algumas vezes, “derrubada” por uma realidade que passou a ser próxima de mim, numa etnografia do sentir. Conforme Favret-Saada (1990) nos alerta ao falar de sua experiência, aceitar ser afetado implica assumir riscos de perceber seu projeto de conhecimento se esfacelando e se desfazendo. Mas em meio a esse desafio de se aceitar como “afetado” é possível também se (re)construir num outro projeto de conhecimento.

As meninas de Kolda tinham e têm nomes e histórias: as Fatous, Fatamatas e Awas eram, e são, pessoas de carne e osso com as quais eu compartilhava a comida e as trajetórias, e não simples objetos de pesquisa. Nas meninas de lá eu encontrava as meninas das tantas comunidades do Brasil onde trabalhei e pesquisei, em tantos lugares também africanizados, no sentido de invisibilizados.

(MBEMBE, 2018).

A vivência da experiência com o outro é também sempre essa experiência passional (BONDÍA, 2002). Ver e ouvir os relatos de casamentos precoces, abusos, mutilação genital, bem como as resistências, forças de sobrevivência e histórias de lutas, me tornaram – numa dimensão infinitamente menor do que a delas, que vivem no corpo e na alma essas dores e alegrias – coparticipante do padecimento e da vida das meninas e mulheres de Kolda.

De 2015 a 2019 realizamos em equipe três viagens humanitárias voluntárias do Brasil à Kolda-Senegal, organizadas pela parceria das ONGs Missão Peixes/SudAction Humanitaire/Retalhos de Esperança, por períodos de quinze a vinte e dois dias. As missões consistiram em diferentes frentes de ações voltadas, principalmente, para as crianças da região: oficinas de arte-educação, reforma do Centro Social, entrega de material escolar e outras doações em aldeias e escolas da região. As duas viagens e o seu interstício foram o tempo de uma “passividade-ativa”, necessário para a elaboração de toda essa experiência vivenciada nas aldeias e no contato com as pessoas, que foi posteriormente se transformando em arte e em investigação e pesquisa. Apenas na última viagem, em janeiro de 2019, decidi realizar uma primeira etapa da pesquisa aqui descrita, instigada pelos desafios educacionais do contexto e pelos relatos e vivências das dificuldades das meninas em estudarem e continuarem suas trajetórias na educação formal.

1. Sobre missões e pesquisa na “África”

Ao discutirmos sobre pesquisas referente ao tema: crianças africanas, crianças senegalesas, crianças/meninas de Kolda, precisamos desvelar, mesmo que brevemente, o que representamos quando falamos de crianças e pessoas desse continente, especialmente da denominada “África negra”. Não concordamos com o paradigma de missões humanitárias que se veem como protagonistas da “Salvação e Redenção do Outro”, como forma de colonização dos saberes. Essas concepções de “missão civilizadora” minam as tentativas de solidariedade e construção COM o outro (MBEMBE, 2018).

A partir das discussões de Mbembe (2018) sobre a construção do conceito do negro e de raça como fator de exclusão, podemos dizer que a criança africana negra é aquela que se vê quando nada se vê ou quando nada se quer compreender. “Raça como uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica na base da construção do velho mito de superação racial.” (Ibidem, p. 28).

Em todo o processo histórico de colonização e imperialismo, os homens, mulheres e crianças originários da África foram transformados em “homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda.” (Ibidem, p.14). Quando se olha para a criança a partir desse contexto, muitos estereótipos ainda saltam: a criança-objeto, a criança-miséria, a criança-fome, todos no mesmo limbo acinzentado, sem identidades próprias ou folcloricamente coloridos e dançantes, mas ainda assim produzidos em escala. Como no videoclipe da música *The Wall*, só vemos a massa informe e padronizada que passa pela construção ideológica e midiática dessa África esvaziada de conteúdo próprio.

Essa “África” que serve de pano de fundo a essas concepções sobre a infância é como um membro amputado, prostrado na idolatria, esperando sempre pela redenção que só sairá para o mundo por algum processo salvífico vindo do exterior, esperando o brinquedo e a caridade ocidental. Nunca encontrando saídas ou projetos por sua própria identidade e poder. (Ibidem).

A raça branca seria a única a possuir a vontade e a capacidade de construir um percurso histórico. A raça negra, especificamente, não teria nem vida, nem vontade, nem energias próprias...Não seria nada além de uma massa inerte, à espera de ser trabalhada pelas mãos de uma raça superior. (Ibidem, p.85).

Resgatar, ouvir, estar junto, aprender com as meninas de Kolda e com a polifonia das suas vozes foi uma tentativa de romper com as práticas e ações consolidadas e colonizadas sobre a criança do continente africano ou de qualquer parte do mundo.

1.1. Contextualizando Kolda e o Senegal

Para não incorrermos no risco de narrarmos uma “África” como um continente único e unidimensional, faz-se importante, mesmo que brevemente, situarmos o contexto a partir do qual realizamos a investigação.

O Senegal é um importante país do Oeste da África, composto por cerca de vinte grupos étnicos com línguas e culturas milenares (Wolof, Lebou, Peuhl/Peul, Diola, Mandingo, Bambara, Soninké e outros).

A região de Kolda situa-se na fronteira com a Guiné-Bissau e apresenta os piores índices sociais do país. O índice de pobreza na região de Kolda é de 76,6%, contra uma média nacional de 46,7%, uma taxa de urbanização de apenas 27%, e um índice de fecundidade de 6,2 filhos por mulher, um dos mais altos do país. A taxa de mortalidade juvenil na região de Kolda é estimada em 4,5% e

infanto-juvenil 10,5% , enquanto são 2,8% e 4,8% em nível nacional (dados retirados do ANSD-SENEGAL, 2019 e adaptados para porcentagem para melhor entendimento).

A expectativa de vida de homens e mulheres não ultrapassa os 56 anos de idade. A região também faz parte da chamada “Rota dos Talibès” vindos da Guiné Bissau. A maior parte dos talibès do Senegal são provenientes dessa região. Talibès ou garibus (como são denominados em Burkina e Guiné) são meninos transformados em “crianças de rua”, utilizadas para mendicância pelo sistema religioso e, em alguns casos, utilizadas como uma forma de escravidão moderna. Os índices de AIDS/SIDA e de mortalidade materna também são os maiores do país (ANSD-SENEGAL, 2019). A realidade da região de Kolda está bem abaixo dos dados nacionais de escolarização, com 41,9% das meninas tendo acesso à escolarização formal, sendo que a permanência das meninas na escola é um desafio ainda maior. (ANGERS-SALL, 2009).

Inúmeros fatores complexos acentuam as dificuldades de acesso e permanência na escola pelas crianças em geral, e serão aqui apenas brevemente explicitados. Na região de Kolda, 75% das escolas não possuem acesso à água potável e 52% não possuem banheiros. Classes superlotadas e multisseriadas, grandes distâncias entre escolas e residências e as péssimas condições físicas de muitas escolas são outros problemas que se somam ao quadro. Além disso, todas as escolas, mesmo públicas, são pagas com alguma forma de taxa, o que dificulta mais ainda o acesso (Ibidem, 2009). Todas as escolas que já visitamos, em anos diferentes, apresentavam esses problemas, associados à falta de professores e deficiência na sua formação. As escolas não disponibilizam nenhuma forma de alimentação e muitas crianças faltam ou passam mal nas aulas pela carência alimentar, segundo depoimentos que colhemos desses professores.

2. Referenciais teóricos

Nessa busca por olhares descolonizantes, a Sociologia da Infância e o pensamento Freireano (1997, 2001, 2010) nos mostraram possibilidades de procura do olhar das crianças como sujeitos e protagonistas.

As discussões da Sociologia da Infância (CORSARO, 2011; SARMENTO, 2003, 2005; QVORTRUP *et al.*, 1994; SIROTA, 2001) nos ajudaram a pensar e a olhar sob novos paradigmas para a criança e nossas ações com ela, revendo nossas representações sobre o seu lugar, vendo a infância como um período socialmente construído e uma forma estrutural. Corsaro (2011, p.15) afirma que “as crianças são agentes sociais, ativos e criativos, que produzem suas próprias e exclusivas

culturas infantis, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas.”

Como ressalta Montandon:

Não seria interessante conhecer seu ponto de vista, no que diz respeito às práticas de socialização que lhes são destinadas? Independentemente de seu interesse, os trabalhos evocados aqui não nos dizem muita coisa a respeito de uma questão essencial: como a própria criança vive tudo isso, quais são seus próprios sentimentos, ideias e ações quando dos diversos processos educativos de que é objeto? (2005, p. 494).

A desconstrução de nossos olhares, transcendendo as teorias tradicionais, nos auxilia e abre janelas novas para a construção de práticas desafiadoras que nos tiram do centro e revertem nossa lógica “adultocêntrica” nas relações institucionais e cotidianas com a criança. Como bem explicita Sarmento, nosso grande desafio:

(...) é interrogar o modo como constructos teóricos como “geração” e “alteridade” se constituem como portas de entrada para o desvelamento dos jardins ocultos em que as crianças foram encerradas pelas teorias tradicionais sobre a infância e de como esse conhecimento se pode instituir em novos modos de construção de uma reflexividade sobre a condição de existência e os trajectos de vida na actual situação da modernidade. (2005, p.363).

Quanto às contribuições do pensamento de Paulo Freire (1997) para o trabalho de pesquisa, o ponto de partida seria uma epistemologia crítico-dialética, ancorada na prática cotidiana, frisando a necessidade da compreensão do mundo pela compreensão do povo. O respeito ao “saber de experiência feito” é condição *sine qua non* para uma pesquisa que queira olhar junto com a criança, considerando-a produtora criativa de cultura e do mundo.

O respeito à criança e essa construção através da dialogicidade são elementos extremamente pertinentes para a discussão aqui iniciada, a relação da pesquisa com crianças sendo, acima de tudo, uma relação dialógica. Tudo isso sem deixar de lado a politicidade que nos leva a olhar para as crianças como sujeitos ativos nesse processo mais amplo e como seres sociais.

Freire nos propõe o diálogo como um profundo amor ao mundo e ao ser humano, e, podemos acrescentar, um profundo respeito pela criança como sujeito que possui uma fala a ser enunciada, respeitada, ouvida e acolhida na sua relevância. As relações de opressão entre oprimidos-opressores devendo ser

desveladas (FREIRE, 2001), podendo ser feitas relações com as lógicas opressoras adultocêntricas.

Para Freire (2010) os processos educativos devem permitir ao homem se construir como sujeito, como pessoa que transforma o mundo nas suas relações de reciprocidade, fazendo a cultura e a história. Na sua concepção, crianças também participam dessa construção, apesar de ainda serem vistas pela sociedade apenas como receptáculos passivos das ações do mundo e dos adultos sobre elas.

Num contexto como o atual, marcado pelo desrespeito ao outro e a fala de grupos minoritários, falar de relação educativa baseada em afetividade a partir do referencial freireano na escuta dos setores “pequenos” da sociedade, onde são enquadradas as crianças, seria uma opção afetivo-existencial revolucionária de transformação e de politização.

Para Paulo Freire (2001, p. 81) “não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer, de criar e recriar”. Fé na capacidade da criança de “ser-mais”, como na de todos os homens e mulheres, sujeitos do processo da vida.

3. Nossas questões iniciais de investigação

O presente trabalho pretendeu organizar uma escuta ativa com um grupo de meninas de uma escola de Zona Rural de Kolda-Senegal sobre as representações que teriam sobre a escola e suas trajetórias educacionais. Num contexto em que apenas a minoria das meninas consegue atingir patamares mais altos de escolaridade, perguntávamos: o que as meninas pensam sobre isso?

A etnia peul, da qual a maioria das meninas faz parte, apresenta diversas resistências dentro de um sistema patriarcal que dificulta o acesso e permanência das meninas na escola, pois seria uma forma de atrapalhar os processos culturais já estabelecidos e os papéis sociais e sexuais da mulher como dona de casa e procriadora.

Nossos objetivos se davam em torno das seguintes questões: investigar como as meninas se percebiam nesse contexto; como percebiam a escola e o acesso à educação na construção de suas identidades e perspectivas de futuro?; até que ponto introjetavam as estruturas tradicionais ou se rebelam contra elas numa sociedade tão tradicional e fechada?

4. Metodologia

Essa pesquisa é um estudo do tipo qualitativo, realizado em janeiro de 2019 com meninas, numa escola de uma aldeia de Sinthiang Moussa, região de Sare Hamidou, zona rural de Kolda-Senegal. A investigação teve o aporte do campo de estudos que abarcam a Sociologia da Infância, os Estudos da Criança e o referencial freireano, por considerarem o ser humano e as crianças como sujeitos críticos, atores sociais e produtores de cultura, valorizando seus discursos e vozes. Partimos, nas nossas escolhas metodológicas, do pressuposto de que as crianças têm o direito de dizer a sua palavra a partir do seu “saber de experiência feito”. (FREIRE, 1997).

A escola atende aproximadamente 200 crianças do Ciclo Fundamental (L'école élémentaire – 05 a 13 anos). A Aldeia de Sinthiang Moussa se localiza na zona rural de Kolda, a 15 quilômetros do centro urbano. Não possui nenhuma forma de transporte público ou estabelecimentos comerciais, sendo essencialmente rural. Não há eletricidade ou sistema de água e esgoto, nem na aldeia, nem na escola. A quase totalidade das crianças que frequenta a escola é da etnia *peul*, ou *foula/fulani*. A escolha dessa escola se deu pelo fato de já conhecermos a comunidade em viagens anteriores e também por serem compostos majoritariamente da etnia *peul*, que nos despertava a atenção pelas especificidades percebidas com relação às crianças e à infância. Os índices de mutilação genital feminina, o casamento precoce e os meninos talibés encontram nessa etnia seus maiores índices. (KANDALA; KOMBA, 2015).

Utilizamos como instrumento de coleta de dados o grupo focal (*focus group*) com onze meninas de uma mesma turma do último ano escolar, com idades de 11 a 14 anos. Escolhemos também o grupo focal por ser mais próximo das práticas coletivas tão presentes naquela sociedade.

Com relação à utilização do grupo focal concordamos que:

...permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar. (GATTI, 2005, p. 9).

Os grupos focais ainda favorecem:

...processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações e fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o

conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de ideias partilhadas por pessoas no dia-a-dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros. (GATTI, 2005, p. 11).

Buscamos na pesquisa nos pautar em alguns importantes patamares de participação das crianças na investigação, sendo eles: patamar de parceria, mobilização e protagonismo, mesmo que de forma limitada pelo contexto, como explicamos a seguir. (SOARES; SARMENTO; TOMAZ, 2005).

A professora responsável pela turma e a direção da escola foram consultados anteriormente sobre a possibilidade do trabalho de pesquisa e fomos muito bem recebidos e aceitos.

Já na escola conversamos com todas as crianças, explicando de forma acessível o que faríamos e pedimos que aquelas que desejassem participar se expressassem. Como todos queriam participar, a professora explicou que seriam apenas as meninas e separou as mais velhas.

Causou estranhamento e curiosidade em toda comunidade escolar o nosso interesse em conversar apenas com as meninas. Sempre que visitamos qualquer escola no país, há muita pompa e somos recebidos como autoridades, colocados em um local de honra, e é feita uma apresentação formal da direção, chefes da aldeia, autoridades religiosas e crianças. Mas algumas vezes, em visitas a outras escolas, quando perguntávamos onde estavam as meninas, elas eram trazidas ao espaço público de participação só após nosso pedido, pois estavam dentro de uma sala de aula, isoladas. Durante o trabalho de entrevistas e grupo focal, constantemente alguns meninos curiosos apareciam para olhar o que estaria acontecendo naquela situação tão inusitada das meninas como protagonistas.

As meninas foram levadas a uma sala de aula separada. Sala extremamente precária, coberta de palhas, como vemos em todas as escolas da região que visitamos. A professora nos acompanhou para ajudar na mediação. A questão dos diferentes dialetos foi mediada pela professora e uma aluna que falava o dialeto peul, enquanto nos comunicávamos em francês. É muito natural e prática cotidiana para elas o convívio com vários idiomas num mesmo ambiente. A maioria das crianças, quando entra na escola, não domina o francês, que é a língua oficial na escolarização, e algumas não falam também o wolof, que é o dialeto mais falado e utilizado em muitas escolas.

Nosso roteiro para o grupo focal era de temas em torno dos seguintes eixos:

- 1- A importância ou não da escola e da educação para as meninas.
- 2- As dificuldades ou não de acesso à escola e educação no ponto de vista das meninas.
- 3- As diferenças percebidas ou não do acesso de meninas e meninos à escola.
- 4- O acesso das mães das meninas à escolarização formal.
- 5- As suas perspectivas e expectativas de futuro.

As falas foram anotadas e gravadas para serem analisadas posteriormente. Tínhamos o auxílio de um estagiário que anotava as falas. Em alguns momentos, quando abordamos questões mais delicadas ligadas ao universo feminino, achamos melhor ele se ausentar do espaço para evitar constrangimentos com uma figura masculina presente. Foram usadas iniciais no lugar dos nomes das meninas.

5. Análise dos resultados: representações e falas das meninas sobre a educação e escolarização

A partir dos eixos utilizados para o grupo focal, as seguintes questões foram discutidas:

- Quem está mais interessado em estudar, ter acesso à educação: meninos ou meninas?

Segundo elas, as meninas estão mais interessadas em educação e na escola. Os meninos só se importam em jogar futebol, sair com seus amigos e fazer outras atividades que não são relacionadas à escola. Eles também mencionaram que os garotos costumavam dizer que não se importavam, nem gostavam de ir à escola. As meninas disseram que gostavam de ir à escola.

Ressaltaram que as meninas têm que ajudar suas mães cozinhando, limpando a casa, cuidando dos irmãos enquanto os meninos jogam futebol e, às vezes, ajudam o pai.

- Vocês gostam de vir à escola? Por quê?

A. uma garota de 12 anos respondeu: - "Nós gostamos de ir para a escola porque queremos tornar nossas vidas felizes no futuro."

F. (12 anos de idade) respondeu: - "Porque há coisas que só podemos conhecer quando vamos à escola."

- O que o aprender significa para vocês?

M. responde que estudar, obter conhecimento, é aprender o Alcorão. Ela é imediatamente questionada por A., que diz que estudar não é só para aprender

textos religiosos, mas coisas que eles precisam para entender melhor a vida.

- Quais os principais problemas que vocês encontram na escola?

Todas as meninas se referiram a problemas físicos e estruturais da escola. Citaram problemas do prédio e estrutura física, falta de lápis, canetas, cadernos, lousas individuais e livros.

A professora mencionou que a cada cinco ou seis anos, fortes tempestades destroem toda a escola, e a comunidade é forçada a reconstruir a estrutura.

- Suas mães frequentaram a escola?

Apenas uma das meninas disse que sua mãe foi para a escola. A maioria não frequentou a escola, segundo elas, por terem se casado muito cedo.

- Quais as relações entre casamento precoce e o acesso à escola?

Algumas meninas responderam que atrapalha muito e que deveriam se casar mais tarde. Questionamos o que seria mais tarde e elas concordaram que com dezoito anos seria uma boa idade. A. é a única que menciona que 25 anos seria uma idade mais adequada. As meninas também discutiram que se casar em uma idade muito jovem seria muito ruim para elas, porque as privaria do acesso à educação.

- A menstruação interfere na educação das meninas?

Responderam que, quando as meninas estão menstruadas, elas não saem de casa. Elas têm vergonha de deixar suas casas e interagir com o resto da sociedade/comunidade. Citaram casos em que as meninas menstruaram por duas semanas a um mês e devido às muitas faltas perderam o ano letivo.

- Qual é a diferença entre garotas que vão à escola e as garotas que não frequentam à escola?

O comportamento é muito diferente. As meninas que frequentam a escola respeitam mais as pessoas do que as que não frequentam a escola. As meninas que não vão à escola estão mais interessadas em coisas ruins, como sexo, drogas e outras situações.

As meninas que vão à escola são mais capazes de refletir as coisas; elas têm uma perspectiva mais crítica sobre a vida – resposta de A.

Ir à escola impede que as meninas se casem em uma idade jovem e evita que as meninas tenham experiências sexuais em idades inadequadas.

- Quais sonhos; expectativas de futuro vocês têm para suas vidas e como acham que serão capazes de realizar tais sonhos?

Dez meninas citaram as profissões que gostariam de escolher quando questionadas sobre o futuro, exceto M. que não soube responder. As profissões listadas foram: professora (3), prefeita ou política (3), diretora de escola (1), médica (1), militar (1), presidente (1).

- Perguntamos como elas achavam que poderiam realizar tais sonhos. A. responde dizendo que a única maneira de alcançar esses sonhos seria aprendendo.

- Perguntamos o que elas diriam para uma garota que não quisesse ir à escola.

A. responde: “eu diria a elas que precisam ir à escola. É a coisa mais importante que ela pode fazer por si mesma.”

Uma das garotas (identificada como A.) falava todos os dialetos da sala. Ela também era fluente em francês. Por causa disso, ela traduziu as perguntas para as outras meninas. A. era a única menina da etnia Wolof e já havia morado na zona urbana. Era visível seu papel de liderança e influência sobre as outras meninas, muitas vezes respondia e as outras apenas concordavam.

Como a questão da Mutilação Genital Feminina (MGF) não apareceu nas falas, preferimos não abordar o assunto, por ser algo muito delicado na cultura. A professora nos deu um depoimento posteriormente, confirmando a prática generalizada no contexto da escola e da região, atingindo várias etnias. Em contatos com ONGs que realizam pesquisas na região, ouvimos diversos depoimentos sobre os processos de ocultação da prática após as leis de proibição no país e o aumento da prática em idades cada vez mais jovens, principalmente em bebês, além de práticas mais radicais influenciadas por ideias religiosas mais tradicionais (infibulação², ou MGF tipo 3). Esses dados, entre outros, obtivemos em entrevista com profissionais senegaleses da ONG internacional Umbrella Support Unit na base em Kolda.

A professora da turma iniciou no ano de 2018 o seu trabalho na escola. Em vinte anos de existência da escola é a primeira professora do sexo feminino. A sua figura parece ter um grande impacto nas representações e construções sobre o feminino das alunas. É a primeira mulher com uma profissão com quem convivem. Percebemos que muitas meninas querem ser professoras e diretoras e, quando falavam de suas escolhas, olhavam em direção à professora.

Nas falas das alunas destacou-se a clareza que possuíam sobre os reais problemas que dificultam o acesso e permanência de meninas na escola. O

² Infibulação é o tipo mais radical e doloroso de MGF (Mutilação Genital Feminina), também identificado como MGF tipo 3. É utilizado em algumas culturas mais conservadoras e refere-se a práticas de corte dos órgãos genitais femininos externos e sua costura, deixando apenas uma pequena abertura. A prática causa inúmeras complicações tanto na infância quanto na posterior vida sexual e reprodutiva da mulher. As outras formas de MGF além da infibulação são:

- Tipo 1: remoção do clitóris parcial ou total

- Tipo 2: excisão total ou parcial do clitóris e pequenos lábios (ONTIVEROS, E. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47136842>)

casamento precoce é um dos fatores que afasta as meninas da escola, e foi o primeiro tema que elas levantaram, quando questionadas. A Sociologia da Infância nos ajuda a perceber esses elementos de força e resiliência: elas sabem e têm o que dizer sobre si. Como é necessário entendermos as:

... crianças como cidadãs, pessoas que produzem cultura e são nela produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem. Esse modo de ver as crianças pode ensinar não só a entendê-las, mas também a ver o mundo a partir do ponto de vista da infância. Pode nos ajudar a aprender com elas. (KRAMER, 2005, p. 5)

Desde o nascimento, são educadas para serem boas esposas e mães, de forma mais acentuada nas regiões rurais. Na fala das meninas apareceu essa discussão entre os papéis sociais e a importância da educação como uma das únicas formas de romper com essa estrutura. Segundo pesquisa realizada na região de Kolda em 2009 (ANGERS-SALL, 2009), muitos pais da região rural consideravam que suas filhas não precisavam ir à escola, porque a natureza da mulher seria casar e ter filhos, sendo que muitas se casam na idade de doze ou treze anos.

O casamento tardio preocupa muito os pais, pois aumentaria o risco de relações sexuais fora do casamento e gravidez, e seria algo desonroso. A escola, para alguns, seria um elemento perturbador da ordem social tradicional. Soma-se a isso a questão do dote, que anteriormente era algo simbólico, mas atualmente é uma fonte importante de recursos das famílias e condicionado à virgindade das meninas. Desde a mais tenra infância a divisão sexual do trabalho é interiorizada, a menina se reconhece como dona de casa e o menino como suporte para a manutenção financeira ou trabalho. (ANGERS-SALL, 2009).

As meninas, na cultura familiar tradicional, encontram-se num dos últimos patamares de relevância social. O pai estaria em primeiro lugar, seguido pelos filhos, mãe (ou mães) e em última escala, as filhas. (Ibidem, 2009).

Na sociedade tradicional senegalesa, e até hoje, as mulheres desempenham um papel econômico e social específico. Em suma, a educação das mulheres coloca mais ênfase na modéstia, fragilidade e delicadeza, que são designadas como as principais qualidades dignas de uma mulher. Sua educação as prepara mais para o casamento, para submissão ao futuro marido, de quem elas devem esperar proteção, fortuna e felicidade. As meninas expressam essa divisão e a necessidade de o esforço ser muito maior por parte delas para o acesso e permanência na escola, trazendo também as questões femininas como menstruação, que ainda são tabus e elementos discriminatórios para as mulheres em algumas sociedades.

Se não conhecêssemos nada da realidade social das meninas em Kolda, a fala delas seria, por si só, uma aula das questões sociais e de gênero mais importantes que as atingem. Trouxeram à tona, com clareza e olhar crítico, as questões de gênero, diferenças de funções na divisão sexual do trabalho entre meninas e meninos, dificuldades e problemas no acesso e na permanência na escola. “É tudo o que temos”, como disse uma das meninas sobre a importância da educação, “precisamos nos agarrar a essa oportunidade”.

Algumas questões que nos foram colocadas e pretendemos explorar na continuidade da pesquisa dizem respeito a quanto são ouvidas nesse processo de escolher se vão ou não permanecer na escola, qual autonomia real possuem para escolher seus destinos?

6. Considerações finais

Temos hoje muito mais questões e problematizações do que respostas sobre a realidade da infância e das meninas de Kolda. Todo o processo foi marcado por um profundo respeito pelas suas humanidades e cultura, com os riscos de termos sido às vezes parciais e etnocêntricos, apesar da busca constante e a tentativa de fugirmos de armadilhas colonizantes da cultura e das falas do outro.

Desse primeiro contato sistemático pudemos perceber que refletem criticamente sobre seu contexto suas problemáticas e forças. Têm clareza do papel da educação para suas conquistas de gênero e a afirmação de igualdade.

Talvez nos surpreendamos com isso porque ainda estamos presos a olhar a partir da negatividade e estamos aprendendo, a partir do novo olhar que os Estudos da Criança nos trazem, a sentar e ouvir a criança, com respeito àquilo que elas têm a dizer e a polifonia de suas vozes. O simples processo de escuta na pesquisa já se mostrou forma de transcender a postura adultocêntrica e preconceituosa e colocou as meninas num lugar diferente de dignidade, ou melhor, elas foram se colocando nesse lugar, tendo espaço para dizer quem eram e o que refletiam sobre seu mundo e sua identidade de menina naquele contexto. Provavelmente o fizeram pela primeira vez de forma pública.

Na busca por esse “ser mais”, como a vocação ontológica dos seres humanos (FREIRE, 1997, 2010), ou seja, como seres inacabados que somos nós, precisamos viver a busca incessante do aprimoramento individual necessário ao convívio coletivo. O “ser mais” é a prática da valorização do indivíduo como criança, como ser humano. É a procura pela liberdade, que é uma conquista e não uma doação, exigindo sempre uma busca permanente, que existe no ato responsável de quem a faz. O “ser mais” significa, também, ter a consciência de que a criatura humana

é um ser ainda inconcluso e consciente dessa sua própria inconclusão. (LIMA; GERMANO, 2013).

À guisa de conclusões e a partir de uma busca por formas de ler o mundo com as crianças/meninas, somos inspirados a repensar nosso olhar adultocêntrico e colonizado.

As rodas de Ataya, o chá servido generosamente nos quintais do Senegal, as crianças que partilham um mesmo par de chinelo, num rodízio para que cada uma só tenha um pé descalço, nos deslocam para olhar com outras lógicas os estereótipos que carregávamos sobre ser criança/menina numa aldeia de Kolda.

Ao mesmo tempo não queremos negar as desigualdades e problemas sociais complexos presentes nessa realidade, mas, como cidadãos do mundo, lutarmos – no campo acadêmico e das causas sociais e humanitárias – pela construção de uma política do semelhante, desse outro que é o diferente e o semelhante juntos (MBEMBE, 2018). E nessa construção, as crianças senegalesas, as meninas de Kolda, têm ainda muito a nos dizer.

Mas para chegar a esse mundo a cuja mesa todos são convidados a sentar, ainda é preciso se ater a uma rigorosa crítica política e ética do racismo e das ideologias da diferença. A celebração da alteridade só tem sentido se ela abrir para a questão crucial do nosso tempo, a questão da partilha, do comum e da abertura à exterioridade. A construção de um futuro indissociável de uma certa ideia de justiça, da dignidade e do *em comum*, eis o caminho. (Ibidem, p.306).

Referências

- ANGERS-SALL, S.
(2009). La scolarisation à l'échelle du Sénégal: vers une marginalisation des filles des zones rurales. Presses universitaires de Rouen et du Havre, in *Genre e Education*. Former, se former, être former au féminin. p.481-495. Disponível em: <https://books.openedition.org/purh/1799>
- ANS-D-Senegal. Agence Nationale de la Statistique et la Démographie.
(2019). Disponível em: <http://www.ansd.sn/>
- BONDÍA, J.L.
(2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr. n. 19 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>
- CORSARO, W.
(2011) *Sociologia da infância*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.
- FAVRET-SAADA, J.
(1990). "Être Affecté". In: Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie. Traduzido por Paula Siqueira. Cadernos de Campo. p. 3-9.
- FREIRE, P.
(1997) *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (2001). *Pedagogia do oprimido*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- (2010). *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GATTI, B. A.
(2005). Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Liber livro.
- KANDALA N.B.; KOMBA, P.
(2015). Geographic Variation of Female Genital Mutilation and Legal Enforcement in Sub-Saharan Africa: A Case Study of Senegal. *The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*, Vol.2, Issue 4, 1 Apr, p. 838-847. Disponível em: <https://www.ajtmh.org/content/journals/10.4269/ajtmh.14-0074>
- KRAMER, S.
(2005). Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. *Direitos humanos na sala de aula*. Rio de Janeiro, Novamerica, ano 6, n.63, jul. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/660>.
- LIMA, J. G. S.; GERMANO, José W.
(2013). O pós-colonialismo e a pedagogia de Paulo Freire. *Cadernos de Estudos Culturais*. v.5. n.9. UFMS. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3510>
- MBEMBE, A.
(2018). *Crítica da razão negra*. 2.ed. São Paulo: N-1 edições.
- MONTANDON, Cléopâtre.
(2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educ. Soc.*, vol.26, n.91, pp.485-50. Disponível em: <http://www.naobataeduque.org.br/documento/s/b60be7c27b82f86708f13147f5347c4d.pdf>
- ONTIVEROS, E.
(2019). Mutilação genital feminina: o que é e por que ocorre a prática que afeta ao menos 200 milhões de mulheres. *BBC*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47136842>
- QVORTRUP, J. *et al.*
(1994). *Childhood matters: social theory, practice and politics*. Aldershot: Avebury.
- SARMENTO, M. J.
(2005). Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educ. Soc.*, vol.26, n.91, pp.361-378.
- (2003). Imaginário e culturas da infância. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69.
- SIROTA, R.
(2001). Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 7-31. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010015742001000100001&script=sci_abstract&tlng=pt
- SOARES, N. F.; SARMENTO, M. J.; TOMÁS, C.
(2005). Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. *Nuances: estudos sobre educação* – ano XI, v. 12, n. 13, jan./dez. 2005. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/1678/1593>
- Recebido em**
dezembro de 2019
- Aprovado em**
agosto de 2020

A seleção natural como narrativa sobre o grande divisor, a biossemiótica e as etnografias das pessoas humanas e não humanas

Gláucia Silva ¹

Resumo

Proponho uma leitura do neodarwinismo a partir de trabalhos de cientistas que pesquisam sobre o efeito de mutações não aleatórias (também chamadas dirigidas, interpretativas ou epigenéticas) e sobre a biossemiótica de Kalevi Kull, sempre no intuito de evidenciar a existência de visões diferentes da hegemônica. Discuto as críticas formuladas por Tim Ingold à biologia contemporânea e sua alternativa às metáforas dos geneticistas, afirmando que as considero fiéis à teoria, que é o que deve ser criticado. Finalmente, aponto que há, em alguma medida, convergência entre alguns biólogos e antropólogos, na percepção dos seres vivos como “pessoas”, dotados de autoconsciência, e de uma Umwelt, tal como formulada por Jakob Uexküll. Sob a influência da crítica ao Grande Divisor, o perspectivismo e a etnografia multiespécie evidenciam, na antropologia, formas inéditas de lidar com os não humanos.

Palavras-chave

Antropologia da Ciência. Etnografia Multiespécie. Biossemiótica.

Abstract

I propose a reading of the Neo-Darwinism theory based on the works of scientists who research the effects of non-random mutations (also called directed, interpretative or epigenetic mutation) and Kalevi Kull's biosemiotics, always with the purpose of proving the existence of different views regarding hegemony. I also discuss Tim Ingold's criticisms regarding contemporary biology and his alternative to geneticists' metaphors, stating that I consider them to be true to theory, which is what should be criticized. Finally, I point out that there is, to some extent, a convergence between some biologists and anthropologists, in the perception of living beings as "people", endowed with self-awareness, and of an Umwelt, as formulated by Jakob von Uexküll. Under the influence of the criticism regarding the Great Divide, perspectivism and multispecies ethnography show, in anthropology, unprecedented ways of dealing with non-humans beings.

Keywords

Anthropology of Science. Multispecies Ethnography. Biosemiotics.

¹ Professora titular do Departamento de Antropologia da UFF. E-mail: glaucia.o.silva@gmail.com.

Introdução

Em trabalho anterior, sustentei que a ideia de seleção natural como princípio explicativo da evolução das espécies tem permanecido como paradigma das ciências biológicas, sobretudo por ter caráter quimérico (SILVA, 2017), chancelado pelo determinismo genético. A seleção natural é uma teoria bipartida: de um lado, um organismo sofre uma mudança aleatória que, se for positiva, perdurará, podendo ocasionar a modificação daquela espécie; por outro lado, um “meio ambiente” (ou “natureza”, no dizer de Darwin), considerado “a” instância que, atuando como um demiurgo, selecionará os mutantes adaptados.

A minha ideia, já exposta naquela ocasião (SILVA, 2017), de que o conceito de seleção natural pode ser relativizado como um princípio evolutivo aplicável de forma universal, se apoia em novas concepções sobre “mutação” como evento estritamente aleatório, que foi a pedra angular da cientificidade de que se revestiu o darwinismo por oposição ao lamarckismo. O princípio darwiniano selecionista vem sustentando que a base da evolução é aleatória. Entretanto, como já foi tratado anteriormente (SILVA; DUARTE, 2016), de algumas décadas para cá, cientistas mostraram que há modificações não aleatórias, isto é, induzidas pelo meio e reversíveis, como é o caso das mutações epigenéticas. Jablonka e Lamb (2010), Nicolosi e Ruivenkamp (2012), Kull (KULL *et al.*, 2004, 2009; KULL, 2014) são biólogos que atribuem grande importância evolutiva às “mutações epigenéticas” e querem uma revisão do princípio selecionista.

A constatação da existência das mutações epigenéticas pode significar uma reviravolta teórica interna ao campo da biologia que, permanecendo hegemonicamente fiel aos princípios da seleção natural e ao determinismo genético, passa a exigir grande esforço para que as consequências dessas constatações mais recentes ganhem o reconhecimento por parte da *mainstream*, fortemente racionalista e mecanicista. Não que as mutações epigenéticas levem os cientistas necessariamente para longe do racionalismo ou mecanicismo, mas o conhecimento a respeito desse tipo de alteração no funcionamento dos genes pode questionar a forma dissociativa pela qual o neodarwinismo estabeleceu limites entre organismo e seu meio. As mutações epigenéticas (FRANCIS, 2011) também são vistas com agrado por um grupo de biólogos, liderado por Kalevi Kull, que dá sequência às pesquisas da biossemiótica, atualizando e redimensionando o legado do biólogo Jacob von Uexküll (KULL *et al.*, 2004).

O interesse da biologia de Uexküll na antropologia já foi bastante explorado por Tim Ingold (2000) graças à ideia de *Umwelt*, cunhada pelo biólogo para mostrar que os seres vivos têm uma percepção particular de seu entorno,

conforme sua constituição corpórea. Os organismos de uma espécie “representam sensorialmente” o mundo de maneira tão específica, que é possível afirmar que há tantos mundos quanto há variedade de capacidades perceptivas das formas vivas, dotadas de sistema nervoso. Uma das ilustrações oferecidas por Uexküll para a relação entre conformação corporal e percepção é a surpresa que pode acometer o adulto que, ao voltar ao lugar de sua infância, constata ser este bem menor do que parecia quando criança. Entretanto, não foi o local que mudou de tamanho, mas a possibilidade perceptiva de seu organismo. Para Uexküll, a natureza é repleta de signos captáveis pelos seres vivos através de seus sistemas perceptivos, ideia que ensejou a formulação da teoria biossemiótica atual por Kalevi Kull (KULL *et al.* 2009; KULL, 2014), anteriormente mencionado.

A premissa da existência de mundos particulares a cada espécie implica, para o biólogo, a observação e a pesquisa dos aspectos relacionais nos quais todo ser vivo está enredado com especial atenção aos signos investidos de importância: odores, cores, outros corpos. Sinais e indícios captados pelos sistemas perceptivos dos seres vivos ensinam um tipo de representação do mundo por parte destes que, assim, passam a ser compreendidos como sujeitos de sua existência. Essa proposta difere da atual e pode permitir a substituição da ideia convencional de “sobrevivência do mais apto” pela de “convivência do sujeito comunicativo”. Ao invés de se imaginar uma natureza bipartida em que há meio seletor e indivíduo selecionado, pode-se supor um conjunto de indivíduos que fazem seus mundos próprios (INGOLD, 2000, p. 176-177).

Na biologia, há, portanto, pelo menos, duas novas visões teóricas que importam para os antropólogos: um novo papel para o meio ambiente, com as mutações epigenéticas (também chamadas interpretativas), que contradizem a ideia convencional de que as mutações importantes para a dinâmica evolutiva seriam estritamente aleatórias, e a biossemiótica, fruto da recuperação das ideias do etólogo, fisiologista e ecólogo estoniano Uexküll. A primeira abre espaço para a investigação da interferência de práticas culturais sobre a bagagem genética; a segunda, ao estender os limites das formas de atribuição de sentido, para além da capacidade simbólica, característica da espécie humana, pode contribuir para uma reflexão sobre o antropocentrismo (SILVA, 2012) e devolver às sociedades humanas um lugar na natureza.

Se, ao longo do tempo, as mutações epigenéticas e o resgate da semiótica de Uexküll não se mostrarem investimentos tão produtivos quanto seus pesquisadores supõem para a construção de uma alternativa ao darwinismo hegemônico, seja porque este os incorporou a seu próprio *modus operandi*, seja porque não construíram um paradigma alternativo, pelo menos foram úteis ao

evidenciarem alguns de seus limites. Esse refinamento da biologia deve interessar à antropologia, pois os problemas advindos da aceitação do princípio da seleção natural dizem respeito também ao objeto comum: o humano. Além disso, como será visto na primeira parte deste trabalho, o entendimento de que aquele princípio se constitui de poderosa expressão do Grande Divisor torna seu exame pelos representantes do campo das humanidades obrigatório, se quiserem enfrentar o desafio colocado pela ruptura epistemológica natureza/cultura. Por isso, também, a grande importância da revisão crítica do neodarwinismo feita por Ingold. No entanto, como se verá na segunda parte deste artigo, o empenho desse autor em corrigir as metáforas elaboradas pelos neodarwinistas, para torná-las mais fiéis ao princípio, é vão, já que tais metáforas apenas traduzem o caráter quimérico do paradigma selecionista. Uma alternativa para fazer biologia e antropologia conversarem é pensar analogias possíveis entre suas premissas, como se verá na terceira parte deste trabalho.

Intento aqui evidenciar que a biossemiótica, antropologia multiespécie, e a antropologia da vida de Ingold são expressões de uma crítica à ruptura instaurada pelo Grande Divisor, que podem ser assim entendidas como respostas românticas, ao buscarem a totalidade perdida por obra do antropocentrismo e do racionalismo ocidental.

A pós-modernidade na antropologia trouxe grandes mudanças, em especial decorrentes desse desafio heurístico – a crítica ao Grande Divisor, tão magistralmente trabalhada por Bruno Latour (1994). Além das reflexões renovadoras trazidas por Ingold, há uma nova modalidade de etnografia, a multiespécie, e o advento da virada ontológica (DESCOLA, 2013), estabelecida com a discussão sobre o perspectivismo ameríndio, que envolvem (em planos distintos) uma concepção de “pessoa” (ou, no caso do perspectivismo, “personitude”, conforme VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 353), que passa a ser estendida a animais não humanos. Na biologia, a epigenética e a biossemiótica, cada uma a sua maneira, reformulam a ideia de indivíduo biológico comum ao neodarwinismo.

O surgimento dos dois lados do Grande Divisor de teorias que refletem sobre uma nova noção de pessoa, extensível aos animais, e que reclamam a valorização da natureza como fluxo, como produtora de signos, para além do símbolo, é aqui entendido como uma reação “romântica” que toma corpo no campo das humanidades e nas ciências da vida². Foi Duarte quem inicialmente caracterizou

² Tal observação segue juntamente com a de que é perceptível uma forte influência das filosofias fenomenológicas e daquelas ligadas ao pragmatismo, tanto nas ciências sociais quanto nas biológicas, o que merece um investimento específico, que não será feito no presente artigo.

a “pulsão romântica” (DUARTE, 2004). O autor trabalha com a hipótese da existência de uma “cultura ocidental moderna” (e nada indica que isso se altere em condições de pós-modernidade), caracterizada por uma concepção de mundo hegemônica universalista, racionalista e cientificista, mas que, não obstante, se encontra tensionada por outra, a que o autor identifica como “romântica”. Esclarece que:

Como a força romântica jamais abateu a pujança do ideal universalista dentro de nosso horizonte ideológico, embora tenha contribuído para tornar seus efeitos infinitamente mais complexos, é preciso reconhecer que as duas forças passaram a, desde o início, operar em tensão permanente. Não de modo recíproco ou igualitário: o romantismo sempre será o contraponto, o momento segundo de uma dinâmica que o ultrapassa e determina. (DUARTE, 2004, p. 8).

Para Duarte (2004), a dimensão romântica se constrói a partir da ênfase em alguns valores – como a totalidade, a diferença, a ideia de fluxo e a de pulsão –, o primado da experiência, e, finalmente, a ideia de que a ambição da empresa intelectual das humanidades é antes a compreensão do que a explicação. Para ele, ainda, todo o conjunto das humanidades, antropologia incluída, integra essa reação englobada pela hegemônica, científica. E hoje se assiste, internamente ao domínio da biologia, à conformação de pesquisas que propiciam o surgimento da crítica ao neodarwinismo, e cujas características indicam que as ciências “mais duras” não estão a salvo da reação romântica.

1. Reflexões filosóficas sobre evolução: descoberta ou narrativa?

Numerosas metáforas já foram utilizadas por geneticistas para explicarem como a seleção natural operaria: um “relojeiro cego”, que montaria um relógio Tateando peças ao acaso; ou um “engenheiro cego, surdo e sem presciência”, que constrói casa, pontes e máquinas, sem planejamento anterior; ou ainda, ela funcionaria aos moldes de “programa de informática”, sem que houvesse, entretanto, um programador. Tais metáforas são ruins, como argumenta fartamente Ingold (2013a, 2019), porque são contradições em seus próprios termos: um relojoeiro tem em mente um modelo de relógio antes de montá-lo e necessita de grande acuidade visual para fazê-lo; não existe programa em informática sem que um programador o tenha feito, e, normalmente, para os engenheiros, o planejamento é parte crucial de sua atividade. A meu ver, ao se

mostrarem contraditórias, elas evidenciam com fidelidade a estrutura quimérica do princípio, sendo assim perfeitamente adequadas para ilustrá-lo.

São metáforas que evocam teleologia, exatamente como a metáfora central da teoria neodarwinista, sintetizada no termo “seleção natural”. Darwin, ao criá-lo, substituiu a criação divina pela “natureza que seleciona”, mantendo a ideia de uma entidade abstrata e universal. A despeito dos embates sobre a expressão, travados desde a origem, sobretudo com Herbert Spencer (1893), Darwin manteve o termo, afirmando que era simplesmente alegórico. Estava bastante convencido de que uma espécie se transformava em outra e que cada uma delas representava assim uma variedade da sua ancestral. A observação do naturalista levou à importante conclusão de que as espécies não eram tipos estanques, como queriam os defensores da criação especial, postulada pelos religiosos. E mais do que isso, Darwin chamou a atenção para a importância teórica³ do fato de, dentro de uma única espécie, cada indivíduo ser singular e carregar características que poderiam conferir a ele maior capacidade de sobrevivência e de deixar descendência mais numerosa. As variações individuais eram, para ele, a base fundamental da transformação de uma espécie em outra. Sua dúvida era sobre como se dava o processo que originava tais variações.

Argumentei anteriormente (SILVA, 2017) que não só o caráter quimérico da seleção natural, que mantém uma teleologia disfarçada, mesmo que não teológica, teria importância na legitimação desse paradigma. Uma segunda fonte de “invencibilidade” (LATOUR, 1994) do conceito se liga ao fato de, ao se afirmar historicamente como princípio natural que regeria toda evolução, passou a delimitar um campo científico, a saber, o da biologia. Dois ingleses vitorianos apresentaram de forma independente explicações que seguem os limites do Grande Divisor (entre natureza e cultura): Tylor para a evolução estritamente social (ou cultural), em que a diversidade étnica da humanidade era entendida como diversidade de estágios evolutivos. E Darwin, cuja teoria deixava de fora a sociedade “civilizada” (SILVA, 2012). Nesta última, a solidariedade entre os seres humanos teria substituído, segundo o naturalista, a competição pela existência. Assim, a função de epíteto disciplinar pode ter contribuído para a longevidade desse paradigma, que guarda, como já assinalado, imensa consonância com o Grande Divisor (SILVA, 2017).

Um terceiro aspecto que certamente foi fundamental para a permanência desse princípio é que ele permite a supressão dos detalhes de sua narrativa, tendo assumido que a variabilidade individual se dá por mutação genética aleatória, e

³ As diferenças individuais dos seres vivos, fora do campo científico, já eram foco de atenção de criadores e cultivadores.

postulando a intervenção seletora de um meio que agiria como um Deus, moldando as criaturas em prol de sua sobrevivência. Cada desenvolvimento ou processo adaptativos parecem ser, antes, uma narrativa, para qual não há acúmulo de evidências que a sustentem, efetivamente, ilustrando como casos concretos de evolução teriam ocorrido. Assim, mesmo incapaz de ser colocada à prova com relação ao passado ou de predizer o futuro, a seleção natural vem sendo aplicada a todos os níveis – do molecular ao ecossistêmico: “como as bactérias ficam resistentes aos antibióticos? Por seleção natural” ou “como o cérebro humano evoluiu de um cérebro ancestral? Por seleção natural”.

Isabelle Stengers (2002) afirma que a biologia é uma ciência descritiva; venho acrescentar que a seleção natural como conceito propicia uma grande narrativa que não descreve propriamente “fatos”, mas amarra “fatos” e “suposições” numa grande história. Já Ingold, em artigo inédito, afirmou que a seleção natural é uma “descoberta cuja importância não deve ser desmerecida” (INGOLD, 2019b, p. 4). Essa frase em um texto de Ingold soa incompatível com toda a sua obra e, sobretudo, todas as críticas que ele fez aos neodarwinistas. Pode-se imaginar que seja um alerta para que não se desmereça o papel histórico de Darwin, ponderação com a qual estou de pleno acordo. Não se trata de menosprezar um momento de certo contexto histórico, mas de atribuir outros significados a ele, percebendo-o após mais de um século e meio de seu surgimento. Nesse sentido, lembro que Canguilhem considerou Darwin um vitalista, pois compreendeu a teoria selecionista como “concorrência vital” e não atribuiu consistência às críticas que viam no termo seleção natural uma antropomorfização da natureza (CANGUILHEM, 2012, p. 110-11). O entusiasmo desse filósofo pelo naturalista não foi disfarçado. Entretanto, hoje, mesmo que se considere Darwin um vitalista, não é possível negar que sua principal obra teórica (DARWIN, 2014a) serviu tão plenamente ao desenvolvimento de uma biologia profundamente mecanicista. Minha crítica incide exatamente sobre a expressão seleção natural e seu estatuto de princípio universal, que desenvolvi ao ler os próprios cientistas.

Assim, entender que a ideia seleção natural tem o estatuto de lei geral é entender que ela é muito mais do que “descendência com variação”, pois explica toda a diversidade dos seres vivos presente no planeta; essa foi a proposta de Darwin em “A Origem das Espécies”. É certo que ele também admitia a possibilidade de evolução através da aquisição de caracteres adquiridos e sua herança à descendência, como propôs Lamarck. Mas o centro de seu argumento foi que a diversidade biológica teria sido produzida basicamente por um mecanismo único, de seleção natural. No início do século XX, o lamarckismo de Darwin foi retirado do neodarwinismo, e outras formas ocasionais de

diversificação das espécies foram propostas⁴. Esse mecanismo único, justamente como reforça Ingold, não conforma uma teoria da vida, embora ocupe heurísticamente esse lugar. E, como critica Oyama, ela chega a se superpor à ideia de evolução (OYAMA 2000, p. 10-11).

Em um manual sobre o darwinismo contemporâneo (ou neodarwinismo), o autor resume numa curta seleção de excertos, retirados de um livro de Ernest Mayr, intitulado *One long argument*, a visão, pelo menos aquela sustentada até a chamada década do gene (anos 1990), sobre a importância heurística da seleção natural para a biologia. Ela parece responder às críticas que K. Popper (1975) fez ao conceito por ser descritivo (e não preditivo), o que o destituía da característica de refutabilidade, atributo necessário às teorias para serem consideradas científicas, segundo o filósofo. Afirma E. Mayr:

O darwinismo não é uma simples teoria que possa ser verdadeira ou falsa: é hoje um programa de pesquisa altamente complexo, que está a ser constantemente modificado e aperfeiçoado. (...) Os argumentos [contra o darwinismo] baseiam-se em uma tal ignorância da biologia evolucionista que não vale sequer a pena referir os escritos que os contêm. (...) Os princípios básicos do darwinismo estão mais firmemente estabelecidos do que nunca. (MAYR, 1991, p.143,141 e 164 apud VIEIRA, 2009).

Entretanto, ao contrário do que pensam Mayr e Vieira, em ciência, não deve haver caixa preta que não possa ser aberta. Nesse sentido, em Stengers (2002) são encontradas as melhores formulações sobre os impasses da teoria darwinista:

Avaliada a partir do modelo teórico-experimental, pode-se perguntar se a biologia darwiniana é realmente uma ciência. (...) Que “teoria” os darwinianos hão de acrescentar ao seu ativo, que poderia dar crédito a sua capacidade de julgar, de diferenciar o essencial do anedótico num episódio da evolução? Os grandes conceitos aparentemente explicativos – adaptação, sobrevivência dos mais aptos, etc. – não se revelariam vazios de poder explicativo a priori: simples palavras que comentam uma história depois desta ter sido reconstituída? Avaliada a partir das questões tradicionais suscitadas pela diferença entre os seres vivos e não-vivos, a resposta darwiniana também se mostra fraca. (...) O olho representa por excelência a concepção “tecno-social” do ser vivo. Exige que seja definido como instrumento, meio com vistas a um fim. O olho é feito para ver. Clama por uma concepção do ser vivo que encarnaria o ideal de uma sociedade regida por uma divisão harmoniosa do trabalho. (...) Como não exigir uma forma

⁴ Secundariamente pelo isolamento reprodutivo, deriva e migração.

de poder finalista para dar conta desta harmonia?” (STENGERS, 2002, p. 168).

A autora acrescenta então que a seleção natural assume o papel do Grande Arquiteto (STENGERS, 2002, p.168) entre os neodarwinistas. Entretanto, as críticas ao paradigma adaptacionista, feitas por cientistas nas décadas de 1970 e 1980, a exemplo daquelas elaboradas por Stephen Jay Gould (2007), e que, aparentemente, não diminuíram em nada, ainda segundo Stengers, o prestígio conferido à comunidade científica ao paradigma selecionista, questionam o papel central ocupado pela seleção natural na explicação darwinista da diversidade viva. Para ela:

A inovação maior de Darwin foi sem dúvida a invenção da história dos seres vivos como história lenta, “deriva” dizia, no sentido em que ela está desprovida do motor que uma capacidade intrínseca de adaptação própria à vida ou à herança dos caracteres adquiridos proposta por Lamarck teria constituído. É em nome desta lentidão, da ação contínua e infinitamente progressiva da seleção, que Darwin tinha desqualificado, como enganadores, os dados da paleontologia, porque estes parecem testemunhos de mutações “bruscas” (em escala de tempo geológico). A teoria dos equilíbrios pontuais de Gould e Eldredge questionou esta avaliação, e implica que a paleontologia possa tornar-se fonte de problemas em vez de ser colocada da dependência da narrativa “adaptacionista.” (STENGERS, 2002, p. 169).

Se a seleção é todo-poderosa, se ela não permite construir o ponto de vista a partir do qual todos os casos dariam no mesmo, teriam a mesma moral adaptacionista, o biólogo perde o poder de julgar e deve aprender a narrar. (STENGERS, 2002, p.169-170).

Diferentemente do assinalado por Stengers, para Stephen Jay Gould (2007), a principal contribuição de Darwin foi a percepção da existência de variações fenotípicas individuais. Embora a origem exata de tal variabilidade não fosse muito bem compreendida, seu conhecimento era amplamente aplicado com a antiga prática da seleção doméstica e, portanto, muito bem conhecida por criadores e cultivadores. Mas Darwin mostrou a universalidade do fenômeno e deu a ele um lugar privilegiado em sua teoria explicando-o como fruto do acaso. Foi justamente esse carácter aleatório da variabilidade entre os indivíduos na natureza que assegurou o estatuto de teoria científica ao darwinismo quando comparado ao lamarckismo e, sobretudo, em oposição ao criacionismo. Para Darwin era a criação especial a visão a ser ultrapassada (GALE, 1982, p. 131, 139).

Barry G. Gale (1982) sustenta que Darwin não voltou da sua famosa viagem a bordo do Beagle com sua teoria pronta, e sim com uma espécie de *insight*, em que a formulação da teoria precedeu sua argumentação (GALE, 1982, p. 8)⁵. Em 1831 embarcou e fez dessa expedição de 5 anos um grande exercício de observação e de coleta. Dedicou-se, após o retorno à Inglaterra, ao estudo da geologia, pois estabelecer uma idade da Terra diferente daquela bíblica era importante para sustentar seu ponto de vista. Outra questão que dificultava a aceitação da mutabilidade das espécies por parte dos cientistas era a falta de exemplares intermediários entre uma espécie e outra. O primeiro empecilho foi vencido, pois, graças à geologia, a idade da Terra foi considerada muito maior do que até então se supunha. Entretanto, a paleontologia nunca foi eficaz para evidenciar as mudanças graduais imaginadas por Darwin. Mesmo com pontos criticáveis, ele deu a chave para uma narrativa em que qualquer ser vivo poderia ser personagem, sujeito a um princípio comum.

2. Fluxo ou “avanço criativo para novidade” como metáfora evolutiva

Em muitos de seus escritos, Ingold submete o neodarwinismo a um detalhado escrutínio, mas foi no livro “Evolução e Vida Social” (2019 [1986]), obra de fôlego em que a separação entre biológico e social é o grande tema, que se dedica mais vigorosa e detalhadamente ao problema. Almeja a compreensão conjunta das dimensões natural e cultural, num só movimento, que algumas vezes denomina “fluxo da vida” (2019, p. 205), indistintamente social e biológica. Ingold (2013b) oscila entre matar o neodarwinismo, decretando o fim de um paradigma, e salvá-lo, transformando a narrativa de Darwin em “descoberta” e criticando as metáforas dos próprios geneticistas sobre como entendem o processo de seleção natural, afirmando que elas não atentam para aspectos importantes da teoria.

Por exemplo, Ingold critica a metáfora do relojoeiro cego (2013a, p. 61-73), cunhada pelo geneticista e sociobiólogo Richard Dawkins para se contrapor à argumentação de Paley⁶, clérigo anglicano vitoriano, adepto da criação especial

⁵ Talvez a motivação da obra tenha sido uma acusação da indução contra a dedução. Entretanto, seu valor reside na reconstituição de como Darwin construiu sua teoria.

⁶ Paley escreveu *Natural Theology* em 1802, em que afirmou que se alguém, que jamais tivesse visto um relógio, encontrasse um caído em uma estrada, iria deduzir facilmente que alguém criara aquela peça. Com essa metáfora quis dizer que basta olhar para a natureza para ali ver Deus, o relojoeiro. Darwin, em 1827, entrou na Universidade de Cambridge e leu o livro de Paley, embora a obra não fosse central no currículo: “*In a few years Darwin reversed the logic of Paley’s argument from a fixed state into a process by which species adjust to changes in their environment by natural means*”. (BOWLER, 2009, p. 149)

e do *design* inteligente. Dawkins cria a metáfora do relojoeiro cego para explicar como opera a seleção natural, i.e., a construção de coisas que funcionam e que parecem planejadas, mas não o são. De acordo com o sociobiólogo, a diversidade das espécies é obra do acaso; não havendo plano diretor na evolução. Dawkins quer, com a imagem de um relojoeiro cego, evidenciar como alguém, por tentativa e erro, juntando peças surgidas aleatoriamente, tateando o que encontra sobre a mesa de trabalho, constrói uma máquina funcional e precisa. Ingold mostra, com razão, como a metáfora é ruim, pois, justamente pelo ofício de relojoeiro exigir grande capacidade manual e acuidade visual, é auxiliado muitas vezes ainda por lentes de aumento típicas da profissão. Em suma, um relojoeiro cego jamais construiria um relógio. Além disso, não há nenhuma semelhança entre o funcionamento da natureza e o de um relógio.

O mesmo tipo de crítica, feita por Ingold a Dawkins, é por ele lançado a outras “analogias altamente enganosas” (INGOLD 2019a, p.199), propostas por outros cientistas, embora guardando o mesmo sentido, qual seja, rechaçando-as por atribuírem teleologia ao processo de seleção natural. Para Ingold, se há teleologia, a criatividade ou novidade seriam necessariamente dirigidas a esse fim, constituindo, portanto, um processo ou evento nem criativos, nem livres para darem lugar ao surgimento do novo. Muitos “neodarwinistas importantes” (INGOLD 2019a, p. 199) comparam a seleção natural a um artista, a um escultor, *bricoleur*, enfim, a um idealizador, o que traz de volta para o centro da cena orgânica a teleologia que, conforme afirma, Darwin quis expulsar. Monod é criticado por negar a entidade criativa, ao considerar que cada organismo é uma máquina autoconstruída a partir exclusivamente do acaso. Ingold argumenta então que eventos aleatórios não criam, eles apenas acontecem (2019a, p. 198)⁷.

Dobzhansky admitia ser legítimo considerar a seleção natural como uma espécie de engenheiro, desde que cego e mudo, e destituído de presciência, de modo que cada ato da construção é ele mesmo uma decisão sobre o que deve ser construído (INGOLD, 2019a, p. 197). Mas Ingold argumenta que “como Dobzhansky bem sabe, a significação principal do ensinamento darwinista está em sua manifestação de como é possível o devir de estruturas adaptáveis ou teleonômicas na ausência de um projetista criador” (INGOLD, 2019a, p. 198).

Ainda em “Evolução e Vida Social” (2019 [1986]), Ingold organizou uma extensa revisão bibliográfica e uma leitura própria do problema da dupla existência do ser humano, a social e a natural. O objetivo central da obra é estabelecer uma compreensão do processo social como uma dimensão não

⁷ Frase que leva à suposição de que a criação, para Ingold, tenha que ser um acontecimento com sentido.

apartada do fenômeno da vida em geral. Para tanto, apoiou-se nas formulações de Henri Bergson e Alfred North Whitehead, em especial a ideia de “avanço criativo para novidade”, deste último, que abarca também os diferentes modos da vida cultural. Ao longo do livro, e sobretudo no capítulo *Chance, Necessity and Creativity*, o autor expõe o que vem a ser o fenômeno da criatividade, isto é, do surgimento do novo, desmerecido por aqueles três “ismos” – mecanicismos, determinismos e finalismos – comuns à ciência biológica.

Ingold recorre às formulações do geneticista Theodosius Dobzhansky e do bioquímico Jacques Monod, eminentes criadores daquela teoria, para contrastar a concepção de organismo como máquina, partilhada pelos dois cientistas, embora de formas diferentes, com a ideia de organismos como “concrecências”, i.e., produtos do “avanço cumulativo da organização na qual a natureza sempre se sobrepuja” (INGOLD, 2019a, p. 194), desenvolvida originalmente por Whitehead. Ingold ressalta que, para esse filósofo, a criatividade se dá “no próprio momento do devir” (2019a, p. 194), enquanto para os seguidores de Darwin essa forma de entendimento inexistente:

Whitehead atribui a criatividade da evolução orgânica a outra coisa que não a adaptação sob seleção natural. Comparemos sua concepção de que “o sentido primordial da vida é a criação da novidade conceptual” (WHITEHEAD, 1929, p. 142) com a de Dobzhansky, de que o organismo vive para realizar o conceito novo do qual é uma corporificação e cuja criação, por isso, deve estar fora da vida. (INGOLD 2019a, p. 205)

Diferentemente dos biólogos, que, com frequência, utilizam evolução e seleção natural como sinônimos, Ingold distingue a primeira, que é o fluxo, da segunda, que seria o processo que contribui *para* o fluxo como um todo:

A “descendência com modificação” darwiniana, como já demonstramos, conota uma sequência mutante da forma B₁, B₂, B₃, ... onde A é substituído por acaso (variação) e antiacaso (seleção). Dobzhansky, lamentavelmente, emprega o termo “evolução” tanto para o mecanismo da variação sob seleção natural como para o resultado da descendência com modificação, e é por isso que pode falar simultaneamente do aparecimento de formas novas *na* evolução e da evolução como uma força que cria ou traz novidades à existência (...) O essencial a aprender, contudo, é que em nenhum sentido pode a evolução ser comparada com o fluxo da vida. Não podemos dizer que o organismo evolui enquanto vive porque no paradigma darwinista ele só pode ser concebido como um objeto evoluído, um em uma sequência desses objetos. (INGOLD, 2019a, p. 205).

O princípio da seleção natural, utilizado por Darwin como metáfora da natureza, retira, na visão de Ingold, como teoria científica, os organismos do fluxo da vida, considerando-os como obras acabadas e dele separadas. A seleção natural não é, para ele, o móvel nem da criatividade nem da diversidade viva, de autoria do próprio fluxo. A seleção natural é o processo que, para Ingold, retira os organismos do fluxo. Retirados do fluxo, não mais evoluem, apenas sobrevivem. É o que fica claro na passagem em que se contrapõe ao argumento do filósofo Thomas Anderson Goudge:

Ao tratar a seleção natural como um agente duplamente criativo, Goudge está duplamente errado. A seleção não cria mas ocupa o lugar de um criador. Ela só pode explicar a construção de coisas vivas como objetos mecânicos. (INGOLD, 2019a, p. 194).

Ingold mostra que o finalismo e o mecanicismo têm em comum limites heurísticos por suas respectivas formas de representarem os organismos. O finalismo atribui às totalidades uma finalidade, e o mecanicismo as vêem como produto de partes que se ajustam para aquele fim. A ideia de que “uma necessidade” está subjacente à vida é encontrada tanto nas explicações mecanicistas quanto nas finalistas. Para o autor, ambas as explicações não percebem a criatividade como a base do fenômeno vivo, descrevendo os processos segundo uma ótica utilitária:

(...) O finalista afirma que todas as coisas vêm a ser como partes de um programa organizado de antemão, e por isso seu surgimento equivale apenas a uma revelação. O mecanicista também reduz toda realização a um programa, mas trata-se daquele que veio a existir com a máquina, em vez de antes de sua realização na mente de um criador, e que, consequentemente, resta ser descoberto e compreendido pelo intelecto humano. (...) O finalismo radical, embora descarte o acaso, não pode oferecer nenhuma solução para o dilema. Se cada estado remonta a uma intenção antecedente ainda temos que explicar a criação dessa intenção. O protótipo dessa espécie de finalismo é a imagem de uma pessoa que propositalmente constrói um artefato segundo um modelo que existe pronto em sua mente. Mas de onde veio o modelo? Voltando às duas espécies de criatividade de Wieman, a execução de um plano é o “fazer de uma pessoa”, como quando A faz B. Mas sua origem está naquilo por que a pessoa passa, a saber, a vida de A. Assim como faz, o homem vive; portanto, tão logo se dedica a empreender um plano, ele já foi além da intenção original. Há algo na ação que não foi dado em suas condições iniciais, algo de que nem o mecanicismo nem o finalismo podem dar

alguma descrição que seja. (INGOLD, 2019a, p. 224-225).

Ingold ainda argumenta que a realidade não é uma sucessão de estados, e sim um processo contínuo, no qual nada, vivo ou não, persiste. Conclui que, se nada persiste, nada é necessário: “É precisamente esse o dilema ao qual somos levados ao reescrevermos a vida da sociedade como vida social das pessoas” (INGOLD, 2019a, p. 224-225). Aqui Ingold sintetiza um problema que está na filosofia e na ciência – sobretudo a neodarwinista – e, conforme visto, também é argutamente referido por Stengers (2002, p. 168), de não poderem “separar o que é essencial do anedótico”.

A metáfora do “fluxo da vida” (ou “fluxo da experiência” ou “avanço criativo para novidade”) evita o problema da origem ao mesmo tempo em que tenta ser fiel à dinâmica do mundo em si. Não se propõe a explicar, mas a apreender. A metáfora do fluxo quer ainda ilustrar uma realidade menos atomizada do que aquela com que a ciência trabalha, o que faz com que não aceite a concepção de novidade ou de criatividade como eventos produzidos ou coisas feitas. Ingold lembra a afirmação de Anthony Giddens de que a intencionalidade é um fluxo e não uma sucessão de estados e que só “a monitoração reflexiva da ação”, num olhar retrospectivo, é que dá a impressão de algo sempre totalmente consciente e passível de cortes.

Ingold afirma que a vida social das pessoas é mais bem descrita e entendida como a vida social *por meio das pessoas*. Ela é a duração das concreções – sejam estas pessoas ou coisas – que se materializam no fluxo evolutivo. A criatividade se dá *por meio das pessoas*. Além disso, deve-se assumir uma representação topológica de pessoa, ou seja, entendê-la não como um organismo discreto, mas como o lugar de um crescimento criativo em um campo total de relações intersubjetivas e acrescenta que “vida real sempre tem caráter de trabalho em andamento” (INGOLD 2019a, p. 228)

Ingold, (2019a, p.223) ao sustentar que “o resultado de nossa dissecação analítica do fluxo da experiência e sua reconstituição como uma sucessão de estados é a decomposição da duração em sincronia e diacronia, do movimento em persistência e mudança e da criatividade em necessidade e acaso”, quer dizer que tal dissecação redundaria em uma forma de decompor a experiência em dualidades que a empobrecem.

É importante ressaltar que, em nenhum momento, Ingold propõe que “fluxo” seria melhor metáfora para ilustrar a teoria da seleção natural. Apenas quer distinguir a Evolução como vida em processo, e a teoria (darwiniana), que, segundo afirma, explica como os organismos contribuem para a evolução geral.

Considero, entretanto, que seleção natural é uma teoria produzida por uma visão científica mecanicista, distinta da filosofia vitalista, de que se serve Ingold. A singularidade orgânica é, para a ciência biológica, basicamente conferida pelo genoma, para qual também há uma clara distinção entre o processo de produção de um ser (ontogênese) e o ser (como produto). A ênfase dada à “transmissão genética” e o sucesso explicativo do determinismo genético, comuns entre os pesquisadores, realmente evidenciam que a representação de organismo pela ciência o aproxima antes das máquinas do que das concreções criativas, concorrendo para um grande fluxo, em constante movimento. Ingold, ao contrário, apoiando-se em Bergson, sustenta que “o princípio criativo é consubstancial com o trabalho criado, e não separado dele” (2019a, p. 203):

Nosso interesse, nessas últimas poucas páginas, foi o modo de criatividade que governa a construção de entidades novas, sejam elas orgânicas ou culturais, criando historicamente uma sequência mutante cujos elementos são não recorrentes. E como quer que interpretemos o agente criador, seja como engenheiro ou como *bricoleur*, operando por meio de seleção interna ou externa, a criatividade contida é essencialmente mecanicista, uma vez que realizada por uma combinação de inovação randômica e reorganização de itens preexistentes. Chegou a hora de voltar à outra espécie de criatividade, expressa na fórmula “A vive”, oposta à “A faz B (...)”. [a primeira fórmula] pertence ao processo intersubjetivo da vida social, um processo no qual a pessoa está sempre se tornando com o passar do tempo.” (INGOLD, 2019a, p. 223).

É fácil concordar que a proposição de Ingold é oposta àquela do neodarwinismo. A metáfora do “fluxo” enfatiza o movimento, o avançar, sem um ponto de chegada, como observa Duarte (2004, p. 10) ao caracterizar as dimensões constitutivas do romantismo como força de tensão interna à ideologia ocidental. Ingold observa que a “novidade”, no sentido atribuído por Whitehead, é o que mantém o fluxo evolutivo. Qual seria a possibilidade da transformação desse paradigma em uma teoria da vida, ou seja, numa filosofia vitalista? Nenhuma, já que o compromisso com a filosofia cartesiana está evidente.

Além de um peso muito grande na novidade como fonte de criatividade ou, por outra, além dessa ideia de “fluxo” conter uma radicalização da criatividade e estar sempre orientado em direção a uma novidade igualmente radical, ela implica, a meu ver, uma homogeneidade. Talvez a noção de *meshwork*, cunhada por Ingold em publicações mais recentes (por exemplo, INGOLD, 2011), seja uma metáfora com maior verossimilhança. Ademais, a ideia de fluxo, como se lê em Duarte (2004, p. 10-11) em sua análise do ideal romântico, envolve uma

teleologia, um constante movimento à frente. Nesse mesmo sentido, considero que fluxo, como metáfora referida à evolução, tal como propõe Ingold, padece de finalismo, tanto quanto as metáforas seletcionistas.

Finalmente, considero que os termos – relojoeiro cego”, “engenheiro sem capacidade preditiva”, “Grande Arquiteto” ou a de “programa” de computador – representam com perfeição o caráter quimérico do atual paradigma da seleção natural, e, portanto, não precisam ser criticadas. É certo que o acaso e a contingência (LEWONTIN, 2001, p. 27) são formas de pensar os eventos fundamentais para a compreensão da vida como fenômeno, mas atribuir às “mutações ao acaso” a base a partir da qual se constitui a diversidade viva é uma premissa vetusta, que hoje pode ser reavaliada. Na passagem do século XIX para o XX, a fórmula da aleatoriedade garantiu a chancela de cientificidade da teoria. Atualmente ela é inadequada. Ademais, se houve a ativa aceitação da seleção natural como princípio explicativo da diversidade viva por parte dos antropólogos – e aqui nem me refiro à antropologia evolucionista – em seus trabalhos (ver GEERTZ, 1978; LÉVI-STRAUSS, 1976a, por exemplo), o que impediria a aceitação da sua crítica?

3. A *Umwelt*, o perspectivismo e a multiespécie: atenção voltada para os “mundos interiores”

Nas sessões anteriores busquei chamar a atenção para o fato de o princípio de seleção natural expressar a ruptura trazida pelo Grande Divisor, mas que, como explicação da natureza, é falho. Esse diagnóstico vem ensejando o surgimento de visões alternativas, dentro do próprio campo das ciências biológicas, por exemplo, os trabalhos sobre epigenética (analisados alhures, SILVA; DUARTE, 2016) e a biossemiótica de Kalevi Kull, aqui apenas referida, devendo ter aprofundamento em trabalho futuro. Na antropologia, o questionamento da diáde que funda sua própria constituição, natureza/cultura, abriu espaço para o surgimento da etnografia multiespécie e, na etnologia sul-americana, acredito ter contribuído para a conformação da teoria perspectivista, o que será esclarecido a seguir. Também a antropologia da vida, de Tim Ingold, é uma expressão desse mal-estar com relação à centralidade da permanência do Grande Divisor no pensamento científico.

O cerne das críticas de Ingold, e que foi extensamente exposto em *Perception Of The Environment* (cf. 2000), é justamente o colapso heurístico das dualidades cartesianas derivadas da mais central – corpo/mente – a partir da fenomenologia, sobretudo de Gibson, cuja psicologia ecológica, próxima, por sua vez, da biologia

de Uexküll (cf. 1982, 2008), vai de encontro às premissas racionalistas sobre as quais repousa a antropologia cognitivista e, por que não?, grande parte da antropologia. Ingold se inspira também em Gibson para afirmar que “o modelo é o mundo” (2000, 166). Assim, por essa via de adesão aos processos concretos de vida é que ele vai criticar os mecanismos e reducionismos de antropólogos e biólogos e suas metáforas. Ingold está sempre pronto a questionar a improdutiva disciplinaridade da ciência (*In* OYAMA; GRIFFITHS; GRAY, 2001).

Ingold (2006, 2019a) questiona a visão, endossada pelo darwinismo, de que o ser humano seria o único animal a ter uma dupla história – a social e a biológica –, distintamente dos outros animais: todos temos uma única história, que é social e biológica ao mesmo tempo. O autor opõe-se, portanto, à ideia de uma natureza orgânica coroada pela autoconsciência que conferiria um insuperável corte ontológico entre humanos e não humanos⁸. Para ele, que aí se inspira⁹ em Oyama (2001), os “organismos são pessoas” (INGOLD, 2006, p. 29), isto é, são o “desdobramento criador de um campo total de relações, nos quais os seres aparecem e tomam suas formas particulares, cada um em relação aos outros” (2006, p. 30).

Talvez seja necessário observar que aqui se trata, então, de uma concepção de “pessoa”, muito diferente daquela estabelecida pela clássica análise de Marcel Mauss, em seu ensaio de 1938 (MAUSS, 1974), e que tem sido a referência para os antropólogos que se voltam para o tema, entendendo-a como uma categoria do pensamento. A noção de pessoa atribuída aos organismos vivos, aqui em jogo, é uma conjugação de um atributo maussiano – a consciência de si – com outros, comuns à biologia do desenvolvimento. Para Mauss, e o autor referia-se apenas às sociedades humanas, a noção de “pessoa” tem muitas dimensões, mas, antes de mais nada, corresponde a uma condição da autoconsciência (MAUSS, 1974, p. 239). Entretanto, para Ingold, aqui inspirado em Uexküll, essa autoconsciência não decorre de um fator adicional a um organismo, como quer a tradição cartesiana da qual Marcel Mauss faz parte, sendo produto do desenvolvimento do próprio organismo. Ingold (2006), indo também ao encontro das formulações de Oyama (2001), sustenta que “ser um organismo” não é, entretanto, a coisa mais simples do mundo:

A forma orgânica é um atributo que aparece como propriedade emergente dos sistemas de desenvolvimento, então, a evolução da forma não depende

⁸ Latour inclui na categoria não humanos os objetos. Aqui o termo se refere somente aos animais.

⁹ Há uma ideia análoga em Uexküll, como se verá a seguir, que os animais são “sujeitos”, o que também é uma referência para Ingold (2000, p. 176).

das mudanças de frequência dos genes: a evolução da forma tem lugar no desdobramento de um campo relacional total. E, nesse processo, os organismos podem tanto desempenhar um papel de produtores quanto de produtos de sua própria evolução uma vez que, por meio de suas ações, eles contribuem ao mesmo tempo para as condições ambientais de seu próprio desenvolvimento para aquelas do desenvolvimento dos outros animais com os quais eles estão em relação. Na medida em que é engendrado nesse processo e também o prolonga, cada ser aparece como um núcleo indiviso de consciência e de ação intencional: uma concentração (em torno de algum ponto de conexão que lhe é próprio) do potencial gerador que é a própria vida. (INGOLD, 2016, p. 30).

Para tanto, considera ser fundamental discernir entre intencionalidade e pensamento estratégico. Intencionalidade é a capacidade de o ser vivo agir, baseando-se em sua sensibilidade; não é, necessariamente, produto de qualidades cognitivas complexas, o que demandaria um sistema nervoso compatível. Assim, a atribuição de passividade e de ausência de motivação intencional aos animais não humanos pode ser fruto do preconceito fundado na equivalência entre intenção e pensamento estratégico¹⁰.

Essa mesma ideia já havia sido de alguma forma defendida alhures (cf. INGOLD, 2007) ao afirmar que, embora os não humanos não pensem (como nós, humanos), isso não significa que não tenham um tipo de autonomia e criatividade frente ao contexto. O grau de refinamento dessa autonomia e capacidade de criar situações novas dependerá evidentemente, como já foi dito, do tipo de organismo. O que é mais significativo é que estamos todos, como pessoas, envolvidos em uma atividade de autocriação ao mesmo tempo de criação dos outros. Para o autor, o organismo (ou pessoa) não pode ser tomado como uma unidade discreta e pré-programada, mas como um campo contínuo de relações, contrapondo-se assim ao determinismo genético, segundo o qual os seres vivos são expressões de seus genes, caro ao neodarwinismo. A noção de pessoa, que aqui se delineia, caracteriza-se, portanto, pela consciência de si, capacidade de agência criativa e existência relacional (ou social, em minhas próprias palavras). Essas propriedades não são adicionadas a uma base orgânica, mas surgem dela e com ela, o que propiciou Ingold a recorrer às ideias de Jakob von Uexküll, biólogo cuja teoria se opôs ao mecanicismo que, nas primeiras décadas do século XX, já era hegemônico nas ciências biológicas.

¹⁰ A sociobiologia considera que os seres vivos são meios de replicação de seus próprios genes que atuam como apostadores que buscam maximizar suas chances de replicação. Assim, ao mesmo tempo em que reservam um papel passivo aos organismos, como se fossem máquinas, atribuem um papel totalmente diligente ao genoma (SILVA, 1993, 2006).

A ideia de *Umwelt*, cunhada por Uexküll, e que foi traduzida para o português como “mundo próprio” (UEXKÜLL, 2008), designa a forma particular de apreensão do mundo por cada espécie animal, conforme os sinais que o animal percebe nesse seu entorno e, com relação a esses sinais, elabora respostas. Essa percepção (e a resposta consequente) é determinada por seu aparato sensorial, por seu sistema nervoso, em uma palavra, por seu organismo. Cada espécie animal teria, por isso, um mundo seu, próprio, uma “bolha” (ou “bola de sabão”, como se lê abaixo, na tradução portuguesa), dentro do ambiente mais amplo, o que não é o mesmo de se dizer que cada animal tem uma maneira específica de experimentar um mundo comum, se esse mundo comum for considerado como externo, neutro, para o qual haja única representação realmente válida. A *Umwelt* é a díade percepção/ação do animal no mundo:

Quem se agarrar ao preconceito de que todos os seres vivos são apenas máquinas, perde toda a esperança [p. 23] de vir jamais a lobrigar os seus mundos-próprios [p. 24]. (...). [Ao se considerar] os animais não como meros objetos, mas como sujeitos, cuja atividade essencial consiste em assinalar e atuar (...) abre-se já a porta que conduz aos mundos-próprios animais, porque tudo aquilo que um sujeito assinala passa a ser o seu mundo-de-percepção, e o que ele realiza, o seu mundo-de-ação. Mundo-de-percepção e mundo-de-ação constituem uma unidade íntegra – o mundo-próprio do sujeito. [UEXKÜLL, 2008, p.24]

Os mundos-próprios, que são tantos quantos os próprios animais, oferecem a qualquer admirador da Natureza novas terras, tão ricas e tão belas que compensam bem uma excursão através delas, mesmo quando elas se não patenteiem aos nossos olhos materiais mas somente à nossa visão espiritual. As melhores condições para iniciar tal digressão são um dia de verão e um prado coberto de flores, ressoante de zumbidos de coleópteros e pululante de adejares de borboletas; então construiremos para cada animal dos que povoam o prado, uma como que bola de sabão, que [p. 25] represente o seu mundo-próprio, preenchida por todos aqueles sinais característicos que são acessíveis ao sujeito. Logo que entremos numa dessas bolas de sabão transfigura-se completamente o mundo ambiente que se abria em volta do sujeito. Muitas qualidades do variegado prado desaparecem inteiramente, outras perdem as suas propriedades gerais; surgem novas correlações. Em cada bola de sabão passa a existir um mundo novo. [UEXKÜLL, 2008, p. 23-27]

Para a biologia semiótica, sendo o mundo externo função do interno, a distinção entre uma realidade externa única e uma apreensão interna específica, que representaria parcialmente o mundo comum, não procede. Noto assim uma

certa confluência entre biólogos semióticos e etnólogos a propósito da ideia de uma natureza ontologicamente múltipla, o que é ilustrado pelo perspectivismo, como se verá a seguir.

Kalevi Kull, herdeiro da biologia de Uexküll, incorpora à sua abordagem biossemiótica¹¹ os resultados experimentais das “mutações epigenéticas”, considerando que estas possuem importância capital para a evolução. Para ele, as mutações epigenéticas precedem as genéticas no processo evolutivo. Ele conjectura que uma população, ao enfrentar novas condições ambientais, pode passar por ajustes fisiológicos que mudam seu fenótipo, sem mudar o genótipo, ou seja, sofre uma mudança epigenética. Se a população passa tais modificações à descendência, graças à herança epigenética, o novo fenótipo se torna permanente. Se, com os acasalamentos, essa mudança epigenética se tornar genética e, portanto, irreversível, esse processo ensejou o surgimento de uma nova espécie. Para Kull, então, são os acasalamentos que mantêm a população dentro de certos limites de variabilidade. Diferentemente do princípio de seleção natural, trata-se de uma hipótese sobre um processo relacional e não da ação ambiental sobre um gene. Kull (2014) afirma:

Se pudermos contrastar dois mecanismos da evolução adaptativa – o neodarwinista e o semiótico – precisamos descrever como um mecanismo individual *versus* outro relacional. A SN é baseada na replicação de traços genéticos exibidos por um indivíduo. A semiótica descreve um vínculo coletivo de uma escolha orgânica. É um processo puramente relacional. (KULL, 2014, p. 291)

A ideia de *Umwelt*, central na biossemiótica, abre espaço para a de que há mundos distintos que coexistem, o que pode remeter ao “multinaturalismo” do perspectivismo:

O relativismo cultural, um “multiculturalismo”, supõe uma diversidade de representações subjetivas e parciais, incidentes sobre uma natureza externa,

¹¹ Ainda estou lidando com as reverberações internas de trabalhos anteriores (SILVA; DUARTE, 2016; SILVA, 2017) e do curto estágio pós-doutoral (setembro 2014- maio 2015) na Universidade de Aberdeen onde pude me beneficiar das discussões ocorridas no grupo do qual participavam professores pesquisadores e estudantes daquela Universidade e a de St Andrews. Esse grupo foi idealizado e liderado pelo biólogo Murilo Pagnotta, doutorando de St Andrews na época e tinha como foco a discussão sobre a possibilidade de síntese entre biologia e antropologia. Também em Aberdeen, o evento comemorativo dos 15 anos da publicação do *Perception of environment* (INGOLD, 2000) foi bastante rico e tive contato com pesquisadores que pensam a evolução do ponto de vista da biossemiótica. Uma das pesquisadoras presentes me disse: “você é uma das nossas”; embora tivesse dúvidas sobre este diagnóstico, a possibilidade de encontrar “uma turma” foi reconfortante.

una e total, indiferente à representação. Os ameríndios propõem o oposto: de um lado, uma unidade representativa puramente pronominal – é humano quem ocupa vicariamente a posição de sujeito cosmológico; todo existente pode ser pensado como pensante (“isto existe, logo isto pensa”), isto é “ativado” ou “agenciado” por um ponto de vista –; do outro lado, uma radical diversidade real ou objetiva. O perspectivismo é um multinaturalismo, pois uma perspectiva não é uma representação. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 65)

Ensejando o movimento referido como virada ontológica (DESCOLA, 2013), etnólogos, ao pesquisarem entre os povos das Américas, propuseram a existência de uma “ontologia perspectivista” (LIMA, 1996; VIVEIROS DE CASTRO, 2002, 2015), característica de inúmeros povos originários do continente:

O tema deste ensaio é aquele do pensamento ameríndio que manifesta sua “qualidade perspectiva” (...) segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos. Os pressupostos e consequências dessa ideia são irredutíveis (como mostrou Lima, 1995, p. 425-38) ao nosso conceito corrente de relativismo, que à primeira vista parecem evocar. (...) [Ao contrário das cosmologias multiculturalistas modernas] a concepção ameríndia suporia, ao contrário, uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos. A cultura ou sujeito seriam aqui a forma do universal; a natureza ou o objeto, a forma do particular. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 348-349)

O ser humano se vê a si mesmo como tal. A lua, a serpente, o jaguar e a mãe da varíola o veem, contudo, como um tapir ou um pecari, que eles matam” anota Baer sobre os Machinguenga. Vendo-nos como não-humanos, é a si mesmos que os animais e espíritos veem como humanos. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 350)

O fenômeno do perspectivismo consiste, então, na visão, partilhada por povos ameríndios, segundo a qual o aparato físico dos animais (e outros entes) lhes confere perspectivas específicas do mundo, e de si, de tal modo, que não humanos podem se ver como humanos. Geralmente, o perspectivismo é restrito a alguns seres que, então, teriam a propriedade de se verem como humanos ao mesmo tempo em que enxergam os humanos como não humanos. Tal propriedade de se ver como “pessoa”, de ter uma “perspectiva”, não seria atributo da essência de uma espécie (biológica), ou entidade. Exercer um ponto de vista específico é função da situação de alguém (ou algo) em relação a outros. E, finalmente, no perspectivismo, “todo ser a que se atribui um ponto de vista

será então sujeito, espírito; ou melhor, ali onde estiver o ponto de vista, também estará a posição de sujeito”. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 373).

Se especificidades do perspectivismo o afastam muito da teoria semiótica, centrada na ideia de *Umwelt*, ambas visões têm, entretanto, em comum o fato de estenderem a seres não humanos a condição de sujeitos ou pessoas, além de isso ensejar a pluralidade de mundos coexistentes sem que haja um único, considerado universal, neutro, objetivo. Uma das coisas que está em jogo em “A Ciência do Concreto” (LÉVI-STRAUSS, 1976b) é a possibilidade de coincidência entre a classificação científica e a nativa; analogamente, mas em sentido muito diferente do que o de afirmar uma realidade positiva que pode ser evidenciada por meios diversos, o que está sendo aproximado aqui é o aspecto perspectivo coincidente entre a biossemiótica de Uexküll e a visão dos ameríndios. No caso da ciência semiótica, a capacidade perspectiva é conferida por seu organismo, seu aparelho perceptivo; no caso dos ameríndios, o lugar que ocupa em seu mundo.

A etnologia “inscreve” (LATOUR, 2000) o perspectivismo no momento da disciplina em que há o acirramento da crítica epistemológica ao Grande Divisor. A maneira de refletir sobre o que os nativos pensam, isto é, que animais não humanos também possuem pontos de vistas, acontece concomitantemente ao surgimento de inquietações mais amplas provocadas pela crítica ao Grande Divisor, trazida para a antropologia, conforme já dito, por Bruno Latour (1994), e sua imensa gama de consequências, entre as quais a noção modificada de “pessoa”, que não coincide estritamente com a de pessoa humana, nem se confunde com a da pessoa maussiana.

Na etnologia ameríndia encontra-se também uma outra inspiração da semiótica, a de Peirce, como ilustra o trabalho de Kohn (2007, 2013), para quem a natureza é dotada de significado intrínseco. Ao pesquisar junto aos Runa, povo da Amazônia equatoriana, Kohn (2013) apoiou-se na distinção feita por Peirce sobre três formas de signos – índice, ícone e símbolo – e aceitou o entendimento dos Runa, segundo os quais o mundo é dotado de significado intrínseco. O índice peirceano é uma espécie de signo que permite ao interpretante ligar alguma coisa (uma visão, um ruído, um cheiro) a outra, que é apenas potencial. Um macaco numa árvore, por exemplo, que ouve um barulho de galho quebrando, pode rapidamente suspeitar que uma onça escala o tronco ao seu encontro e foge rapidamente para um lugar que o afaste de onde o som veio. Assim, todos os seres têm uma interpretação de seu mundo, consoante as possibilidades de sua percepção (UEXKÜLL, 1982) dos signos. Kohn quer justamente deixar de lado o Grande Divisor que pressupõe uma natureza que funciona tal como um relógio,

montado por um relojoeiro cego. Ele afirma:

Em suma, como a vida é semiótica e a semiose está viva, faz sentido tratar vidas e pensamentos como "pensamentos vivos". Essa compreensão aprofundada da estreita relação entre vida, eu e pensamento é central para essa antropologia além do humano que estou desenvolvendo aqui. (KOHN, 2013, p. 78).

A aposta na superação do Grande Divisor, incorporando o não humano ou o "beyond the human", dentro da antropologia, tem várias dimensões, mas certamente se ligam às críticas de Latour (1994) endereçadas à postura dos antropólogos, que adotaram um relativismo reificador do Grande Divisor (tão bem marcado pelas obras originárias de Darwin e Tylor): a cultura pode ser relativizada, mas o universalismo continuava aplicado à natureza. E, no contexto de grande questionamento da ciência como guardião da díade natureza/cultura, vêm surgindo, também no Brasil, inovadores trabalhos ligados ao fazer científico e às atividades em laboratórios, como os de Fonseca e Garrido (2018), Luna (2012), Manica (2018), Monteiro (2009), Nucci (2010), Vassalo (2018) e Sá (2010) – para citar alguns.

As etnografias identificadas como multiespécie (KIRKSEY; HELMREICH, 2010) abrangem uma extensa gama de trabalhos que, em comum, têm a busca de compreensão das relações humanos/não humanos, no tocante às espécies vivas, como a predação, a domesticação, o cultivo, a extração, etc. Geralmente elas apontam para a subjetividade e a capacidade de agência inerentes a outros animais – e mesmo plantas (ALMEIDA, 2016), sem falar em seres tão esquisitos quanto inspiradores de metáforas como os fungos (TSING, 2015 –, qualidades que são desmerecidas pela visão científica ocidental, ou então por outros segmentos ou grupos sociais distintos daqueles em foco naquela etnografia. Trata-se de um desdobramento de uma discussão, nem sempre explícita nesses trabalhos, sobre antropocentrismo.

Como afirmei, é possível o entendimento dessas reformulações que ocorrem concomitantemente nos campos da biologia e da antropologia como respostas "românticas" (DUARTE, 2004) à visão mecanicista da natureza promovida pelo neodarwinismo e ao antropocentrismo que perdura tanto na produção antropológica quanto na biológica. Assim, a despeito das grandes diferenças existentes entre os autores, é nesse "solo" (romântico) comum que prosperam obras como a de Latour, em sua busca de uma simetria no fazer científico, a de Tim Ingold, que almeja fazer uma antropologia da vida, e a de gerações mais recentes de etnógrafos, como Nadasdy (2007), cujas etnografias podem ser

consideradas representantes da modalidade identificada como multiespécie, desdobramento decorrente da crítica do Grande Divisor, e que, a exemplo de Kohn, (2007, 2013), podem incorporar a semiótica de Charles Peirce, expandindo a ideia de significado para além daquela que foi a marca da análise Lévi-Straussiana. É premissa de todos esses trabalhos que animais não humanos também podem ser considerados “pessoas” ou, então, considerados “como se” fossem “pessoas”.

Existe uma crucial diferença entre conceber que não humanos podem *ser* pessoas e acreditar que não humanos *são como* pessoas (INGOLD, 2000, p. 51). O perspectivismo se refere à primeira concepção, pois o que está em jogo não é uma espécie humana radicalmente distinta da natureza. Se há um antropocentrismo, no perspectivismo tem a ver com a ideia de que a posição de sujeito é equivalente à ocupada por uma humanidade como condição (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 356). A etnografia multiespécie pode trazer à luz tanto exemplos de formas de pessoalidade do tipo “não humanos *são* pessoas” (KOHN, 2007; NADASDY, 2007), como podem tratar de não humanos tidos como se fossem pessoas, a exemplo dos trabalhos de Almeida (2016); Lewgoy; Sordi (2012); Sautchuck (2017); Segata (2012). Ingold esclarece:

(...) no ocidente, ser uma pessoa é ser um ser humano. Os animais podem somente ser pessoas na medida em que alguns membros de nossa humanidade convivem com eles em íntimo contato como se fossem membros da família. (...) O segundo exemplo de comparar animais a pessoas concerne às fábulas infantis. (INGOLD, 2000, p. 91).

Os *pets* (HARAWAY, 2003) podem ser considerados por seus donos “como se fossem pessoas”¹², bem como os peixes para os pescadores (SILVA, 1988; CATÃO; BARBOSA, 2018) e as onças para os “mateiros” (SÜSSEKIND, 2014), porque a esses não humanos são atribuídas qualidades humanas. Já Ingold, Kohn e Nadasdy, e biólogos, como Kull, guardadas distinções teóricas entre eles, sustentam que os animais “são pessoas” por modificarem a acepção do conceito, como visto. O que diferencia o “animal que *é* uma pessoa” do “animal que *é como se fosse* uma pessoa” é que o primeiro surge em contextos onde o Grande Divisor não opera, a exemplo dos povos ameríndios, ou, em contexto em que está sendo questionado, como ocorre entre cientistas, sociais e naturais, que se esforçam para questionar o tipo de antropocentrismo inerente à dicotomia natureza/cultura,

¹² Não é raro adestradores de *pets* partirem do princípio que os gatos veem seus donos como gatos, assim como os cachorros os veem como cachorros. Para esses profissionais, então, a “perspectiva” dos *pets* consiste na atribuição de uma não-humanidade aos seus amos humanos.

com a supremacia da racionalidade (científica).

É a intenção de trabalhar a ideia de uma natureza menos desvitalizada e menos neodarwinista uma importante diferença que existe entre etnografias mais recentes e a, por exemplo, de Evans-Pritchard (1978), sobre os Nuer, publicada pela primeira vez em 1940, e um dos mais fundamentais trabalhos etnográficos da antropologia. O primeiro capítulo foi dedicado ao gado criado pelos Nuer, pois o autor percebeu a grande importância que esses animais tinham para seus “nativos”, deixando claro para o leitor o profundo conhecimento que possuíam sobre seu rebanho, além de grande estima:

Um Nuer conhece os hábitos de todos os seus bois, como um deles muge de noite, como outro gosta de liderar o rebanho quando volta ao acampamento, e como outro joga a cabeça para trás mais do que o resto. Ele sabe quais as vacas que ficam inquietas durante a ordenha, quais criam problemas com seus bezerros, quais gostam de beber no caminho para o pasto, e assim por diante. Se for um jovem, conseguirá um menino para ir à frente de seu boi predileto (de cujas características o jovem recebe o nome) em torno do acampamento, de manhã, e salta e canta atrás dele; frequentemente, de noite ele caminha entre o gado tocando um sino e cantando os louvores de seus compatriotas, suas namoradas e seus bois. (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 47).

Mesmo que para os Nuer suas vacas “sejam pessoas” ou “sejam *como se* fossem pessoas” (o trabalho não objetivava especialmente o estudo da relação com os animais), essa dimensão se transforma em um aspecto da diversidade cultural, coerentemente com a visão de “natureza como algo externo à cultura”. Naqueles trabalhos antropológicos, a pergunta central podia ser: o que a natureza significa para as sociedades? Agora, há uma reformulação da pergunta em direção à subjetividade dos participantes não humanos que tomam parte de um coletivo, num sentido comparável ao que ocorre na biologia, com a retomada da biossemiótica de Uexküll. A comparação possível reside, sobretudo, no fato de que se pode testemunhar um crescente interesse pela “subjetividade” dos não humanos, que, nesse caso, são vistos como se fossem pessoas (quase humanas), ou ainda, seu “mundo próprio”, sua *Umwelt*, dada por sua perspectiva. Para os biólogos, eles podem ser mais do que a estrita expressão de seus genes, e, para os antropólogos, eles “ganham voz” nas etnografias, numa reação do ideal romântico (DUARTE, 2004) frente a um século de empobrecimento do mundo vivo levada a cabo pelo neodarwinismo.

Considerações Finais

Busquei evidenciar que há hoje em dia a aproximação entre (alguns) biólogos e (muitos) antropólogos em pelo menos três questões: (1) mal-estar com relação ao Grande Divisor, (2) a ideia de que a natureza significa em si, o que vai de par com (3) o reconhecimento de que animais não humanos não sejam, pura e simplesmente, a expressão de seu genoma, podendo ser considerados, inclusive, em determinados contextos e a partir de certas teorias, pessoas.

A crítica de Ingold com relação às metáforas teleológicas dos geneticistas integra seu projeto de afirmar, em oposição ao neodarwinismo, uma teoria da vida, conforme podemos depreender de muitos de seus escritos. A meu ver, tais metáforas são perfeitas por manifestarem o caráter quimérico da expressão “seleção natural”. Creio que os antropólogos têm, em parte, os meios de contribuir para uma biologia menos mecanicista, através de etnografias inspiradas na biossemiótica e de etnografias multiespécies, oferecendo alternativas à visão cartesiana dos organismos.

Finalmente, na medida em que o neodarwinismo separa natureza e cultura, meio ambiente e indivíduo, organismo e genes, “civilizados” e “selvagens”, sua crítica é fundamental para a superação do Grande Divisor. A tentativa dessa superação, que busca a recomposição (epistemológica e ontológica) da dualidade natureza/cultura, rompida pelo ideário racionalista, é também a busca pela “totalidade”, inerente ao ideário romântico, tal como caracterizado por Duarte (2004).

Referências

- ALMEIDA, Juliano Florczak.
(2016). *Bom Jardim dos Santos*. Plantas, religiosidades populares e seus fluxos em Guarani das Missões (RS). Porto Alegre: UFRGS Editora.
- BERGSON, Henri.
(2015). *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes.
- CATÃO, Brisa; BARBOSA, Gabriel C.
(2008). “Botos, peixes e pescadores: sobre a pesca conjunta em Laguna (Santa Catarina, Brasil). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, abril, p. 205-225.
- CANGUILHEM, Georges.
(2012). *Estudos de História e de Filosofia das Ciências*. Concernentes aos vivos e à vida. Editora Forense Universitária.

- CARVALHO, Marcos Castro.
(2016). Producing chimeras: lineages of rodents, laboratory scientists and the vicissitudes of animal experimentation. *Vibrant*, vol. 13, n. 2, p. 160-176.
- DARWIN, Charles.
(2004a). *A Origem das Espécies*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- (2004b). *A Origem do Homem e a Seleção Sexual*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- DESCOLA, Philippe.
(2013). A antropologia da natureza de Philippe Descola. (entrevista). *Revista TOPOI*. Vol.14, n. 27, p. 492-514.
- DUARTE, Luiz Fernando D.
(2004). A pulsão romântica e as Ciências Humanas no Ocidente. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p 5-18.
- EVANS-PRITCHARD, E.
(1978). *Os Nuer*. Rio: Zahar ed.
- FONSECA, Claudia; GARRIDO, Rodrigo.
(2018). Os limites do humano: restos humanos em um laboratório de genética forense. *Interseções*. v. 20 n. 1. P. 14-35
- FRANCIS, Richard.
(2011). Epigenetics. The Ultimate Mystery of Inheritance. N.Y., W. W. Norton & Company.
- GALE, Barry G.
(1982). *Evolution Without Evidence*. Charles Darwin and The Origin of Species. Albuquerque, New Mexico Press.
- GEERTZ, Clifford.
(1978). O Crescimento da Cultura e a Evolução da Mente. In *A Interpretação das Culturas*. Rio: Zahar. p. 67-98.
- GODFREY-SMITH, Peter.
(2009). *Darwinian Populations and Natural Selection*. New York, Oxford University Press.
- GOULD, Stephen Jay.
(2007). *Punctuated Equilibrium*. Cambridge, Massachusetts, Belknap Harvard, Harvard University Press.
- HARAWAY, Donna.
(2003). *The companion species manifesto*. Dogs, people, and significant otherness. Chicago: Prickly Paradigm Press.
- INGOLD, Tim
(2006). Distinção entre Evolução e História. *Antropolítica. Revista Contemporânea de Antropologia* n 20. Niterói. EDUFF.
- (2007). Introdução a O que é um animal? *Antropolítica. Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 22. Niterói, EDUFF.
- (1990). An Anthropologist looks at Biology. *Man*, New Series, vol 25, n 2, jun. p. 208-209.
- (2000). The Perception of the environment. Essays on livelihood, dwelling and skill. London and NY: Routledge.
- (2011). *Estar vivo*. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Editora Vozes.
- (2013a). Making. Anthropology, Archaeology, art and architecture. London and NY: Routledge Press. p 61-73.
- (2013b). Prospect. In: INGOLD, Tim; PALSSON, Gisli. *Biosocial Becomings*. Integrating Social and Biological Anthropology. Cambridge, Cambridge Un.Press, p. 1-21.
- (2019a). *Evolução e Vida Social*. Petrópolis: Ed Vozes.
- (2019b). Evolution without inheritance: steps to an ecology of learning. [to appear] In *Learning Ecologies, Ronald Barnett and Norman Jackson*. (eds) Abingdon, Routledge.
- JABLONKA, Eva; LAMB, Marion.
(2010). *Evolução em quatro dimensões*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KIRKSEY, S. Eben; HELMREICH, Stefan.
(2010). The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, vol. 25, n. 4, p. 545-576.

- KOHN, Eduardo.
(2007). How dogs dream: Amazonian natures and the politics of transspecies engagement. *American Anthropologist*, vol. 43, n.1, pp 3-24. DOI: 10.1525/ae.2007.34.1.3.
- (2013). *How Forests Think*. Toward a Anthropology beyond the Humana. California, Un. California Press.
- KULL, Kalevi *et al.*
(2004). Uexküll and the post-modern evolutionism. *Sign Systems Studies*, vol. 32, n.1/2.
- (2009). Theses on Biosemiotics: Prolegomena to a Theoretical Biology. *Biological Theory*, vol. 4, n. 2, p. 167-73.
- KULL, Kalevi.
(2014). Adaptative evolution without natural selection. *The Linnean Society Biological Journal*. n.112, p. 287-294.
- LALAND, Kevin; O'BRIEN, Michael J.
(2010). Niche Construction Theory and Archaeology. *Journal Archaeol Method Theory*. Springer LLC DOI 10.1007/s10816-010-9096-6)
- LATOUR, Bruno.
(1994). *Jamais fomos modernos*. Ensaio de Antropologia Simétrica. Coleção Trans. Rio: Editora 34.
- (2000). *Ciência em ação*. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. Unesp.
- (2002). *Politiques de la nature*. Comment faire entrer les sciences en démocratie. Paris, La Découverte/Poche.
- LÉVI-STRAUSS, C.
(1976a). Raça e História. In: *Antropologia Estrutural II*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, capítulo XVIII. p. 328-366.
- (1976b). A Ciência do Concreto. In: *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano.
(2012). Devorando a carcaça: contracozinhas e dietas alternativas na alimentação animal. *Anuário Antropológico*. II, p. 159-175.
- LEWONTIN, Richard.
(2001). Gene, Organism and Environment: A New Introduction. In OYAMA, Susan; GRIFFITHS, Paul; GRAY, Russell. (orgs). *Cycles of Contingency. Developmental Systems and Evolution*. Cambridge, Massachusetts Institute of Technology Press, p. 55-66.
- LIMA, Tânia Stolze.
(1996). O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia Tupi. *MANA*, v.2, n. 2, p. 21-47.
- LUNA, Naara.
(2012). Pesquisas com células-tronco: um estudo de caso sobre a dinâmica de um segmento do campo científico. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 19, p. 49-70.
- MANICA, Daniela Tonelli.
(2018). CeSaM, as células do sangue menstrual: gênero, tecnociência, terapia celular. *Interseções Revista de Estudos Interdisciplinares*. vol.2 0, p. 93-113.
- MAUSS, Marcel.
(1974) Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de eu" In *Sociologia e Antropologia*. vol. 2. São Paulo: EPU e EDUSP.
- MAYNARD SMITH, John.
(2000). The concept of Information in Biology. *Philosophy of Science*, vol. 67, nº 2 (junho) p. 177-194: Published by: The University of Chicago Press on behalf of the Philosophy of Science Association. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/188717>>. Acesso em: 12 nov. 2014, 07:20.
- MONTEIRO, Marko.
(2009). Representações digitais e interação incorporada: um estudo etnográfico de práticas científicas de modelagem computacional. *MANA* vol. 15, n. 2, p. 529-556.
- NADASY, Paul.
(2007). The gift in the animal: The ontology of hunting and human-animal sociality". *American*

- Ethnologist*. vol 43. n.1. p. 25-43 DOI: 10.1525/ae.2007.34.1.25.
- NICOLOSI, G.; RUIVENKAMP, G.
(2012). The epigenetic turn Some notes about the epistemological change of perspective in *biosciences Med Health Care and Philos*. 15:309-319 DOI 10.1007/s11019-011-9342-z Published online: 20 August 2011 Springer Science+Business Media B.V. 2011.
- NUCCI, Marina Fisher.
(2010). O sexo do cérebro. Uma análise sobre gênero e ciência. In: Secretaria de Políticas para as Mulheres. (Org.). 6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- OYAMA, Susan.
(2000). *Evolution's Eye*. A Systems view of the biology-culture divide. Durham e Londres: Duke University Press.
- OYAMA, Susan; GRIFFITHS, Paul; GRAY, Russell.
(2001). Introduction: What is Developmental Systems Theory. In: OYAMA, Susan; GRIFFITHS, Paul; GRAY, Russell. (orgs). *Cycles of Contingency. Developmental Systems and Evolution*. Cambridge, Massachusetts Institute of Technology Press.
- POPPER, Karl.
(1975). *Conhecimento objetivo*. Uma abordagem evolucionária. S. Paulo: Ed. Universidade de São Paulo e Ed. Itatiaia.
- SÁ, Guilherme.
(2010). Abraços de mono: elos perdidos e encontros intersubjetivos em etnografia com primatólogos no Brasil. *MANA*. vol. 16, n. 1, p. 179-211.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel.
(2017). Matar e Manter conservação ambiental como transformação técnica. Sautchuk Carlos Emanuel. (org) *Técnica e transformação*. Perspectivas antropológicas, Rio de Janeiro: ABA Publicações.
- SEGATA, Jean.
(2012). Os cães com depressão e os seus humanos de estimação. *Anuário Antropológico*, II, p. 177-204.
- SILVA, Gláucia.
(1988). Tudo que tem na terra tem no mar. Rio, FUNARTE.
- (1993). O que é Sociobiologia. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (2006). "A Sociobiologia e a crítica dos antropólogos". *ComCiência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, 8:3.
- (2012). "Os antropólogos devem, sim, falar de biologia: a contribuição de Tim Ingold para uma reflexão sobre o darwinismo hoje". In: Steil, Carlos e Carvalho, Isabel (orgs). *Cultura, percepção e ambiente. A contribuição de Tim Ingold para uma mudança de paradigma*. São Paulo, Ed. Terceiro Nome. pp. 121-136.
- (2017). Is natural selection a chimera? Reflections on the 'survival' of a principle. *Vibrant*.
- SILVA, Gláucia e DUARTE, Luiz Fernando Dias.
(2016). Epigênese e epigenética: as muitas vidas do vitalismo ocidental. *Horizontes Antropológicos*.
- SPENCER, Herbert.
(1893). The inadequacy of Natural Selection. *Contemporary Review*. n. 63, p.153-166.
- STENGERS, Isabelle.
(2002). A invenção das ciências modernas. S. Paulo: Editora 34.
- SÜSSEKIND, Felipe.
(2014). *O rastro da onça*. Relações entre humanos e animais no Pantanal. Rio: 7 Letras.
- TSING, Anna.
(2015) Margens Indomáveis: *Cogumelos como espécies companheiras*. DOI:http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2015v1n1p117.

UEXKÜLL, Jakob Von.

(1982). The Theory of Meaning. *Semiotica*. vol. 42, n. I, p. 25-82.

(2008). *Dos animais e dos homens*. Digressões pelos seus próprios mundos. Doutrina e Significado. Lisboa: Editora Livros do Brasil.

VASSALLO, Simone.

(2018). Entre objetos da ciência e vítimas de um holocausto negro: humanização, agência e tensões classificatórias em torno das ossadas do sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos. *Interseções*. v. 20, n.1, p. 36-66. DOI: 10.12957/irei.2018.35858

VIEIRA, António Bracinha.

(2009). *A Evolução dos Darwinismo*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo.

(2002). *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 552 pp.

(2015). *Metafísicas canibais*: Elementos para uma antropologia pós-estrutural. S. Paulo: Cosac & Naif.

Recebido em

fevereiro de 2020

Aprovado em

julho de 2020